



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VINICIUS DE MORAES MONÇÃO

MARIA GUILHERMINA LOUREIRO DE ANDRADE NAS REDES DO  
KINDERGARTEN

RIO DE JANEIRO  
2018

VINICIUS DE MORAES MONÇÃO

MARIA GUILHERMINA LOUREIRO DE ANDRADE NAS REDES DO  
KINDERGARTEN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Sujeitos, História e Processos Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irma Rizzini

Rio de Janeiro  
Primavera/2018

VINICIUS DE MORAES MONÇÃO

MARIA GUILHERMINA LOUREIRO DE ANDRADE NAS REDES DO  
KINDERGARTEN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Sujeitos, História e Processos Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

TITULARES

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irma Rizzini - UFRJ (Orientadora)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra Frota Martinez de Schueler -UFF

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Maria Souza Martins - Unirio

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Libânia Nacif Xavier - UFRJ

Prof. Dr. Victor de Andrade Melo - UFRJ

SUPLENTES

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Zélia Maia de Souza - UFJF

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patricia Corsino - UFRJ

Rio de Janeiro /2018



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Tese intitulada “**MARIA GUILHERMINA LOUREIRO DE ANDRADE E AS REDES DO KINDERGARTEN (1883-1910)**”

Doutorando(a): Vinicius de Moraes Monção

Orientador(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Irma Rizzini (UFRJ)**

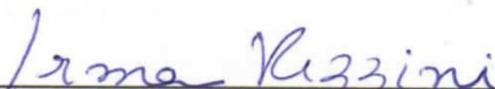
E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

**DOUTOR EM EDUCAÇÃO**

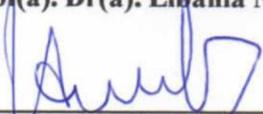
Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2018.

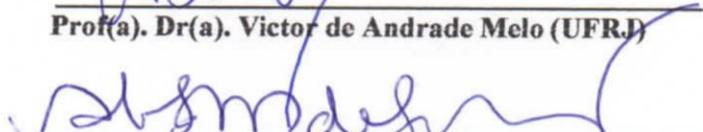
Banca Examinadora:

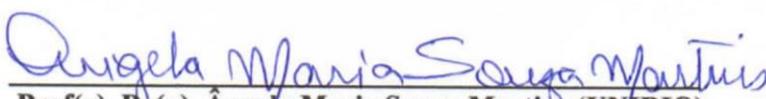
Presidente:

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). Irma Rizzini (UFRJ)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). Libânia Nacif Xavier (UFRJ)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). Victor de Andrade Melo (UFRJ)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). Alessandra Frota Martinez de Schueler (UFF)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). Ângela Maria Souza Martins (UNIRIO)**

### CIP - Catalogação na Publicação

D737m DE MORAES MONÇÃO, VINICIUS  
MARIA GUILHERMINA LOUREIRO DE ANDRADE NAS REDES  
DO KINDERGARTEN / VINICIUS DE MORAES MONÇÃO. -- Rio  
de Janeiro, 2018.  
231 f.

Orientadora: IRMA RIZZINI.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós  
Graduação em Educação, 2018.

1. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. 2.  
Kindergarten. 3. História da Educação. 4. Formação de  
Professores. 5. Trajetória Profissional. I. RIZZINI,  
IRMA, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

A todas as mulheres da família Alves, Moraes,  
Silva e Monção, atuais e antepassadas.

## AGRADECIMENTO

Quem pensa que a escrita da seção de agradecimentos seja a parte mais fácil da produção de uma tese, está enganado. Para mim, esse é um dos momentos mais difíceis só superado pela “crise da folha em branco”. Isto não está relacionado ao fato d'eu não saber agradecer, ou por ter dificuldade em reconhecer a participação de diversas pessoas que contribuíram de alguma forma com a existência desta tese. A principal dificuldade está em escrever algo sensível e potente o suficiente após uma exaustiva jornada de produção da pesquisa, e que não seja apenas para cumprir os requisitos da estrutura textual de uma tese.

Compreendo esta seção pode ser também um ato político. Por conta disso, agradeço, em primeiro lugar, ao contribuinte brasileiro. Por via da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), código de financiamento 001, recebi bolsa de estudos durante todo o período do doutorado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ). Os coordenadores, professores, funcionários que, de alguma forma, contribuíram para minha formação. Meu agradecimento especial à Solange Rosa, secretária do PPGE, pelo seu profissionalismo, dedicação, paciência, sabedoria e amizade.

Agradeço à minha querida orientadora, prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Irma Rizzini, que me admitiu como um aprendiz do ofício de historiador da educação; por toda a atenção, orientação e parceria que construímos durante esses anos de trabalho. Ainda, sou imensamente grato pela compreensão, acolhida e presença em um dos momentos mais sensíveis e difíceis da minha vida que atravessei durante o curso de doutorado.

À minha mãe querida, pelo apoio, por rir e chorar comigo. O sonho de ter um filho doutor se realizou. Essa conquista é nossa!

Às minhas irmãs, Pamela e Anne (a eterna Minhoquinha). Por todo carinho declarado e interesse na minha pesquisa que fora demonstrado.

A Guilherme, meu marido, amante e amado. Pelos suportes técnicos e por ter proporcionado criar um ambiente familiar agradável para que este trabalho pudesse ser realizado. Agradeço também pela compreensão dos momentos de isolamento, por ter ouvido mil vezes a mesma história e as minhas conjecturas sobre a personagem de tese.

À Juliana Prata, prima querida, por ter sido um ponto de inspiração.

À minhas amigas Silvilene Moraes e Edilene Góes, pela presença constante, pelo carinho, cafés, troca de ideias e pela companhia nas viagens.

Aos companheiros de pesquisa, Aderaldo dos Santos e Jucinato Marques, pelas excelentes contribuições e pela aprendizagem compartilhada durante as reuniões do grupo de pesquisa.

Ao querido amigo Bruno Ferrari pela amizade, incentivos e apoios.

Aos funcionários dos arquivos que pesquisei. Sem a atenção dispensada e por todo apoio manifestado este trabalho de pesquisa teria sido muito mais penoso.

Aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e aos diversos movimentos sociais que participaram da construção de uma agenda de políticas públicas para a educação. Sem os avanços sociais conquistados nos últimos anos a minha trajetória e formação acadêmica e minha mobilidade social não teriam sido possíveis.

A todos, lembrados e esquecidos, o meu mais sincero agradecimento!

*Não sou eu quem me navega,  
quem me navega é o mar.*

Paulinho da Viola

## RESUMO

### **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade nas redes do Kindergarten**

O trabalho tem como objetivo mapear e analisar a trajetória de formação e atuação profissional da professora e intelectual Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1842-1929), no contexto de pré, durante e pós-viagem que realizou a cidade de Nova York, entre 1883 e 1887. Para isso, recorri a analisar um *corpus documental* diverso, composto por periódicos (notícias, classificados de serviços, convites para missas de 7º dia), documentação de viagem, cartas, ofícios, atas e pareceres, fotografias, mapas escolares, livros didáticos e outras fontes indiciárias, que me permitiram construir uma narrativa histórica sobre a personagem. Como abordagem teórica e metodológica para o enfrentamento das fontes optei por adotar uma perspectiva que considera os sujeitos como agentes do processo histórico. Através de redes familiares, de sociabilidade e solidariedade, os personagens compartilham as experiências, criam sentidos e significados em uma trama social complexa e repleta de tensões. Nesta perspectiva busquei estabelecer vínculos e articulações com a história das mulheres e das relações de gênero e suas relações com o processo de feminização do magistério, a partir da segunda metade do século XIX. Por fim, pela análise efetuada das fontes manuseadas, é possível considerar que a professora Maria Guilhermina foi mulher determinada e do seu tempo. Ela se apropriou do magistério, enfrentou limites sociais impostos ao sexo feminino e inscreveu seu nome na história da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, kindergarten, história da educação, formação de professores, trajetória profissional.

## ABSTRACT

### **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade in the networks of Kindergarten**

This work aims at mapping and analyzing teacher and intellectual Maria Guilhermina Loureiro de Andrade's (1842-1929) trajectory, regarding her educational background and professional performance before, during and after the trip she made to the city of Nova York, between 1883 and 1887. In order to accomplish that, I resorted to analyze a diverse *documental corpus*, which consists of periodicals (news, classified ads, invitations for funeral masses), travel documentation, reports, legal papers, written opinions, school maps, textbooks and other indicative sources, all of which allowed me to construct a historical narrative about the character in question. As a theoretical and methodological approach to the sources, I opted for adopting a perspective that considers subjects as agents in the historical process. Through a network of relations – and of both sociability and solidarity – the characters share experiences, make sense and create meaning in a social network which is complex and full of tensions. In this perspective, I attempted to establish links and articulate the history of women and gender relations to their relationship with the process of feminization of the teaching profession, which took place in the second half of the nineteenth century. Finally, through the analysis carried out, it is possible to consider Maria Guilhermina de Andrade a woman of her time who had great determination. She got hold of the teaching profession, faced social restraints imposed to her sex, and wrote her name in the history of Brazilian education.

**Keywords:** Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, kindergarten, education history, teacher formation, professional trajectory.

## RESUMEN

### **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade en las redes del Kindergarten**

El trabajo tiene como objetivo mapear y analizar la trayectoria de formación y actuación profesional de la maestra e intelectual Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1842-1929), en el contexto del pre, durante y pos-viaje que ella realizó a la ciudad de Nueva York entre 1883 y 1887. Para esto, busqué analizar un *corpus documental* heterogéneo, compuesto por periódicos (noticias, clasificados de trabajos, invitaciones para misas en honor a difuntos), documentación de viaje, cartas, oficios, actas y pareceres, fotografías, documentos gubernamentales de la inspección escolar, libros didácticos y otras fuentes indiciarias, que me permitirán construir una narrativa histórica sobre el personaje. Como abordaje teórica y metodológica para el manejo de las fuentes, opté por adoptar una perspectiva que considera los sujetos como agentes del proceso histórico. A través de redes familiares, de sociabilidad y solidaridad, los personajes compartían las experiencias, crearán sentidos y significados en una trama social compleja y repleta de tensiones. En esta perspectiva yo busqué establecer vínculos y articulaciones con la historia de las mujeres y de las relaciones de género y sus relaciones con los procesos de feminización del magisterio, a partir de la segunda mitad del siglo XIX, en Brasil. Por fin, por el análisis efectuada en las fuentes manejadas, es posible considerar que la maestra Maria Guilhermina fue una mujer con determinación y de su tiempo. Ella se apropió del magisterio, enfrentó las limitaciones sociales impostas al sexo femenino y inscribió su nombre en la historia de la educación brasileña.

**Palabras-llave:** Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, kindergarten, historia de la educación, formación de maestros, trayectoria profesional

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (Fonte: JORNAL DO BRASIL, 29/5/1934, n.º 126, p. 1) ..... 58
- Figura 2: Mapa da divisão administrativa de freguesias do Rio de Janeiro em 1900. Em destaque está a localização da freguesia de Santo Antônio (SANTOS et al, 2012)..... 64
- Figura 3: Cartaz de publicidade do vapor SS City of Rio de Janeiro, da Companhia Roach & Son, que fazia a conexão Rio de Janeiro - Nova York, entre as décadas de 1870-1880 (Disponível em: <http://sanctuaries.noaa.gov/shipwrecks/city-of-rio-de-janeiro/>)..... 77
- Figura 4: SS City of Rio de Janeiro ancorado (Disponível em: <http://sanctuaries.noaa.gov/shipwrecks/city-of-rio-de-janeiro/>)..... 79
- Figura 5: Lista de Passageiros do SS Reliance com destaque dado aos nomes de Leonor Augusta e Maria Guilhermina, passageiras número 2 e 3 respectivamente. .... 86
- Figura 6: mapa da cidade de Nova York (lado esquerdo compreende a parte sul e o lado direito a parte norte da ilha de Manhattan) (c. 1889). Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g3804n.ct006580/?r=-0.012,0.287,0.481,0.292,0>. Acesso em: 11/7/2018 ..... 92
- Figura 7: detalhe de mapa da cidade de Nova York com destaque para a Madison Square (em verde), Union Square (em azul) e a localização do Seminário dos Kraus (triângulo vermelho) (c. 1889). Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g3804n.ct006580/?r=-0.012,0.287,0.481,0.292,0>. Acesso em: 11/7/2018. .... 93
- Figura 8: Propaganda do The Kindergarten Guide, de Maria Kraus-Boelté e John Kraus (1877)..... 94
- Figura 9: Lista de membros honorários da American Fröbel Society / The American Fröbel Union (1877). .... 98
- Figura 10: Carta de Maria Kraus-Boelté enviada a Alice Hirsh em 31 de dezembro de 1905. Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, MMC-3336, caixa 1, s/n.... 124
- Figura 11: Cartão de aniversário de Alice Hirsh enviada a Maria Kraus-Boelté, s/d, Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, MMC-3336, caixa 1, s/n..... 125
- Figura 12: Escola Normal da cidade de Nova York, 1885 (MUSEUM OF THE CITY OF THE NEW YORK. Disponível em: [https://collections.mcny.org/Collection/\[Normal College\]-2F3HRGLWEPG.htm](https://collections.mcny.org/Collection/[Normal College]-2F3HRGLWEPG.htm). Acesso em: 8/10/2018). .... 127

Figura 13: Emily M. Coe (AMERICAN KINDERGARTEN MAGAZINE, 1896, s/p) .....	131
Figura 14: Elizabeth B. Grannis (Disponível em: <a href="https://cityroom.blogs.nytimes.com/2012/03/11/a-crusading-suffragist-is-restored-to-church-membership/?mcubz=3">https://cityroom.blogs.nytimes.com/2012/03/11/a-crusading-suffragist-is-restored-to-church-membership/?mcubz=3</a> . Acesso em 16/8/2018). .....	133
Figura 15: Capa da revista The Little Gem and Kindergarten (1880).....	136
Figura 16: Capa da revista The American Kindergarten Magazine (1883). .....	137
Figura 17: Anúncio de graduação. The New York Times, 1884, s/p. ....	140
Figura 18: Anúncio do Externato Andrade (JORNAL DO COMMERCIO, 3/2/1912, n.º 36, p. 14).....	166

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Currículo proposto aos jardins de infância por João Manoel Garcia (GARCIA, 1884, p. 7).....	44
Tabela 2: Participação feminina em porcentagem no número total de alunos e como professoras das escolas públicas da Corte, Província do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná, entre 1837 e 1889 (CASTANHA, 2015, p. 208). .....	46
Tabela 3: Mapa demonstrativo das escolas públicas e particulares existentes na Freguesia de Santo Antônio (1873) (AGCRJ, Instrução Pública 12.3.34, p. 149).....	62
Tabela 4: Mapeamento das agremiações do movimento kindergartiano estadunidense (The New-York Times, 1870-1880).....	99

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
PRIMEIRA CARTA.....	18
CAPÍTULO 1 .....	27
DEBATES E EMBATES SOBRE A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA E A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO CONGRESSO DA INSTRUÇÃO (1883) ....	27
1.1 “O malogrado Congresso de Instrução de 1883” no Rio de Janeiro .....	29
1.2 Debates e propostas sobre a escolarização de crianças menores de sete anos via jardins de infância.....	34
1.3 A participação feminina na educação ao final do Oitocentos: mulheres no Congresso de Instrução de 1883 e nas escolas .....	45
1.4 Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: uma mulher inserida nos debates sobre a educação da primeira infância .....	54
CAPÍTULO 2 .....	70
A AGÊNCIA FEMININA NO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DO PENSAMENTO EDUCATIVO FROEBELIANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA .....	70
2.1 A cidade do Rio de Janeiro conectada com outras cidades pelo mar .....	71
2.2 Maria Guilhermina e Leonor Augusta. Uma viagem a Nova York em família ...	76
2.3 Contextos, redes e conexões: o encontro de Maria Guilhermina com Maria Kraus-Boelté em Nova York .....	85
2.4 A participação de mulheres no movimento kindergartiano estadunidense .....	95
2.5 Integração e articulação dos agentes do movimento kindergartiano estadunidense via redes de sociabilidade, cultural e de intelectuais .....	103
SEGUNDA PARTE .....	109
SEGUNDA CARTA.....	109
CAPÍTULO 3 .....	112
QUESTÕES REMANESCENTES.....	112
3.1 Rumo aos Estados Unidos. Consulta aos arquivos estadunidenses em busca de indícios sobre a formação de Maria Guilhermina. ....	121
3.2 Primeira parada: Washington, D.C.....	122
3.3 - Segunda Parada: a (encantadora) cidade de Nova York. ....	126
3.4 Em busca dos passos de Maria Guilhermina em Nova York: outras abordagens .....	138
3.5 Nicolas Murray Butler .....	140
3.6 Felix Adler .....	142

CAPÍTULO 4 .....	149
O REGRESSO .....	149
4.1 Maria Guilhermina, professora do Colégio Andrade .....	152
4.2 Maria Guilhermina escritora.....	166
4.3 Maria Guilhermina e alguns aspectos sobre seu enlace com a vida política.....	179
4.4 De volta ao ponto de partida? .....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	197
ÚLTIMA CARTA .....	197
REFERÊNCIAS .....	203
ANEXOS .....	228
Anexo 1: Contrato entre o Governador e a professora D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (São Paulo, 1891).....	228
Anexo 2: Árvore familiar Loureiro de Andrade .....	231

**INTRODUÇÃO**  
**PRIMEIRA CARTA**

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2016

À senhora, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade<sup>1</sup>.

Escrevo-vos na certeza que não irá ler. Um espaço temporal de 88 anos nos separa. Esta carta tem como objetivo apresentar a pesquisa de doutorado que produzi sobre aspectos referentes a sua trajetória de formação e profissional como professora. O texto que acompanha esta carta é uma tese, resultado do processo da pesquisa que desenvolvi sob orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irma Rizzini.

O ponto de foco da pesquisa foi a viagem que você fez a cidade de Nova York entre 1883 e 1887. Através dos documentos históricos e textos escritos foi possível verificar que sua viagem contribuiu de forma impar para a sua atuação profissional, e ao seu pioneirismo no cenário educacional brasileiro no final do século XIX e início do XX.

Antes de mais nada, preciso me apresentar, os caminhos percorridos durante minha jornada acadêmica e como te conheci. Enquanto mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 2013 e 2015, desenvolvi pesquisa sobre o processo de escolarização da infância menor de sete anos na cidade do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas de 1900, mais especificamente, o Jardim de Infância Campos Salles. Denominado como o primeiro jardim de infância público carioca, estava (e ainda está) localizado na Praça da República, o antigo e popularmente conhecido como Campo de Santana até os dias atuais. O lugar é familiar para a senhora já que, na década de 1860 residiu próximo ao Campo com sua família.

Como deve ter lido e ouvido, o burburinho em torno da primeira diretora do jardim de infância, a senhora Zulmira Feital, no comando do Jardim de Infância, foi intenso. Zulmira foi contratada pela Prefeitura para ser diretora da recém-criada “escola”. Tal fato mobilizou um grupo de 117 pessoas, para ser mais exato foram 116 professoras (formadas ou em formação) e um professor, que organizou um abaixo-assinado a fim de que o contrato estabelecido entre Feital e a Administração do Distrito Federal fosse anulado. A justificativa era que Zulmira não era formada pela Escola

---

<sup>1</sup> Optei por escrever a introdução no formato de carta arriscando um toque de personalismo naquilo que se propõe ser impessoal. A carta introdutória é destinada à personagem histórica, Maria Guilhermina, a quem a pesquisa de doutoramento se debruça. Contudo, ao mesmo tempo em que há um destinatário específico, o texto não se encerra a Maria Guilhermina e se destina aos leitores em geral.

Normal e isso a tornava inapta para ocupar o cargo que lhe foi entregue via contrato. O tal contrato, por sua vez, nunca foi cancelado, logo, Zulmira Feital seguiu como diretora do Jardim de Infância carioca até 1914.

Na busca por encontrar informações que pudessem me indicar se, de fato, Zulmira Feital possuía alguma formação na metodologia dos jardins de infância me deparei com uma informação que me levou até o seu nome. Pelo rastreamento dos lugares por onde Feital residiu na cidade do Rio de Janeiro, através do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, consegui localizar que, em 1899, ela morava na rua Corrêa Dutra. Era vizinha ao Colégio Andrade, de sua propriedade, onde era ofertado um jardim de infância e da escola de formação de jardineiras na rua do Catete, 109. Conectando essas informações, sugeri naquele momento que, por serem vizinhas, teria sido possível que Zulmira Feital tenha sido sua aluna e isso possa ter legitimado o estabelecimento e manutenção do contrato dela junto à Prefeitura Municipal. Tal apontamento continua no campo da hipótese, visto que o mapa das alunas do curso de formação de jardineiras do seu seminário não foi localizado.

Como interesse em ingressar no doutorado apresentei, no final de 2014, uma proposta de pesquisa ao processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A temática do projeto estava voltada a entender sua trajetória profissional, especificamente o que representou a viagem que você fez para a cidade de Nova York em 1883. Esse assunto me saltou aos olhos pois, como um inquieto viajante, sempre tive para mim que o ato de se deslocar, ter contato com cultura diversa, ao mesmo tempo em que é um desafio, é um momento propício de formação pessoal e também intelectual.

Como proposta para sustentar a pesquisa, inicialmente, propus investigar duas trajetórias profissionais perpassadas por viagens, a sua e a de uma professora argentina, Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875). Ambas atuaram no cenário educativo e tiveram contato com os Estados Unidos, tanto no que se refere a viagens, como aproximação com o pensamento educacional em voga naquele país na segunda metade do século XIX.

Por questões relacionadas a diferença temporal de atuação de vocês duas e os contextos político-sociais díspares, em conversa com minha orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irma Rizzini, optamos por centrar a pesquisa na sua trajetória de formação e atuação

profissional. Foi assim que a conheci, aproximei-me e dediquei pesquisa de doutoramento sobre você.

Confesso que pesquisar sobre sua formação e trajetória profissional e sobretudo a viagem não é uma tarefa fácil. Não sei se por característica sua ou por caminhos do tempo, pouco material produzido por você consegui localizar. O material existente oscila entre documentos oficiais, notas e textos que você escreveu e foram publicados em periódicos no Brasil, e textos escritos por outros sujeitos do seu tempo que se referem a você. Há, ainda, os materiais didáticos que você produziu e traduziu, livros e manuais didáticos por exemplo, mas a esses ainda não cheguei a tratar em razão do caminho que optei para a construção da tese. Sei, no entanto, que há exemplares na Biblioteca Nacional. Consultá-los está dentre as tarefas para os próximos meses.

Com relação à abordagem teórico-metodológica, tomei a seguinte direção. Na busca por localização de documentos consultei algumas instituições. Na cidade do Rio de Janeiro estive no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Arquivo da Catedral Presbiteriana, no Arquivo da Igreja Metodista do Largo do Machado. Em Petrópolis, no Arquivo Histórico do Museu Imperial. Na cidade de São Paulo, no Arquivo e Centro Histórico Mackenzie e o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Na cidade de Nova York, no *Archive and Special Collections Hunter College*, a *The New York Public Library* e no *Municipal Archives of New York City*. Em Washington D.C, na *Library Public of Congress*.

De posse do material localizado nas instituições apresentadas acima me dediquei também a realizar pesquisa na web, via hemerotecas e outras coleções digitais. Através desse tipo de base de dados foi possível consultar fontes diversas para a construção de um panorama das discussões sobre os jardins de infância nos Estados Unidos e Brasil, bem como outras informações relevantes que estão permitindo a produção da tese. Além dessas instituições, escarafunchando coleções digitais do Brasil e dos Estados Unidos, localizei documentos, livros digitalizados e disponíveis on-line, principalmente estadunidenses, que possibilitaram a escrita desta tese.

Atualmente, o historiador tem a possibilidade de realizar busca de documentos e materiais históricos de modo remoto, via *web*. Tal invenção, sem dúvidas, agiliza a vida do pesquisador pois é possível fazer consulta ao arquivo e ter acesso ao mundo de informações dispersas. As pesquisas que são feitas nos bancos de dados disponíveis on-line facilitam o acesso, já que posso acessar a distância às fontes que, sem a existência desse suporte, exigiriam a realização de viagens para ter contato com elas. Mesmo que

as visitas às instituições de guarda de documentos sejam sempre muito cansativas, sem falar nos “rituais” e burocracias que volta e meia impedem a pesquisa, considero fundamental frequentar esses espaços. A dobradinha de consulta aos arquivos virtuais e aos arquivos físicos contribuiu para a produção da pesquisa.

Não tenho certeza se você foi uma pessoa religiosa ou que tenha praticado rituais religiosos. Provavelmente tenha sido católica, religião da maioria no contexto imperial, embora há uma corrente historiográfica que afirma que você se converteu ao protestantismo, mais especificamente ao presbiterianismo, na década de 1860. Trato dessa questão no decorrer da tese. Essa, por sua vez, é uma questão muito sensível e, por ausência de documentação que indique diretamente sua vinculação à determinada corrente religiosa, opto por não adentrar nessa seara.

Contudo, você sabe que todo ritual, para ter validade e alcançar os objetivos, deve ser seguido à risca. Caso contrário, é possível não se lograr sucesso. Eu, por conta dos caminhos tomados na vida, afastei-me do contexto religioso e como todo sujeito que se afasta, passa a perceber esse tipo de prática como um processo cansativo e até mesmo desanimador. No entanto, como deve saber também, os rituais não são inerentes ao contexto religioso. A vida em sociedade é imersa em rituais que passam despercebidos a qualquer leigo e ainda mais, no século XXI, onde o tempo parece que corre mais veloz que nos séculos anteriores.

Todo pesquisador, por mais asceta que seja, é obrigado a se dobrar frente as entidades institucionais que são responsáveis por guarda e divulgação de seus acervos: bibliotecas, museus e arquivos. Na Biblioteca Nacional, por exemplo, o processo de ingresso e consulta aos documentos é, ao meu ver, enfadonho e cansativo. No entanto, eu precisei me sujeitar e superar. Caso contrário não teria acesso às informações sobre sua vida profissional, assim como os livros que você produziu e outros documentos referentes aos jardins de infância e a instrução pública. Resumirei a seguir minhas idas a esses lugares.

O acesso ao “templo”, ou melhor, à Biblioteca Nacional, é a partir das 10h da manhã. Os guardas se utilizam da marcação de um relógio público que existente do outro lado da praça, localizado no prédio da Câmara Municipal, para abrir as portas da Biblioteca. Ao iniciar o badalar do carrilhão no horário previsto, a entrada é permitida àqueles que guardam os portais do prédio.

É muito possível que você tenha acompanhado a construção da Biblioteca Nacional, construída entre os anos 1905 e 1910, bem como todas as transformações que

aquela parte central da cidade do Rio sofreu na primeira década do século XX, e ainda ter visitado o prédio. A praça que antes abrigava o Convento da Ajuda, defronte ao Morro do Castelo, tornou-se, aos poucos, o quadrilátero da cultura e da civilidade, aos moldes europeus, onde frequentava a nata da sociedade carioca bem como aqueles chamados indesejados, a população mais empobrecida que foi enxotada, ou melhor, transferida, para outros distritos do centro da Cidade. A título de informação, essa região passou por novo processo de reformulação. Tivemos um prefeito, nos últimos oito anos em que estive à frente da administração da municipalidade, que, na ânsia por se igualar ao lendário Pereira Passos, impulsionou obras de remodelação na região da antiga Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Ah, mas não se preocupe. A Biblioteca Nacional passou por obras de restauro há pouco tempo. Hoje, ela está lá, imponente na região.

Ao subir a escadaria que dá acesso ao prédio, o visitante precisa passar por uma das portas de vidro e ali tem contato com o primeiro sacerdote, digo, com um funcionário que faz parte do corpo de segurança. Ele é o responsável pela “purificação dos corpos”, ou melhor, pela revista dos seus pertences. É preciso verificar se o visitante porta consigo algum tipo de material que é proibido (arma de fogo, objeto perfurante, algum tipo de explosivo, líquido, etc.). Frente a ele é solicitado que o visitante apresente o que leva consigo, devendo retirar todos os objetos dos bolsos, principalmente os de metal, abrir a bolsa e permitir que ele averigue o que você carrega consigo. Após a conferência, o sacerdote da purificação, responsável pela segurança, permite a entrada.

Depois do processo de revista, o visitante é direcionado a passar por um portal que emite um sinal sonoro caso você ainda tenha consigo algum tipo de objeto produzido com metal. Nesse momento deve-se “rezar” para não apitar, caso contrário o rito de purificação, a revista, será retomada de modo mais meticuloso.

Feito isto, o visitante é encaminhado a um balcão onde deve dizer a sacerdotisa-escriva, a recepcionista, para qual seção você necessita ir. Caso seja sua primeira vez a realizar consultar, a sacerdotisa irá lhe entregar um formulário, onde o solicitante deve inserir todos os seus dados pessoais: nome, telefone, e-mail (que é o endereço onde recebemos mensagens pessoais via *web* que é um instrumento de comunicação que conecta o mundo. É possível, ter notícias sobre algum lugar longínquo de modo instantâneo), endereço de residência, número do seu documento de identidade e outras informações. Sem isso, o acesso ao templo será impedido, mesmo que você tenha passado pelo processo de revista e possua “as mãos limpas e o coração puro”.

Preenchido esse formulário, você recebe um cartão com um número de registro. Esse documento é seu passaporte e, das próximas vezes que for à Biblioteca para realizar consultas, basta apresentar o cartão para ter acesso aos salões. Sem este cartão, nada lhe será fornecido. O número de registro é seu codinome perante os sacerdotes e sacerdotisas do templo, digo, os funcionários. Após isso, a mesma funcionária informará todas as regras para circulação no prédio.

Após esse processo de registro, a funcionária irá te perguntar se você carrega consigo uma moeda de um real, moeda corrente no Brasil. A moeda serve para o uso do armário onde se deve depositar todos os seus pertences. Ao final, a moeda será devolvida, assim que você for retirá-los.

No salão de consultas só é permitido adentrar, portando, poucos instrumentos “litúrgicos”, como lápis e papeis soltos ou em bloco. Caso utilize algum outro instrumento deverá pedir permissão de algum funcionário pertencente ao grau hierárquico mais elevado daquele lugar. Apenas com a permissão dele é que outros instrumentos para o culto são permitidos ingressar no interior do salão.

Dentro do prédio há vários salões. Cada qual com sua especialidade e onde se manifesta um serviço específico, com horários limitados e demarcados para consultas, e com seus próprios ritos. Para ter acesso à sala de consulta específica de seu interesse, por exemplo a sala de periódicos e obras de referência, o visitante deverá apresentar o seu cartão a um outro funcionário que fica prostrado na entrada da seção específica.

Ao ingressar na seção de interesse, o visitante deve apresentar o cartão de identificação e preencher uma ficha de solicitação do material que você tem interesse em consultar. No interior, o silêncio deve ser sepulcral para não perturbar a concentração de outros visitantes que ali estão em consulta. Porém há sempre um “espírito pouco iluminado” nesses espaços que emite ruídos com seu aparelho de telecomunicação de quase-última-geração, um celular. Ah, celular é um telefone pessoal que levamos conosco onde quer que estejamos.

Finalmente o visitante chega ao balcão principal. Ali, o visitante deve apresentar seu cartão e o formulário onde estão as informações necessárias para ter acesso ao material de interesse. Do funcionário, o visitante recebe uma tabuleta onde consta o número do seu assento. Quando o material chega, o funcionário entrega-o em sua mesa.

Com um pouco de sorte, até costumeira, você terá sua solicitação respondida. O funcionário chamará pelo teu nome e comunicará que o documento solicitado está fora de circulação. “É muito velho, não se pode consultar”. Acredite, passei por tudo isso.

Em visita a outra instituição, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), o processo ritualístico para o acesso ao acervo é mais brando. Talvez pelo fato de ser hierarquicamente mais baixo, em nível municipal, o quantitativo de funcionários e regras não o faz emitir regulações duras. Os funcionários da recepção são responsáveis pela ablução de entrada. São ríspidos e objetivos. Solicitam apenas o seu documento de registro civil, copiam as informações mais relevantes e concedem ao visitante uma chave para que tenha acesso ao espaço reservado onde deverá ser depositado todo e qualquer tipo de objeto que não sejam as folhas soltas de papel e lápis. Caso você tenha um aparelho digital, como um computador, poderá carregá-lo consigo. Menos os aparelhos celulares, sob nenhuma hipótese, são permitidos.

Ao ingressar na sala de consulta, um funcionário vestido com uma túnica de cor azul-tinta-de-caneta-bic recebe o visitante. Nem sempre ele está no campo de visão, portanto, “procure e achará”. Ao ser recebido perguntam se “você já esteve aqui anteriormente?”. Em caso positivo, ele buscará sua ficha de cadastro, caso contrário irá inaugurar uma.

Para realizar a consulta, o processo é simples. Basta preencher com seus dados pessoais, o nome e o número de localização do documento. Após isso, deve retornar ao funcionário, entregando seu pedido e sentando-se na mesa individual para aguardar se sua prece será recebida ou não.

Caso todo ocorra bem, a funcionária entrará no salão portando o material solicitado, além de um par de luvas brancas. O contato com os documentos, sem o aparato para as mãos, corresponde a um sacrilégio passivo de penas, que pode ser uma simples repreensão ou até mesmo a morte daquele deus, a deterioração mais apressada do documento. Caso isso aconteça ele será ausentado para restauro e você prejudicará a consulta de outros visitantes.

A visita aos arquivos nos Estados Unidos foi um desafio, por questões referentes aos idiomas e a cultura local. Na próxima carta que eu te enviar, apresento os pormenores de modo a fazer coerência com os encadeamentos de escrita da tese. Mas já adianto que problemas enfrentados aqui no Brasil foram vivenciados, de alguma maneira, nas bandas de lá também.

Para dar conta da escrita da tese, organizei o texto em quatro capítulos. No primeiro apresentei as discussões sobre a educação infantil que estavam em disputa no contexto carioca na segunda metade do Oitocentos. Para isso, analisei os pareceres produzidos para o Congresso da Instrução que seria realizado na Corte, em 1883, e que

você participou com a escrita e apresentação do parecer sobre a questão dos jardins de infância. Outras duas mulheres participaram do Congresso como conferencistas, Rosalina Pereira Frazão, com temática relacionada às escolas primárias e Thereza Pizarro Filha, sobre o ensino secundário para o sexo feminino.

No segundo capítulo apresentei elementos referentes a sua ida à Nova York e as possíveis relações que você estabeleceu na cidade. Chamo de “possíveis relações”, pois, infelizmente, não consegui nenhum relato seu em primeira pessoa que pudesse ser utilizado na pesquisa. Através de indícios localizados em fontes diversas realizei o mapeamento de vários personagens e as frentes de atuação que eles possuíam no contexto nova-iorquino. Pela atuação dos personagens no contexto educativo estadunidense pude construir um panorama das discussões e elementos que favoreceram sua formação no pensamento froebeliano e dos jardins de infância.

No terceiro capítulo enfrentei uma série de questões que careciam de respostas, por exemplo: você teria recebido algum tipo de suporte financeiro pelo governo? Teria exercido alguma atividade remunerada quando estive nos Estados Unidos? Qual a relação da sua família no projeto de viagem? Além do Seminário dos Kraus, você frequentou alguma outra instituição de ensino nos Estados Unidos?

No quarto e último capítulo, dediquei-me a analisar suas ações quando você retornou ao Brasil a partir de três chaves de leitura: sua atuação como professora no Colégio Andrade; como escritora e a partir de aspectos de sua participação na vida política da cidade.

Enfim, querida Maria Guilhermina. A escrita desta tese levou em consideração sua agência e suas experiências, tanto as de formação quanto as profissionais no campo da educação. Espero que este trabalho, que agora compartilho contigo, seja apreciado por você. Ele é o resultado de anseios de um jovem pesquisador que se lançou a compreender elementos persistentes à sua trajetória profissional e às implicações daquilo que você aprendeu em Nova York, com seus formadores e parceiros, estabelecidos via redes de sociabilidade e, por que não, laços afetivos.

Com meu abraço,  
 Vinicius Monção.

**CAPÍTULO 1**  
**DEBATES E EMBATES SOBRE A EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA**  
**INFÂNCIA E A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO**  
**CONGRESSO DA INSTRUÇÃO (1883)**

Este primeiro capítulo tem como objetivo pontuar as discussões sobre a educação da primeira infância, via modelo dos jardins de infância em disputa na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1870. Para tal, optei por iniciar a trama a partir das propostas colocadas pelos pareceres discutidos no Congresso da Instrução que seria realizado na Corte Imperial em 1883. A escolha desse evento se deu por vislumbrar a discussão, em âmbito nacional, que inseriu dentre os tópicos para debate <sup>2</sup> a escolarização da criança menor de sete anos. Dessa forma, baseado nas Atas e Pareceres do Congresso, faço a análise das propostas ali presentes, enfatizando os projetos que estavam em disputa.

Nesse cenário, optei por lançar luz sobre a questão relacionada à participação da mulher no contexto do Congresso da Instrução e analisar a inserção de mulheres nos círculos da intelectualidade circunscrita à educação no segundo quartel do século XIX. Meu interesse está apoiado na curiosidade em identificar qual foi a participação da professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1842-1929) nos debates sobre a instrução pública do período, na cidade do Rio de Janeiro, e sobre sua inserção no cenário educativo imperial. Sobretudo, analisar os meios por ela empreendidos na confecção de sua trajetória profissional e intelectual no campo da educação e, principalmente, nos jardins de infância.

Para tal empreitada utilizo-me das seguintes fontes: o livro de atas e pareceres do Congresso de Instrução de 1883 (publicado em 1884); materiais textuais diversos publicados no *Jornal do Commercio* (1870-1890) e *Gazeta de Notícias* (1875-1885); o Decreto de Reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e em todo o Império, n.º 7247, de 1879<sup>3</sup>, documentos do fundo Instrução Pública do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (1870-1889)<sup>4</sup>.

Para isso, estruturei este primeiro capítulo com as seguintes seções: 1.1) O “malogrado” Congresso da Instrução de 1883; 1.2) Debates e propostas sobre a escolarização da infância via jardins de infância; 1.3) Percursos da educação feminina e a participação de mulheres no Congresso da Instrução de 1883 e, 1.4) a participação de

---

<sup>2</sup> A respeito dos temas propostos para o Congresso, ver notas 2 e 3.

<sup>3</sup> BRASIL. Decreto n. 7247, de 19 de abril de 1879. *Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 4/10/2016.

<sup>4</sup> FUNDO INSTRUÇÃO PÚBLICA, AGCRJ: 11.4.33; 12.3.34; 12,4,12; 12.4.26; 12.4.27. Documentos manuscritos.

Maria Guilhermina Loureiro de Andrade nos debates sobre a educação da primeira infância.

### **1.1 “O malogrado Congresso de Instrução de 1883”<sup>5</sup> no Rio de Janeiro**

Início da década de 1880. A sociedade carioca seguia em discussões sobre a instrução pública oportunizadas por grupos diversos da sociedade civil, intelectuais, filantropos, religiosos e trabalhadores. Como era o caso das Conferências Populares da Freguesia da Glória, patrocinada pela Associação Promotora da Instrução (BASTOS, 2002; CARULA, 2007a, 2007b); clubes; sociedades literárias; conferências pedagógicas (BASTOS, 2003; SCHELBAUER, 2006; SCHUELER, 2005), associações de trabalhadores (COSTA, 2012), e entidades religiosas. Sociedades e Associações diversas que, dentre seus múltiplos fins, manifestavam-se também na questão da instrução (COLLICHIO, 1987; GONDRA, SCHUELER, 2008).

Muitos personagens estiveram inseridos na discussão, dentre eles, alguns que ocupavam cargos no Governo Imperial. Acolhendo as reivindicações e impulsionados por esses grupos, especificamente aqueles que estavam interessados em discutir projetos para direcionar os rumos da instrução pública no Império, organizaram-se para promover um congresso no Brasil que tratasse de questões da “instrução pública na Corte e nas províncias” (BRASIL, 1884, p. 1), aos moldes daqueles organizados por alguns países europeus e americanos (KULHMANN Jr. 2001; SCHELBAUER, 2006).

Em 1882 foi designada pelo Imperador a criação da Mesa do Congresso de Instrução, indicando pessoal responsável para a organização e administração do evento. A presidência ficou a cargo de Conde d’Eu, o príncipe; vice-presidência de Visconde do Bom Retiro e do Senador Manoel Francisco Correia; como 1º e 2º secretários, o Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho e o Conselheiro Franklin Américo de Menezes Doria, respectivamente (BRASIL, 1884).

A Mesa do Congresso da Instrução reuniu-se algumas vezes no decorrer do primeiro semestre de 1883, em prol da convocação dos pareceristas e de ajustes técnicos para a realização do evento. Foram convocadas 158 pessoas consideradas “homens bem-intencionados e verdadeiros amigos do progresso”. Eles exerceriam a função de

---

<sup>5</sup> A expressão “o malogrado” foi utilizada por Lourenço Filho em resenha histórica dos congressos e conferências de educação efetuados no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX (LOURENÇO FILHO, 1946, p. 5)

pareceristas e relatores dos debates que seriam encaminhados no Congresso (BRASIL, 1884, s/p).

Os relatores e pareceristas foram distribuídos entre as temáticas de acordo com suas inserções no assunto. Foram convocados para compor o corpo de discussão do Congresso os cidadãos que tinham “exercido o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império”, além do inspetor geral e dos membros do conselho diretor da instrução primária e secundária do município da corte. Além desses, tiveram assento no Congresso os representantes de professores e professoras de estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e privados do Município, em número de três para cada segmento, intitulados como delegados. Foi indicado um delegado dentre os professores da Academia de Belas Artes; um do Colégio Naval; um do curso preparatório anexo ao Colégio Militar; um do curso preparatório do Seminário Episcopal do Rio de Janeiro. Professores de cada um dos cursos preparatórios anexos às Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, da Faculdade de Medicina da Bahia, pelas suas respectivas Congregações; e da Escola de Minas de Ouro Preto, escolhido pelos diretores.

O presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O presidente da Junta Central de Higiene Pública e o engenheiro das obras do Ministério do Império. O inspetor geral das escolas municipais da Corte e inspetores ou diretores da instrução pública nas províncias. Tiveram assento também, os diretores e diretoras de estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e privados do Município, em número de três para cada segmento. Um delegado entre os membros do Instituto dos Bacharéis em Letras. Um delegado representando o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro. Os presidentes, da Associação Promotora da Instrução, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; do Instituto Farmacêutico; da Sociedade Propagadora das Belas Artes; e o delegado que fora escolhido dentre os associados. Os diretores do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro; do Instituto de Meninos Cegos; do Instituto dos Surdos-Mudos; e do Asilo dos Meninos Desvalidos. Por fim, ficava a cargo do Governo convidar pessoas que não faziam parte das instituições convocadas, mas que em por conta de sua distinção no magistério, por atuação ou por publicação de obras publicadas sobre a instrução primária e secundária, poderiam contribuir com o evento.

Cada convocado estava incumbido de formular um parecer em que exporia sobre a questão que foi confiada. Deveriam apresentar “fatos atestados pelas estatísticas e

relatórios concernentes à instrução pública e terminar por uma proposta que sirva de base às discussões e deliberações do Congresso” (BRASIL, 1884, p. 3). A exigência era que no período de três meses antes da sessão de debate, o parecerista deveria enviar uma cópia do seu parecer ao presidente da Mesa do Congresso, a fim de que fosse providenciada a impressão. Os documentos seriam entregues aos membros do Congresso para que estes pudessem apreciar e emitir suas opiniões dos fatos durante a sessão de discussão, em dia e hora definida por agenda, pela Mesa do Congresso.

De acordo com o “Regulamento do Congresso da Instrução”, definido na 10<sup>a</sup> sessão, em 31 de março de 1883, este foi organizado em dois blocos: o primeiro se dedicava às questões relativas ao ensino primário, secundário e profissional, em que foram discutidos 29 pontos; e o segundo sobre as questões referentes à instrução superior, com 17 pontos de discussão. As sessões de discussão das temáticas eram realizadas entre duas ou três vezes por semana, dependendo da necessidade e amplitude dos debates, mas não poderiam exceder o teto de 30 encontros (BRASIL, 1884; BASTOS, 2014).

Concomitante ao período em que aconteceria o Congresso da Instrução foi estabelecido pela Mesa a realização de uma “Exposição Pedagógica” no edifício da Tipografia Nacional. O objetivo era reunir “elementos existentes no Império e o importante subsídio com que poderiam contribuir as nações estrangeiras que mais se dedicam ao melhoramento do ensino” (BRASIL, 1884, p. 15). Para tal, abriu-se um concurso no Brasil a fim de que interessados em participar da Exposição pudessem enviar trabalhos, objetos e também uma descrição “do uso e utilidade dos objetos”, pois, em caso de aprovação, os mesmos seriam utilizados para ilustrar o “catálogo da Exposição”. Os objetos deveriam ser remetidos ao prédio da Tipografia Nacional, endereçado ao secretário do Congresso da Instrução. Ao término seriam tomadas as providências para a devolução caso fosse de interesse daqueles que enviaram os materiais (BRASIL, 1884, p. 18).

Para a coleta, seleção e responsabilidade de envio de materiais pedagógicos nas províncias do Brasil, os organizadores do congresso encaminharam “avisos recomendando que dessem conveniente publicidade ao plano da Exposição e convidassem os funcionários do magistério e pessoas que se interessem pelo desenvolvimento da instrução pública” que remetessem objetos e trabalhos que poderiam ser utilizados para a Exposição (BRASIL, 1884, p. 18).

No caso de representantes do Brasil no exterior, a seleção dos objetos ficou a cargo dos agentes diplomáticos e consulares [que estavam em missão] nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos da América. Estes deveriam enviar convites e publicar “notícias nos órgãos mais acreditados da imprensa, ou por outros meios que julgassem mais acertado” de modo que “procurassem obter a remessa de objetos e publicações de utilidade para a exposição” (BRASIL, 1884, p. 18).

Contudo, no decorrer do processo de organização e efetivação do Congresso, houve um percalço ocasionado por disputas políticas entre os parlamentares brasileiros. Dias antes de se iniciarem os trabalhos do Congresso “caiu o Gabinete Conservador e o Ministro do Império Pedro Leão Velloso”. Francisco Antunes Maciel (1836-1917)<sup>6</sup> assumiu o cargo de Ministro e uma das suas primeiras iniciativas foi a de suspender a realização do Congresso (COLLICHIO, 1987). A justificativa para o ato foi a inexistência de verbas para a realização de um evento que seria dispendioso aos cofres públicos. Indicava que o financiamento não havia sido aprovado pelo Legislativo e, caso fosse, o Congresso seria realizado, o que não vingou.

Em resposta, Leôncio de Carvalho expôs que a alegação de ausência de suporte financeiro feito pelo então Ministro Maciel era infundada, já que o Imperador e a Mesa do Congresso já haviam se comprometido em financiar o evento. No entanto, Maciel estava irredutível em seu posicionamento. Segundo apontamentos de Collichio (1987), a negativa do Ministro do Império para a realização do Congresso da Instrução estava pautada no fato dele ser integrante do grupo liberal e, por razões políticas, negara para não promover a imagem do Governo Imperial que, por sua vez, estava em crise nesse período<sup>7</sup>.

A Mesa optou por dar continuidade aos serviços de organização da Exposição Pedagógica, pois os “governos e cidadãos estrangeiros foram solícitos em corresponder ao convite que para tal fim lhes foi dirigido em nome do Governo Imperial” (BRASIL, 1884, s/p). Segundo palavras de Leôncio de Carvalho, o cancelamento em abrupto

---

<sup>6</sup> Pelotense, bacharel em Direito pela Universidade de Montevidéo, filiou-se ao Partido Liberal, no Rio Grande do Sul ao qual exerceu o mandato de deputado provincial entre 1873 a 1880. Em 1881 foi eleito como deputado geral e reeleito até 1888. Em 1883 foi ministro do interior cargo exercido até 1884. Participou da Revolução Federalista entre 1893-1895 deflagrada no Rio Grande do Sul contra o governo do presidente Floriano Peixoto o que lhe rendeu exílio em Montevidéo por um tempo (CPDOC, 2001).

<sup>7</sup> A década de 1870 é marcada, pela historiografia, como o período em que o Governo Imperial teve o declínio de sua legitimidade dentre os grupos políticos acentuados. Tal fato fora reforçado com as discussões sobre a escravidão, crises econômicas e fissuras no quadro político imperial. A educação no Império, em razão dos profundos problemas existentes, tornou-se fonte de denúncias e de disputas. Ver discussão em Alonso, 2000 e 2002.

poderia causar graves consequências nas relações com os países estrangeiros (JORNAL DO COMMERCIO, 28/7/1884, n.º 208, p. 1). Além disso, muitos objetos que foram enviados já haviam “chegado a Corte para a dita Exposição, que assim participa de caráter internacional” (BRASIL, 1884, s/p)<sup>8</sup>.

A Exposição foi assumida pelos membros da Mesa do Congresso de Instrução que se constituíram como *Comissão Diretora da Exposição Pedagógica*. Eles “trataram de angariar, por meio de circulares, os donativos necessários para as despesas da exposição”. O Imperador Pedro II doou uma “quantia de dois contos de réis (...), dignou-se a oferecer para o serviço da exposição o paço da cidade e os empregados da sua casa” (JORNAL DO COMMERCIO, 28/7/1884, n.º 208, p. 1). Por meio das articulações políticas dos membros da Comissão, o uso da residência real não foi necessário. Conseguiram algumas salas do prédio da Tipografia Nacional e, sem ônus para os cofres públicos, ocorreu a Exposição entre 29 de julho e 30 de setembro de 1883<sup>9</sup>.

Mesmo com a dissolução da Mesa do Congresso da Instrução, os pareceres enviados antes da decisão no novo ministro do Império foram encaminhados para a impressão. Dentre os convocados<sup>10</sup>, apenas 44 pareceres foram publicados, dos quais 28 discutem e propõem projetos voltados à instrução primária, secundária e profissional<sup>11</sup> e

---

<sup>8</sup> O *Jornal do Commercio* foi criado pelo francês Pierre René François Plancher de La Noé, bonapartista refugiado na cidade do Rio de Janeiro em razão da perseguição ocasionada pela ascensão ao trono de Luís XVIII no ano de 1827. O jornal apresentava orientação política conservadora e tinha como foco a economia, movimentação de importação e exportação, notícias marítimas, entre outras, mas não se limitava a estas questões ao qual assuntos relacionados à estruturação e assuntos relacionados à vida política encontravam espaço para ser publicada em suas páginas (LEAL, SANDRONI, 2009; FUTATA, 1999; LIMEIRA, 2010).

<sup>9</sup> É possível acompanhar os desdobramentos da Exposição pela imprensa. O *Jornal do Commercio* possui interessante material publicado sobre o assunto. Fica o convite aos historiadores a investirem pesquisa no material.

<sup>10</sup> O número total de convocados não está indicado nas fontes localizadas.

<sup>11</sup> Os pontos de discussão sobre a instrução primária, secundária e profissional foram: 1ª O Estado do ensino primário, secundário e profissional. Vícios e lacunas de sua organização. Providências e reformas necessárias (não publicada). 2ª Liberdade do ensino primário e secundário. 3ª Ensino primário obrigatório. Meios de torná-lo efetivo. 4ª Organização dos jardins da infância. 5ª Classificação das escolas primárias. Disciplinas que devem ser ensinadas. Material escolar. 6ª Métodos e programas de ensino nas escolas primárias. Sua reforma. Adoção de livro. 7ª Ensino de moral e religião nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais. 8ª Educação física nos jardins de infância, nas escolas primárias e nos colégios. 9ª Higiene escolar. 10ª Sistema disciplinar e meios de emulação para os alunos dos jardins da infância, das escolas primárias e dos estabelecimentos de instrução secundária. 11ª Medidas conducentes a tornar efetiva a inspeção do ensino primário e secundário. 12ª Coeducação dos sexos nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais. 13ª O regime de internato nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais. 14ª Organização de bibliotecas e museus escolares e pedagógicos. Caixas econômicas escolares. 15ª Organização do ensino secundário para o sexo feminino. 16ª Mesas de exames gerais de preparatórios na Corte; processos dos exames. Exames gerais nas províncias. 17ª Criação de um fundo escolar na Corte e nas províncias para auxiliar as despesas da instrução primária. 18ª Concessão aos estabelecimentos de

16 sobre a instrução superior<sup>12</sup>. A compilação das *Actas e Pareceres do Congresso da Instrução* foi feita pela Tipografia Nacional em 1884.

## **1.2 Debates e propostas sobre a escolarização de crianças menores de sete anos via jardins de infância**

Se nas escolas de primeiras letras, a presença feminina passou a ser requisitada para a educação das crianças em função da ascensão de uma perspectiva feminino-materna, nas discussões sobre a formação dos jardins de infância elas se tornaram imprescindíveis (DURÃES, 2012). Através da pesquisa e contato com fontes diversas foi possível constatar que os anos correspondentes a segunda metade do século XIX foram profícuos nos debates e proposições colocadas pelos diversos grupos sociais, em locais e meios diversos, sobre a questão da educação de crianças menores de sete anos. Como parte desse processo, os debates sobre a educação infantil encontraram lugar no Congresso de Instrução, compreendida como o primeiro período do ensino primário, destinado às crianças com idade entre três e sete anos.

---

instrução secundária, mediante certas garantias e condições de prerrogativas de serem válidos os respectivos exames para a matrícula nos cursos superiores. 19<sup>a</sup> Concessão, mediante certas garantias e condições, da prerrogativa de que goza o Imperial Colégio de Pedro II aos estabelecimentos de instrução secundária que seguirem o mesmo plano de estudos. 20<sup>a</sup> Escolas normais. Sua organização, plano de estudos, métodos e programas de ensino. 21<sup>a</sup> Imperial Colégio de Pedro II. Sua organização e plano de estudos. 22<sup>a</sup> Organização do professorado para os Jardins de Infância e para o ensino primário e secundário. Seus direitos e prerrogativas. Incompatibilidades e medidas disciplinares a que deve estar sujeito. Meios de animação. 23<sup>a</sup> Organização e atribuições do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. 24<sup>a</sup> Escolas profissionais e de aprendizado. Sua organização. Material técnico. 25<sup>a</sup> Educação dos cegos. 26<sup>a</sup> Educação dos surdos-mudos. 27<sup>a</sup> Educação dos adultos e das adultas. 28<sup>a</sup> Meios de desenvolver a instrução primária nos municípios rurais 29<sup>a</sup> Competência dos Poderes Gerais para criar estabelecimentos de ensino primário e secundário nas Províncias.

<sup>12</sup> Os tópicos sobre a instrução superior foram: 1<sup>a</sup> Estudo do ensino superior. Vícios e lacunas de sua organização. Providências e reformas necessárias. 2<sup>a</sup> Criação de uma Universidade. Sua organização. Faculdades que a devem constituir. Condições de autonomia das Faculdades existentes nas Províncias e da Escola de Minas de Ouro Preto em relação à Universidade. 3<sup>a</sup> Organização do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Instrução Pública. Atribuições de cada um deles. Criação de uma Inspeção Geral de Instrução Superior. 4<sup>a</sup> *Não publicada*. 5<sup>a</sup> Faculdades de Medicina. Cursos especiais que devem compreender. Plano de estudos de cada um deles. Ensino prático. 6<sup>a</sup> Escola Politécnica. Cursos especiais que deve compreender o seu plano de estudos. Ensino prático. 7<sup>a</sup> Criação de uma Faculdade de Letras. Sua organização e plano de estudos. 8<sup>a</sup> Criação de uma Faculdade de Ciências Religiosas. Sua organização e plano de estudos. 9<sup>a</sup> Escola de Minas de Ouro Preto. Sua organização e ensino. 10<sup>a</sup> Organização do professorado dos estabelecimentos de ensino superior. Seus direitos e prerrogativas. Incompatibilidades a que deve estar sujeito. Meios de animação. 11<sup>a</sup> Processo e julgamento dos exames nos estabelecimentos de ensino superior. 12<sup>a</sup> Sistema disciplinar e meios de emulação para os alunos dos estabelecimentos de ensino superior. 13<sup>a</sup> Coeducação dos sexos nos estabelecimentos de ensino superior. 14<sup>a</sup> Liberdade de ensino superior. 15<sup>a</sup> Cursos livres nos estabelecimentos de ensino superior. 16<sup>a</sup> Faculdades Livres, suas prerrogativas. Limites da fiscalização que sobre elas deve exercer o Estado. 17<sup>a</sup> Competência dos Poderes Provinciais para criar estabelecimentos de ensino superior.

Leôncio de Carvalho, no projeto de Lei de *Reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e em todo o Império*, pelo Decreto n.º 7247 de 1879, havia inserido o jardim de infância como primeiro segmento do ensino primário. De acordo com o artigo 5º, esta modalidade escolar estava voltada para a “primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 anos de idade”. Os estabelecimentos deveriam ser “fundados em cada distrito do município da Corte e confiados à direção de professoras” (BRASIL, 1879, s/p). Enquanto membro da Mesa do Congresso de Instrução, podemos supor que a inclusão dessa discussão entre as questões que seriam debatidas, tenha ocorrido por sua influência.

No Brasil, as propostas de inserção dos jardins de infância como modalidade de ensino tornaram-se mais visíveis a partir da década de 1870 (KISHIMOTO, 1988; KULHMANN Jr., 2011; BASTOS, 2008; MONARCHA, 2009, MONÇÃO, 2015). Alguns fatores podem ser levados em consideração para que esta questão tenha se tornado sobressalente para as discussões e proposições, das quais, podemos considerar: a inserção e desenvolvimento de um ideal de infância e sociedade inspirada e influenciada por parâmetros em voga no contexto europeu ocidental e estadunidense (LUC, 1995; ARCE, 2002; CHAMON, 2005; 2008; DURÃES, 2011); aspectos referentes a gênero e suas relações com estruturação de um modelo familiar nuclear pautado em princípios modernos (BARRAGÁN, et al, 2016); a desvinculação da mulher do ambiente doméstico no contexto do processo de industrialização da sociedade (PINSKY, 2009); a questão da implementação do trabalho assalariado (CHALHOUB, 2012)<sup>13</sup>; a formação do cidadão urbano e moderno de modo a se ensinar-lhe hábitos e valores para a vida no contexto urbano (VIEIRA, 1884); entre outras.

A escola primária, sobretudo, deveria promover meios para “o desenvolvimento do hábito do trabalho” como forma de superar os desvios sociais e “livrar a sociedade dos vícios” (RIZZINI, MARQUES, MONÇÃO, 2013, p. 169). Foi nessa perspectiva que Leôncio de Carvalho, em fala apresentada na conferência popular realizada na Escola de São José em 1879, reclamava que “os meninos que ainda não têm atingido a

---

<sup>13</sup> Embora a discussão proposta por Chalhoub (2012) não tenha como foco o processo de escolarização da população, podemos compreender, através da historiografia, que nesse projeto a escola fora tomada como o local da transformação dos velhos costumes e da construção da identidade moderna. Foi nesse contexto que as discussões sobre a educação da criança de escolas infantis se ampliaram, especificamente com a “Lei do Ventre Livre”, promulgada em 28 de setembro de 1871 (MONÇÃO, 2015). A proposta estava vinculada a preocupação em ensinar os hábitos do trabalho assalariado e em livrar as crianças que viviam com seus familiares, ainda em cativeiro, dos "vícios" da escravidão.

idade escolar (7 anos) vagam pelas ruas, contraindo maus hábitos, importunando os transeuntes, atropelados pela polícia (SCHUELER, RIZZINI, 2007), que não sabe o que fazer deles” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, p. 2)<sup>14</sup>.

Na intencionalidade em colocar o país nos trilhos da modernidade e do progresso, em 19 de abril de 1879 foi aprovado o Decreto n.º 7247 que regulamentou a “reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império”<sup>15</sup>, da autoria de Leôncio de Carvalho (BRASIL, 1879). Carlos Leôncio da Silva Carvalho (1847-1912), político brasileiro de proeminente inserção no governo Imperial, esteve envolvido com as pautas que discutiam e promoviam projetos de alteração da instrução pública. Nesse decreto, o artigo 5º determinou a criação “em cada distrito do município da Corte, e confiados à direção de professoras, jardins de infância para a primeira educação de meninos e meninas de 3 a 7 anos de idade” (BRASIL, 1879, s/p). O fato inédito, por sua vez, acompanhava algumas iniciativas encaminhadas na Corte por sujeitos que atuavam no ensino privado.

Em 1875 foi criado na Corte, o primeiro Jardim de Infância. Localizado na rua dos Inválidos, n.º 26, na freguesia de Santo Antônio, região central da cidade. A “novidade pedagógica” era mais um serviço escolar que passou a ser oferecido pelo Colégio Menezes Vieira, uma renomada escola que era frequentada pelas famílias pertencentes à elite econômica carioca, de acordo com Bastos (2002). O Colégio carregava o nome de seu fundador, o médico Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897), formado pela Faculdade Imperial de Medicina no Rio de Janeiro.

Menezes de Vieira era um destacado personagem da vida intelectual e política no contexto imperial. As ações desenvolvidas por sua escola, a partir da década de 1875 com a inauguração do Jardim de Infância, passaram a figurar como modelo bem-sucedido de educação da infância, que pautou discursos de seus aliados entusiastas. Dentre eles podemos conectar o então político Leôncio de Carvalho e indagar: teria a experiência do jardim de infância, empreendido dentro dos muros do Colégio Menezes Vieira, inspirado Carvalho a inserir, no artigo 5º do Decreto n.º 7247 de 1879, a obrigatoriedade de oferta dos jardins de infância em todo o território do município da

---

<sup>14</sup> A *Gazeta de Notícias* iniciou sua circulação pela cidade do Rio de Janeiro em 1º de agosto de 1875. Ela marcou a nova era vivenciada pelo jornalismo brasileiro no século XIX com a modernização da imprensa carioca pela compra de maquinários e contratação de tipógrafos importados da Europa e o “novo” jeito de fazer jornalismo. Além da inovação do maquinário, a *Gazeta de Notícias* investiu no barateamento do produto e também na diversidade de informações, com notícias voltadas para os acontecimentos sociais, buscando o entretenimento dos leitores (ASPERTI, 2006).

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em 22/9/2016.

Corte? Cabe destacar que a proposta do ministro pretendia alcançar a população pobre, incluindo os meninos que vagavam pelas ruas, segundo preocupação manifestada na conferência popular realizada na Escola de São José em 1879 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n.º 329, p. 2).

Em 21 de abril de 1880, na coluna “Manifestações” do *Jornal do Commercio*, falou-se sobre a comemoração de um ano da aprovação do Decreto referendado pelo então Conselheiro Leôncio de Carvalho. O texto segue um tom laudatório e enaltece as manifestações populares em celebração ao aniversário da dita legislação. Dá conta de expor que “mais de 800 pessoas” se fizeram presentes no festejo. Dentre eles estavam alunos da “Faculdade de Medicina”, que contrataram “8 bondes especiais” para se dirigirem à celebração na casa do Conselheiro “à rua Marques de Abrantes”. Além destes compareceu um “grande número de professores públicos e particulares e muitos alunos dos cursos noturnos que fundara quando ministro”. Houve também uma “comissão de meninos do Colégio Menezes Vieira que entregou um lindo quadro, com uma bela fotografia do Jardim de Infância, que existe naquele conceituado estabelecimento”. Ao final da festa, “que se prolongou até às 2 horas da madrugada (...), o Sr. Conselheiro Leôncio de Carvalho declarou que, em homenagem ao aniversário da reforma da instrução, entregava naquele momento a carta de liberdade ao seu escravo de nome Clemente”<sup>16</sup> (JORNAL DO COMMERCIO, 21/4/1880, n.º 111, p. 1-2).

Embora não tenha sido possível apontar aproximações mais detalhadas entre Leôncio de Carvalho e Menezes Vieira, é possível imaginar possíveis pontos de contato entre os personagens. As experiências educacionais e as articulações políticas do Colégio Menezes Vieira podem ter influenciado a ação do Conselheiro ao inserir o jardim de infância como modalidade de escolarização primária no decreto de reforma da instrução de 1879. Outro indício de proximidade existente entre os dois personagens se percebe em notícia publicada pela *Gazeta de Notícias* no dia 30 de novembro de 1879. Meses após a promulgação do Decreto de reforma da instrução, Carvalho declarou, em resposta aos argumentos contra os jardins de infância apresentados pelo conselheiro Junqueira, que considerava o jardim de infância como “uma instituição de caridade”, que era uma instituição de modelo escolar que previa a primeira educação da infância (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n.º 329, p. 2 ).

---

<sup>16</sup> Havia um costume de libertação de escravos e escravas nas festas dedicadas à promoção da sociedade. Uma espécie de ritual para a manifestação do espírito benéfico de seus proprietários.

A defesa que fez da instituição de educação infantil, diante das proposições apontadas por Junqueira, se justifica ao declarar que:

Se antes de falar sobre este assunto, S. Ex. tivesse visitado um jardim de infância que existe bem próximo ao Senado, no Colégio Menezes Vieira, sob a direção de uma ilustrada senhora, não avançaria, sem dúvida, aquela temerária proposição (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n.º 329, p. 2).

O Congresso da Instrução previa discutir entre os pontos das sessões projetos voltados para os jardins de infância. Assim, ficou estabelecido pela Mesa do Congresso que a 4ª questão seria destinada à apresentação de pareceres voltados a projetos para a “Organização dos Jardins da Infância”. Como pareceristas foram convocados aqueles que eram tidos como referência no assunto pelos trabalhos desenvolvidos ou, ainda, por familiaridade ou domínio na temática: Joaquim José Menezes Vieira, Joaquim Teixeira de Macedo e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Os pareceres apresentam os aspectos indicados pelo artigo 7º do Regulamento do Congresso da Instrução. Versam sobre a “exposição dos fatos” e apresentam “proposta que sirva às bases e deliberações do Congresso” (BRASIL, 1884, p. 3).

Para discorrer sobre a análise dos pareceres, optei por seguir a ordem de apresentação que consta na fonte *Atas e pareceres do Congresso de Instrução*, com o intuito, apenas, de seguir a estrutura original apresentada pelo documento. O primeiro parecer é o de Joaquim José de Menezes Vieira. Ele inicia suas discussões apresentando um panorama histórico sobre a criação do *Kindergarten*, Friedrich Fröebel, bem como o tripé de sustento da metodologia do método froebeliano: o cultivo das forças físicas, intelectuais e morais nas crianças. Em seu texto, convida para a conversa pensadores e “pedagogistas” europeus que atuaram em jardins de infância no velho continente. Discorre sobre os benefícios que os Jardins poderiam proporcionar ao Brasil, no que se refere à formação de cidadãos saudáveis em contraposição ao “quadro que se apresenta a nossa população escolar: um *batalhão de crianças decrepitas, caminhando certo ao encontro da fatal tuberculose*” (VIEIRA, 1884, p. 5, grifos no original).

Joaquim José Menezes Vieira (1848-1897) estava articulado ao cenário político, intelectual e educacional da Corte carioca. Proprietário do primeiro jardim de infância da cidade tornou-se referência no assunto que permitiu seu estabelecimento de ensino ser citado em conferências, discursos, artigos da imprensa diária e pedagógica, como modelo que deveria ser seguido. De acordo com Bastos (2002), além de se ocupar das tarefas da direção do colégio que era proprietário, atuava como professor. Menezes

Vieira, graduado em medicina, lecionou do Instituto dos Surdos Mudos, entre 1872 e 1888, e foi diretor do *Pedagogium*<sup>17</sup>, entre 1890 e 1897, a convite de Benjamin Constant (BASTOS, 2002b, 2013). Além dos cargos exercidos em instituições de ensino, Menezes Vieira teve grande produção e projeção no mundo das letras. Artigos publicados em periódicos, pareceres, conferências, manuais didáticos e produção de jornal destinado às crianças estão dentre suas formas de atuação no cenário educativo brasileiro (BASTOS, 2013; REIS, 1913, 1914).

Com relação à primeira infância, considerava que embora fosse “atribuição da família” a educação dos miúdos, o Jardim de Infância iria auxiliar no combate dos “maus hábitos e instintos, extirpando os vícios, inoculando os princípios da ordem, do asseio, da economia”. Ainda, depuraria “a linguagem de termos baixos ou desonestos, e, ao mesmo tempo, enriqueceria o vocabulário pela aquisição de novos conhecimentos”. Esses feitos poderiam ser alcançados, segundo Vieira, pelo cultivo racional das “*forças físicas, intellectuaes e moraes*”, organizadas a partir do método froebeliano (VIEIRA, 1884, p. 2. Grifos no original).

Embora as experiências do jardim de infância no período imperial estivessem apoiadas em experiências privadas<sup>18</sup>, a defesa deste tipo de “escola” não se limitava apenas a oferta às crias das elites. “Os filhos dos pobres” e as crianças “órfãs e desprotegidas” também deveriam ter acesso a este tipo de educação, como defendeu Menezes Vieira em 1880, em texto publicado na *Gazeta de Notícias*. Ali, pontuou aos leitores do jornal quais seriam os objetivos dos jardins de infância, sua importância e contribuição para o desenvolvimento infantil.

Para ele, a aplicação dos Jardins de Infância para a “classe pobre” tinha como objetivo intervir e prevenir sobre aquelas “crianças [que] vagueiam pelos pátios e pelas ruas, expostas à mil acidentes, adquirindo maus hábitos, preparando-se para a garotagem” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19/09/1880, n.º 258, p. 3). Em uma outra lógica,

---

<sup>17</sup> O *Pedagogium* foi um órgão do governo republicano, vinculado a Inspeção de Instrução Pública, criado pelo governo provisório, via decreto n.º 667 de 1890. Estava voltado para o estabelecimento de ações destinadas a formação do professorado carioca que atuava no contexto público e privado de ensino (KULHMANN Jr. 2013, MARQUES, 2015).

<sup>18</sup> Monção (2015) fez um levantamento dos estabelecimentos de ensino que ofertavam jardim de infância na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1875-1909, via consulta aos anúncios do jornal *Gazeta de Notícias*. No recorte de 1875 a 1883, data prevista de realização do Congresso de Instrução (1883) cinco escolas foram localizadas: Colégio Menezes Vieira, Colégio Almeida Martins e o Colégio Aquino, localizados na freguesia de Santo Antônio; o Pequeno Jardim de Infância/Colégio Fröebel, localizado no Engenho Velho e o Jardim da Infância, na freguesia de Santo Antônio. Embora os estabelecimentos carreguem consigo o termo “jardim de infância” não é possível afirmar que todos seguiram os princípios da metodologia froebeliana ou se auto intitulavam dessa maneira por receberem crianças menores de sete anos com a aplicação de outra metodologia de ensino.

para os filhos da “alta sociedade”, “se [eles] não vagueiam pelas ruas, vivem com os fâmulos e com os escravos, cuja influência desgraçadamente nenhum brasileiro pode ignorar”. Seus pais vivem nos “espetáculos líricos”, nos “passeios à rua do Ouvidor”, nas “estações de Petrópolis e Friburgo” e isso não permite que “as crianças recebam todo o desvelo de que carecem” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19/09/1880, n.º 258, p. 3). Embora as perspectivas de atuação sobre esses sujeitos fossem distintas e criadas a partir do recorte social, elas deveriam sofrer a influência da escola no seu processo formativo<sup>19</sup>.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Joaquim Teixeira de Macedo considerou no seu parecer que não havia nenhum tipo de “censura” aos jardins de infância que fossem “fundadas em razões de ordem social”. Para Macedo, “o jardim da infância não convém apenas aos filhos dos pobres”. Para ele,

o jardim da infância convém a todas as crianças, qualquer que seja o grau de fortuna de seus pais e os direitos das famílias não são atacados, quando o estado, ou alguém por ele, e sob as suas vistas, intervém para ajudá-las a educar seus filhos, que são ao mesmo tempo filhos do país (MACEDO, 1884, p. 6, grifos no original).

Embora os estudos sobre sua biografia sejam escassos, Gasparello e Cavalcanti (2006) indicam que Joaquim Teixeira de Macedo teve considerável participação nas discussões políticas e educacionais postas nas décadas de 1870 e 1880. Foi um “grande divulgador da pedagogia alemã, tradutor de leis, regulamentações e textos pedagógicos sobre a instrução pública da Prússia e da Áustria”. Sua atração pelo universo germânico pode ser entendida por sua aproximação com esta região, pois estudou na Universidade de Munique (GASPARELLO, CAVALCANTI, 2006).

Além de sua afinidade é compreensível que o “quase desconhecido dos historiadores da educação” tenha se colocado a favor dos jardins de infância. Era um dos divulgadores das obras e pensamento de Pestalozzi na corte imperial, através da tradução de textos em alemão, na divulgação de suas ideias em periódicos locais e ao subir nos púlpitos das conferências e reuniões pró divulgação das “ciências pedagógicas” (GASPARELLO, CAVALCANTI, 2006, s/p).

Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, a terceira parecerista, ao emitir suas observações sobre a quem se destinaria o Jardim de Infância, considerou que no “intuito

---

<sup>19</sup> Além do viés de classe, é pertinente apontar o de raça na questão do alunado dos jardins de infância. Por exemplo, o fundador do Colégio Fröebel foi o professor Hemetério do Santos, intelectual negro atuante no combate ao racismo e na defesa do acesso dos negros à educação (SILVA, 2015; SCHUELER, RIZZINI, 2016; SANTOS, 2016).

de auxiliar a família na educação da criança e de supri-la para os órfãos e desprotegidos, que não a tem, criou o eminente pedagogo alemão C. F. Fröebel” (ANDRADE, 1884, p. 1). Para a professora, a educação da infância cabia à família, “como a educadora natural e legítima”. Ao homem, estava a responsabilidade providencial e a mãe deveria “ser a primeira mestra de seu filho”. Contudo, defendia que para que as mães cumprissem a missão de mestra da família, elas deveriam adquirir “instrução e tempo suficiente (que nem todas podem ter) para dirigir o exercício das faculdades naturais da criança” (ANDRADE, 1884, p. 1).

De acordo com a pesquisa que realizei durante o mestrado, Monção (2015), um aspecto que vale ressaltar é a abrangência do atendimento de distintas infâncias que o Jardim de Infância permitiria. Se por um lado, havia um claro projeto para a educação das crianças oriundas das classes populares em vista dos resultados esperados e desejados para a estruturação de uma nova ordem social pautada no trabalho assalariado, por outro, existia um discurso voltado para os benefícios que a escola infantil favorecia às famílias abastadas. Para esse grupo, matricular o filho no jardim de infância possibilitaria às mães continuarem participando dos eventos sociais e ainda, a substituição do constante contato e companhia de escravos, amas e outros indivíduos considerados inaptos, pelos cuidados de professoras formadas e capacitadas para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e sociais da criança. Isso permitiria o isolamento da criança, mantendo-a distante das más companhias (MONÇÃO, 2015).

No Congresso da Instrução, a defesa dos jardins de infância não ficou restrita aos pareceristas convocados para o tratamento dessa modalidade de ensino. A perspectiva da assistência era um dos vieses da temática dos jardins de infância que acompanhava as discussões referentes à liberação da mão de obra feminina, às crianças órfãs, ingênuos e a todas as outras categorias para a infância pobre forjadas no decorrer do século XIX.

Nessa linha de pensamento, o parecerista do Congresso da Instrução Rozendo Moniz Barreto<sup>20</sup> (1845-1897), responsável pela “10ª questão sobre o “Sistema disciplinar e meios de emulação para os alunos dos jardins de infância, das escolas primárias e dos estabelecimentos de instrução secundária”, defendia essa modalidade de ensino e fazia coro aos argumentos de Menezes Vieira e outros. Barreto era favorável à implementação de jardins de infância no Brasil. Considerava que o “sistema Fröebel”

---

<sup>20</sup> Rozendo Moniz Barreto (1845-1897), poeta, primeiro cirurgião honorário da armada e lente de filosofia do Colégio Pedro II (BLAKE, 1883).

era um “elemento novo, o trabalho inteligente” para o desenvolvimento infantil. O discurso baseado na questão do trabalho feminino, a questão dos órfãos e ingênuos são evocados em seus argumentos. Em crítica aos opositores, declarou:

Aos que protestam em nome da maternidade, preterida em sua egrégia missão pela escola de Fröebel, num país onde ainda não há trabalho organizado em grande escala para mulheres, pergunta-se: e as crianças órfãs de mãe? E as enjeitadas? E as desvalidas, cujos pais se anulam na miséria, no vício e na enfermidade? E os ingênuos, em número crescente, a cuja educação deixam de prestar-se os possuidores das escravas beneficiadas pela lei de 28 de setembro? E quantas senhoras distintas, afeitas a divertimentos e ocupações fora de casa, não se aliviarão certos cuidados maternais, preferindo levar seus filhinhos ao jardim da infância a deixá-los entregues ao incerto zelo de escravos e fâmulos? (BARRETO, 1884, p. 2).

Embora, até aqui, possa parecer que os discursos eram uníssonos em prol da implementação do Jardim de Infância no “sistema” educativo brasileiro imperial, havia proposições divergentes em cena. Posições contrárias também surgiram. Assim o fez o parecerista Alberto Brandão ao tratar da 10<sup>a</sup> questão sobre o “Sistema disciplinar e meios de emulação para os alunos dos jardins de infância, das escolas primárias e dos estabelecimentos de instrução secundária”. Declarou que esse tipo de instituição deveria ser combatido pois retirava da mãe “o exercício de sua mais nobre missão – cuidar dos filhos (...)”. A “instituição de caridade e de economia moral”, ainda, provocava o “enfraquecimento dos laços da família” por arrancar a criança do lar. Contudo, considera que, se “como instituição de caridade e de economia social forem os jardins adaptados entre nós, seus princípios disciplinares devem-se modelar pelo *amor paciente à criança; direção plenamente maternal*” (BRANDÃO, 1884, p. 1. Grifos no original).

Dentre os pareceristas pró-jardins de infância, Teixeira de Macedo foi o mais incisivo no combate às opiniões que eram contrárias à educação da primeira infância e em defesa dos jardins de infância.

As censuras à escola infantil que se colocavam nos debates, nos salões das conferências e nos periódicos, segundo ele, poderiam ser categorizadas em três aspectos: pecuniárias, fundadas em razões sociais e pedagógicas.

A primeira se fundamentava nas “grandes despesas” que demandariam “uma boa organização dos Jardins da Infância” que incluía a construção de espaços apropriados, a compra de material tanto de natureza ordinária necessária a uma escola, como daqueles específicos da metodologia froebeliana, os vencimentos “de um pessoal numeroso e idôneo”. A segunda, “de ordem social” se referia aos “efeitos prejudiciais a vida dos

pobres, lesão dos direitos e liberdade da família, enfraquecimento do pátrio poder”. A terceira, a inexistência de local para a formação adequada das mestras que atuariam na educação das crianças, as jardineiras (MACEDO, 1884, p. 15). Esta última foi pauta de grande discussão entre os pareceristas, pela qual é possível identificar projetos e perspectivas divergentes que estavam em disputa.

Outros pareceristas tocaram no assunto, principalmente aqueles que se dedicaram à questão das escolas primárias. Como foi o caso de Januário dos Santos Sabino, parecerista da 5ª questão “Classificação das escolas primárias: disciplinas que devem ser ensinadas; material escolar”. Para ele, essa modalidade de ensino estava relacionada ao fato da mulher necessitar trabalhar para auxiliar o homem na “manutenção [material] da família”. Enquanto os pais estivessem ocupados, as professoras assumiriam o papel da vigilância dos pequenos, promoveriam os cuidados físicos e morais, além de uma instrução inicial. Esse período de contato com as professoras favoreceria que os alunos fossem “convenientemente preparados” para a escola primária, preparando “o terreno em que terá de semear”. “Simplificará o trabalho” e, a professora primária, “aliviada deste ônus que atualmente sobre ela pesa, melhor desempenhará a sua missão” (SABINO, 1884, p. 3-4).

Sabino ainda defendia que:

o valor educativo dos jardins da infância pode-se facilmente avaliar atendendo-se a que têm por fim fortificar e completar a educação material da criança, prepará-la para o ensino ulterior por exercícios corporais bem regulados, pela educação dos sentidos e por uma primeira cultura espiritual própria à idade (SABINO, 1884, p. 1).

Os discursos e proposições apresentados pelos pareceristas orbitam em torno da questão da educação da infância e entendem o jardim de infância como um instrumento escolar que favoreceria melhor sucesso na escolarização das crianças durante sua trajetória na escola primária e também no que compete a formação do cidadão. O jardim de infância, entendido como dispositivo de intervenção social por meio da escolarização iniciada aos três anos de idade, surgia como uma promessa de melhoria ao sistema educativo brasileiro. Contudo o jardim de infância, enquanto instituição educativa específica, havia sido desenvolvido por perspectiva e metodologia específica, estruturado por Friedrich Fröebel.

Diante de aspectos da metodologia froebeliana, que se utilizava de recursos didáticos específicos, é possível considerar que a estrutura da metodologia por Fröebel não fosse de domínio daqueles que estavam imersos nos debates dos problemas da

educação. Afastados da proposta metodológica organizada por Fröebel e difundida pelos *froebelistas* ou *kindergartianos*<sup>21</sup>, os pareceristas se arriscaram em propor ações que não eram condizentes com as especificidades de um jardim de infância como: a construção de um currículo como o escolar; ou a necessidade de iniciar a alfabetização das crianças neste estágio de vida; o ignorar a necessidade de prédios, mobiliários e materiais pedagógicos próprios; a questão da formação das professoras que atuariam com os pequenos, entre outras.

Como é o caso do parecer apresentado por José Manoel Garcia, na 5ª questão: “Classificação das escolas primárias: disciplinas que devem ser ensinadas; material escolar”. Em sua proposição sobre as “disciplinas que devem ser ensinadas” nas escolas primárias declarou que os “jardins de crianças” seriam organizados em dois anos e se ensinaria as disciplinas abaixo:

Tabela 1: Currículo proposto aos jardins de infância por João Manoel Garcia (GARCIA, 1884, p. 7).

<b>1º ano</b>	Noções de coisas e exercícios de linguagem Orações Jogos de reflexão e de movimento Canto Ginástica
<b>2º ano</b>	Noções de coisas e exercícios de linguagem e de desenho Rudimentos de leitura e escrita Numeração e tabuadas das quatro operações e do sistema métrico Orações Jogos de reflexão e de movimento Canto Ginástica

A organização acima, apresentada por Garcia (1884), não convergia com a proposta original do jardim de infância pelos seguintes aspectos: 1) previa apenas dois anos de “escolarização” quando estava previsto o atendimento de crianças com idades entre três e sete anos e; 2) sua perspectiva apresenta-se a partir de uma pré-escola no

---

<sup>21</sup> Estes dois termos se referem àqueles que eram seguidores do pensamento de Fröebel, como Menezes Vieira, Maria Guilhermina e outros sujeitos. Mais sobre esse termo e sua proposta subjacente será abordado no capítulo seguinte.

qual elementos de domínio rudimentar alfanumérico seriam introduzidos, o que era combatido pelos ativistas dessa modalidade de ensino.

### **1.3 A participação feminina na educação ao final do Oitocentos: mulheres no Congresso de Instrução de 1883 e nas escolas**

Dentre os convocados ao Congresso de Instrução apenas três eram mulheres. As professoras, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1842-1929), que apresentou parecer sobre a 4ª questão do Congresso, “Organização dos Jardins da Infância”; Rosalina Pereira Frazão<sup>22</sup> sobre a 5ª questão, “Classificação das escolas primárias. Disciplinas que devem ser ensinadas. Material escolar”; e Thereza Pizarro Filha<sup>23</sup>, sobre a 15ª questão, a “Organização do ensino secundário para o sexo feminino”. Elas estavam como representantes do grupo de diretoras de instituições de ensino privado, professoras da instrução primária pública e professoras da instrução primária privada, respectivamente. Além dessas mulheres, Adelina Amélia Lopes Vieira, Luiza Ferreira de Sampaio e Belmira Amélia da Silva também foram convidadas, pelo Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do município da Corte, para fazerem parte do Congresso (BRASIL, 1884). Porém, por motivo não identificado, não participaram.

A presença das três mulheres como pareceristas do Congresso da Instrução pode ser compreendida em conexão à inserção feminina no espaço público, principalmente no contexto educacional no decorrer do século XIX, a participação oportunizada pelo processo de escolarização desse grupo social. Elas participaram dos debates sobre a educação feminina e da “ampliação dos direitos das mulheres, professoras, escritoras, jornalistas e intelectuais, mulheres que exerceram variados ofícios no mundo das letras”, além da presença de homens articulados com a defesa da temática (GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 207). Dentre elas, algumas “acionaram a pena visando ampliar sua participação na sociedade e reivindicando direitos, como o acesso à instrução e à educação formais” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 207; GARZONI, 2012; STASIO

---

<sup>22</sup> Professora primária, esposa do professor Manoel José Pereira Frazão que também participou como parecerista no Congresso da Instrução. Sobre a atuação desses dois personagens ver em Teixeira, Schueler (2006), Schueler (2005, 2008).

<sup>23</sup> Thereza, ou conhecida pelo título Baronesa de Paranapiacaba, esteve inserida nos debates em prol da criação de escolas de ensino secundário para meninas, inclusive para ingênuas. Fundou, no Rio de Janeiro, o Colégio Santa Tereza (TEIXEIRA, 2010), além de ter atuado como tradutora de obras literárias dos títulos: A estrangeira (1878), Amigo das mulheres (s/d), Benevenuto Cellini (s/d), Flor de Aliza (1876), Florilégio de romancetes (1888), Viagem de Stanley em procura de Levingstone (s/d) (COWLING, 2012, 2013). Informação sobre sua produção literária está disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=15677>. Acesso em 30/9/2016.

et al, 2016; SOIHET, ESTEVES, 2008)<sup>24</sup>. Em concordância com Schueler (2008), embora a participação delas no contexto das discussões públicas seja tímida, em relação à masculina, ela é relevante e demonstra a presença de mulheres nos “grupos de sociabilidade intelectual” do século XIX (SCHUELER, 2008, p. 12).

Ao se analisar a participação das três mulheres em um evento da grandeza, como pretendia ser o Congresso da Instrução, torna-se indispensável articulá-la ao processo de escolarização da população feminina, principalmente no decorrer do século XIX. É possível visualizar na tabela abaixo, a partir de dados dos relatórios do Império que se referem ao período entre 1837 e 1889, coletados e organizados por Castanha (2015), o avanço do número de matrículas de alunas e professoras que passaram a ocupar os espaços escolares públicos. A tabela se refere as províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraná e ao Município da Corte. Nela é possível observar um vertiginoso crescimento do número de matrículas de alunas e professoras nas escolas públicas.

Tabela 2: Participação feminina em porcentagem no número total de alunos e como professoras das escolas públicas da Corte, Província do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná, entre 1837 e 1889 (CASTANHA, 2015, p. 208).

Município da Corte					Província do Rio de Janeiro				
Ano	Total de alunos	Meninas	% de alunas	N.º de prof.ª	Ano	Total de alunos	Meninas	% de alunas	N.º de prof.ª
<b>1839</b>	1.316	340	25.83	6	<b>1837</b>	664	65	9.78	2
<b>1854</b>	1.464	555	37.90	9	<b>1856</b>	5.136	1.345	26.18	58
<b>1870</b>	4.383	1.903	43.41	21	<b>1872</b>	9.690	2.921	30.14	155
<b>1888</b>	9.021	4.122	45.69	48	<b>1887</b>	19.123	6.895	36.08	166
Província de Mato Grosso					Província do Paraná				
<b>1854</b>	417	18	4.31	2	<b>1856</b>	1.324	453	34.21	11
<b>1874</b>	1.248	300	24.03	6	<b>1872</b>	1.951	609	31.21	31
<b>1889</b>	1.479	516	34.88	12	<b>1887</b>	4.506	1.659	36.81	39

Salvo as fragilidades relativas aos levantamentos estatísticos<sup>25</sup>, em decorrência das dificuldades materiais, estrutura administrativa, tamanho territorial e até mesmo questões metodológicas (MARTIN, 2001), a leitura dos dados apresentados impõe três questões que necessitam ser levadas em consideração sobre o processo de escolarização

<sup>24</sup> A produção histórica sobre a participação de mulheres na vida pública pela via da escrita é extensa. Minha intenção foi pontuar as produções que considero importantes, permitindo ao leitor interessado enveredar na temática pelas discussões efetuadas pelas autoras.

<sup>25</sup> Gil (2008, 2009) problematiza o uso de estatísticas como fontes para a história da educação.

desse grupo: 1) a superação de uma leitura e compreensão da escolarização feminina pautada na concessão da sociedade paternalista (THOMPSON, 2011) para uma perspectiva que reconheça e valorize a inserção de meninas e mulheres no ambiente escolar em função das pressões e demandas desta população por instrução; 2) o Governo Imperial e das Províncias interagiam com as demandas sociais oportunizando a criação dos espaços destinados para a instrução dessa população (SCHUELER, RIZZINI, MARQUES, 2015), incluindo a criação de leis e reformas que inseriram meninas e moças no mundo escolar (SCHUELBAUER, 2006) e; 3) antes do processo de escolarização pela escola pública para meninas e a escola normal para moças, a educação obtida no seio da família, deve ser levada em consideração (VILLELA, 2012).

O contato e domínio do mundo escrito e o acesso a referenciais culturais, enquanto desdobramento da escolarização de meninas e moças, de acordo com Sá e Rosa (2004), Harner (2011) e Castanha (2015), oportunizaram o movimento nomeado de “feminização do magistério”, estabelecido em finais do Oitocentos e consolidado no decorrer do século XX (CASTANHA, 2015; SÁ, ROSA, 2004; HAHNER, 2011). Tal ponderação fornece uma outra perspectiva de compreensão para este processo, em contraposição, como aponta Uekane (2016), há um direcionamento mais tradicionalista da historiografia que associa o processo da feminização do magistério em função do abandono da profissão docente pelos homens que, por razão dos baixos rendimentos, migraram para os espaços de trabalho nas indústrias (LOURO, 1997; LOPES, 2010, DURÃES, 2011).

Outro elemento importante que não se pode perder de vista nessa discussão se refere a construção das representações paradigmáticas sociais-identitárias sobre as figuras feminina e masculina apoiadas no “fundacionalismo biológico” (SOIHET, PEDRO, 2007, p. 293), criado pelo discurso da medicina, higiene e teoria positivista (MÜLLER, 1999; GONDRA, SCHUELER, 2008). A defesa da atuação da mulher no campo educacional passou a ser defendida, no decorrer do século XIX, a partir da difusão de um atributo referente a uma suposta *natureza* feminino-materna. As mulheres passaram a ser entendidas como proprietárias de um “dom” natural ao cuidado maternal, fonte de zelo e candura, por isso deveria ser preterida no mundo escolar aos homens (CARDOSO, 2009; CHAMON, 1996; SÁ, ROSA, 2004; RABELO, MARTINS, 2006; CHAMON, 2008).

A mulher era reconhecida:

como educadora dos seus próprios filhos; o social, como educadora dos filhos do povo, responsável pela disseminação da educação da *infância*, nas escolas e colégio; e, finalmente, o patriótico, pela associação, cada vez mais presente, entre a formação dos cidadãos e o papel social das mulheres como figuras centrais no processo de (re)construção da nação (MÜLLER, 2001, GONDRA, SCHUELER, 2008).

Em 1º de setembro de 1878, foi publicada na coluna “Instrução” do *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, um texto no qual um autor não identificado criticava as “equivocas de erro e velharias” do cenário educativo imperial. Defendia uma reforma da instrução pautada no modelo do “ensino intuitivo”<sup>26</sup> em voga em alguns países como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha e nos Estados Unidos. Associado à sua proposição defendia o paradigma da infância enquanto “ser incompleto”, e que, para o desenvolvimento pleno e sadio, as escolas deveriam oferecer um ambiente agradável similar ao da família. Para ele, uma brusca mudança de ambiente não favorecia a aprendizagem.

Para transformar a escola em um lugar que apresentasse, de modo similar, os “afagos da família, dos conchegos e confortos do lar”, a figura feminina deveria ocupar o cargo de mestra em lugar do mestre. Segundo o autor, “o professor, senão carrancudo e severo, é quase uma seriedade e concentração tais, que repele toda a amizade e simpatia que lhe poderia ter o discípulo. A criança tem-lhe asco ou, quando menos, medo, quando lhe deveria ter amor”. E continua:

Se, em vez de um homem, o professor fosse uma mulher, a criança entraria mais alegre para a escola e aprenderia mais, porque todos os receios e temores se fundirão em presença desse ser feminino cheio de carinhos e bondades, tão semelhante a sua mãe, de cujo regaço acaba de sair (JORNAL DO COMMERCIO, 1/9/1878, n.º 244, p.1).

Seguindo esse direcionamento, Joaquim Teixeira de Macedo, em texto publicado em 19 de janeiro de 1879, no mesmo periódico, retoma a posição do autor desconhecido e declara sua simpatia à perspectiva do método intuitivo de ensino que optava pela mulher ao invés do homem para a direção da educação das crianças. Para Macedo, “a primeira educação do homem” deveria ser pela “mulher educada”. Diferente dos homens, as expressões de afago e animação, “que só podem partir do coração feminino” diferenciam-se do homem que não sabe “temperar os seus momentâneos ímpetos de ira”.

---

<sup>26</sup> Sobre a discussão referente aos métodos de ensino intuitivo ver: Schelbauer, 2006a, 2006b; Schueler, 2002.

Além disso, conclui, que “o pai de família” tem “graves preocupações alheias a sua vocação” (JORNAL DO COMMERCIO, 19/1/1879, p. 1).

Dando continuidade aos seus posicionamentos, em 31 de janeiro de 1879, retoma as páginas do *Jornal do Commercio*. Considerava que já era perceptível dentre as escolas do Município Neutro a diminuição de professores homens no ensino elementar e o crescimento do quantitativo feminino. No entanto, ponderou que:

Não se pense que é somente a falta de retribuição condigna que arreda os moços do magistério primário, outras coisas não menos penosas a isso concorrem. Ninguém ignora que o trabalho do ensino elementar, sedentário por natureza, monótono pela repetição cotidiana dos mesmos exercícios, humildade, posto que sem baixeza, é *antes adaptado ao sexo feminino, que ao outro* (JORNAL DO COMMERCIO, 31/1/1879, n.º 31, p. 1).

Para ele, o melhor professor de primeiras letras era a mulher por ser a única capaz de substituir figura da mãe (JORNAL DO COMMERCIO, 1/9/1878, p. 1) e se adaptar aos monótonos exercícios escolares, condições atreladas a uma suposta natureza feminina. Acompanhando essa perspectiva, Leôncio de Carvalho, em 1884, afirmou no mesmo periódico que o Brasil “não tem dado à mulher a intervenção que ela deve ter no exercício do magistério” (JORNAL DO COMMERCIO, 28/7/1884, n.º 208, p. 1).

Mesmo em um contexto em que se disseminavam discursos favoráveis à ocupação do espaço escolar pela população feminina, o acesso e permanência nos bancos escolares não foram um processo fácil. A limitação de escolas de instrução primária nas freguesias fora do núcleo central do Município da Corte e no Brasil, como denunciou Carvalho, era uma realidade: “ (...) pouco se cuida da educação do sexo feminino, para o qual apenas existem em todo o país 1.315 escolas” (JORNAL DO COMMERCIO, 24/7/1884, n.º 208, p. 2).

A participação dessas mulheres no cenário educativo, no contexto da segunda metade do século XIX, nos aponta para as mudanças de significado sobre o masculino e o feminino em curso no período. Novas identidades, papéis e funções sociais de homens e mulheres estavam em processo de construção e a escola desempenhou um importante papel no processo de constituição e consolidação de identidades, suas diferenciações e funções sociais pautadas sob a perspectiva de gênero. Podemos considerar, no caso da mulher, que a constituição de uma identidade moderna para a infância se interpôs à identidade feminina, inter-relacionando esses sujeitos e suas trajetórias.

Com relação aos estudos historiográficos sobre as representações das mulheres, bem como as funções sociais a elas destinadas, é uma temática que cresce a cada ano. Sua produção tomou fôlego a partir da década de 1960, em função do Movimento Feminista e por contribuições da História Social, História das Mentalidades/Cultural e também do desenvolvimento de pesquisas em Antropologia e suas influências nas ciências humanas (FACINA, SOIHET, 2004). Os estudos seguiram múltiplas matrizes teóricas e metodológicas. Apresentam divergências de posições, debates e controvérsias que perpassam desde uma perspectiva inicial de feitura de uma “história das mulheres” a perspectivas das relações de gênero e aquelas perspectivas pós-estruturalistas de relativização de conceitos, sentidos e significados, criados e experimentados sobre sexos (SOIHET, PEDRO, 2007; SOIHET, 2009).

Nesse contexto, revelavam-se, no cenário internacional, mulheres que enfrentariam a questão de abordagens inéditas e que oportunizaram consideráveis contribuições ao campo como, Michelle Perrot, Arlette Farge e Natalie Davis, principalmente, nas discussões com enfoque na atuação das mulheres no campo político. Nos anos seguintes, observou-se o surgimento de discussões em torno do termo “gênero” como forma de teorizar sobre as diferenças sociais desenvolvidas entre os sexos masculino e feminino. Ambos os movimentos, segundo Soihet (2003), são complementares e possibilitaram a desnaturalização das diferenças sexuais (SOIHET, 2003).

Além disso, os enfoques acima citados podem ser considerados como elementos de uma “virada nos estudos históricos” que passaram a se preocupar com questões não tratadas pela historiografia clássica e dominante. Esse movimento, segundo a autora, ocasionou a criação e manutenção de uma dualidade entre os gêneros, “especialmente, da divisão binária da humanidade, a partir das construções baseadas no sexo” (SOIHET, 2003, s/p).

Seguindo a trajetória da formação e discussão do campo da História das Mulheres e de Gênero, Soihet aponta que Joan Scott tem destaque nas discussões por ser uma entusiasta do termo gênero e por propor a criação de uma teoria própria que permitiria sustentar as análises realizadas e ainda a criação de um novo paradigma. Ela, Scott, considerava a possibilidade de formação de uma “epistemologia mais radical” que a desenvolvida pela História Social, pautada, por sua vez, pelo paradigma pós-estruturalista de Michel Foucault e Jacques Derrida, e que permitiria uma outra “perspectiva analítica”. Segundo Soihet (2003), Scott defendia, sobretudo, a rejeição de

uma oposição binária, entre masculino e feminino, em função da desnaturalização de uma ideia hierárquica, de superioridade e inferioridade entre gêneros, vista como algo natural das coisas (SOIHET, 2003).

Apresentando outra forma possível de abordagem das questões, Soihet (2003) aponta para Louise Tilly e Eleni Varikas. As duas historiadoras discordam do pensamento de Scott, que considera a História Social como campo limitador para a discussão dessas questões, campo “demarcado pelo determinismo econômico” nas análises empreendidas. Vale lembrar que as discussões iniciais da historiografia preocupada com as mulheres enquanto sujeitos históricos foram realizadas nesse espaço justamente por questões sociais e econômicas que Scott compreendia como limitadoras do avanço das pesquisas. Ambas não consideram que a perspectiva pós-estruturalista pode, de fato, contribuir para o desenvolvimento de uma “teoria de gênero” (SOIHET, 2003).

De acordo com Soihet (2003), a grande contribuição de Scott, na dimensão da inovação no terreno teórico e na produção do conhecimento histórico, é atuar sobre “a política como domínio de utilização do gênero para análise histórica”.

Acredita que o aprofundamento da análise dos diversos usos do gênero para justificar ou explicação de posições de poder fará emergir uma nova história que oferecerá novas perspectivas às velhas questões; redefinirá as antigas questões em novos termos – introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra. Tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e a nossa própria terminologia (SOIHET, 2003, s/p).

Assim, é proposto que se evite o binômio dominação/subordinação como terreno de confronto principal de produção de uma história das mulheres. Isso porque “apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir” e ser percebida em diversos períodos e espaços sociais, como através de complexas ações de “contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e ‘compensações’ no jogo da sedução e do reinado feminino”. A proposta metodológica colocada pelas pesquisadoras, Tilly e Varikas, é analisar as dimensões público e privado como unidade e não pelo tradicional enfoque dado, como dimensões e locais opostos, isolados e desconexos (SOIHET, 2003, s/p).

Durante o segundo semestre de 2015, cursei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense a disciplina *Gênero, Biografia e História*,

ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel Soihet. Nesse período, fui apresentado a um corpo teórico e metodológico sobre história das mulheres e gênero que, aos poucos, forneceu elementos que poderiam ser inseridos como marcos direcionais no processo de pesquisa da tese. Instigado pelas proposições desse campo, em determinado momento, indaguei-me sobre quais seriam as possibilidades e contribuições que as perspectivas histórico-feministas poderiam oferecer à produção de pesquisa inserida na história da educação? Certo de que as respostas possíveis são múltiplas, apresento algumas que considero fundamentais para o campo da história da educação. A primeira refere-se à necessidade do deslocamento de olhares sobre possíveis objetos de pesquisa que são, geralmente, selecionados a partir de uma perspectiva (dominante) masculina. Em uma área de produção de conhecimento formada majoritariamente por mulheres é possível identificar uma tendência em investigações voltadas para a ação efetuada por homens, estes enquanto personagens centrais, e pouca atenção dada para investigar a atuação de mulheres no cenário educativo brasileiro. A segunda, à necessidade de maiores problematizações sobre as relações de gênero existentes na estruturação e constituição do cenário educativo nacional, no que compete ao estabelecimento de funções e tarefas para mulheres e homens no decorrer desse processo.

Neste caminho, em associação com a discussão e problematização da escolarização feminina e a constituição de matrizes identitárias para as mulheres, tradicionalmente, a historiografia trabalha com a compreensão da existência de modelos curriculares diferenciados para meninos e meninas. Enquanto o primeiro estava pautado em questões voltadas para a racionalidade, matemáticas e a formação intelectual do futuro homem, o segundo voltava-se para a formação das futuras donas de casa e mães, assim, ensinavam-se sobre as prendas do lar, trabalhos de agulha, elementos rudimentares de leitura, escrita e cálculos (LOURO, 1997, MÜLLER, 1999). É possível problematizar essa perspectiva ao considerarmos que os preceitos e propostas para a formação feminina eram um campo de disputa.

Embora recentemente a historiografia da educação tenha ampliado o debate sobre a questão da escolarização feminina no decorrer do século XIX, outras frentes de trabalho necessitam ser criadas a fim de que as discussões possam avançar. Os mapas escolares das escolas para meninas, análise dos compêndios e até mesmo as professoras primárias que atuavam nesse cenário aguardam ávidos pesquisadores a se empenharem por esse caminho.

Em consulta ao fundo “Instrução Pública” no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), pude verificar, *en passant*, a existência de disciplinas nas escolas para meninas distintas para cada modalidade escolar. Se em uma escola privada é possível observar a existência de aulas voltadas para o ensino do bordado, música, canto, piano e assuntos relacionados as prendas domésticas, por outro, é possível verificar que em escolas públicas/subvencionadas, localizadas em locais com grande concentração de trabalhadores e população mais empobrecida, a oferta de um programa de ensino idêntico ao ofertado aos meninos. Como é o caso da 1ª Escola para meninas, localizada na Freguesia de Santana. No mesmo prédio, porém em espaço diferenciado, funcionava a 2ª Escola para meninos.

O mapa escolar referente ao primeiro semestre de 1887 nos informa que ensinavam às meninas as matérias: “português, doutrina cristã, aritmética, caligrafia, história sagrada, história do Brasil, gramática e desenho linear”, o mesmo que era trabalhado com os meninos. Ainda, outro fator que chama a atenção é o quantitativo de crianças que frequentaram o prédio escolar. Das 132 crianças frequentavam o prédio da Escola de Santana, 69 eram meninas e 63 eram meninos (AGCRJ, INSTRUÇÃO PÚBLICA, 12.4.26, p. 22-23).

É possível considerar que aquelas que frequentavam a 1ª Escola para Meninas, na Freguesia de Santana, tinham contato com os rudimentos da leitura, escrita, de cálculos e de formação moral pautada em princípios religiosos, cristão-católico; assim como os alunos da 2ª Escola para Meninos. Outrossim, acompanhando a análise de Gondra e Schueler (2008), é possível considerar que o acesso à escola permitia aos pobres e trabalhadores, inclusive as meninas, o acesso ao mundo urbano e ingresso no mundo do trabalho. Os rudimentos escolares eram vistos como necessários para uma sociedade que buscava transpor o trabalho pautado na força escrava para o assalariado.

Considero importante ressaltar que as categorias “feminino” e “mulheres” não são formadas por grupos homogêneos, únicos, sem conflitos, pautado em uma suposta ideia de “natureza feminina” (GONDRA, SCHUELER, 2008). As demandas, pelas mulheres agentes, na esfera individual e também coletiva, estavam atravessadas por suas experiências inerentes a classe social, raça e pela própria categoria gênero.

Pensar nas agências e nas experiências de mulheres no decorrer do século XIX a partir da perspectiva da interseccionalidade nos oportuniza perceber que as demandas sociais em pauta não eram homogêneas e sim heterogêneas; alguns pontos eram convergentes e outros contraditórios. Os projetos individuais e coletivos em prol da

inserção e atuação da mulher nos espaços sociais dominados por homens eram construídos pelas mulheres a partir da percepção de um mundo em que elas estavam inseridas (PISCITELLI, 2008; MATTOS, 2011; HIRATA, 2014).

Maria Guilhermina, Rosalina, Thereza, Adelina, Luiza e Belmira, foram mulheres que se inseriram nas discussões e proposições do Congresso de Instrução via atuação no magistério. Pelo ofício lançaram-se e estabeleceram-se como escritoras, proprietárias de estabelecimentos educativos, professoras, especialistas em determinada área do conhecimento, entre outras possíveis formas de atuação da mulher no período. Em alguns momentos corroboravam e noutros refutavam as ideias e os ideais da categoria social de mulher que estavam em voga e também sendo engendradas no decorrer do século XIX (GONDRA, SCHUELER, 2008).

Maria Guilhermina era proveniente de uma camada social média, com acesso à escolarização e inserida em um contexto intelectual pungente, via laços e vínculos estabelecidos pelas relações familiares, que permitiram o contato com discussões de ordem cultural e política. Ainda, é possível supor que tal ambiente oportunizou sua inserção profissional e intelectual no universo público. Minha hipótese é que Maria Guilhermina era branca, pertencente a um contexto familiar destacado no contexto político, econômico e cultural. Tais "marcas" podem ter favorecido a atuação da personagem na sociedade carioca do Oitocentos. Possibilidades de que possivelmente obstaculizados a outras mulheres pobres, negras, escravas, libertas e não escolarizadas<sup>27</sup>.

#### **1.4 Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: uma mulher inserida nos debates sobre a educação da primeira infância**

Maria Guilhermina Loureiro de Andrade era natural de Ouro Preto. Pela historiografia, ela “nasceu em 5 de abril de 1839” e “faleceu no Rio de Janeiro em 3 de julho de 1929” (CHAMON, 2005; 2008). Por se tratar de uma personagem recorrentemente citada em estudos historiográficos como exemplo, alguns elementos biográficos ainda não foram esclarecidos diante das incoerências e ausências documentais com as quais fui deparando-me ao longo da pesquisa de doutorado<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Davis (2016) discorre sobre questões referentes a interseccionalidade no processo histórico de constituição da identidade da mulher negra, sobretudo, nos Estados Unidos. Embora o contexto nos seja distante considero possível evocar a autora para pensar em problematizar aspectos referentes a trajetória de Maria Guilhermina no Brasil.

<sup>28</sup> O principal trabalho bio-historiográfico produzido sobre Maria Guilhermina foi desenvolvido por Chamon (2005; 2008).

Pela pesquisa no AGCRJ foi localizado um documento que apresenta informação diferente sobre a data de nascimento da personagem consolidada pelos trabalhos historiográficos. O documento de validação da formação de Maria Guilhermina nos Estados Unidos e seu pedido para a criação de um jardim de infância, a Diretoria de Instrução Pública aponta que Maria Guilhermina nasceu em 5 de abril de 1842 (AGCRJ, Instrução Pública, Códice 12.4.27, p. 93). Ao confrontar alguns pontos biográficos da personagem, em comparação com outros sujeitos e eventos de sua vida (SIRINELLI, 2003), foi observado a possibilidade do ano de 1842 ser adotado como marco natalício para esta pesquisa.

O registro de passageiros do navio que levou Maria Guilhermina e sua mãe, Leonor Augusta, aos Estados Unidos indica a idade que ambas possuíam em 1883. Leonor tinha 54 anos e Maria Guilhermina 40 anos. Ao adotar o ano 1842 como o de nascimento de Maria Guilhermina reconhecemos que sua mãe pariu por volta dos 14 anos e não aos 11 anos como se daria ao adotarmos o ano de 1839. Embora não seja possível afirmar com qual idade Leonor tenha contraído casamento e parido sua primogênita, considera-se mais provável que tenha sido por volta dos 13 e 14 anos em contraposição aos possíveis 10 e 11 anos de Leonor, frente a data de 1839 como nascimento da filha.

É importante ressaltar que embora haja uma personagem central na produção da pesquisa, não é possível isolá-la ou ignorar as conexões tentaculares entre os sujeitos (MORIN, 2006). As agências e experiências, entre familiares e entre aqueles que se tornaram companheiros de jornada, compõem redes diversas interconectadas, tanto no âmbito profissional e coletivo como no individual.

As informações referentes ao núcleo familiar de Maria Guilhermina são contraditórias. Uma nota biográfica publicado pelo *Jornal do Brasil* em 1934 indica que o casal Leonor Augusta e João Estanislau teve 17 filhos, dos quais 12 sobreviveram (JORNAL DO BRASIL, 29/5/1934, n.º 126, p. 1). Já o jornal *O Paiz*, em 1897, indicou que casal tivera 11 filhos (O PAIZ, 4/2/1897, n.º 4507, p. 3). Pela minha pesquisa consegui localizar 11 filhos que tiveram seus nomes registrados em algum momento pela imprensa carioca. De modo a facilitar o entendimento da composição familiar de Maria Guilhermina sugiro consultar o anexo 2 “árvore familiar Loureiro de Andrade”, ao final da tese.

Maria Guilhermina era a filha primogênita. Ela ajudava sua mãe na criação dos irmãos mais novos e também em atividades profissionais exercidas pela sua progenitora

que era professora. É possível considerar que tal iniciação no magistério, como aprendiz do ofício, a permitiu atuar e circular por essa área, tanto como professora primária, como também formadora de professoras durante seu período de vida ativo na profissão (CHAMON, 2005, 2008).

Sua família, por volta da década de 1850, deixou as terras das Minas Gerais e se mudou para o vale do café fluminense, região do interior da Província do Rio de Janeiro que compreendia as cidades de Vassouras, Paty do Alferes, Valença e outras. Os Andrade seguiam os bons ventos econômicos que sopravam daquele lugar em função da alta produtividade cafeeira.

Acolhidos pela vila de Nossa Senhora da Conceição, atual cidade de Vassouras, João Estanislau Pereira de Andrade (1812-?)<sup>29</sup> e Leonor Augusta Loureiro de Andrade<sup>30</sup> atuaram como profissionais liberais. Ele era empregado como procurador da Câmara Municipal de Vassouras. E ela atuou como “professora da única escola de meninas da vila”<sup>31</sup> (CHAMON, 2008, p. 22).

É possível imaginar que, sendo sua mãe professora, Maria Guilhermina tenha sido instruída e educada por ela. Podemos supor que por volta dos seus 10 anos, quando passou a residir em Vassouras, ela, ao acompanhar sua mãe no exercício do magistério, atuava como ajudante e aprendiz da profissão, hipótese compartilhada por Chamon (2008).

Em 1860, a região do Vale do Café foi assolada por uma epidemia de febre amarela e por esse motivo, a família Andrade optou por se mudar para a Corte. Estabelecidos no Rio de Janeiro, em 1868, Maria Guilhermina solicitou à administração municipal, dispensa das provas de capacidade profissional<sup>32</sup> para poder lecionar. Teve êxito no pedido e foi autorizada pelo Conselho Diretor da Instrução.

---

<sup>29</sup> João Estanislau Pereira de Andrade, segundo informação biográfica disponível pelo Jornal do Brasil em 26/10/1934, era sobrinho do Conde de Bobadella, o General Manoel Gomes Freire de Andrade. (JORNAL DO BRASIL, 26/10/1934, n. 256, p. 1) O jornal *O Paiz*, em razão da comemoração de 60 anos de casamento do casal Loureiro de Andrade, apresentou elementos biográficos do personagem (O PAIZ, 4/2/1897, n. 4507, p. 3)

<sup>30</sup> Leonor era filha de Henrique José Loureiro, último vice-rei da Índia, por parte de Portugal (JORNAL DO BRASIL, 26/10/1934, n. 256, p. 1), e atuou como professora pública e particular durante sua vida (O PAIZ, 4/2/1897, n. 4507, p. 3).

<sup>31</sup> Segundo informação de pagamento publicado no *Correio Mercantil, e instructivo, político e universal*, Leonor atuava como professora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras desde 1849. Professora de 3ª classe, de categoria vitalícia (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 10/06/1862, n. 189, p. 6).

<sup>32</sup> A dispensa das provas de capacidade não foi localizada dentre os documentos do Fundo Instrução Pública, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Sua formação bem como a experiência tida como professora em Vassouras, podem ter colaborado para isso. Em posse da licença atuou como professora no Colégio Aquino, que ficava localizada na Freguesia de Santo Antônio. No ano seguinte inaugurou o Colégio Andrade, um estabelecimento de ensino familiar organizado e gerido pelas mulheres. No Colégio atuaram como professoras e nos cargos relativos a administração da escola, Maria Guilhermina, sua mãe e algumas irmãs mais velhas. Já as irmãs mais novas tornaram-se alunas onde, provavelmente, aprenderiam no cotidiano do colégio os meandros do ofício docente (CHAMON, 2008).

Como possibilidade de entender a trajetória profissional de Maria Guilhermina, considero importante a aproximação com a vida do Colégio Andrade ao reconhecê-lo como um espaço institucionalizado, tanto de formação familiar, como de outros sujeitos que contratavam seus serviços. Neste Colégio, Maria Guilhermina exerceu a docência, identificou fragilidades no cenário educativo carioca e propôs caminhos, metodologias e conjunto de saberes para a formação da população escolar que a ele, as famílias recorriam. Identificou, ainda, um campo comercial educativo que estava em crescimento na cidade, inclusive descobrindo caminhos para enfrentar a concorrência do ensino privado na corte.

No trabalho desenvolvido no Colégio, formou-se e formou meninas e moças, também suas irmãs. Adquiriu destaque na sociedade da Corte que a permitiu se inserir e ser aceita nos meios da intelectualidade e ali experimentou metodologias de ensino que outrora eram de oferta escassa na cidade.

Na década de 1930, foi publicado no *Jornal do Brasil*, em uma coluna intitulada *Galeria Nacional*, uma curta biografia de personagens de destaque da História do Brasil. Maria Guilhermina foi uma das personagens agraciadas onde teve reconhecida sua expressiva participação no cenário educacional do país. A fotografia abaixo foi a única localizada no período da pesquisa. Embora tenha uma baixa qualidade de imagem, que se refere as precárias impressões de fotografias em jornais no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, associado ainda a questão dos danos sofridos ao suporte em razão da temporalidade, ela nos permite uma aproximação imagética com a personagem.



Figura 1: Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (Fonte: JORNAL DO BRASIL, 29/5/1934, n.º 126, p. 1)

Como caminho possível para acompanhar a trajetória da instituição e de Maria Guilhermina, inspirado por Limeira (2010), optei por acompanhar os anúncios e notícias relacionados ao Colégio Andrade, publicados no *Jornal do Commercio* entre 1870-1888. A busca pelas informações foi realizada a partir do site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDBBN), pela palavra-chave Colégio Andrade. Uma abordagem metodológica possível que pôde ser usada para identificar, acompanhar e compreender o percurso do Colégio Andrade e a trajetória profissional de Maria Guilhermina.

Pelas propagandas foi possível visualizar aspectos relacionados às escolas bem como aqueles sujeitos que atuavam nelas, fosse como professores, diretores, proprietários ou acumulando todas as funções inerentes ao funcionamento escolar. Ainda, verifiquei seu uso como possibilidade de investigar a inserção de mulheres no

cenário educativo, via exercício do magistério nessas escolas. Identificar nomes, instituições e reconhecer a existência de contatos entre diversos sujeitos e práticas de apoio e solidariedade no campo de disputas em que se inseriam as escolas privadas no império.

Em 1870, o Colégio Andrade, segundo anúncio de oferta do serviço, estava localizado na melhor posição do arrabalde mais higiênico da cidade, na rua Aprazível, n.º 9, no “morro de Santa Tereza”, Freguesia de Santo Antônio. Ali, “os pais de família que querem que suas filhas, a par da educação moral e intelectual”, receberam também “influência benéfica do desenvolvimento físico, que é consequência dos bons ares, e, portanto, da robustez da saúde” que a localização do sítio ofereceria. Um local no alto da cidade, livre das contaminações do ar e dos miasmas e livre dos vícios, barulhos e confusões da turbulenta cidade carioca. A direção do Colégio estava a cargo da diretora “D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade”, professora “competentemente autorizada pelo conselho de instrução pública da corte”, auxiliada pela “sua mãe, a Sra. D. Leonor A. Loureiro de Andrade (...) professora pública jubilada e exemplar mãe de família”. Recebia-se, no estabelecimento, alunas “pensionistas, meio-pensionistas e externas” (JORNAL DO COMMERCIO, 3/5/1870, n.º 120, p. 3).

Como prática da cultura escolar da época, em todo final de período letivo as provas eram públicas, divulgados nos jornais e convidavam-se os interessados. Em razão da publicização dos exames de final de ano, verificou-se que além de Maria Guilhermina e sua mãe Leonor, trabalhavam no estabelecimento de ensino, as irmãs Emília Loureiro de Andrade, Amélia Loureiro de Andrade, Francisca Loureiro de Andrade Franco e Marianna Loureiro de Andrade (JORNAL DO COMMERCIO, 19/12/1871, n.º 350, p. 6).

No exame público, que ocorreu no sábado anterior, dia 16 de dezembro de 1871, estiveram presentes “pessoas ilustradas e de muita consideração”. Nesse ano, 10 alunas foram avaliadas dentre as quais duas eram membros da família Andrade: Anna Guilhermina Loureiro de Andrade e Eugenia Loureiro de Andrade (JORNAL DO COMMERCIO, 19/12/1871, n.º 350, p. 6). As alunas possuíam entre sete e oito anos de idade (JORNAL DO COMMERCIO, 20 /12/1871, n.º 351, p. 2).

No dia seguinte à publicação da notícia, foi divulgado um texto que teve como signatárias as mães das alunas do Colégio Andrade. A matéria inicia-se com elogios ao prédio do estabelecimento, que estava situado em uma “magnífica localidade” e que denotava “todos os respeitos para um externato”. A cerimônia dos exames fora

presidida pelo “Sr. Bacharel Aquino, diretor de um dos maiores externatos do Rio de Janeiro e lente do externato de marinha” (JORNAL DO COMMERCIO, 20/12/1871, n.º 351, p. 2). Vale apontar que Aquino, proprietário da escola que Maria Guilhermina lecionou antes de fundar o Colégio Andrade, ao que parece, mantiveram-se os laços e permitiram a construção e fortalecimento de uma rede profissional e de sociabilidade.

A pauta do exame foi composta por questões de “português, francês, análise gramatical de ambas as línguas, geografia, aritmética e história antiga, [e os] pontos [foram] escolhidos ao acaso pelo mesmo senhor” (JORNAL DO COMMERCIO, 20/12/1871, n.º 351, p. 2).

O texto publicado, enquanto uma ode aos feitos executados pela família Andrade, destacava os feitos do Colégio. Declarava que “apenas dois anos de existência, e que a maior parte das alunas há pouco mais de um [ano] o frequentam, não podemos deixar de tecer elogios à dedicação e amor com que a sua diretora e mestras cumprem o sagrado dever da instrução e da educação da menina” (JORNAL DO COMMERCIO, 20/12/1871, n.º 351, p. 2).

Em 4 de janeiro de 1872, anunciava-se que as aulas do Colégio Andrade iriam se iniciar no dia 8 seguinte. O anúncio intitulado “Collegio de Meninas” apresentava seu programa de estudos. O programa de ensino englobava disciplinas tidas tradicionalmente do universo masculino como, “leitura, caligrafia, doutrina cristã, português, francês, inglês, latim, italiano, alemão e hebraico, história sagrada, história universal principalmente a do Brasil, geografia, aritmética, álgebra, geometria”; embora não deixasse de contemplar aquelas consideradas relacionadas ao universo feminino, como “desenho, música, canto, piano e dança, costura lisa, flores, trabalhos de tricô, de crochê, de filet, de marca, de miçanga e de fantasia; bordados de branco de ouro, de matiz e de *froco* [sic]” (JORNAL DO COMMERCIO, 4/1/1872, n.º 4, p. 5).

Para se ter acesso à extensa formação, cada família deveria investir, a cada trimestre e com pagamento adiantado, para cada filha matriculada, a quantia de 105\$000 àquelas que fossem pensionistas, 75\$000 àquelas meio-pensionistas e 30\$000 que fossem externas. A família que desejasse que sua filha tivesse acesso as aulas de italiano, alemão, hebraico, piano, canto e dança deveria realizar pagamento a parte<sup>33</sup>. O valor,

---

<sup>33</sup> Realizar análise comparativa do poder de compra dos valores cobrados para acesso ao serviço escolar oferecido com outros custos da vida na cidade é uma tarefa complexa. Na tentativa de possibilitar um parâmetro comparativo compilei alguns produtos que podiam ser comprados com os valores cobrados pelo Colégio Andrade. De acordo com Batalha (1999), o valor de 30\$000 era a quantia mensal paga por associações protetoras mutualistas aos trabalhadores afastados por enfermidade; a Associação Tipográfica

por sua vez, não estava indicado no anúncio (JORNAL DO COMMERCIO, 4/1/1872, n.º 4, p. 5).

Ao que parece, nos anos seguintes, a família Andrade optou por ampliar seus serviços educativos na cidade. Ao acompanhar os anúncios e notícias publicadas pelo *Jornal do Commercio* em 5 de janeiro de 1877, instalou-se na rua do Riachuelo, no n.º 160, o “Externato primário para meninos de 5 a 10 anos”, junto ao Colégio Andrade, que em 1873 desceu o Morro de Santa Tereza e passou a ocupar esse prédio situado na freguesia de Santo Antônio. A direção do estabelecimento estava a cargo de Emília Luiza Loureiro de Andrade e, como professoras, as irmãs Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Amélia Loureiro de Andrade, Eugênia Loureiro de Andrade; além da “Mlle. M. Kerling, Dr. Manoel Peixoto Cursino de Amarante e Paulo Faulhaber”. No Externato eram oferecidas,

todas as matérias que constituem a instrução primária, isto é, ler, escrever e contar perfeitamente, e noções elementares de história sagrada, história natural, história do Brasil, gramática portuguesa, geografia, geometria, desenho linear, francês, inglês, música, dança e lições sobre objetos. Aprontam-se alunos para o primeiro e segundo ano do colégio de Pedro II (JORNAL DO COMMERCIO, 5/1/1877, n.º 5, p. 7).

Chamon (2008), sobre este período do estabelecimento, aponta que se exercia a “coeducação dos sexos – o ensino de meninos e meninas conjuntamente” - ao trazer para discussão anúncio do Externato Andrade publicado na edição de 1880 do Almanaque Laemmert (CHAMON, 2008, p. 91)<sup>34</sup>. Considero, por sua vez, que tal afirmação possa ser precipitada. Havia, já no Império, discussões e experiências de educação de meninos e meninas em um mesmo prédio escolar, a chamada “escola mista”, porém realizados em espaços e/ou tempos diferenciados. Pelos anúncios

---

Fluminense tinha um limite de gasto de 100\$000 por funeral, enquanto a Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros auxiliavam com 32\$000 para o mesmo fim (BATALHA, 1999, p. 61). Tais valores indicam a impossibilidade do acesso de filhas de trabalhadores/as ou viúvas ao Colégio, a não ser mediante uma política de isenção de mensalidades, não identificada para o caso do estabelecimento da família Andrade.

<sup>34</sup> Sobre a coeducação dos sexos nas escolas da Corte, Schueler (2007), em análise da obra *O Collégio Amorim Carvalho*, dirigido por José Joaquim de Carvalho Filho, apresenta que o diretor declarava que seu jardim de infância, dirigido por sua esposa D. Combinha de Amorim Carvalho, era o jardim de infância do colégio teria sido o “primeiro e único” estabelecimento da cidade a realizar a coeducação dos sexos (SCHUELER, 2007, p. 67). O colégio foi criado “em sociedade” com sua mãe (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1886, n. 325, p. 3), em 1883, funcionou na rua do Lavradio, n. 139 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883, n. 2, p. 4); em 1885, mudou-se para a rua do Riachuelo, n. 102 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1885, n. 363, p. 4) e encerrou suas atividades em novembro de 1886, por questões financeiras que impediam a manutenção do colégio (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1886, n. 325, p. 3).

localizados no *Jornal do Commercio* fica claro que no mesmo prédio existiam duas escolas, o Colégio Andrade para meninas, dirigido por Maria Guilhermina e o Externato para Meninos, dirigido por suas irmãs: Emília Luiza Loureiro de Andrade e Francisca Loureiro de Andrade (JORNAL DO COMMERCIO, 4/1/1879, n.º 4, p. 4).

Como possibilidade de leitura sobre o fato dos dois empreendimentos de ensino da família Andrade terem ocupado o mesmo endereço podemos considerar os altos custos exigidos para a locação e manutenção de um prédio escolar. A oferta dos aspectos necessários de higiene, a boa localização do prédio, mobiliário adequado, a existência de materiais diversos e espaço apropriado, associados à necessidade do pagamento de aluguéis, dos honorários dos professores e demais amenidades, necessitariam que os alunos matriculados fossem assíduos com o pagamento. Caso contrário, o empreendimento se tornaria oneroso e facilitaria seu fechamento.

Manter uma escola particular na cidade do Rio de Janeiro no século XIX não era uma tarefa fácil. Havia dezenas de escolas espalhadas pela cidade. Na freguesia de Santo Antônio em 1873, por exemplo, a partir do mapa demonstrativo das escolas públicas e particulares existentes na Freguesia de Santo Antônio (AGCRJ, Instrução Pública 12.3.34, p. 149), foram contabilizados 13 estabelecimentos de natureza pública e privada, conforme tabela abaixo.

Tabela 3: Mapa demonstrativo das escolas públicas e particulares existentes na Freguesia de Santo Antônio (1873) (AGCRJ, Instrução Pública 12.3.34, p. 149).

<b>Nomes dos colégios</b>	<b>Direção</b>	<b>Situação das casas</b>
Escola Publica	Bacharel Joaquim Fernandes da Silva	Rezende n.º 93
Almeida Martins	Padre José Luiz de Almeida Martins	Lavrado n.º 17
Tautphoeus	Barão de Tautphoeus	Lavrado n.º 536
Inglez	William Cunditt	Senado n.º 55
Externato Lobato	Professor Antonio de Araujo Lobato	Rua de Paula Mattos
Mme. Grivet	Marie Françoise Barbe Stoechlin	Rezende, n.º 166
Andrade	Maria Guilhermina	Riachuelo, n.º 130

	Loureiro de Andrade	
Mlle. Meers	Jeannette Constance Hubertine Meers	Riachuelo, n.º 55
Presbiteriano	Francisca Candida de Mello Santos	Conde d'Eu, n.º 121
Amante da Instrução	Padre José Herculano da Costa Brito	Lavrado, n.º 71
1ª Escola Publica	Eliza Taimés	Lavrado, n.º 101
2ª Escola Pública	Maria Benedita Lacé Brandão	Monte Alegre, n.º 366
Escola Alemã	Arno Ernst	Rua dos Arcos, n.º 15

A freguesia de Santo Antônio estava localizada na região central da cidade. De acordo com dados apresentados por Santos (1965), em 1870, a região abrigava 20.963 habitantes aos quais as escolas listadas acima serviam. Não era incomum a existência de escolas não registradas ou sem o conhecimento do poder público. Estavam inseridos no território da freguesia o Morro de Santa Tereza e o de Santo Antônio; o aqueduto do Carioca; os conventos de Santa Tereza, de Santo Antônio - que outrora fora o Outeiro do Carmo (PERERECA, 2013); as ruas do Lavrado, Riachuelo, dos Inválidos, Frei Caneca, Senado, General Caldwell, Rezende e a Visconde do Rio Branco que beirava o antigo Campo de Santana, no lado oposto da estação de ferro Pedro II; o quartel do Corpo de Bombeiros e o Hospital da Ordem do Carmo (SANTOS, 1965; PERERECA, 2013).

A freguesia de Santo Antônio junto às suas vizinhas Santana, Santa Rita e Espírito Santo, compuseram um complexo núcleo urbano, vide destaque na figura 2. Ali conviviam trabalhadoras e trabalhadores, livres e escravos; moradores e passantes; funcionários do poder governamental; manifestações religiosas e profanas; oficiais e populares. Estavam presentes na freguesia de Santo Antônio, também, as principais escolas particulares, como o Colégio Menezes Vieira e o Colégio Aquino. A partir da década de 1870, sobretudo, passaram a ser alvos de ações empreendidas pelo governo imperial a fim de dotar esse aglomerado urbano com aspectos de modernidade, intervindo nos hábitos comportamentais da população (ABREU, 1994; SILVA, 2009; TORRES, 2012; MONÇÃO, 2015).

# Freguesias da Cidade do Rio de Janeiro em 1900

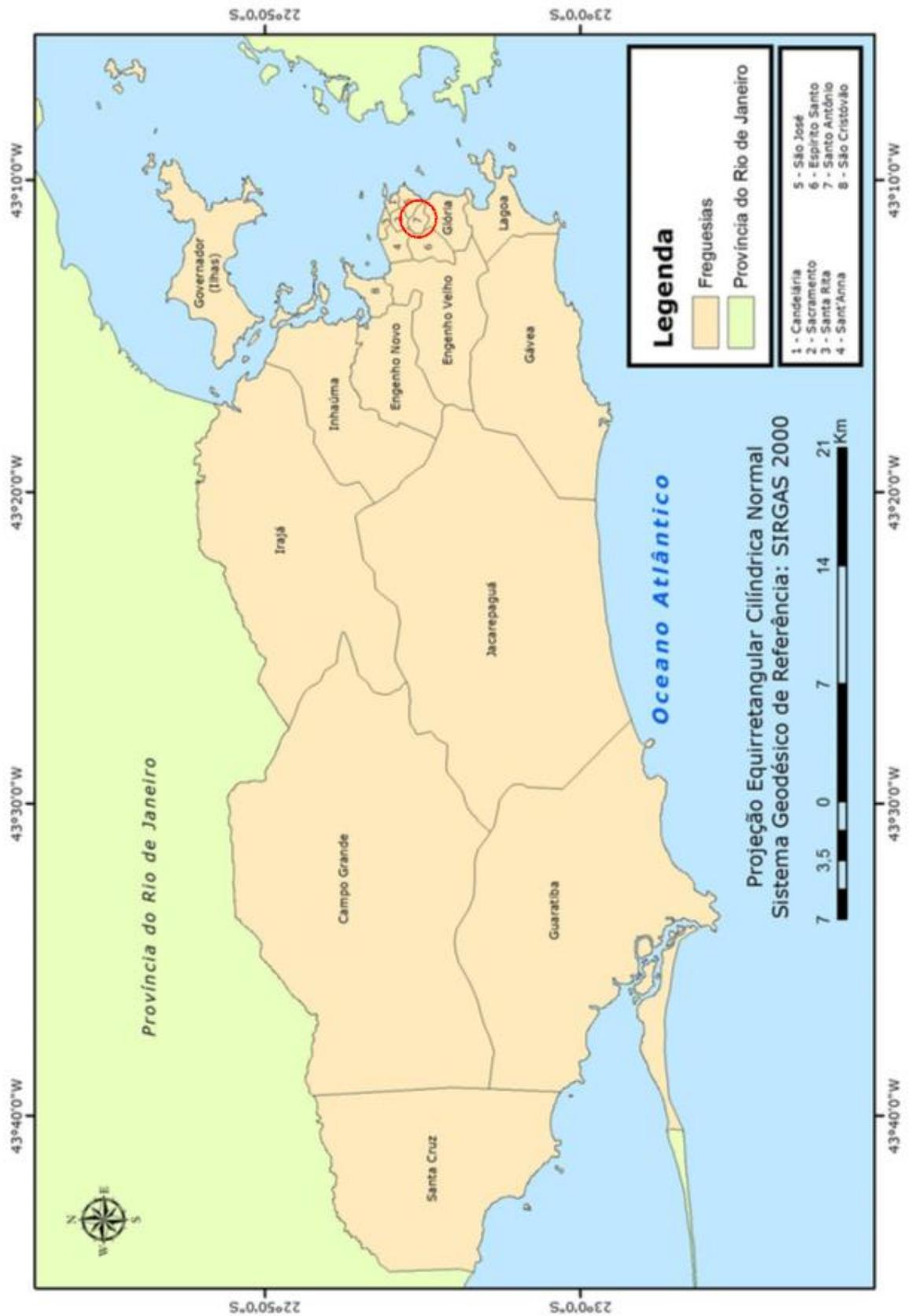


Figura 2: Mapa da divisão administrativa de freguesias do Rio de Janeiro em 1900. Em destaque está a localização da freguesia de Santo Antônio (SANTOS et al, 2012)

Nesse contexto, o Colégio Andrade estava na concorrência por alunos, num período em que os colégios buscavam se especializar e conquistar nichos diferenciados de público. Havia aqueles voltados às famílias mais abastadas, aos voltados para os filhos da pequena e média burguesia composta por funcionários públicos, comerciantes e profissionais liberais (SANTOS, 1965) e aqueles que ensinavam apenas a ler, escrever e as quatro operações matemáticas, voltados aos grupos economicamente desfavorecidos. Para manter-se no mercado e enfrentar a concorrência, as instituições se valiam de diversos artifícios, inclusive o acionamento das suas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003; FRAGOSO, GOUVÊA, 2010; FRAGOSO, 2010) como meio para propagandear os estabelecimentos de ensino.

Nessa estratégia, Maria Guilhermina, em anúncio publicado em 4 de janeiro de 1872, na busca por capitanear alunos, complementa a propaganda do seu Colégio indicando uma lista de pessoas que “quisessem informações mais minuciosas”. Para isso, bastaria se dirigir ao Colégio ou consultar os “illms. Srs” abaixo relacionados e nos endereços indicados:

Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, diretor do Instituto dos Cegos, Campo da Aclamação, n.º 17

Dr. João Pedro de Aquino, diretor do Externato Aquino, rua da Ajuda, n.º 59

Dr. Saturnino Soares de Meirelles, rua de S. José, n.º 58

Dr. Jacintho Rodrigues Pereira Reis, rua do Hospício, n.º 42

Dr. Honório de Araujo Maia, rua Municipal, n.º 17

Malaquias Baptista Franco, conferente da alfandega, rua do Lavradio, n.º 116

Matheus Alves de Souza, rua da Quitanda, n.º 175

Manoel Joaquim de Oliveira Magalhães, largo de Santa Rita, n.º 18

Padre José Leite Mendes de Almeida, diretor do Colégio S. Clemente, em Botafogo (JORNAL DO COMMERCIO, 4/1/1872, n.º 4, p. 5).

A lista é composta por aqueles que poderiam obter boas referências ao Colégio Andrade, sujeitos de destaque do contexto político, educacional, econômico e religioso do Município da Corte. Os endereços nos indicam a existência de uma malha que estava estabelecida nos limites das freguesias centrais como Santana e Santa Rita, mas que extrapolava até arrabalde, na região de Botafogo. Estes sujeitos, junto à Maria Guilhermina, se organizaram "em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes" (SIRINELLI, 2003, p. 248). Aproximações entre percepções políticas, ideológicas, educativas e também econômicas permitiram que os personagens estabelecessem relações de modo

que os projetos individuais e coletivos pudessem ser fortalecidos, a partir da rede, e que compõem as estruturas elementares de sociabilidade (SIRRINELI, 2003, p. 248). Dentre os nomes listados acima, destaco a presença de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), militar, diretor do Instituto dos Cegos e um dos líderes do movimento republicano. A presença deste elemento pode indicar certa simpatia dos inscritos na listagem e, ao mesmo tempo, demonstrar que perspectivas políticas distintas podem se fazer presente em determinada rede de sociabilidade.

Embora não seja possível precisar como foram as relações estabelecidas entre Maria Guilhermina e os personagens listados, é possível considerar que elas envolviam os diversos membros da família Andrade e uma rede de apoio e suporte político profissional tecida entre eles. A proximidade mais notável entre parte dos personagens dessa rede é o vínculo com o magistério.

Diante de sua inserção e circulação no mercado educativo carioca no Oitocentos é possível considerar que sua participação no Congresso de Instrução resultou do reconhecimento de sua atuação neste cenário. As relações criadas com homens e mulheres corroboraram para que alcançasse distinção e seu nome fora conhecido dentre aqueles que estavam buscando reestruturar a “instrução pública”.

O parecer por ela defendido no Congresso foi o mais conciso dentre os outros dois apresentados por Menezes Vieira e Teixeira de Macedo. Seu conteúdo estava apoiado na ideia de potencialidade que os jardins de infância possuíam na educação da infância, na reforma da sociedade e também abordou a questão da formação das jardineiras que atuavam nestes espaços, questão que se diferenciava da apresentada por Menezes Vieira.

Vieira defendia que as jardineiras deveriam ter formação adequada, porém considerava necessário evitar “os extremos” daqueles que julgavam necessário o domínio da “psicogenia, psicologia, biologia, sociologia, embriologia, anatomia, fisiologia, química, zoologia, mineralogia, higiene, pedagogia teórica e histórica” (VIEIRA, 1884, p. 6). Não apoiava a posição de alguns que afirmavam que qualquer “mãe de família sabendo ler, escrever e contar” pudesse dirigir os jardins; nem a “importação” de “um mestraço do velho continente” para a tarefa. Considerava que para a função a jardineira deveria ter “os conhecimentos estritamente necessários, desprezando todo este mistifório supérfluo, pedantesco e inútil”, oriundo de “tanta bagagem científica”, que nem as “jardineiras na Europa possuíam”. Para ele, as

“qualidades” necessárias que as candidatas deveriam apresentar eram as físicas, as morais e as intelectuais, inerentes a “natureza feminina”, como a,

Boa constituição, aparelhos da voz, da vista, do ouvido bem desenvolvidos e educados, fisionomia agradável. Amar as crianças, ser generosa, boa, indulgente, delicada, de vontade calma e inquebrantável, de caráter firme e digno, ter apuradíssimo o sentimento da equidade, da retidão, da honestidade e do zelo. Possuir hábito de estudo, espírito observador e refletido, instrução primária, conforme as exigências da pedagogia moderna, teoria e prática do método froebeliano (VIEIRA, 1884, p. 7).

Por outro lado, havia a voz dissonante de Maria Guilhermina que não compartilhava da mesma concepção. Ela considerava que frente à “melindrosa tarefa da educação da infância” era necessário criar “escolas especiais” onde as aspirantes a jardineiras pudessem “habilitar-se prática e teoricamente para se encarregarem da direção dos Jardins da Infância, de que são o elemento principal”. Defendia que da mesma forma que “um professor elementar precisa de grande cópia de conhecimento e mesmo de princípios de fisiologia, que muito contribuí para a ciência da educação”, mais ainda dependeriam as futuras jardineiras de tal formação. Sem isso, o jardim de infância se tornaria “mais pernicioso que proveitoso” (ANDRADE, 1884, p. 29). Compartilhando de perspectiva com Maria Guilhermina, Macedo apontou que “seria conveniente criar sem demora uma escola normal para educação das mestras-jardineiras, seguindo-se um plano que parece mais próprio depois de ter ouvido os peritos”. Essa seria a “mais essencial de todas as condições para obterem felizes resultados” (MACEDO, 1884, p. 15).

Sobre o critério da organização dos jardins de infância, os dois pareceristas também tinham posições divergentes. De um lado, Menezes Vieira considerou que “a organização dos jardins de infância no Brasil deve imitar o plano adotado pela França e pela Bélgica” (MACEDO, 1884, p. 15). Considerava, ainda, que o Estado deveria se limitar a “proteger e animar eficazmente os estabelecimentos criados por iniciativa particular”, ou seja, não promover a oferta pública arcada pelo Estado. Para Maria Guilhermina, por sua vez, eles deviam ser inspirados no que era praticado nos Estados Unidos por considerarem avançados, inclusive no que se refere à formação especial dada às jardineiras. Não declarou se os jardins de infância deveriam ser ofertados pelo Governo ou por iniciativas privadas.

Outro parecerista que apontou sua perspectiva voltada para a formação das jardineiras foi Rozendo Moniz Barreto. Sua defesa estava vinculada a dois aspectos, a

formação das professoras via escola normal e os aspectos relacionados à formação da infância pelo gênero feminino. Para ele, a mulher era a “condigna jardineira, preceptora”, a quem Fröebel depositou nas mãos a instituição no qual pelo “zelo e ternura delas” confiou os trabalhos do jardim, “a fim de que o cultivem e façam prosperar pelo cuidado que elas podem e sabem repartir” (BARRETO, 1884, p. 3). Para que o empreendimento dos jardins de infância fosse bem encaminhado no Brasil, “opino[u] pelo seguinte”:

1º A professora do jardim da infância é o transunto vivo do regime disciplinar da escola, o qual deve consistir em meios preventivos de preferências aos repressivos;

2º Para tanto cumpre que tais preceptoras sejam obrigadas, como as das escolas primárias, ao ensino normal e prestem exames de capacidade;

3º As escolas normais deverão ensinar especialmente a teoria e a prática do sistema Fröebel, sem que desatendam ao estudo da pedagogia geral, de modo que o ensino seja idêntico para os professores de cada grau, isto é, o mesmo quanto aos princípios, o mesmo quanto ao método, especializando-se, porém, conforme o grau a que se consagre a normalista, como, por exemplo, a teoria e a prática de jardim da infância. (BARRETO, 1884, p. 4).

Maria Guilhermina sabia que para que os jardins de infância pudessem figurar no sistema educativo brasileiro era necessário criar bases para isso. Declarou que “antes de se fundarem no Império os jardins da infância, se estabeleça nesta Corte um jardim-modelo, dirigido por professora competente, no qual se possam preparar convenientemente as futuras jardineiras das crianças”. Tomou os Estados Unidos como modelo do empreendimento para a educação da infância, lá “onde a instrução da mulher se acha muito adiantada, as senhoras que se destinam ao ensino nos *Kindergarten*<sup>35</sup>, recebem preparação especial para a sua missão” (ANDRADE, 1884, p. 2).

Naquele mesmo ano de 1883, Maria Guilhermina tomaria novos rumos da sua vida. Organizou uma viagem aos Estados Unidos a fim de se formar na metodologia dos jardins de infância no lugar que ela considerava o sistema modelar. Na cidade de Nova York iria estudar no *New York Seminary for Kindergartners with a Model Kindergarten*, criado, dirigido e ministrado por Maria Kraus-Boetle (1836-1918) e seu esposo, John Kraus, durante os quatro anos que permaneceria no país do Norte.

O próximo capítulo será destinado a projetar um panorama sobre os jardins de infância nos Estados Unidos no contexto da segunda metade do século XIX; as formas

---

<sup>35</sup> Termo original em alemão para o Jardim de Infância.

de atuação e organização de personagens inseridos neste contexto. A proposição para isso é compreender quais questões estavam colocadas e quais foram as situações vivenciadas por Maria Guilhermina que a levaram a optar pela formação na especialidade de educação da primeira infância. A proposta é articular o contexto histórico vivido pela professora às questões e embates educacionais do seu tempo, como meio de vislumbrar os anseios, projetos e sonhos que direcionaram a sua formação no período em que viveu no exterior.

**CAPÍTULO 2**

**A AGÊNCIA FEMININA NO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DO  
PENSAMENTO EDUCATIVO FROEBELIANO PARA A  
PRIMEIRA INFÂNCIA**

A viagem de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade a Nova York e sua estadia na cidade entre os anos de 1883 e 1887; e as relações estabelecidas na cidade são aspectos que convergem para o ponto de principal interesse nesse capítulo: identificar elementos que fizeram parte de sua formação na metodologia dos jardins de infância. No entanto, para a produção deste capítulo, esbarrei em um aspecto problemático que é a ausência de escritos, em primeira pessoa, sobre o seu período de permanência nos Estados Unidos.

Como caminho para superar este hiato, optei pela abordagem teórico-metodológica das redes de sociabilidade, na busca por mapear as matrizes pedagógicas que Maria Guilhermina obteve na sua formação e identificar personagens com que possivelmente a professora brasileira conheceu e estabeleceu contato. Para alcançar meus objetivos detive-me ao recorte temporal da década de 1880, tomando a liberdade para avançar e retroceder no tempo seguindo o movimento das fontes e os indícios levantados no decorrer da pesquisa. Com relação a estas, recorri a notícias e anúncios publicados no *Jornal do Commercio*, *Almanak Laemmert*, *The New-York Times*, *The New-York Tribune*, entre as décadas 1870-1880, além de decretos, fotografias, pinturas e documentação oficial. Grande parte do material foi consultado via web através de hemerotecas, coleções digitais e outras modalidades de consulta virtual.

As questões norteadoras empregadas na leitura e análise dos documentos localizados estavam pautadas em entender a escolha de Maria Guilhermina por Nova York em detrimento aos consagrados países europeus. Se ela viajou sozinha ou acompanhada? Onde estudou? Com quais pessoas possivelmente teve contato? Qual o cenário social que favoreceu sua aprendizagem em Nova York?

## **2.1 A cidade do Rio de Janeiro conectada com outras cidades pelo mar**

O Rio de Janeiro, por tradição, é uma cidade portuária. Na década de 1880 a cidade possuía um dos principais portos do país, o que oportunizava conexão pelo mar com as províncias do Império, tanto as costeiras como as localizadas no interior do continente, e com diversas cidades do Globo. O mar era a principal via de conexão e integração com o mundo.

O porto do Rio integrava um posto de importância no comércio marítimo internacional entre cidades dos hemisférios norte e sul. Para ir ou vir, era quase que

obrigatório aos navios mercantes, militares e oficiais passarem pelo Rio (JEHA, 2013). Nele, o movimento de idas e vindas era intenso e anúncios sobre saída e chegadas de navios, galeras, vapores, paquetes e todo o tipo de embarcações marítimas daquele período preenchem as páginas dos anúncios do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*<sup>36</sup>.

A comercialização de gêneros diversos dava-se na antiga região portuária da Cidade que compreende os espaços atuais entre a Praça XV e a Candelária; além de pontos específicos que se estendiam pela atual região portuária até o saco de São Diogo, local hoje denominado de Caju. Na região mais central da cidade, entre a Praça XV e a Candelária, estavam localizadas as principais agências e os postos comerciais marítimos. Ali, cotidianamente, davam conta do recebimento e envio de cargas e passageiros. Assuntos dessa natureza poderiam ser tratados com os comissariados estabelecidos na Praça da Marinha ou então nas agências espalhadas pela região como as existentes nas ruas da Direita, Visconde de Itaboraá, do Mercado, da Alfândega, dos Pescadores, de São Pedro e do Hospício. Alguns negócios não estavam estabelecidos em agências e endereços próprios e, nesses casos, as operações poderiam ser acordadas nos trapiches, na “ponte do largo do Paço”, ou ainda o interessado poderia se dirigir à embarcação e tratar com o “comandante a bordo”<sup>37</sup>.

Nessa região circulavam todo o tipo de gente, trabalhadores e passantes. Alguns buscavam o “conto de cada dia” para a sua sobrevivência, fossem trabalhadores e trabalhadoras livres ou sob o jugo da escravidão<sup>38</sup>. É possível supor que a professora Maria Guilhermina também foi uma das pessoas que circulou pela região. Pelas ruas e vielas embrenhou-se desde os preparativos de sua viagem até o dia de seu embarque para Nova York no porto carioca.

É possível relacionar a ampliação dos serviços de viagens internacionais com a abertura da navegação de cabotagem no Brasil para as empresas estrangeiras, na segunda metade do século XIX. Os decretos n.º 3.632 de 27/3/1866 e n.º 5.585 de 11/5/1874 autorizaram a exploração de rotas comerciais marítimas pela costa brasileira ampliando o fluxo mercantil com o exterior (GOULARTI FILHO, 2010; MARCONDES, 2012), já que o país não detinha recursos técnicos, financeiros e

---

<sup>36</sup> A pesquisa se concentrou entre os anos 1870 e 1885.

<sup>37</sup> Ver anúncios publicados no *Jornal do Commercio* entre os anos de 1880 e 1889.

<sup>38</sup> Farias (2015) investigou os “mercados minas” dos africanos ocidentais na região da praça do mercado do Rio de Janeiro, especialmente a atuação das mulheres. O trabalho, voltado para a atuação de africanas e africanos no comércio da região, nos permite identificar e compreender as tramas sociais existentes naquela região.

expertise profissional para o enfrentamento de navegações de longo curso. Diante disso, optou-se pelo modelo de concessão de serviço a empresas habilitadas para tal (JEHA, 2013).

Contudo, segundo Goularti Filho, os decretos apenas regulamentaram uma prática comum existente nos portos brasileiros, “cujas embarcações estrangeiras já faziam o transporte de cabotagem entre os principais portos do Império” (GOULARTI, FILHO, 2010, p. 3)

Ao investir nos “anúncios marítimos” do *Almanak Laemmert*, com foco na década de 1870, foi possível localizar a oferta de serviços das empresas que atuavam no Brasil bem como as linhas marítimas existentes de transporte de cargas e passageiros, simultaneamente. Dezenas de empresas disputavam o mercado, dentre elas estavam a: *Des Services Maritimes des Messageries Imperiales* que ligava o Rio a Bordéus; a *Sociedade Geral dos Transportes Marítimos*, com Marselha; a *Royal Mail Steam Packet Company*, com Southampton; a *Liverpool, Brazil and River Plate Steam Navigation*, com Liverpool; a *London, Belgium, Brazil and River Plate*, com Antuérpia; a *de Navegação entre Nápoles e o Rio da Prata*, com Nápoles; *Hamburg and Brazilian Steam Packet*, a *Hamburg-Südamerikaische Dampfschiffahrts-Gesellschaft* a *Kosmos*, *Deutsche Dampfschiffahrtsgesellschaft* com Hamburgo; a *Brasileira de Paquetes*, com Montevidéu; a *Des Services Maritimes des Messageries Imperiales*, *Royal Mail Steam Packet Company*, *Brazil and River Plate Steam Navigation*, com Buenos Aires; a *Pacific Steam Navigation Company* com Valparaíso; e a *United-States and Brazil mail Steam Ship* que fazia ligação com Nova York (ALMANAK LAEMMERT, 1870 - 1885; GOULARTI FILHO, 2010).

A linha marítima Rio de Janeiro – Nova York, conexão de meu interesse em razão da viagem feita por Maria Guilhermina, foi estabelecida pelo decreto n.º 3514 de 17 de fevereiro de 1866, via contrato entre o governo Imperial com a empresa *The United States and Brazil Mail Steamship Company*, com um período de vigência de 10 anos<sup>39</sup>. Após a expiração do tempo desse contrato, em 10 de novembro de 1877, um novo foi estabelecido com outra empresa, a “Casa Comercial de John Roach<sup>40</sup> & Son, de Nova York”, pelo decreto n.º 6729 (BRASIL, 1877, s/p). Embora a questão específica da mudança da empresa no fornecimento do serviço não tenha sido

---

<sup>39</sup> O referido decreto não foi localizado. A indicação de sua existência está presente no decreto n. 6729 de 10 de novembro de 1877.

<sup>40</sup> John Roach (1815-1887) foi um empresário do ramo da construção naval nos Estados Unidos (BLUME, 2012).

encontrada é possível supor que esta tenha acontecido em razão: da concorrência comercial existente, pela oferta de frota marítima que correspondesse aos interesses do Governo Imperial, por barateamento do valor das passagens e até mesmo pontualidade nas viagens, questão abordada no contrato.

Em novembro de 1865, o general Wood, responsável pelas negociações de estabelecimento do contrato entre a *The United States and Brazil Mail Steamship Company* e o Governo Imperial, encaminhou uma carta ao jornal *The New-York Times* informando a celebração do contrato. Narra que, na qualidade de representante da empresa, fora “recebido pelo governo brasileiro de braços abertos” e considera que a nova linha traria “vantagem aos dois países”, pois os brasileiros poderiam ir à Europa via Estados Unidos e, nesse país, fazer uma parada de até quatro meses. Nesse período de estadia seria possível conhecer o progresso dos Estados Unidos e assim deixar de lado o modelo francês para o norte-americano (THE NEW-YORK TIMES, 1865, n.º 4427, p. 6)<sup>41</sup>.

Na mesma carta, o general Wood faz críticas ao cenário comercial do Brasil. Para ele, as consequências de se ter a França como modelo social e econômico eram claras. Havia “uma estagnação quase total das empresas; a população possuidora de uma educação altamente polida, mas bastante superficial entre as melhores classes, acompanhada de uma grosseira ignorância e intolerância entre as classes mais baixas”. É por essa questão que o governo estadunidense desejava investir no país (THE NEW-YORK TIMES, 1865, n.º 4427, p. 6).

O contrato firmado de cabotagem previa a manutenção da oferta de “uma linha regular de paquetes a vapor entre o porto do Rio de Janeiro e o de Nova York, com escala pela Bahia, Recife e Belém (BRASIL, 1877, s/p)<sup>42</sup>. De acordo com a 1ª cláusula do documento, os paquetes deveriam ser construídos com os “melhores materiais, e segundo os modelos mais recentes e geralmente mais adotados, em número suficiente para uma viagem mensal ou doze viagens redondas por ano” (BRASIL, 1877, s/p). Como condição contratual para a exploração da linha marítima, a empresa estava obrigada a transportar “gratuitamente as malas do Correio, quer na vinda quer na volta”,

---

<sup>41</sup> O *The New York Times* foi fundado em 1851 por Jarvis Raymond e George Jones, jornalista e político e banqueiro, respectivamente. Com tiragem diária com exceção dos domingos. Na década de 1880 o valor do diário era de 4 cents de dólar. O jornal apresentava notícias variadas desde economia a colunas de personalidades e eventos sociais. Assuntos relacionados a educação da primeira infância são localizados, mas estes tornaram-se mais amplos a partir do final do século XIX, fato que se relaciona com a ampliação dessa dimensão educativa nos Estados Unidos (VIANA, LIMA, 2011).

<sup>42</sup> Importante ressaltar que esse período não inaugurou a presença de estadunidenses no Brasil. Eles já circulavam pelas águas brasileiras e pelas cidades mesmo antes da abertura dos portos em 1808.

e oferecer descontos nas “passagens dos funcionários públicos que viajarem por conta do Governo Imperial”, de 25%, e as “tropas e munições de guerra transportadas nos vapores da empresa gozarão da redução de 30% da tarifa comum” (BRASIL, 1877, s/p). Além dos interesses do transporte da carga, funcionários do Governo e malotes do Correio, a empresa deveria oferecer desconto “nunca inferior a 25% do preço fixado na tarifa das passagens” aos “colonos ou imigrantes, deliberados a fazerem sua residência no Império” desde que “apresentarem documento de autoridades brasileiras”. O mesmo deveria ser aplicado no transporte das “máquinas e instrumentos destinados à lavoura” (BRASIL, 1877, s/p)

A contrapartida do Governo Imperial foi a de oferecer subvenção à empresa exploradora da rota “com a quantia anual de 200:000\$000 (...) paga por trimestres no Rio de Janeiro em moeda corrente do Brasil, ao representante da empresa devidamente autorizado para isso” (BRASIL, 1877, s/p).

Todo início de mês partia do porto do Rio, um paquete com destino ao porto de Nova York e vice-versa. Pela natureza do serviço de cabotagem, no território brasileiro, o vapor fazia parada nos portos da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará onde embarcavam e desembarcavam passageiros, mercadorias e malas oficiais dos Correios. Pelo mapeamento de fontes e historiografia é possível apontar que a criação desse serviço marítimo foi estabelecida a partir de dois movimentos: o primeiro, pautado no interesse do Governo Imperial em ampliar o comércio nacional com o estrangeiro e estabelecer conexão direta entre Brasil e Estados Unidos. Isso, por sua vez, desdobrado em um período em que a Nação do Norte passou a ser vista como potencial modelo social e econômico e que o Brasil poderia seguir em substituição a França e outros do Velho Continente (WARDE, 2000). O outro estava apoiado no interesse de empresas estrangeiras em explorar a demanda existente no Brasil. Processo similar de exploração de empresas estrangeiras no Rio de Janeiro foi feito no estabelecimento de transporte urbano, iluminação e urbanização da cidade (WEID, 2003; TERRA, 2012; BRANDÃO *et al*, 2013).

Correspondendo às exigências do contrato, segundo anúncio da *United States & Brazil Mail Steamship* publicado no *Almanak Laemmert* de 1872, a companhia oferecia “as melhores acomodações para os passageiros, tendo também a vantagem de haver a bordo quem fale os idiomas português, francês e espanhol”. O valor da passagem estava fixado em 225 dólares para o trecho entre as duas cidades e que deveria ser pago em moeda americana. Os bilhetes de viagem poderiam ser adquiridos na agência da

Companhia, que estava localizada na rua Primeiro de Março, n.º 41, 1º andar (ALMANAK LAEMMERT, n.º 29, 1872, p. 429).

O valor dos bilhetes de viagem tinha variação de acordo com o tipo de passageiro. A quantia informada no parágrafo acima se referia aos passageiros que optavam pelo serviço da primeira classe. As crianças menores de três anos estavam isentas e aquelas com idade até 12 anos estavam “sujeitas ao pagamento da metade do valor da tabela”. Os “criados ou escravos, *sem distinção de idade ou sexo*, pagam passagem de proa”. cujo preço era de 112 dólares que deveria ser financiado pelo proprietário. Os serviçais eram, durante a viagem, “agasalhados convenientemente” e recebiam “mesa medíocre” (ALMANAK LAEMMERT, n.º 29, 1872, p. 429).

Além do interesse de expansão comercial havia aquele voltado para o favorecimento da imigração estadunidense ao Brasil. Esse fazia parte do projeto governamental de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre por imigrantes, implementado no país a partir da década de 1890 (CHALHOUB, 2012).

## **2.2 Maria Guilhermina e Leonor Augusta. Uma viagem a Nova York em família**

Na manhã de 20 de junho de 1883, Maria Guilhermina, aos 41 anos, embarcou no paquete *Reliance*, uma embarcação da frota da Companhia *United States & Brazil Mail Steamship* para Nova York, sob as ordens do comandante George F. Carpenter. Ela estava acompanhada de sua mãe, Dona Leonor Augusta Loureiro de Andrade, com quem viajou.

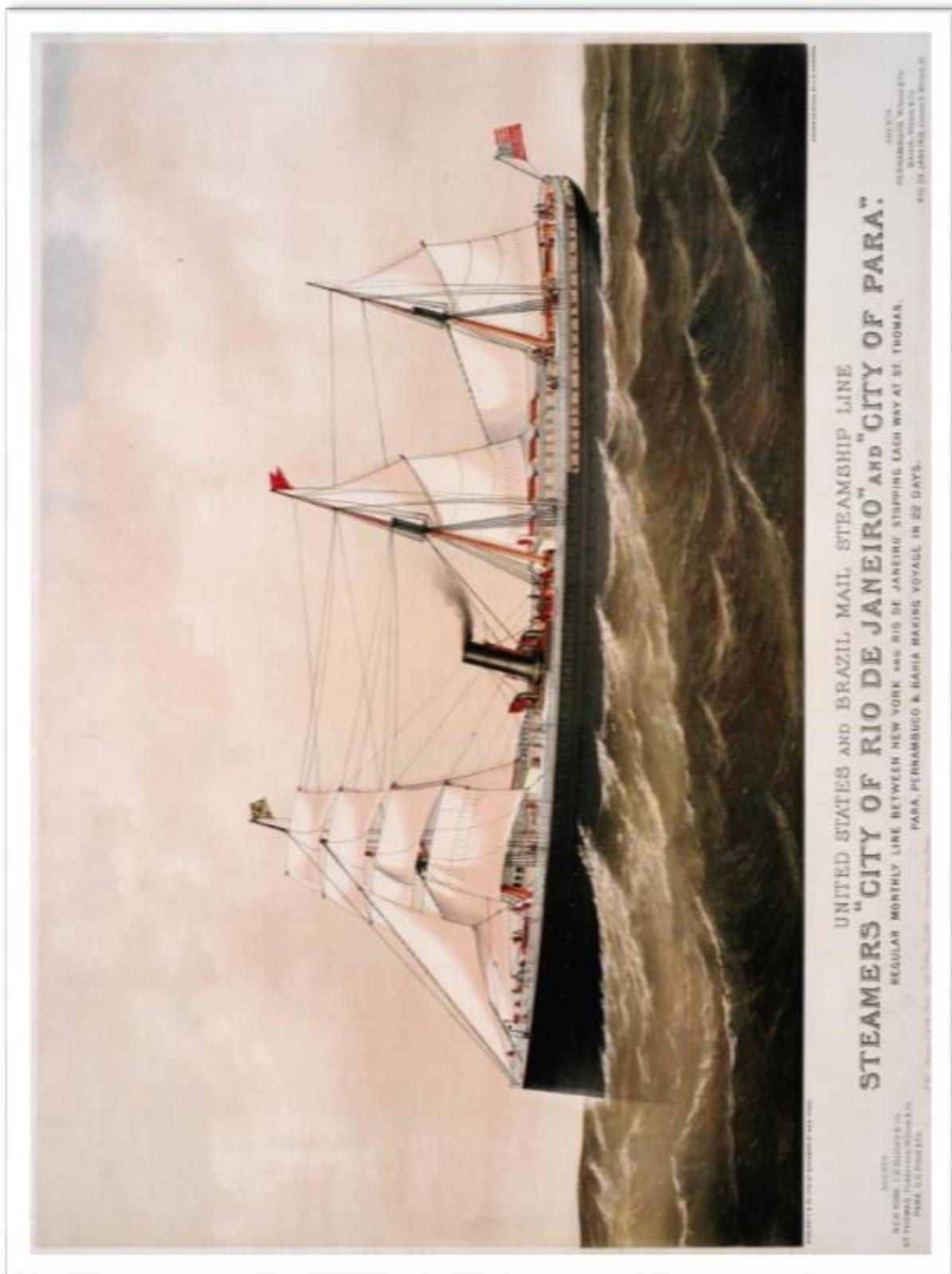


Figura 3: Cartaz de publicidade do vapor SS City of Rio de Janeiro, da Companhia Roach & Son, que fazia a conexão Rio de Janeiro - Nova York, entre as décadas de 1870-1880 (Disponível em: <http://sanctuaries.noaa.gov/shipwrecks/city-of-rio-de-janeiro/>).

Dos 14 passageiros que subiram ao vapor no porto do Rio e que passaram a ocupar as cabines na primeira classe do *S.S. Reliance*, elas eram as únicas mulheres. Os passageiros embarcados que tiveram seus nomes publicados na coluna “Movimentação do Porto” do *Jornal do Commercio* foram: “Luiz Ginoyer, Augusto Ferreira, João Baptista Ferreira Penna, Theodoro Cicero Ferreira Penna, Jorão da Costa Guimarães; os bolivianos, ministro Modesto Omiste<sup>43</sup>, Samuel F. Sanchez, Jacob Aiilan; o estadunidense J. Percy Brinton; o alemão Leopoldo Julius Eugéne Vierick; o inglês Annie Oliver; os italianos frei Fidelis de Avola, Luiz de Piazza, Caetano de Troina”. Outros oito passageiros estavam a bordo, porém na terceira classe e não tiveram seus nomes publicados pelo jornal (JORNAL DO COMMERCIO, 21/6/1883, n.º 171, p. 6). A imagem acima é do vapor *SS City of Rio de Janeiro*, produzido pela empresa John Roach e que também fazia parte da frota da linha marítima Rio de Janeiro - Nova York. Embora Maria Guilhermina e Leonor tenham viajado na outra embarcação, a *SS Reliance*, cuja ilustração ou fotografia não foi localizada<sup>44</sup>, optei por inserir o citado vapor para que o leitor possa visualizar o tipo de embarcação que era utilizado na viagem de 22 dias. Ambos possuíam a mesma estrutura. A figura 4, abaixo, é uma fotografia que nos permite ter uma ideia das dimensões do vapor.

---

<sup>43</sup> É possível que o personagem citado seja Modesto Omiste Tinajeros (1840-1898). De acordo com as escassas referências encontradas Tinajeros tinha uma grande atuação política e intelectual na Bolívia onde atuou como professor, político, advogado e escritor. Atuante no projeto de modernização do seu país, criou a primeira Escola Normal de Professores de Sucre. Por este e outros feitos, é atualmente reverenciado como "patrono da educação boliviana". Ver em: <http://historias-bolivia.blogspot.com/2017/07/modesto-omiste-tinajeros.html>. Acesso em: 10/7/2018. Ver também em: [https://www.bolivia.com/especiales/dia\\_del\\_maestro/Bio2.html](https://www.bolivia.com/especiales/dia_del_maestro/Bio2.html). Acesso em: 10/7/2018.

<sup>44</sup> O *SS Reliance* foi lançado ao mar em abril de 1883 e naufragou próximo ao porto da Bahia um ano após, em 1884, na sua quarta viagem, próximo ao porto da Bahia. Sua curta vida útil pode ser entendida como motivo para a dificuldade em localizar registros imagéticos da embarcação (WRECK, 2016; SHIP BUILDING HISTORY, 2016)

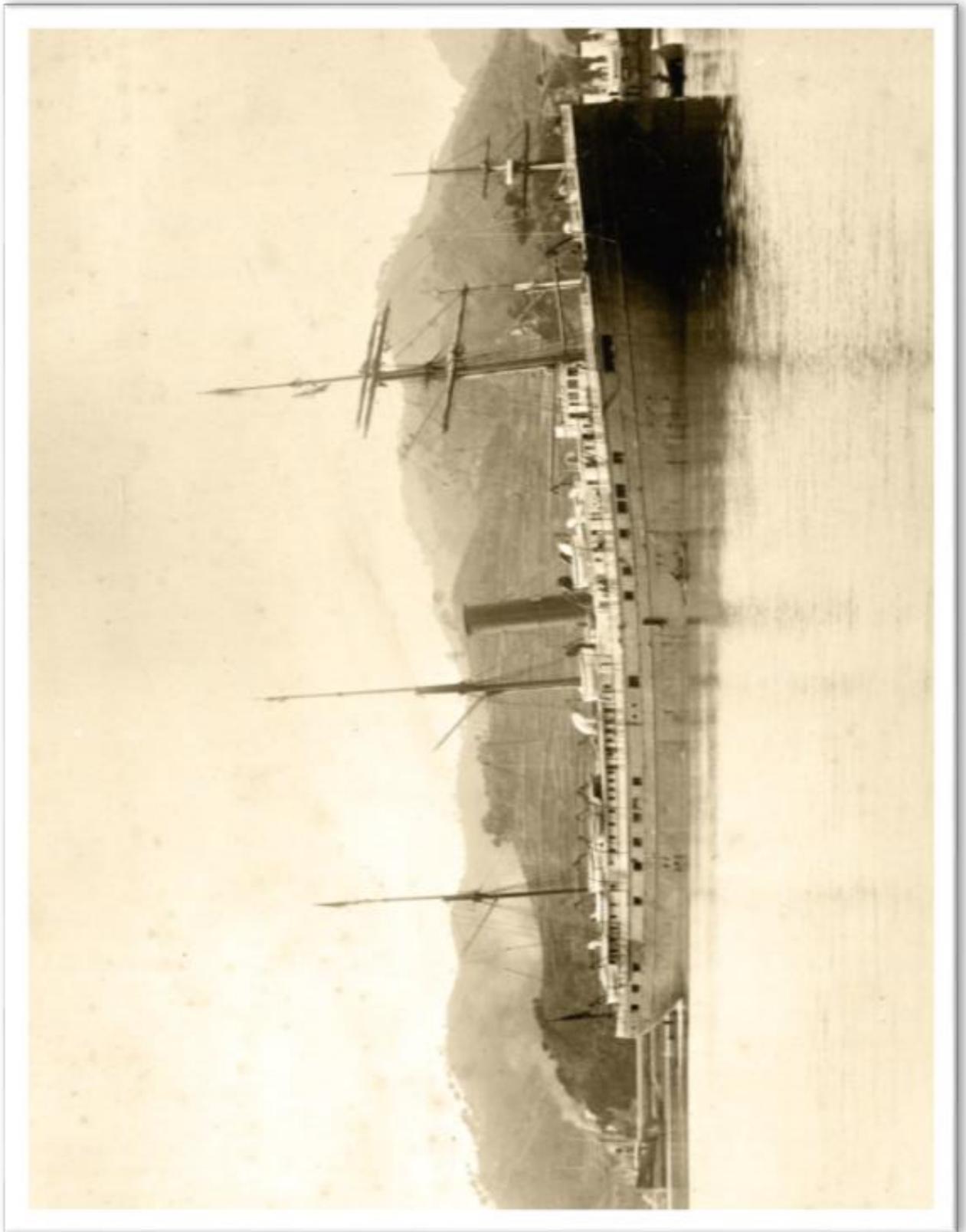


Figura 4: SS City of Rio de Janeiro ancorado (Disponível em: <http://sanctuaries.noaa.gov/shipwrecks/city-of-rio-de-janeiro/>)

De acordo com Leite (1997), a presença de mulheres em embarcações no território brasileiro é proveniente desde inícios do século XIX. Em pesquisas sobre mulheres viajantes no século XIX, Leite (1997) se debruçou sobre os registros de viagens (diários de bordo em sua maioria) no recorte temporal entre 1803 e 1900. Dos registros, selecionou aqueles que foram produzidos por mulheres e que sobreviveram ao tempo. De 1850 a 1900, dentre um universo de 92 registros de viagens, diários de bordo, contabilizou 17 produzidos por mulheres (LEITE, 1997).

As mulheres viajantes localizadas por Leite eram, em sua maioria, mulheres de alguma posse material. Se identificavam como modistas, turistas, jornalistas, professoras, acompanhantes ou cientistas, e apresentavam origem estadunidense ou europeia (LEITE, 1997; 2000). Sobre o quantitativo de mulheres viajantes que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como destino, a autora observa que, de certa forma, o número de mulheres é menor em relação ao de autores homens, sendo um indicativo para um padrão. Os perigos inerentes às viagens, sujeitas a todo tipo de intempérie natural ou humana, tornavam o espaço do navio e o deslocamento uma tarefa arriscada, em razão das doenças e formas de violência. Contudo, com persistência e rebeldia de algumas mulheres, o sexo feminino conquistou seu espaço, favorecido também pelo avanço tecnológico naval. Contudo, conservou-se como área predominantemente masculina, afirma Leite (LEITE, 1997).

Dentre as viajantes do século XIX, aquelas que exerciam funções de preceptoras e professoras foram as que deixaram mais relatos, sejam nos seus diários ou nas correspondências com familiares de sua terra natal. Nos diários, a partir das observações e contatos com a cultura local, descreveram a cidade, tanto aspectos da paisagem como os culturais. O caso de Maria Guilhermina, embora se aproxime das características das mulheres viajantes analisadas por Leite, possui particularidades. A professora viajou para o exterior, na companhia de sua mãe, em busca de formação profissional e não há vestígios de relatos sobre esse período de sua vida. Durante todo o período da pesquisa nenhum suporte textual, diário ou cartas, que se refere ao período em que a professora esteve nos Estados Unidos, foi localizado.

A partir dessa realidade, como tentativa de contornar essa questão optei, como estratégia metodológica, partir dos vestígios e informações existentes, organizados por pesquisadores que já se debruçaram sobre a personagem Maria Guilhermina (CHAMON, 2005, 2008; CHAMON, FARIA FILHO, 2007; SCHUELER, CHAMON, VAZQUEZ, 2010; MONÇÃO, 2016a, 2016b). As chaves de abertura para iniciar o

processo de investigação foram três: 1) o período de viagem, 2) a cidade onde se estabeleceu e por fim, 3) a instituição de ensino a qual ela se matriculou.

Desses três indicativos estabeleci um roteiro de pesquisa que, como um quebra-cabeças, poderia favorecer o surgimento de informações sobre esse "obscuro" período de vida e formação profissional da personagem. Através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), consultei alguns periódicos brasileiros correntes na década de 1880 e, após uma varredura, destinei foco nos seguintes periódicos: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Almanak Laemmert*, *Jornal do Brasil*; e as revistas pedagógicas: *A Eschola* e *A Instrução Publica*. Além desses nacionais, também investi nos seguintes periódicos estadunidenses: *The New-York Times* e o *New-York Tribune*. Desses impressos, aos poucos, foi possível localizar nomes, referências, indícios de datas, notas referentes aos membros da sua família, espaços de sociabilidade e de atuação profissional de Maria Guilhermina, nomes de sujeitos com os quais ela manteve relações na cidade do Rio de Janeiro e fora dela. A pesquisa se estabeleceu a partir de indícios, nomes e locais que ela possivelmente estabeleceu contato e frequentou na cidade de Nova York.

Por considerar a viagem uma questão importante e que, mesmo sem localizar relatos ou registros feitos em primeira pessoa, julgo ser importante abordar. Para isso, investi na pesquisa do *Jornal do Commercio*, década de 1880, em razão da sua “natureza comercial” e por haver informações sobre o trânsito marítimo existente no Brasil daquela época. Na coluna “Movimentação do Porto” eram publicados os nomes dos passageiros que entravam e saíam da cidade. Nem todos os nomes dos passageiros, por sua vez, eram registrados. Publicava-se, geralmente, apenas os dos viajantes da primeira classe e os da segunda, enquanto os passageiros da terceira classe eram indicados por quantidade. Pelo jornal consegui localizar o dia da viagem de Maria Guilhermina, com quem ela viajou, o nome do navio e quantas pessoas estavam a bordo. A partir desses indícios a construção de um quadro panorâmico do trânsito por ela empreendido se tornou mais palatável já que me foi possível buscar outros indícios. O quebra-cabeças começa a ter forma.

Os 23 dias que Maria Guilhermina e Leonor estiveram a bordo do navio não devem ter sido fáceis. Embora o navio fosse provido das amenidades necessárias aos passageiros, assim como alimentação e cabines onde pudessem ficar abrigados, eles estavam sujeitos às intempéries climáticas, de saúde e aos humores dos outros companheiros de viagem. Por outro lado, é possível imaginar o contato estabelecido

entre os passageiros. Conversas ordinárias e debates sobre assuntos diversos podem ter sido suscitadas nos longos dias ao mar com os clérigos, intelectuais, políticos e sujeitos de atuações diversas que ocupavam a mesma embarcação.

Em razão do avanço tecnológico, questões higiênicas e de segurança pessoal, podemos considerar que frente às viagens das mulheres no início do Oitocentos, a realizada por Maria Guilhermina e sua mãe Leonor ocorreu dentro de uma zona de segurança e conforto anteriormente não existente. Possivelmente, Leonor acompanhou sua filha em razão de apoiá-la em sua trajetória de formação e também como elemento de proteção de sua “segurança moral” e integridade física.

Pelas produções historiográficas apresentadas é possível compreender que casos de mulheres viajantes não são excepcionalidades, embora possam ser diminutos frente as empreendidas por homens; que as viagens por elas realizadas, também enquadravam-se em movimento de busca por formação profissional específica que não existia no Brasil ou então que era vedada a mulheres.

É possível afirmar que Maria Guilhermina seguiu um movimento característico de algumas mulheres que buscavam formação profissional específica na segunda metade do século XIX, como foi o caso das duas brasileiras que foram aos Estados Unidos em busca da graduação em medicina, Maria Augusta Generoso Estrella (1860-1946) e Josefa Agueda Felisbela Mercedes de Oliveira (1864-?), as primeiras médicas brasileiras<sup>45</sup> (RAGO, 2000). Ainda, segundo Rago (2000), ao viajarem em busca por formação em uma especialidade, ambas alargaram fronteiras socialmente criadas e delimitadas para o gênero feminino e criaram um novo “campo de possibilidades” (VELHO, 1994) de inserção e participação social para as mulheres. E nessa brecha seguiu Maria Guilhermina.

Uma das possibilidades de entrada para problematizarmos a opção de Maria Guilhermina por Estados Unidos da América, e não algum dos países europeus considerados modelos da pedagogia moderna, pode estar vinculada ao contato que teve com o pensamento estadunidense, tanto político como educacional, que passou a circular em território brasileiro na segunda metade do século XIX. As notícias sobre o

---

<sup>45</sup> É importante indicar que a Reforma Leôncio de Carvalho (1879) declinou a proibitiva legal de mulheres frequentarem curso superior. Maria Augusta Gereno Estrella e Josefa Agueda Felisbela Mercedes de Oliveira foram alunas do *New York Medical College and Hospital for Woman* e suas matrículas são anteriores à data da reforma educacional imperial. Durante o período de estudos em Nova York, o pai e provedor de Maria Augusta enfrentou séria crise financeira, o que impediu que o mesmo custeasse sua estada e formação. Dom Pedro II, por sua vez, interveio e, via decreto, concedeu uma bolsa para que a estudante brasileira terminasse sua formação (RAGO, 2000).

desenvolvimento econômico e social na nação do Norte e a leitura sobre a aproximação histórica e geográfica, entre Brasil e os Estados Unidos, aquecia os debates que se estabeleceram por aqui, sobretudo a partir da década de 1870 (CHAMON, FARIA FILHO, 2007).

Chamon (2008) associa a trajetória profissional e pessoal de Maria Guilhermina e sua vinculação com o pensamento pedagógico estadunidense pelo contato com essas referências, principalmente com os missionários e missionárias protestantes que desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1850. Para a autora, o “convívio com missionários e educadores presbiterianos, oriundos do norte dos Estados Unidos e ligados à Junta de Missões Estrangeiras de Nova York” favoreceu com que Maria Guilhermina renegasse o catolicismo, religião do império e de sua família, e fizesse “sua opção pela fé reformada” (CHAMON, 2008, p. 24).

De fato, segundo o mapa escolar do Colégio de Meninas de Maria Guilhermina de 1870, trabalharam como professoras as missionárias Harriet Greenman e Mary Dascomb (1842-1917) (AGCRJ, Fundo Instrução Pública, 12.4.12, p. 65). Dascomb veio ao Brasil, pela primeira vez em 1866, para trabalhar como professora dos filhos do cônsul estadunidense. Retornou aos Estados Unidos e voltou ao Brasil em 1869 acompanhada de Greenman, por intermédio da Junta de Missões para trabalhar com o reverendo Blackford, no Rio de Janeiro (CHAMON, 2008). É provável que para além das atividades relacionadas ao missionarismo presbiteriano tenha sido necessário que Harriet e Mary exercessem uma profissão a fim de poder se manter na cidade. Nessa época, em 1869, o Colégio Andrade estava localizado no n.º 67 da Praça da Aclamação, nas cercanias do endereço do primeiro templo presbiteriano no Brasil. As relações construídas na vizinhança entre Maria Guilhermina e as duas estrangeiras podem ter sido um elemento que possibilitou a contratação de ambas como professoras no Colégio de Meninas<sup>46</sup>.

Embora seja possível considerar que Maria Guilhermina tenha estabelecido redes de sociabilidades com os presbiterianos, a partir das indicações feita por Chamon (2008), compreendo que a escassez de fontes sobre sua relação com o movimento protestante seja um empecilho para que se possa avançar nessa discussão. Após pesquisar nos arquivos da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, na Igreja Metodista localizada no Largo do Machado, também no Rio, e no Centro Histórico Mackenzie em

---

<sup>46</sup> Sobre a presença e participação de mulheres no interior do movimento protestante e nas ações educativas desenvolvidas no Brasil ver: Almeida (2007), Almeida (2014), Hilsdorf (2002), Matos (1998).

São Paulo, é possível afirmar que seu nome não figura nos livros e atas dos batizados, convertidos, fiéis de transferência ou qualquer referência que ela tinha sido integrante desta denominação religiosa. Pela fragilidade da temática e por reconhecer os limites dessa pesquisa, opto por não me embrenhar por essa discussão. Limito-me a reconhecer a possibilidade de que Maria Guilhermina tenha criado laços estreitos com o pensamento protestante/presbiteriano, mas não abraço a tese defendida por Chamon (2008).

Frente a esta realidade considero que alguns pontos podem ser levantados de modo a identificar quais elementos corroboraram para a ida de Maria Guilhermina aos Estados Unidos em detrimento de outro país europeu consagrado pela elite política, econômica e intelectual brasileira:

1) as discussões em torno da implementação de um modelo educacional considerados modernos estavam a pleno vapor no Brasil, como exemplo temos o Congresso de Instrução de 1883;

2) Os Estados Unidos, no decorrer do século XIX, despontara como uma nação em que os processos educativos estavam ganhando êxito e, por isso, passou a se equiparar como modelar ao lado de países da Europa Ocidental;

3) as ideias sobre os jardins de infância estavam em projeção no Brasil e relatos publicados na imprensa trazidos por viajantes, somados aos relatórios produzidos por intelectuais, como Rui Barbosa (BRASIL, 1947), indicavam que nos Estados Unidos a organização desse tipo de ensino havia tido mais progresso do que na Europa;

4) é possível que o contato de Maria Guilhermina com membros do movimento protestante/presbiteriano no Brasil tenha exercido influência e alargado seus conhecimentos sobre pensamento liberal estadunidense e dos pensamentos pedagógicos que estavam em implementação naquele país;

5) a promessa de implementação dos jardins de infância na cidade do Rio de Janeiro, via reforma Leôncio de Carvalho em 1879, pode ter induzido a professora a investir na formação especializada para a oferta de serviço de jardim de infância em seu colégio e também para a formação de jardineiras,

6) o ramo de atuação de Maria Guilhermina era a educação privada e conquistar novos espaços no concorrido mercado educativo carioca exigia oferecer serviços atualizados de acordo com tendências educativas em progresso no estrangeiro.

### 2.3 Contextos, redes e conexões: o encontro de Maria Guilhermina com Maria Kraus-Boelté em Nova York

Após, aproximadamente, 23 dias no mar, Maria Guilhermina e Leonor Augusta desembarcaram no porto da cidade de Nova York. Elas foram registradas como passageiras n.º. 2 e n.º. 3, o que pode indicar terem sido umas das primeiras a adquirir as passagens<sup>47</sup>. “As senhoras, Augusta L. de Andrade, 54 anos, professora, e Senhora Mary L. de Andrade, 40 anos e professora”<sup>48</sup> como consta no registro, carregavam consigo 9 bagagens. O quantitativo de bagagens é compreensivo pois a cidade em que aportaram seria sua casa nos próximos quatro anos (LIST OF PASSENGERS. DISTRICT OF THE CITY OF NEW YORK, PORT OF NEW YORK. M 237. Ano: 1820-1897. Rolo, 468).

Na cidade, matriculou-se no *New York Seminary for Kindergartners with a Model Kindergarten*, onde se tornou pupila de Maria Kraus-Boelté (1836-1918) e John Kraus<sup>49</sup>, proprietários e professores do estabelecimento voltado à formação de jardineiras. Scott e Hébard (2014) ao discorrerem sobre viajantes no contexto do Oitocentos, apontam que uma lista de passageiros representa um microcosmo da sociedade. Ao olharmos a lista do *SS Reliance*, observamos que o quantitativo de mulheres viajantes era inferior ao dos homens, 9 versus 22 (SCOTT, HÉBARD, 2014). Os passageiros registrados não realizaram embarque no porto do Rio de Janeiro. É provável que outros passageiros tenham embarcado durante o percurso da viagem, contudo, a listagem dá conta apenas daqueles que desembarcaram no porto de Nova York.

---

<sup>47</sup> A lista de passageiros consultada é o documento oficial do governo estadunidense. Foi preenchido pelo comandante do vapor, Comandante Carpenter. A lista designa nome, idade, sexo, país de cidadania, país nativo, destino, número de bagagens e localização do compartimento (cabine ou outro tipo de acomodação). Na listagem consta o registro de 33 passageiros que passaram pelo vapor no trajeto da viagem, destes 10 eram provenientes do Brasil, incluindo Maria Guilhermina e sua mãe Leonor. O documento indica que a profissão informada para as duas foi a de professor.

<sup>48</sup> A questão da idade de Maria Guilhermina foi discutida no capítulo 1, seção 1.4.

<sup>49</sup> Datas de nascimento e falecimento de John Kraus não foram localizadas.

CUSTOMS FORM.  
"THE PASSENGER LIST."  
"The Passenger Act, 1882."

LIST OF PASSENGERS.  
District of the City of New York, Port of New York.

THOMAS W. HOE, Stationer and Printer, 39 Wall St., N. Y.

27

I, Geo. F. Carpenter Master of the SS Reliance do solemnly, sincerely and truly swear that the following List or Manifest, subscribed by me, and now delivered by me to the Collector of the Customs of the Collection District of the City of New York, is a full and perfect list of all the passengers taken on board the said vessel at New York from which port said vessel has now arrived; and that on said list is truly designated the age, sex, calling, country of citizenship, native country, intended destination or location, number of pieces of baggage, location of compartment or space occupied, and date and cause of death of passengers, as required by the Passenger Act of 1882; also a true statement, so far as it can be ascertained, with reference to the intention of each alien passenger as to a protracted sojourn in this country. *So help me God.*

Sworn to this 13<sup>th</sup> day of August 1881, before me Geo. F. Carpenter Deputy Collector of the Port of New York.

List or Manifest of ALL THE PASSENGERS taken on board the SS Reliance whereof Geo. F. Carpenter is Master, from Rio de Janeiro burthen 1902 tons.

No.	NAME.	AGE Yrs. Mths.	SEX.	CALLING.	* The country of which they are citizens.	* Native Country.	* Intended destination or location.	Number of pieces of baggage.	Location of compartment or space occupied, specify whether forward, amid ship or aft.	Date and Cause of Death.	Whether Visitors only, or intending to be permanent residents.
1	John J. Frank	40	Male	Merchant	US	US	US	2	Cabin		Citizen
2	Leonor Aug. & Ed. Andrade	54	Female	Teacher	Brazil	Brazil	Brazil		"		Spanish
3	" Mary L. Andrade	40	"	"	"	"	"	9	"		"
4	Jan. Percy Borden	19	Male	Student	US	US	US	4	"		Citizen
5	Joseph J. & E. V. V. V.	24	"	"	Brazil	Brazil	Brazil	4	"		Spanish
6	Mrs. Anna Olin	45	Female	"	"	"	"	3	"		"
7	David W. Davidge	38	Male	Landman	UK	Ireland	US	5	"		"
8	John H. Koffey	50	"	Merchant	US	US	"	6	"		Citizen
9	Mr. L. Merrill	25	"	Planter	US	Brazil	Brazil	4	X		Spanish
10	André L. Lantier	30	"	Orillan	"	"	"			20	"
11	Mrs. Marie Lantier	39	Female	Wife	US	US	"				"
12	Miss Hanna Hibb	20	"	Daughter	"	"	"	6			"
13	Bernardo Laville	29	Male	Merchant	Brazil	Venezuela	Brazil	6		65	"
14	Ante Lopes Machado	52	"	Merchant	"	Brazil	"				"
15	Ante Lopes Machado	10	Male	Student	"	"	"				"
16	Anna Maria Machado	21	Female	"	"	"	"				"
17	D. Maria Joana Machado	20	"	"	"	"	"	8			"
18	Demetrius de Oliveira	42	Male	Captain	England	England	England	2			"
19	Francis Blackburn	30	"	Engineer	US	US	US	2		20	"
20	John Toriagno	26	"	Merchant	US	US	US	11			"
21	Mr. Johann Gordon	74	Male	None	Athens	Athens	Athens			33	"
22	Mrs. Anna Gordon	37	"	"	"	"	"				"
23	John R. Gordon	36	Male	"	"	"	"	42			"
24	John R. Gordon	35	"	"	"	"	"				"
25	Timothy Duggan	58	"	Passenger	US	Ireland	US	2			Citizen
26	Mrs. Ed. Sheridan	22	Female	None	"	US	"	3			"
27	Walter S. Rust	28	Male	Engineer	"	"	"	2			"
28	Thomas S. Gill	27	"	Merchant	"	"	"	3			"
29	Ed. Masterson	62	"	"	"	Ireland	"	11			"
30	Mrs. S. de los Dolores	2	Female	None	Athens	Athens	"	1			Spanish
31	John S. Phillips	31	Male	Merchant	US	US	"	6			"
32	Louis Geisiger	17	"	Student	Brazil	Brazil	Brazil	2	Steerage		Spanish
33	George S. Colgate	45	"	Joiner	Athens	Athens	Athens	2			"

818  
1881, 18 1/2  
Geo. F. Carpenter

Geo. F. Carpenter

Figura 5: Lista de Passageiros do SS Reliance com destaque dado aos nomes de Leonor Augusta e Maria Guilhermina, passageiras número 2 e 3 respectivamente.

Maria Kraus-Boelté é descrita, pelas fontes e historiografia estadunidenses, como uma mulher que atuou de forma ampla e ativa no processo de divulgação, estruturação do Kindergarten nos Estados Unidos e na formação de jardineiras, nacionais e estrangeiras (THE NEW-YORK TIMES, 3/11/1918, n.º 22.198, p. 21). Nascida em 1836, no Grão-Ducado de Mackelmburgo-Schewerin, região noroeste da atual Alemanha, migrou para os Estados Unidos no ano de 1872 (THE NEW-YORK TIMES, 3/11/1918, n.º 22.198, p. 21).

No ano de 1881, foi organizada e publicada por Henry Barnard (1811-1900)<sup>50</sup> a coletânea *Papers of Froebel's Kindergarten, with suggestions on principles and methods of child culture on different countries*. A obra, impressa na cidade de Hartford - Connecticut, possui 806 páginas, é composta por artigos publicados anteriormente no *American Journal of Education*<sup>51</sup>, manuais, folhetos, cartilhas, capítulos de livros, discursos, textos traduzidos para a língua inglesa e outros materiais por ele selecionados que versam sobre a história e metodologia de ensino do Kindergarten<sup>52</sup>. Esses materiais, chamados de *Kindergarten Papers*<sup>53</sup> pelo editor do projeto, relatam discussões e experiências que estavam em curso em algumas cidades europeias e estadunidenses.

Dentre os textos publicados por Barnard, há uma narrativa, em primeira pessoa, de Kraus-Boelté, que a produziu em resposta a seguinte solicitação do editor da coletânea:

Eu imploro que você escreva todas as indicações interessantes que você, tão amavelmente, narrou para mim sobre sua própria formação, bem como de seus estudos especiais de princípios e no método de Fröebel em Hamburgo, e a prática no seu próprio jardim de infância antes e depois que você ouviu falar de Fröebel. Essas informações confirmam a sagacidade do grande mestre da cultura infantil, mostrando o seu sistema para estar de acordo com a natureza, e indicar o tipo de caráter, educação, e formação necessários para o maior sucesso no trabalho do jardim de infância. Duvido que Fröebel poderia ter projetado um curso especial mais admiravelmente equipado do que aquele que, na providência de Deus, você fez. Tais

---

<sup>50</sup>Barnard era o editor do periódico *American Journal of Education* e, na época, presidente da *American Froebel Union*.

<sup>51</sup> A discussão sobre o periodismo no cenário estadunidense do século XIX pode ser vista em Warde (2016).

<sup>52</sup> Metodologia específica para educação sistematizada, voltada para o desenvolvimento de crianças com idades entre três e sete anos, desenvolvida por Friedrich Fröebel e conhecida no Brasil como Jardim de Infância.

<sup>53</sup> Essa terminologia foi identificada no *index* que compõe o livro. A publicação foi digitalizada pela Biblioteca do Congresso de Washington e está disponível para consulta e *download* através do link: <https://archive.org/details/papersonfroebels00barn>. Acesso em: 10/6/2016.

reminiscências como as suas são de interesse total e instrução para todos os educadores (BARNARD, 1881, p. 537).<sup>54</sup>

O texto-resposta, intitulado *Reminiscences of Kindergarten Work*, de Maria Kraus-Boelté, narra sua trajetória educativa, desde a infância até aquele momento, em uma escrita muito próxima do gênero autobiográfico. Em virtude do seu relato rico em detalhes penso ser importante discorrer sobre o texto.

Maria demarca que, parte da sua formação, na primeira infância, recebeu no âmbito doméstico. Embora não tenha frequentado o jardim de infância, por não existir à época, aprendia com instrumentos similares ao incorporado por Fröebel na metodologia do Kindergarten: blocos de construção, tabuletas de jogos, palitos e sementes, esteira para atividade de tecelagem, pedaços de papel, tesouras, desenhos, etc., fizeram parte da sua infância.

Aprendera a ler aos quatro anos. Na escola frequentavam 20 crianças, meninos e meninas, com idade aproximada a sua. Os estudos diários duravam três horas, “na primeira tinha escrita e aritmética, na seguinte tricô e costura e na última dançava o Minueto com seus dois irmãos e irmãs mais velhos”. Após essa etapa, por volta dos seis e sete anos, mudou-se para uma classe menor na qual havia dois meninos e três meninas. Os estudos também duravam três horas diárias e eram comandados pelo clérigo da cidade. “Quatro horas por semana eram dedicadas às histórias bíblicas entremeadas com geografia e história natural; leitura e escrita do alemão; aprendia de cor poesias e hinos. Na igreja local tinha aulas de piano e canto” (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 538).

Aos sete anos, seu pai contratou um professor especial para ela e seus irmãos. Chamava-se Mr. Massmann e morou na casa por três anos. Recebiam instrução na parte da manhã e pela tarde. Também tinham aulas de piano e canto. Ensinava a eles, latim, francês, matemática, história universal, geografia, desenho, aritmética e história natural. Além das aulas, havia excursões para diárias para “introdução das maravilhas da natureza” (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 539).

---

<sup>54</sup> No original: “I beg you will jot down all those interesting particulars which you were so kind as to narrate to me of your own early home and self-training, as well as of your special studies of Froebel’s principles and method at Hamburg, and your own veritable Kindergarten practice before you ever heard of Froebel, as well as after. They at once confirm the sagacity of the great master of child culture, by showing his system to be in accord once with nature, and indicate the type of character, education, and training required for the highest success in Kindergarten work. I doubt if Froebel could have projected a special course more admirably fitted than that which, in the providence of God, you pursued. Such Reminiscences as yours are full interest and instruction to all educators.” (BARNARD, 1881, p. 537).

O senhor Massmann era o preceptor a quem foi confiada a formação dos filhos do Dr. Ernest Boetlé, advogado, pai de Maria Kraus. A família de Kraus era de linhagem aristocrática do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, atual região noroeste alemã. O ramo do seu pai tinha tradição de atuação no serviço público com exceção de uma tia, Fanny Tarnow, que era uma “escritora popular”. Já o ramo familiar materno era composto por profissionais liberais. Frequentemente os parentes visitavam a casa dos Kraus, o que a transformava em um “centro de literatura, encontros, entretenimentos musicais, com jantares, chás e cafés” (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 537).

Em 1848, ano da grande revolução popular em diversos países europeus contra as monarquias (HOBSBAWN, 2009), seu pai teve que deixar a cidade e passaram a residir na sua casa de verão a convite do Grão-Duque. Nesse período, Maria e suas irmãs foram enviadas para uma escola feminina. Ali tinham aulas de física, matemática, astronomia, botânica, composição, literatura, francês, piano, desenho e belas artes. Havia excursões para observar a natureza, as estrelas e na galeria de arte no castelo do Grão-duque. O tempo que sobrava se dedicava a brincar com suas bonecas (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 540).

Relata que tempos depois foi transferida para uma nova escola de meninas. Ali o trabalho ficou mais difícil. A quantidade de alunas aumentou, assim como as tarefas e o tempo de estudo. Tinha aula de conversação em francês e em alemão, gramática alemã, geografia, história universal, história natural, aritmética (álgebra), geometria, matemática, filosofia natural (física), literatura, desenho, canto, composição, costura, instrução bíblica e recitação (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 540).

Ao completar 15 anos aponta que precisou sair da escola por motivos de saúde. Nesse período, sua família mudou-se novamente para que seu pai pudesse exercer cargo de juiz em outra cidade. Ao se estabelecerem no novo local, Maria foi enviada para a cidade de Hamburgo onde ficou sob responsabilidade de uma família conhecida de seu pai desde o tempo dele na Universidade de Göttingen. Sua estadia na cidade durou sete meses. Com essa família ela deu continuidade aos estudos em desenho, literatura bíblica, piano, fenômenos naturais e saúde. Aos 16 anos, voltou à casa. Nesse período, estudava por conta própria sob a supervisão de seu pai. Ao completar 18 anos, terminou sua formação religiosa e foi apresentada à comunidade. “Depois disso foi inserida na sociedade, e começou um período feliz” na sua vida (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 541).

A partir da maioridade, passou a exercer trabalhos voluntários acompanhando sua mãe com crianças em creche e com as viúvas da comunidade. O trabalho estava na

ordem caritativa, com a distribuição de roupas e alimentos para os pobres. Certo dia, sua tia Amély, irmã mais velha de seu pai, sugeriu que ela fosse novamente para Hamburgo estudar o sistema dos jardins de infância de Fröebel com a viúva dele. Maria conseguiu permissão da sua família, foi aceita pela Madame Fröebel e partiu para Hamburgo (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 542). Nesse ambiente, teve contato com pessoas ilustres e intelectuais com quem estabeleceu relações.

Durante o período que esteve como aprendiz em Hamburgo,

frequentou dois diferentes cursos de Jardim de Infância sob a direção de Madame Fröebel, e participava do seminário para professores, no qual Mr. Tiedemann era o professor de pedagogia geral e especial, assistido por outros cinco professores (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 542)<sup>55</sup>.

Ao terminar sua formação, deixou Hamburgo para trás e foi, pelo mar, em direção à Inglaterra. Conta que era uma noite “nebulosa e fria”, e no vapor em que estava era a única passageira mulher. Sentiu medo, seu “coração tremia e faltava coragem”. Houve “uma tempestade durante a viagem” e “o navio em que estava quase se perdeu entre as falésias” (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 542)<sup>56</sup>. Depois de três dias chegou à cidade de Hull e de lá foi para Manchester.

Na cidade Manchester, ela ficou na casa da Madame Ronge, uma professora que havia sido convidada por algumas importantes famílias da região para que pudesse oferecer estudos sobre a Nova Educação e organizar um jardim de infância. Isso, pois, ela tinha estado em Hamburgo, em 1849, onde fora pupila de Fröebel. Com ela, Maria Kraus estudou inglês, “idioma que não dominava”, conduzia o jardim de infância e dava treinamento às jovens no sistema froebeliano (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 542). Ronge deixou a Inglaterra, enquanto Maria ficou desenvolvendo atividades relacionadas com o Kindergarten até o ano de 1867, quando retornou para Hamburgo no outono. Depois de algum tempo, por algumas dificuldades no trabalho, retornou à casa de seus pais em Macklenburg.

De Macklenburg foi para Lübeck, viver com sua irmã. Ali, iniciou com ela o processo de criação de um jardim de infância e também curso para a formação de jardineiras e cuidadoras. Embora as ideias e aplicações metodológicas de Fröebel estivessem em processo de proibição nos estados germânicos (ALLEN, 1982; ARCE,

---

<sup>55</sup>No original: “I entered two different courses of Kindergarten training under Madame Froebel, and attended the seminary for teachers, in which Mr. Tiedemann was the professor of general and special pedagogics, assisted by five other professors.” (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 542).

<sup>56</sup>No original: “I well remember the storm during our voyage, and how the vessel was almost lost among the cliffs.” (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 542).

2002)<sup>57</sup>, o magistrado local permitiu que Maria Kraus atuasse com crianças e as mães “com a condição que não o chamasse de Kindergarten”. Ela ponderou que a permissão condicionada foi dada porque o magistrado tinha relações com seu pai e, caso contrário, ele poderia ter negado.

Assim, em outubro, iniciou as atividades com apenas sete crianças. Relata que havia 22 no Natal e, em junho do ano seguinte, atendia 55 crianças. O trabalho era desenvolvido em quatro salas e um jardim somente utilizado no verão (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 546).

Segundo suas palavras, o trabalho em Lübeck foi um grande sucesso e quando Madame Fröebel foi visitá-la “exclamou com lágrimas nos olhos: “Oh, Fröebel tinha que conhecer você – poder ver o seu trabalho; você é, na verdade, a filha espiritual dele’. Jamais vou esquecer essas palavras. Elas me fortaleceram muitas vezes, e me levantaram quando a situação era difícil de lidar”, disse Maria<sup>58</sup>. As atividades em Lübeck se encerraram no ano de 1871 quando Maria foi para os Estados Unidos, a convite de Elizabeth Peabody, para que nessa cidade ela pudesse fundar uma escola de treinamento para jardineiras (THE NEW-YORK TIMES, 1894, n.º 13.220, p. 2). Na cidade, Maria Boelte conheceu John Kraus, com quem se casou, juntos criam a *New York Seminary for Kindergartners with a Model*; escola cuja finalidade era a formação de jardineiras<sup>59</sup>.

O seminário em 1883, o ano de chegada de Maria Guilhermina, estava situado na *East 22nd street*, n.º 7, ao lado da *Broadway*, entre a *5th avenue* e a *Park avenue*, duas importantes avenidas de Manhattan, que apresentavam uma grande concentração de estabelecimentos comerciais, localizadas entre as duas principais praças da cidade, a

---

<sup>57</sup> De acordo com Allen (1992), o banimento dos jardins de infância dos estados germânicos se deu no contexto da Revolução de 1851, inclusive na Prússia, por alegação que estas instituições de ensino promoviam o ateísmo e ideais comunistas (ALLEN, 1992).

<sup>58</sup> No original: “When Madame Froebel came to visit me, she exclaimed with tears in her eyes: “Oh, that Froebel had known you – could have seen your work; you are, in truth, his spiritual daughter. I shall never forget these words; they have strengthened me many times, and raised me above what was sometimes hard to contend with.” (KRAUS-BOELTÉ, 1881, p. 548).

<sup>59</sup> Segundo notícia publicada no New-York Tribune, Maria Kraus-Boelté foi aluna de Froebel: “Mrs. Kraus-Boelté was a pupil of Friedrich Froebel, the original *kindergartener*, and lived with his widow in Hamburg many years” (NEW-YORK TRIBUNE, 27/5/1900, p. 6); e chamada de “Froebel’s ‘spiritual daughter’” (NEW-YORK TRIBUNE, 7/9/1907, 10). Já em artigo publicado no New York Times, encontra-se a informação de que ela foi pupila de Madame Froebel, a segunda esposa do grande educador “She was a pupilo of Mme. Froebel, the second wife of the great educator (...)” (THE NEW YORK TIMES, 3/06/1900, s/p).

*Madison Square* (destaque em verde na figura n.º 5) e a *Union Square* (destaque em azul na figura n.º 5) (THE NEW-YORK TRIBUNE, 9/9/1883, n.º 13.447, p. 8)<sup>60</sup>.

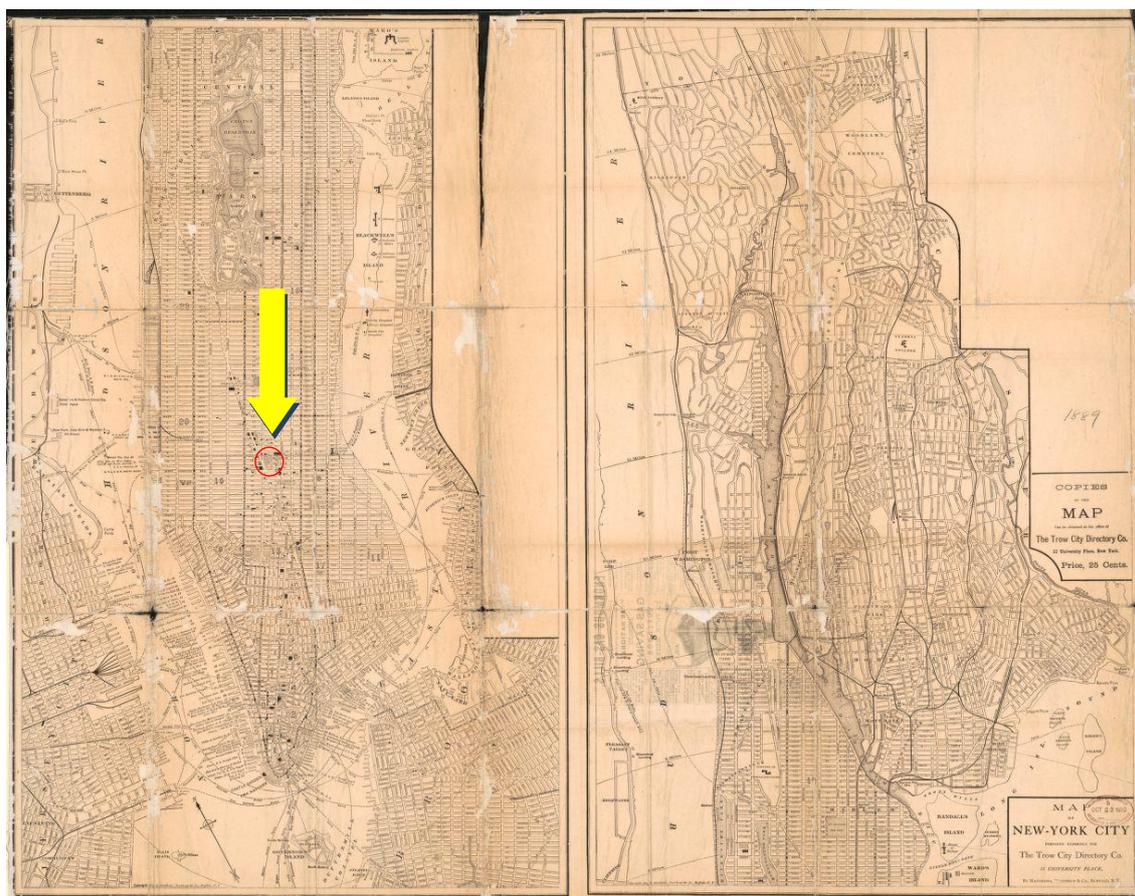


Figura 6: mapa da cidade de Nova York (lado esquerdo compreende a parte sul e o lado direito a parte norte da ilha de Manhattan) (c. 1889). Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g3804n.ct006580/?r=-0.012,0.287,0.481,0.292,0>. Acesso em: 11/7/2018

<sup>60</sup> O jornal foi fundado por Horace Greeley, membro do partido Whig, em 1842 sob o nome de *The New-York Daily Tribune*. A partir de 1866 teve seu nome alterado para *The New-York Tribune*, que permaneceu até 1924. O *Tribune* foi um dos mais importantes jornais dos Estados Unidos, ao lado do *The New York Times*, e também era vendido ao preço de 4 cents de dólar, fator que estabelecia concorrência entre os periódicos (CHRONICLING AMERICAN, 2017).



Figura 7: detalhe de mapa da cidade de Nova York com destaque para a Madison Square (em verde), Union Square (em azul) e a localização do Seminário dos Kraus (triângulo vermelho) (c. 1889). Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g3804n.ct006580/?r=-0.012,0.287,0.481,0.292,0>. Acesso em: 11/7/2018.

Maria Kraus-Boelte está entre uma das figuras proeminentes que atuou no período de divulgação e organização dos jardins de infância nos Estados Unidos e sua trajetória está ligada à trajetória de outras mulheres inseridas nesse meio. Sua atuação não se limitou a criar, gerir e formar profissionais nos limites físicos da *New York Seminary for Kindergartners with a Model Kindergarten* que “graduou mais de mil mulheres jovens que perpetuaram seus princípios de ensino em diversas partes do mundo” (THE NEW-YORK TIMES, 3/11/1918, n.º 22.198, p. 21)<sup>61</sup>. O casal escreveu um guia de “auto-instrução para jardineiras, mães e cuidadoras”, intitulado *The Kindergarten Guide* (1881). O Guia era divulgado na sessão de propaganda do *Kindergarten Messenger*. Embora a obra tenha sido publicada pela primeira vez em formato de livro no ano de 1881, é possível considerar, pelas informações contidas no anúncio, que anteriormente a edição do guia, ele já circulava desde 1877 no formato de folheto composto por oito números.

<sup>61</sup> No original “(...) graduated more than a thousand Young women who have perpetuated her principles of teaching in many parts of the world”. (THE NEW-YORK TIMES, 3/11/1918, n. 22.198, p. 21).

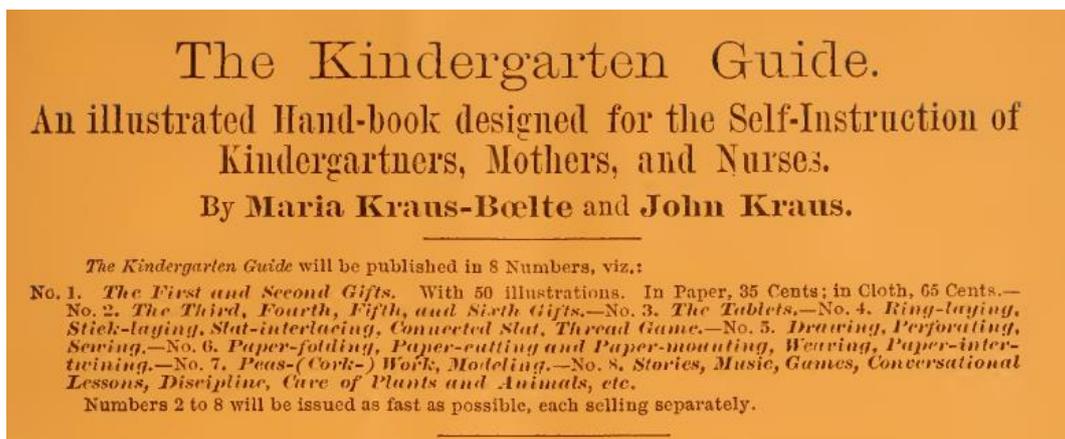


Figura 8: Propaganda do The Kindergarten Guide, de Maria Kraus-Boelté e John Kraus (1877)

Em razão da sua atuação no Seminário, sua experiência com os jardins de infância e formação de jardineiras, produção escrita e intelectual, Maria Kraus-Boelte recebeu o apelido de *Kindergarten Mother*, a Mãe do Kindergarten pela imprensa nova-iorquina (NEW-YORK TRIBUNE, 31/12/1900, p. 5). Como exemplo de sua atuação no Movimento Kindergarteniano Estadunidense, na listagem dos membros honorários da *American Fröbel Society / The American Fröbel Union* de 1877, figura o nome de Maria dentre os primeiros, junto ao do seu esposo John Kraus (figura 9).

Outra personagem que obteve formação com o casal Kraus foi Susan Elizabeth Blow (1843-1916). “Miss Blow” pertencia a uma família tradicionalista e de posses em Saint Louis, no estado de Missouri. Nascida em 1843, a primeira dos nove filhos gerados pelo casal Minerva Grimsley Blow e Henry Taylor Blow. Teve conhecimento da metodologia froebeliana em viagem realizada a Europa com sua família, no início da década de 1870. Ao voltar aos Estados Unidos, iniciou empreendimento próprio de oferta dessa modalidade de ensino na sua cidade (SHEPLEY, 2011). Em busca de formação especializada, ela foi à Nova York onde se matriculou na Academia de Maria Kraus-Boelté. Lá permaneceu até o ano de 1873.

Ao retornar para Saint Louis, articulou suas redes de sociabilidades e junto ao superintendente das escolas dos Estados Unidos, William Torrey Harris, e o comissionado de educação, Harris Stowe, ofereceu o Jardim de Infância sob ônus dos cofres públicos. O primeiro desse gênero naquele país (SHEPLEY, 2011). Segundo um obituário<sup>62</sup>, Blow, ao lado de Kraus-Boelté, foi uma figura proeminente na divulgação do pensamento ortodoxo froebeliano (ROOTSWEB, 2009). As duas personagens

<sup>62</sup> Disponível em: <http://archiver.rootsweb.ancestry.com/th/read/OBITUARIES/2009-06/1245304745>. Acesso em 24/10/2016.

apresentadas até aqui, fizeram parte do chamado *U.S Kindergarten Movement*<sup>63</sup> que se refere aos processos de chegada, divulgação e implementação do pensamento froebeliano e do modelo de educação infantil dos jardins de infância nos Estados Unidos, via ativismo de mulheres e homens a partir na segunda metade do século XIX.

Segundo Muelle (2005), o primeiro jardim de infância nos Estados Unidos foi criado por Margarethe Meyer Schurz (1833-1876), uma refugiada da guerra, em 1855, na cidade de Watertown, no estado de Wisconsin (MUELLE, 2005). O movimento migratório de alemães aos Estados Unidos foi proporcionado pelos conflitos gerados pela Revolução de 1848 nos estados germânicos. Muitos se locomoveram para a Inglaterra e de lá para os Estados Unidos. O mesmo percurso foi feito por Maria Kraus-Boelté e Margarethe Meyer Schurz. Em tempo, Margarethe Meyer Schurzer que era a irmã de Bertha Meyer Ronge, a “Madame Ronge”, formadora de Maria Kraus (citada anteriormente); que, por sua vez, foi aluna da irmã de Carl Schurz, cujo nome ainda é, por mim, desconhecido (MUELLE, 2005; SMITH, 1992).

#### **2.4 A participação de mulheres no movimento kindergartiano estadunidense**

Segundo Muelle (2005) e Allen (2017), o processo migratório de germânicos aos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, está dentre os principais fatores que favoreceram a circulação de informações sobre o modelo pedagógico na América. As primeiras cidades a criarem jardins de infância foram Chicago, Boston, Saint Louis e Nova York, e eram elas que apresentavam maior quantidade de imigrantes.

Hewes (1988) aponta que a década de 1870 é vista como um período de ampliação dos jardins de infância e do pensamento froebeliano nos Estados Unidos. Nesse período, a participação de homens e mulheres nesse processo é demarcada pela historiografia como movimento kindergartiano. Foi a partir da década de 1870 que surgiram grupos organizados em prol da divulgação, implementação e disseminação do pensamento froebeliano dos jardins de infância pelo território norte-americano. Houve a criação de instituições voltadas à formação de jardineiras, à organização de publicações específicas e das associações de jardineiras (ALLEN, 1992; HEWES, 1988; MUELLE, 2005).

---

<sup>63</sup> Para facilitar a leitura passo a utilizar o termo *movimento kindergartiano estadunidense* em substituição ao original.

Assim, é possível afirmar que movimento kindergartiano estadunidense não se resumiu à criação de instituições educativas voltadas para crianças entre três e sete anos. A disseminação dos jardins de infância favoreceu a inserção de mulheres e crianças nas dinâmicas sociais urbanas no mundo ocidental a partir da segunda metade do século XIX. No que compete a atuação de mulheres, favoreceu o ingresso delas no mundo do trabalho pela profissionalização e especialização na metodologia froebeliana, a organização e atuação em associações e sociedades, além da participação no mundo da escrita e no mercado editorial.

A criação dos jardins de infância, no primeiro momento organizados por iniciativa pessoal de imigrantes, também por igrejas, associações diversas, grupos sociais, etc., aos poucos foi tendo aderência de nacionais, de homens e mulheres, que atuavam nesse novo segmento de ensino.

Com relação a participação feminina, além das já citadas Maria Kraus-Boelté, Susan Elizabeth Blow e Margarethe Meyer Schurz, outras mulheres fizeram parte do movimento kindergartiano nos Estados Unidos. A forte presença de mulheres nesse contexto pode ser entendida à luz das proposições de Fröebel que era integrar (e não inaugurar) as mulheres no processo de escolarização da sociedade, especialmente das crianças e das mães. Essa perspectiva acompanhava as questões vivenciadas à época e referem-se aos papéis construídos para homens e mulheres no contexto de modernização das sociedades, com seus processos de industrialização. Associados a esse contexto estava a perspectiva religiosa protestante que favoreceu o florescimento do protagonismo da mulher para além do espaço doméstico (SHORT, 1973) propiciando a disseminação de um pensamento que reconhecia a "missão educativa das mulheres" (MARENHOLTZ-BÜLOW, 1855).

A atuação de mulheres nos assuntos relacionados à educação da infância é uma característica intrínseca ao pensamento froebeliano. Inicialmente, a proposta pedagógica desenvolvida por Friedrich Fröebel estava voltada à formação das mães a fim de que elas pudessem promover o desenvolvimento infantil de seus filhos de maneira "científica" e orientada. Com o desenvolvimento da proposta e sua vinculação com a identidade materna, criou-se um campo e corpo profissional exclusivamente feminino.

Em 1º de abril de 1880 foi publicado um artigo no *The New York Times* sobre a conferência da *American Froebel Union*. A intenção da conferência era fazer uma revisão do movimento kindergartiano estadunidense e o andamento dos trabalhos que estavam em marcha naquele país. Reuniram-se, por três dias, na igreja episcopal da

Encarnação<sup>64</sup>, localizada na esquina da *Madison-avenue* com a *Thirty-fifth-street*, situada no coração de Manhattan, aproximadamente 100 pessoas, entre mulheres e homens. Henry Barnard foi convidado para presidir a conferência (THE-NEW YORK TIMES, 1880, p. 2).

A *American Fröbel Society / The American Fröbel Union*<sup>65</sup> foi criada em 1877 por Miss Peabody, tendo esta, ocupado o cargo de primeira presidente. A função da Sociedade era "sustentar o verdadeiro e exato desenvolvimento da infância de acordo com os planos de Fröbel"<sup>66</sup> (THE-NEW YORK TIMES, 1894, n.º 13220, p. 2).

A Sociedade pode ser entendida como uma agência reguladora que buscava resguardar o modelo do jardim de infância germânico aos moldes do pensamento froebeliano, seguindo à risca o ensino e a aplicação da metodologia desenvolvida por Fröbel. Suas iniciativas decorriam das disputas em curso pelo o domínio e controle do campo de educação infantil.

A Sociedade buscava deslegitimar as modificações metodológicas empreendidas por pessoas que não estavam inseridas no Movimento e que, de alguma forma, se inseriam no comércio educativo. Na busca pelo controle faziam a *acreditação* dos jardins de infância, que seguiam os princípios filosóficos e metodológicos do pensamento froebeliano, existentes nos Estados Unidos. Como modo de garantir a unidade das ações realizavam atividades de acompanhamento, via examinadores e fiscais, de modo a garantir e promover a adequação desses espaços de acordo com a metodologia froebeliana<sup>67</sup> (KINDERGARTEN MESSENGER, 1877, p. 31).

A *American Fröbel Society / The American Fröbel Union* se inspirou em associações europeias do movimento kindergartiano, como a alemã *Allgemeinen Erziehungsverein*<sup>68</sup>, e as inglesas *English Manchester Association* e a *London Fröbel Society* (KINDERGARTEN MESSENGER, 1877, n.º 1-2, p. 31). Sua estrutura

---

<sup>64</sup> O uso de prédios religiosos para a realização de encontros desta natureza era uma prática comum à época. A noção de paróquia e sua relação com a comunidade em que a igreja estava inserida possibilitava diversos usos do prédio para além da vocação dos serviços religiosos.

<sup>65</sup> Nos primeiros números da revista a organização se chamava *American Fröbel Society*. Após a sua oficialização e a elaboração do estatuto ela passou a se chamar *The American Fröbel Union*. Para esse texto irei trabalhar com a nomenclatura *American Fröbel Society / The American Fröbel Union*,

<sup>66</sup> No original: (...) "for the sustaining of true, exact development of childhood according to the Froebel plan".

<sup>67</sup> A *acreditação* tinha como objetivo assegurar que os estabelecimentos educativos que se intitulavam jardim de infância fossem fiscalizados a fim de comprovar que seguiam a metodologia froebeliana. As discussões sobre essa questão emergiram em razão da existência de escolas voltadas para crianças menores de sete anos que não correspondiam aos propósitos do pensamento de Fröbel para a educação da infância.

<sup>68</sup> Algo como "Associação geral educativa".

administrativa estava organizada em presidência, secretaria e tesouraria. Poderiam ser membros, qualquer pessoa que fizesse alguma doação de vinte e cinco dólares ou mais. Aquele que contribuísse com uma quantia alta seria considerado "membro vitalício" com voto no comitê financeiro da organização (KINDERGARTEN MESSENGER, 1877, p. 157). A sociedade contava, ainda, com os "membros honorários" e esses eram inscritos a partir do reconhecimento de seus trabalhos no movimento kindergartiano estadunidense. Dentre os nomes, figura majoritariamente a presença feminina, como Maria Kraus-Boelté e Susan Blow. Na lista de 1887 são citados 24 mulheres e 15 homens.

HONORARY MEMBERS.	
*Mrs. M. H. KRIEGE . . . . .	Altona, Schleswig-Holstein.
*Mrs. KRAUS-BOELTE . . . . .	9 West 28th Street, New York.
Professor JOHN KRAUS . . . . .	New York.
*Miss M. J. GARLAND . . . . .	52 Chestnut Street, Boston.
*Miss R. J. WESTON . . . . .	52 Chestnut Street, Boston.
*Mrs. A. E. GARDNER . . . . .	154 West Concord Street, Boston.
*Miss S. E. BLOW . . . . .	South St. Louis, Mo.
*Mrs. JOHN OGDEN . . . . .	Central Normal School, Worthington, Ohio.
*Mrs. A. H. PUTNAM . . . . .	23 Hershey Hall, Chicago.
*Miss SARA EDDY . . . . .	51 Bishop's Court, W. Chicago.
*Miss R. R. BURRITT, Friends' Library, 15th and Race Sts., Philadelphia.	
*Miss EMMA MARWEDEL . . . . .	High Street, Los Angeles, Cal.
*Mrs. A. K. ALDRICH . . . . .	Florence, Mass.
*Mrs. LOUISA POLLOCK . . . . .	1127 13th Street, N. W. Washington, D.C.
*Mr. W. N. HAILMAN . . . . .	56 Oneida Street, Milwaukee, Wis.
*Mrs. ELLA SNELLING HATCH . . . . .	2 Warren Avenue, Roxbury.
*Miss ANNA HELD . . . . .	Nashua, N.H.
Miss ALICE CHAPIN . . . . .	2 Michigan Street, Indianapolis.
Miss JOSEPHINE JARVIS . . . . .	140 Egan Avenue, Chicago.
Mrs. Professor MONROE . . . . .	Chelsea, Mass.
Mrs. HORACE MANN . . . . .	Cambridge, Mass.
Mrs. G. P. LOWRY . . . . .	Tarrytown, N.Y.
Mrs. C. M. SEVERANCE . . . . .	Los Angeles, Cal.
Mrs. M. B. SMITH . . . . .	Brooklyn, Alameda Co., Cal.
G. W. STEPHENS, Esq. . . . .	2 Phillips Place, Montreal, P.Q.
Rev. BROOKE HEREFORD . . . . .	Chicago, Ill.
G. H. SNELLING, Esq. . . . .	8 Park Street, Boston.
M. DENMAN ROSS, Esq. . . . .	Devonshire Street, Boston.
Rev. C. A. BARTOL, D.D. . . . .	17 Chestnut Street, Boston.
Rev. Mr. CHANEY . . . . .	Hollis Street, Boston.
Rev. E. E. HALE, D.D. . . . .	Boston Highlands.
Rev. J. F. CLARKE, D.D. . . . .	Jamaica Plain, Mass.
Rev. JACOB MANNING . . . . .	Boylston Place, Boston.
Rev. PHILLIPS BROOKS . . . . .	Hotel Kempton, Boston.
Mr. J. W. DICKINSON . . . . .	Sec. of Mass. Board of Education, Boston.
Mr. WILLIAM T. HARRIS . . . . .	Superintendent of Schools, St. Louis, Mo.
Dr. ISAAC KERLIN . . . . .	Training School of Media, Pa.
Mrs. C. K. WHIPPLE . . . . .	Chapel Station, Brookline.
Miss GRAVES . . . . .	800 18th Street, Washington, D.C.
Mr. THOMAS HUNTER . . . . .	Of the Normal School of New York.
Mr. JOHN WILSON . . . . .	Cambridge, Mass.

Figura 9: Lista de membros honorários da American Fröbel Society / The American Fröbel Union (1877).

Uma das abordagens adotadas pelo pensamento froebeliano nos Estados Unidos estava focada em possibilitar que crianças com idade entre quatro e sete anos oriundas de famílias pobres frequentassem os jardins de infância. A preocupação com a permanência da infância nas ruas, as relações e o envolvimento com o "crime" e a aquisição de "vícios", além da busca pelo aprimoramento da raça, foram aspectos que justificaram a expansão dos jardins de infância, bem como o investimento na formação das jardineiras. A escola reguladora da vida na cidade, bem como instrumento de disseminação de hábitos e costumes pautados na ciência higiênica, vinha ao encontro da proposta froebeliana para a educação infantil.

Além da *American Fröbel Society / The American Fröbel Union*, a partir de consulta às fontes foi possível identificar a existência de outras associações, sociedades e grupos organizados em torno da temática dos jardins de infância. Dentre as informações localizadas estão:

Tabela 4: Mapeamento das agremiações do movimento kindergartiano estadunidense (The New-York Times, 1870-1880).

<b>Nome da agremiação</b>	<b>Fundador/presidente</b>	<b>Ano</b>
American Fröbel Society / The American Fröbel Union	Elizabeth Peabody	1877
Froebel Institute of North America	William Nicholas Hailmann	c. 1880
Chicago Froebel Association Training School	Alice Putnam	1880
The New York Kindergartners Association	Mrs. S. M. Harris	1883
New York Kindergarten Association	Robert Watson Gilder	1889
International Kindergarten Union	Alice Temple	1892

A partir destas agremiações podemos apontar para a importância destes espaços na organização, desenvolvimento e manutenção do movimento kindergartiano estadunidense bem como a atuação de mulheres no interior destes espaços. Em acordo com as proposições de Teixeira (2016), estes grupos podem ser entendidos como espaço

de inserção e participação no mundo público e político, via educação, no qual as mulheres, dentro das limitações do período, possuíam visibilidade; tais grupos produziam material impresso que nos permite compreender sua importância na produção e circulação de conhecimento naquele contexto.

A partir de uma coletânea de textos organizada por Henry Barnard em 1881, citada anteriormente, foi possível identificar uma significativa participação de mulheres. Na publicação há textos assinados por 15 mulheres estadunidenses e de nacionalidades europeias variadas, que tinham destaque no movimento kindergartiano estadunidense: Elizabeth Peabody (1804-1894)<sup>69</sup>, Mary Peabody Mann (1806-1887)<sup>70</sup>, Lucy Wheelock (1875-1946)<sup>71</sup>, Josephine Jarvis (1859-1934)<sup>72</sup>, Bertha Maria Marenholtz-Bülow (1810-1893)<sup>73</sup>, Emily Meyer<sup>74</sup>, Henriette Breyman Schrader (1827-1899)<sup>75</sup>, Madame Hony<sup>76</sup>, Madame A. de Portugall<sup>77</sup>, Elizabeth Adelaide Manning (1828-1905)<sup>78</sup>, Mary Lyschicka (1849-1937)<sup>79</sup>, Maria Kraus-Boelté (1836-1918)<sup>80</sup>, Susan

---

<sup>69</sup> Uma das principais referências na implementação dos jardins de infância nos Estados Unidos. Informações sobre sua trajetória será abordada mais à frente.

<sup>70</sup> Autora do texto *Lange's of reminiscences of Froebel*. Irmã de Elizabeth Peabody e esposa de Horace Mann (1789-1859), intelectual reformador do sistema educacional estadunidense, um dos idealistas e realizador da reforma educacional efetuada no estado de Massachusetts, entre os anos de 1837-1848. A reforma previa a construção de prédios escolares específicos para essa função, a criação de conselhos, contratação de professores públicos competentes e ainda a participação de toda a sociedade em favor da educação universal. As propostas de estruturação de um ensino público pautados nas ideias da *Common School* encontrou no Brasil espaço para ecoar. Aqui, um dos principais seguidores de suas ideias foi Tavares Bastos (1839-1875), que assimilou as propostas educativas de Mann em suas reflexões acerca dos direcionamentos necessários à reforma educacional do Brasil naquele período (SOUZA, 2010). Mais sobre Mary Peabody ver em: <http://www.anb.org/articles/16/16-03585.html>. Acesso em: 25/07/2016.

<sup>71</sup> Na coletânea de Barbard traduziu o artigo "The Kindergarten – Its genesis and name" no original em alemão Diesterweg's Wegweiser, de Ferdinand Winther. Atuou como escritora dos quais seus livros mais relevantes são *The Kindergarten* (1913) e *The pionners of Kindergarten in America* (1923). Disponível em: [http://womenshistory.about.com/od/educators/a/lucy\\_wheelock.htm](http://womenshistory.about.com/od/educators/a/lucy_wheelock.htm). Acesso em 28/7/2016.

<sup>72</sup> Tradutora de *A educação do homem*, de Fröebel, para o inglês (1885) com o prefácio de Elizabeth Peabody. As datas de nascimento e morte são passíveis de questionamento já que as informações sobre ela, na web, são escassas e se confundem com outras personagens com o mesmo nome. *Froebel web: an online resource*. Disponível em: <http://www.froebelweb.org/images/index.html>, Acesso em 28/7/2016

<sup>73</sup> Principal figura feminina que trabalhou na divulgação do Kindergarten ao lado de Fröebel.

<sup>74</sup> Tradutora de texto originalmente publicado em alemão, por J. H von Fichte, ao qual intitulou *The national education demanded by the age, considered in connection with the educational system of Friedrich Froebel*. As datas de nascimento e morte não foram localizadas. Ver em Barnard, 1881, p. 291.

<sup>75</sup> Autora do artigo Madame Henrietta Breyamnn Schrader. *The principles of Froebel, as understood and applied in the Kindergarten at 16 Steinmetz Strasse, Berlin*. Ver em: Barnard, 1881, p. 451. Foi aluna de Fröebel e proprietária de Jardim de Infância em Berlim. Disponível em: <http://www.kindergartenpaedagogik.de/159.html>. Acesso em: 28/7/2016.

<sup>76</sup> Tradutora do artigo de Henrietta Breyamnn Schrader. Nenhuma outra informação sobre a personagem foi localizada em pesquisa na web.

<sup>77</sup> Autora do texto *Criticisms on Froebel's system and its extensions*. Inspectora de escolas infantis em Cantão, Genebra. Nenhuma outra informação sobre a personagem foi localizada em pesquisa na web. O texto fora traduzido por Mary Mann. In: Barnard, 1881, p. 473-480.

<sup>78</sup> Membro da London Froebel Society. Autora do texto *Some difficulties and encouragements in Kindergarten work*. In: Barnard, 1881, p. 513-522. Além da participação no movimento kindergartiano

Blow (1843-1916), Louise Plessner Pollock (1833-1901)<sup>81</sup>, Emma Marwedel (1818-1893)<sup>82</sup>.

Os argumentos, que levaram Henry Barnard a planejar a coletânea, estavam pautados no seu interesse em produzir um “guia referencial” que tratasse “de forma clara aos professores, pais e funcionários escolares” as “reivindicações e os resultados do jardim de infância”, ao que se refere a questões voltadas para “desenvolvimento inicial e da formação do ser humano” (PEABODY, 1881, p. 3). Tal justificativa se relaciona com um dos objetivos da *American Fröbel Society / The American Fröbel Union* que estava na defesa da implementação dos princípios froebelianos bem como a padronização de uma perspectiva de ensino para a primeira infância.

Do material, alguns textos eram inéditos, ou seja, foram escritos a partir da solicitação do editor, outros eram produções que já circulavam no formato de folheto e outros, ainda, eram traduções do alemão para o inglês. O primeiro texto da coletânea escrito por uma mulher foi assinado por Elizabeth Peabody, pessoa muito próxima a Barnard e com quem ela possuía forte elo no interior do movimento kindergartiano estadunidense. O texto foi produzido a partir de uma carta enviada por Barnard que solicitava sua cooperação e seus conselhos com relação à educação de crianças pequenas, fossem em ações desenvolvidas nas casas, em jardins de infância ou nas escolas primárias. O pedido foi acompanhado de uma pergunta. Se ele “poderia reservar [para ela] a publicação do artigo no próximo número [do *American Journal of Education*] sobre o desenvolvimento do Jardim de Infância?” (PEABODY, 1881, p. 4).

“Dear Sir”, iniciou Peabody, “respondo cordialmente ao seu convite para cooperar com o trabalho e para garantir as contribuições de meus correspondentes e companheiros de trabalho, nesse e em outros países” (PEABODY, 1881, p. 5.). A resposta de Peabody, em formato de carta, foi enviada ao Barnard, tal como ele havia

---

em Londres, fora ativista, durante o período do império britânico, em prol da educação de meninas na Índia (MARTEL, 1996, p. 716-718).

<sup>79</sup> Autora do texto *The Kindergarten principle in infant schools* (BARNARD, 1881, p. 526-528). Personagem de destaque no movimento kindergartiano na Grã-Bretanha. Trabalhou junto com Henrietta Breyamnn Schrader, na Alemanha e em Londres, posteriormente. Disponível em: <http://www.kindergartenpaedagogik.de/174.html>. Acesso em 28/7/2016.

<sup>80</sup> As informações biográficas sobre essa personagem serão trabalhadas no decorrer do texto.

<sup>81</sup> Autora do texto *Kindergarten methods in public primary schools* (BARNARD, 1881, p. 643-650). Foi diretora do Instituto Normal de Kindergartens de Washington, D.C. Imigrou da Prússia para os Estados Unidos com seu esposo e ali atuou no movimento froebeliano (ALLEN, 1995).

<sup>82</sup> Autora do texto *Kindergarten work in California* (BARNARD, 1881, p. 665-698). Estudou na *Froebel School* em Hamburgo, migrou para os Estados Unidos onde lá atuou no movimento froebeliano, juntamente com Elizabeth Peabody, em Nova York. Posteriormente mudou-se para São Francisco, Califórnia, onde inaugurou o primeiro Kindergarten. Disponível em: [https://localwiki.org/oakland/Emma\\_Marwedel](https://localwiki.org/oakland/Emma_Marwedel). Acesso em 28/7/2016.

solicitado. Como previsto, foi publicado na coletânea e também em uma edição *separata* do *American Journal of Education*<sup>83</sup>.

A solicitação de Barnard a Peabody não foi à toa. Ela era uma das principais agentes que propagou e sistematizou a metodologia froebeliana pelos Estados Unidos, no qual foi a primeira pessoa a implementar o Kindergarten em língua inglesa no seu país, na segunda metade do século XIX. Ao retornar da Europa, em viagem de estudo sobre a estrutura dos jardins de infância, reforçou sua trajetória ativista estabelecendo contato com outras mulheres, políticos e intelectuais (SHORT, 1973; DEHLI, 1993; CANTOR, 2013).

Elizabeth Palmer Peabody (1804-1894) é considerada a pioneira na implementação de jardim de infância na língua inglesa nos Estados Unidos da América (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2015). Seu envolvimento com o pensamento froebeliano e no ativismo do movimento kindergartiano estadunidense teve início após viagem realizada com sua família à Europa, passando por lugares como Hamburgo, Lausana, Berlin e Dresden. Ao retornar, no início da década de 1870, inaugura um jardim de infância em Boston, sua cidade, no formato observado quando esteve nos estados germânicos (THE NEW-YORK TIMES, 1894, n.º 13.220, p. 2).

Ainda segundo obituário publicado no *The New-York Times* em 1894, Peabody foi uma profícua escritora. Ao longo de sua vida publicou livros e textos diversos, como: *Esthetic Paper* (1852), *Crimes of the House of Austria* (1852), *The Polish-American System of Chronology* (1852), *Kindergarten in Italy*, pela *United States Bureau of Education Circular* (1872). Foi revisora do *Guide to the Kindergarten e Intermediate Class, Moral Culture of Infancy*, ambos produzidos por Mary Mann (sua irmã) e datados de 1877; ainda o *Reminiscences of Dr. Channing* (1880), *Letters to Kindergartners* (1866) e *Last Evening with Allston, and other papers* (1877) (THE NEW-YORK TIMES, 1894, n.º 13.220, p. 2). Além dessas publicações citadas pelo jornal é possível incluir sua produção escrita divulgada em coletâneas organizadas por outros personagens (como no caso da coletânea de Henry Barnard), cartas que foram organizadas na obra *The Kindergarten Messenger* de 1877, e outros tantos possíveis que não foram catalogados por essa pesquisa.

As publicações sobre os jardins de infância de Elizabeth Palmer permitem identificar as formas de atuação, os trabalhos do movimento kindergartiano

---

<sup>83</sup> Data e número de edição do material ignorada.

estadunidense e as relações existentes entre ela e outras personagens que atuavam no campo da educação para a infância naquele período. *The Kindergarten Messenger* era um periódico da *American Fröbel Society / The American Fröbel Union*. Nos números bimestrais eram publicadas notícias referentes ao movimento kindergartiano estadunidense e também europeu, ou seja: textos publicados por ativistas, abordando temas como: biografia de Fröbel e outros personagens de destaque no processo de divulgação e implementação dos jardins de infância, metodologias de ensino, material didático, sobre escolas de formação de jardineiras, relatos de experiência nos jardins de infância, enfim, tudo que se referisse ao grupo.

Alguns textos eram publicados por Elizabeth Palmer, outros copiados de outros jornais e divulgados ali. Em cada número, ainda, há um poema ou canção, e espaço destinado a publicidade. A vendagem dos números era através de assinatura anual que custava \$1,00, por ano, para assinantes estadunidenses e 5 xelins<sup>84</sup> para europeus. Nesses valores já estavam incluídas as taxas de postagem.

Em todos os números da revista há páginas, geralmente a primeira e/ou a última, destinada a publicidade de livros e manuais sobre a metodologia do Kindergarten como o *The Kindergarten Guide*, escrito por Maria Kraus-Boelté e John Kraus; *Moral Culture of Infancy and Kindergarten Guide*, por Horace Mann e Elizabeth P. Peabody, além de uma longa lista de referências bibliográficas. O efervescente mercado editorial dedicado à educação da infância nos Estados Unidos, cujas obras, a professora pôde ter acesso, tanto pelo domínio da língua quanto pela facilidade de aquisição. Além da leitura de jornais diários e pedagógicos, que reservaram espaços para a temática. Que jornais e periódicos pedagógicos ela poderia ter lido em Nova York?

## **2.5 Integração e articulação dos agentes do movimento kindergartiano estadunidense via redes de sociabilidade, cultural e de intelectuais**

A partir dos indícios das formas de atuação dos personagens identificados nas fontes diversas, foi possível identificar quais eram os sujeitos que estavam articulados com a temática dos jardins de infância nos Estados Unidos na década de 1880 e que participavam do movimento kindergartiano estadunidense. A perspectiva teórico-metodológica das histórias conectadas e a integração dos sujeitos via redes de sociabilidade nos permite conectar sujeitos, homens e mulheres, que articulados "em

---

<sup>84</sup> Xelim ou Schilling (como no original) é a unidade monetária em uso no período na Áustria.

torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum" (SIRINELLI, 2003, p. 248) efetuam seus projetos individuais e se inscrevem e escrevem a história coletiva (SIRINELLI, 2003; FRAGOSO; GOUVÊA, 2010; GOUVÊA, 2010; FRAGOSO, 2010, SCOTT, HÉBARD, 2014).

Diante de um emaranhado de contatos e conexões que podem ser percebidos via composição de redes de sociabilidade, urge reconhecer o movimento kindergartiano estadunidense como um complexo sistema de relações sociais interseccionais e interdependentes. Esse "emaranhado", por sua vez, se mostrou como uma dimensão cultural que identifiquei como *cultura kindergartiana*, entendendo-a como um "sistema de atitudes, valores e significados" (THOMPSON, 2011, p. 17). Inseridas em um campo de disputas entre elementos conflitivos, considero que as proposições educativas desenvolvidas por Fröebel, permitiram a criação de um sistema cultural específico que integrava diversos sujeitos que comungavam valores e ideais em comum. O que não significa dizer que reinava, entre eles, o consenso absoluto nos discursos e práticas efetuadas.

Algumas características identificadas no movimento kindergartiano estadunidense permitem identificar e compreender a dimensão cultural do Movimento, enquanto sistema cultural<sup>85</sup>, entendendo este como a associação de pessoas a partir de compreensões específicas sobre sociedade kindergartiana o meio que integrava diversos agentes em torno de suas práticas. Neste sistema cultural, os sujeitos estavam articulados em torno do pensamento froebeliano, com o qual compactuavam e se identificavam como seguidores dos princípios filosóficos e metodológicos-pedagógicos específicos, algo que Sirinelli (2003) conceitua como "sensibilidade ideológica" (SIRINELLI, 2003, p. 248), e também estabeleciam modos de agir em prol da manutenção de convicções e costumes. Na coletânea organizada por Barnard (1881) há um texto de Susan Blow no qual, ela aborda as características distintas adotadas na organização dos jardins de infância existentes naquele período, que eram previstas em função das variações dos grupos sociais que o Kindergarten estava sujeito. Segundo ela, ao mesmo tempo em que se reconhecia a existência de várias formas de Jardim de Infância, existia a unidade entre eles, pois todos seguiam um "programa teórico" que embasavam os trabalhos no jardim como as músicas, brincadeiras, histórias,

---

<sup>85</sup> O aspecto cultural é entendido em articulação com o político, tendo em vista o apoio que o movimento encontrou em algumas cidades norte-americanas, preocupadas com a integração dos imigrantes à sociedade nacional e a prevenção aos perigos associados aos modos de vida da população pobre.

conversações, refeições e exercícios, os “dons”<sup>86</sup> e ocupações<sup>87</sup> (BLOW, 1881, p. 595-96; 612).

A perspectiva de Blow nos indica que havia algo em comum que dotava os jardins de infância de identidade própria, o programa teórico. Contudo, não é apenas um aspecto que permite compreender ou designar algo como cultura. Como elemento problematizador para a construção de um conceito de cultura, Thompson considera que este:

é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvido do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (THOMPSON, 2011, p. 22).

Neste processo verifica-se o surgimento de um “periodismo educacional” especializado (WARDE, 2016), entendo-o como um instrumento de propagação de suas ideias e princípios, de modo a compartilhar experiências e fomentar empatias, aderir e agregar seus membros. O conteúdo das publicações orbita em torno de noções tanto específicas quanto generalistas, e também cumprem a função publicitária de promover os serviços oferecidos pelos seus membros.

Em um contexto de configuração dos papéis sociais pautados no discurso biológico, as mulheres conquistavam espaços de atuação no mundo da escrita. Sobre esse fator deve-se ter em vista a compreensão da figura da mulher e seu destaque no interior do pensamento froebeliano. As agências e experiências femininas favoreceram à criação de redes de sociabilidade, conectadas por e pelas mulheres, que atuavam no movimento kindergartiano. Tal aspecto pode inclusive ser visto como elemento que favoreceu o surgimento de redes de sociabilidade intelectual que integravam mulheres (XAVIER, 2016), favorecidas pela ideia da existência de uma “missão educativa das mulheres” (MARENHOLTZ-BÜLOW, 1855);

Com relação a existência de grupos associativos, é possível considerar estes como dinâmicas de desdobramentos e pulverização das redes de sociabilidade. Tais grupos permitem-nos vislumbrar que interesses múltiplos estavam em disputa e que o

---

<sup>86</sup>Os “dons” são objetos pedagógicos, com a matriz de figuras geométricas, desenvolvidos por Fröebel.

<sup>87</sup>As ocupações são atividades de perfuração, costura, desenho, bordados, dobras, recortes e modelagem em argila. E o programa teórico do Kindergarten inclui trabalhos de jardinagem, canções, jogos, histórias, conversas, lanches e exercícios.

movimento kindergartiano estadunidense não se restringia aos sujeitos apresentados até então (GONDRA, SCHUELER, 2008; LEMOS, 2011, 2013),

A criação de escolas de iniciação e formação de jardineiras configura como um espaço legitimado, voltado para a manutenção de ideias e princípios tidos como fundamentais à união e à identificação dos sujeitos em torno do ideal e movimento froebeliano. Ainda, nesses espaços de formação específica podem ser compreendidos como elementos do processo em curso no século XIX de escolarização da formação de professoras, aspecto que colaborou com as ações de feminização e profissionalização do magistério.

A cultura kindergartiana corroborou para a formação de identidades dos sujeitos que estavam inseridos nela, principalmente a infantil e a feminina. Com relação a essa última foi aprofundada e legitimada a identidade feminino-materna, pois a figura da mulher era um ponto central na metodologia froebeliana. Considerada como a “mãe espiritual da humanidade, é o seu educador no sentido mais elevado da palavra e é essencialmente o ponto de partida de seu método de ensino” (BARNARD, 1881, p. 222-223). Vocacionada ao lar, “a educadora da humanidade” (BARNARD, 1881, p. 169), mãe por natureza. Dotada dos dons do cuidado e afeto. Possuidora da graça do educar as suas crias e das outras mulheres. Sob essa perspectiva, Fröebel desenvolveu a sua proposta educativa não somente direcionada às crianças, mas também às mulheres, às mães, às jardineiras e às cuidadoras.

As jovens mulheres “poderiam, em um ano, serem instruídas e treinadas na prática para o cuidado de crianças pequenas” (WINTHER, 1881, p. 89), a partir dos cursos de formação. De acordo com o espírito da época e com o apregoado por aquelas e aqueles que estavam inseridos na cultura kindergartiana, “a renovação da sociedade depende de uma reforma moral, e isso será dada pela educação. Mas para as primeiras mudanças, é necessário começar pelas mãos das mulheres” (WALTER, 1881, p. 190).

Por fim, é possível reconhecer a criação de ritos e mitos próprios no interior do movimento kindergartiano estadunidense que foram tomados como elementos identitários, compartilhados entre filiados, como os festejos de celebração do dia de nascimento de Fröebel (todo dia 21 de abril), Natal, Páscoa, e outros (THOMPSON, 2011; JULIA, 2001; FARIA FILHO, GONÇALVES, VIDAL, PAULILO, 2004). Os “ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração” dentro do universo kindergartiano são fartos. Manuais, mestres, professores referenciais, a criação de associações, a criação de mitos em torno

da figura do fundador, terminologia e objetos específicos, entre outros, podem ser entendidos como aspectos pertencentes à cultura kindergartiana.

O interior do movimento kindergartiano estadunidense é um contexto amplo de negociações, tensões, apropriações, transferências e construções culturais entre sujeitos que disputam e comungam de perspectivas de mundo. Ao assumir o Movimento como um projeto político-cultural que estruturado em práticas específicas, em que os sujeitos criam contatos, conexões e se organizam em redes de sociabilidade, torna-se possível entendê-los como intelectuais mediadores.

O conceito de intelectuais mediadores, a partir das perspectivas apontadas por Gomes e Hansen (2016), com base na obra de Sirinelli, indica sua compreensão de intelectual mediador que oscila da noção vulgarizada de sujeito mero transmissor de determinado conteúdo de um lugar para outro ao entendimento de sujeito pensante, pertencente “a uma categoria socioprofissional”, voltado à produção do conhecimento científico (GOMES, HANSEN, 2016, p. 10).

Partir da perspectiva thompsoniana que considera homens e mulheres como agentes da história, que se apropriam e reelaboram os significados culturais, nos permite assumir que as mulheres inseridas no Movimento eram intelectuais mediadoras, já que “as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores” (GOMES, HANSEN, 2016, p. 8).

Entender as mulheres do movimento kindergartiano estadunidense como intelectuais mediadoras nos permite contribuir com as discussões sobre o protagonismo feminino do magistério no decorrer do século XIX. Atravessadas pela condição do gênero, classe social e raça, compartilharam experiências, assimilaram, divulgaram e (re)significaram suas formas de atuação na esfera pública de seus contextos sociais. No caso das que exerceram o magistério via participação no Movimento, o jardim de infância pode ser entendido como espaço de promoção da profissionalização da feminina, da intelectualização e do estabelecimento de concepções sobre a função social da mulher.

Ainda, sobre a compreensão do conceito de intelectual, Gomes e Hansen (2016) nos permitem alargar a compreensão ao propor que, a categoria utilizada para designar um sujeito pensante e agente, seu

processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos político e sociais, fluido e polissêmico (GOMES, HANSEN, 2016, p. 12).

Diante desse apontamento das autoras, é possível considerar que o movimento kindergartiano oportunizou a criação de uma sociabilidade de mulheres que atuavam como intelectuais mediadoras no campo da educação infantil<sup>88</sup>. Os espaços como as escolas de formação de jardineiras, os grupos associativos, as conferências, a produção de publicações tanto de cunho didático quanto de popularização da temática, oportunizaram o "trânsito de bens culturais entre diferentes grupos sociais, através do tempo e do espaço" (GOMES, HANSEN, 2016, p. 15).

Na categoria de intelectuais mediadores é possível inserir Maria Guilhermina. Além de sua inserção no movimento kindergartiano estadunidense, no qual obteve formação e reconhecimento de pertencimento à complexa rede que tal grupo articulava, contribuiu com os processos de trânsito da perspectiva político-cultural promovidos pelos froebelianos estadunidenses. Tenho como hipótese que, ao voltar ao Brasil, no exercício do magistério, a professora atuou sobre conceitos e princípios culturais apreendidos nos Estados Unidos, adequando-os a seus interesses e realidade social.

Entre os anos de 1883 e 1887, Maria Guilhermina efetuou seu processo de conhecimento e apropriação da cultura kindergartiana. Estabeleceu contatos e conexões com sujeitos diversos nos Estados Unidos. Por entender que o estudo de trajetórias, tanto intelectual quanto profissional, requer articulação e justaposição entre trajetórias e redes entre outros personagens, os encaminhamentos dados a pesquisa levaram-me aos arquivos estadunidenses. A análise das trajetórias de personagens que atuaram como lideranças intelectuais no movimento kindergartiano estadunidense e que possivelmente tiveram implicação direta na trajetória de formação intelectual de Maria Guilhermina nos Estados Unidos será a abordagem do próximo capítulo.

---

<sup>88</sup> Gomes e Hansen entendem que o conceito *sociabilidade intelectual* refere-se a uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas muito variáveis, que podem ser institucionalizadas ou não, que visa atuar no interior de uma sociedade mais ampla (GOMES, HANSEN, 2016, p. 24)

**SEGUNDA PARTE**

**SEGUNDA CARTA**

Nova York, 4 de maio de 2017

À senhora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade.

Escrevo novamente para compartilhar contigo a minha trajetória de pesquisa dos últimos meses. Como pode perceber pelo cabeçalho dessa carta estou na cidade de Nova York. Vim aos Estados Unidos a fim de consultar alguns arquivos na esperança de localizar algum vestígio sobre suas experiências nesta terra. Os documentos localizados não tratam especificamente sobre você, mas sim sobre a temática do Kindergarten, agentes, movimentos e desdobramentos datados a partir da segunda metade do século XIX. São indícios marginais, não pontuais, que me permitiram, por sua vez, avançar na produção da tese.

Minha viagem de pesquisa teve como alvo duas cidades, Washington D.C e Nova York. Na primeira localizei um conjunto documental composto por correspondências que sua professora, Maria Kraus-Boelté, manteve com uma pupila, Alice Hirsh. Além de correspondências, há cadernos de estudos, livros, fotografias e outros suportes escritos.

Cá em Nova York, encontrei alguns documentos, como os manuais e cadernos de formatura do antigo *Normal College of New York City*, que hoje se chama *Hunter College*, instituição que você frequentou, segundo informação encontrada no jornal *O Estado de São Paulo* em 1890. Já na *The New York Public Library* localizei livros e revistas sobre o universo do Kindergarten que possivelmente você deve ter tido contato, além da produção historiográfica sobre a temática. Além dessas duas instituições, estive também no *Municipal Archives of New York City*. Porém, por informações desencontradas, não consegui realizar pesquisas no local. No decorrer deste terceiro capítulo apresento minhas alegrias e frustrações sobre a ida aos arquivos, bem como as devidas discussões sobre a temática da tese.

Considero que ter vindo aos Estados Unidos para consultar alguns arquivos na cidade de Nova York e no Distrito de Columbia, em Washington, foi importante como meio de identificar indícios que poderiam me direcionar para melhores resultados da pesquisa. Diferente da sua, a minha viagem não foi tão longa. Consegui dispor de 15 dias que oportunizaram-me levantar um considerado volume de fontes para dar continuidade a pesquisa.

Por fim, para não mais me delongar, o próximo capítulo será dedicado a apresentar o material localizado nos arquivos e biblioteca estadunidenses, além de analisar e discutir o *corpus* documental coletado. A partir deles considero ser possível traçar as referências teóricas e práticas que você teve contato enquanto viveu nos Estados Unidos e, tais elementos podem ter corroborado com sua prática docente no Brasil, ao retornar. Enfim, espero que goste da leitura.

Te escrevo de um dos salões de leitura da Biblioteca Pública de Nova York, onde aguardo a chegada alguns materiais que solicitei ao bibliotecário. Infelizmente esse prédio não existia quando você esteve por aqui.

É uma fria manhã de primavera.

Com meu abraço, Vinicius Monção.

**CAPÍTULO 3**  
**QUESTÕES REMANESCENTES**

Como visto no capítulo anterior, a estadia de Maria Guilhermina nos Estados Unidos favoreceu o seu contato com personagens importantes que atuavam no campo educacional naquele período. Mulheres e homens, de nacionalidades diversas, eram agentes da divulgação e implementação da cultura kindergartiana em diversas cidades estadunidenses.

A cada investimento de pesquisa que realizei, novas perguntas e desdobramentos, das já existentes, se tornavam presentes. Saber que Maria Guilhermina havia sido aprendiz da Academia dos Kraus e, por ali, estabelecido uma rede de contatos com outros agentes do Movimento Kindergartiano Estadunidense não era suficiente. Teria ela se interessado e aprofundado o estudo em outro segmento de ensino? Por quais instituições ela passou? Havia exercido alguma atividade remunerada nos Estados Unidos? Como ela conseguiu se manter? Alguém financiou seus estudos? Se sim, quem? Qual o lugar que sua família ocupava no projeto da viagem da professora? A cada processo reflexivo, individual e de discussão coletiva, fosse nas reuniões do grupo de pesquisa, ou durante a qualificação, ou em outros espaços e momentos diversos, percebia que eu precisava “prender a respiração e ir mais fundo”.

Em busca de indícios que pudessem responder tantas questões, optei por investir esforços de pesquisa em alguns jornais estadunidense em circulação na segunda metade do século XIX, o *The New-York Times* e o *New York Tribune*. Dois principais jornais de ampla circulação e consumo em Nova York. No *The New-York Times* localizei uma notícia, possivelmente escrita por John Kraus, na qual fazia propaganda do seu Seminário, o *New York Seminary for Kindergartners with a Model Kindergarten*. Como mecanismo de propagandear sua instituição, foram mencionadas sobre Maria Guilhermina que, naquele momento, era uma de suas alunas. O texto diz:

The New-York Times, 4/6/1886, n.º 10.844, p. 8/8  
City and suburban news  
New-York

(...) O Prof. Kraus é um discípulo de Pestalozzi -Diesterweg-Fröebel, e foi um dos primeiros a introduzir o sistema de jardim de infância neste país. Sua escola é um seminário para as jardineiras. **Atualmente, a Sra. Kraus está a treinar Donna Maria de Andrada, jovem senhora enviada pelo imperador do Brasil especialmente para adquirir um conhecimento do sistema.** Um número de senhoras ontem à noite inspecionou os desenhos artísticos e matemáticos, e expressou sua aprovação dos métodos do professor (THE NEW-YORK TIMES, 4/6/1886, n.º 10.844, p. 8. Grifos meu).

A afirmação veiculada pelo *The New-York Times* declara que "Donna Maria de Andrada, jovem senhora" havia sido enviada ao Seminário Kraus "pelo imperador do Brasil". Em suspeição ao declarado questionei-me se a afirmativa seria real ou utilizada como uma ação de propaganda, por John Kraus, como elemento de distinção de seu estabelecimento de formação e assim conquistar destaque no movimento kindergartiano estadunidense? A suspeição da afirmativa se dá por reconhecer que as informações veiculadas por periódicos não são instantâneos da realidade. São produzidas a partir de interesses e objetivos diversos que levam à criação e à narração da história a partir de determinado ponto de vista.

No entanto, a afirmativa de Kraus, referente à presença de Maria Guilhermina no Seminário, permitiu direcionar a pesquisa para a busca de outras fontes de modo que pudesse verificar se a informação poderia ser assumida como fato. Teria sido a professora brasileira enviada pelo Imperador do Brasil?

Investir na questão do financiamento da viagem de Maria Guilhermina teve como intencionalidade elucidar a questão do apoio que teria recebido para sua empreitada: da família, de alguma instituição ou grupo de religiosos protestantes ou do Estado. A autora afirma em diversos momentos de sua pesquisa que a viagem da professora aos Estados Unidos se deu a partir do contato com missionários protestantes que desembarcaram no Brasil na segunda metade do século XIX. Por conta do seu contato com esse modelo religioso, optou por sua conversão ao credo protestante-presbiteriano e, por conta dessa filiação, executou sua viagem.

Por não compartilhar desta tese, por perceber, a partir da documentação trabalhada, que tal perspectiva poderia apagar a agência de Maria Guilhermina em razão de uma possível valorização de uma perspectiva paternalista (THOMPSON, 2011), via

religião, considerei importante discutir sobre o aspecto do financiamento econômico da viagem. Tal movimento de pesquisa poderia possibilitar identificar como a professora agiu na execução do seu projeto. Este poderia ter sido viabilizado, de fato, pela perspectiva do seu vínculo com o credo presbiteriano, como defendido por Chamon (2008); poderia ter sido efetivado por uma demanda governamental, via subsídio oficial; pelo acionamento de redes de solidariedade, via contribuições materiais e outro tipo de suporte concedido por familiares e amigos. Apesar do caráter paternalista que as três hipóteses abraçam, devido ao potencial de reforço das relações de dependência, a abordagem que adoto prioriza reconhecer as peças movidas pelos sujeitos neste jogo.

No Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis consultei documentos referentes à família real. Minha hipótese era de que, se a Professora havia recebido financiamento de Pedro II, ou de algum outro membro da Casa Imperial, para realizar seus estudos, haveria algum tipo de algum registro.

No Arquivo Grão Pará<sup>89</sup> investi nas seguintes gavetas: *Viagem ao exterior de D. Pedro II*<sup>90</sup>, *Inspetoria geral de Instrução Primária e Secundária*<sup>91</sup>, *Mordomia - Requerimentos ao Imperador*<sup>92</sup>; *Relação de cartas e impressos, Mordomia da Casa Imperial - Ordens de pagamento de donativos a instituições e associações, Mordomia (...) - bolsistas do Imperador*<sup>93</sup>; *Mordomia (...) Correspondências para o Imperador por intermédio do mordomo, Mordomia (...), correspondência à Imperatriz*<sup>94</sup>. Dentre esses documentos destaco um específico, *Mordomia da Casa Imperial - Bolsistas do Imperador* por relatar uma extensa listagem de sujeitos que, durante o século XIX, foram beneficiados com subsídios e bolsas de estudo. O nome de Maria Guilhermina não está listado<sup>95</sup>.

---

<sup>89</sup> O Arquivo Grão Pará é formado pela correspondência trocada entre os membros da Família Imperial com outros soberanos e príncipes europeus e outras personalidades da época. O acervo, ainda, é formado por "documentos de caráter particular do período de 1499 a 1921 - Catálogo C do Inventário do Arquivo da Casa Imperial - e os referentes à organização e administração da Casa Real Portuguesa e da Casa Imperial Brasileira, desde a parte financeira de gastos públicos e de gastos pessoais de cada membro da família até incentivos à educação e às artes. Posteriormente, o *Arquivo Grão Pará* foi acrescido de outros documentos, tais como os da família Saxe-Coburgo; e conta também com um numeroso material iconográfico composto de gravuras, fotografias dos séculos XIX e XX, negativos, *slides* e *daguerreótipos*" ARQUIVO HISTÓRICO. Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/palacio/arquivo-historico/11-arquivo-grao-para.html>. Acesso em 11/9/2017).

<sup>90</sup> 1ª gaveta - C33

<sup>91</sup> 2ª gaveta - C33

<sup>92</sup> 4ª gaveta - C33

<sup>93</sup> 1ª gaveta - C34

<sup>94</sup> 3ª gaveta - C35

<sup>95</sup> Auler (1956) apresenta informações sobre os contemplados com auxílio financeiro proveniente dos fundos próprios de D. Pedro II Os contemplados se encontram na coleção *Mordomia da Casa Imperial* -

Após a consulta no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, centrei esforços no Arquivo Histórico do Itamaraty. Minha hipótese para consultar documentos neste Arquivo se deu por entender que, por conta do longo período que Maria Guilhermina residiu nos Estados Unidos, seria provável a existência de alguma ordem de pagamento em seu nome, feita por algum sujeito ou agência governamental, via representação consular brasileira naquele país. Da existência desse indício seria possível verificar quem contribuiu, se houve periodicidade, a quantia enviada e outras informações.

No Arquivo Histórico do Itamaraty consultei documentação referente as *Missões diplomáticas brasileiras - Washington, ofícios* (1881-1886)<sup>96</sup>, *despachos* (1880-1889)<sup>97</sup>, *telegramas recebidos* (1875-1899)<sup>98</sup>; *Repartições Consulares Brasileira - Nova York, ofícios* (1881-1894)<sup>99</sup>, *despachos* (1826-1899)<sup>100</sup>. Nenhuma pista sobre minhas questões foi localizada.

Posteriormente, em consulta despretensiosa à seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional localizei, via base de dados digital, a existência de uma carta em que o remetente, Joaquim Saldanha Marinho<sup>101</sup> (1816-1895), fazia referência a João Estanislau Pereira de Andrade, pai de Maria Guilhermina, ao destinatário, Salvador de Mendonça<sup>102</sup> (1841-1913), que exercia atividades consulares nos Estados Unidos naquele período (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2017).

O conteúdo da carta se refere a um pedido de apoio financeiro que Marinho, em nome de João Estanislau, solicita a Mendonça, e que este fosse direcionado à professora que estava em Nova York. De acordo com o narrado,

---

*Bolsistas do Imperador*: 13 advogados, 3 agrônomos, 1 arquiteto, 1 aviador, 65 alunos da instrução primária e secundária (dos quais 15 eram meninas), 2 professores, 12 engenheiros, 2 farmacêuticos, 10 médicos (entre eles, Maria Augusto Generoso Estrela), 6 militares, 12 músicos (dentre eles duas eram mulheres), 3 padres e 18 pintores (AULER, 1956). A partir do levantamento realizado por Auler (1956) foram contabilizadas 18 mulheres beneficiadas com bolsas ou mesadas destinadas à sua formação.

<sup>96</sup> Estante 233, prateleira 4, n.º vol./maço 7,8

<sup>97</sup> Estante 235, prateleira 2, n.º vol./maço 03-0

<sup>98</sup> Estante 235, prateleira 2, n.º vol./maço 13-0

<sup>99</sup> Estante 258, prateleira 3, n.º vol./maço 10

<sup>100</sup> Estante 259, prateleira 2, n.º vol./maço 02

<sup>101</sup> Formado pela Faculdade de Direito de Olinda, atuou na arena política como deputado geral e presidente por alguns estados do Brasil. Foi membro do Partido Republicano ao qual foi um dos signatários do Manifesto Republicano. No início do Regime Republicano foi eleito senador pelo Distrito Federal (LOPES, s/d)

<sup>102</sup> Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, atuou como jornalista, advogado, diplomata, romancista, poeta, teatrólogo, ensaísta e tradutor. Membro do Partido Republicano e signatário do Manifesto Republicano. Era amigo de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s/d)

A Exma. Senhora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, distinta brasileira, aí se acha em tratamento de saúde. **Seu pai, João Estanislau Pereira de Andrade, e família, é quem a supre aí do que vai sendo necessário**, sendo que o mesmo Andrade é pessoa de confiança (MANUSCRITO - I 4,19,72 - Coleção Salvador de Mendonça, Biblioteca Nacional. Grifos meus).

Pelo apresentado, a família de Maria Guilhermina, representada na carta pela figura paterna, foi a responsável pelo auxílio financeiro para sua manutenção em Nova York. A família Loureiro de Andrade, pelo mapeamento realizado, era pertencente a um grupo de profissionais liberais, sem indicativo de posses ou títulos. Levando em consideração a condição da família e o não recebimento de auxílio financeiro do Governo brasileiro, é possível supor que a professora tenha exercido alguma atividade remunerada, durante seu período de formação de modo que pudesse ter algum recurso econômico. Essa questão será abordada na seção 3.4.

No período em que a filha primogênita esteve fora do país, a família Loureiro de Andrade teve que adequar-se à nova realidade. Em 31 de agosto de 1884, a propaganda publicada no *Jornal do Commercio* indicava que o Colégio Andrade havia mudado de endereço. Deixou o prédio que ocupava na rua Riachuelo n.º 160, na central Freguesia de Santo Antônio, para ocupar outro na rua Visconde do Bom-Retiro<sup>103</sup>, n.º 21, na Freguesia do Engenho Novo, no subúrbio carioca.

No período de ausência de Maria Guilhermina, a direção do Colégio ficou a cargo de sua irmã Francisca Loureiro de Andrade Franco, porém além de Francisca o nome de Maria Guilhermina também figurou como diretora. Podemos supor, como hipótese, que a família optou por manter o nome de Maria em razão das boas referências que ela possuía no mercado educacional carioca.

Na busca por conquistar novos alunos nas redondezas ou em freguesias mais afastadas, os Loureiro de Andrade investiram em propagandas sobre o Colégio que foram publicadas pelo *Jornal do Commercio*. No material de divulgação da escola destacava-se a estrutura educativa, que estava “situada no centro de uma vastíssima chácara arborizada, oferece todas as garantias de salubridade e comunidade” (JORNAL

---

<sup>103</sup> A dita rua Visconde do Bom-Retiro chama-se, atualmente, Barão do Bom Retiro. De acordo com Santos (1965), a região teve origem a partir de uma fazenda dos jesuítas, ainda no século XVIII. Em 1890 o recenseamento contabilizou 27.752 habitantes que ocupavam uma área que apresentava grande sorte de fábricas e comércios. No final do século XIX, a oferta da instrução primária era feita por escolas municipais masculinas e femininas (19), subvencionadas (11) e algumas particulares, que davam conta da “vasta e populosa freguesia”. Ainda no século XIX, a Freguesia era cortada pelas Estradas de Ferro Central do Brasil, Melhoramentos, do Norte e Rio do Ouro, e era atendida por duas linhas de bondes que ligava a Freguesia a outras como Vila Isabel, Cachambi, Inhaúma, Jacaré, Glória, Boca do Mato, Méier, São Francisco Xavier, Pedregulho, Benfica e São Cristóvão (SANTOS, 1965, p. 32-33).

DO COMMERCIO, 3/9/1887, n.º 248, p. 7); onde atuavam “professoras, competentemente habilitadas (...) e são auxiliadas na direção interna do estabelecimento por sua venerada mãe, professora jubilada”<sup>104</sup> (JORNAL DO COMMERCIO, 31/8/1884, n.º 243, p. 6; LIMEIRA, 2008; 2010).

Como tentativa de minimizar o obstáculo da distância em relação à região central da Corte, apregoavam a facilidade de se chegar até ao Colégio. A “condução pela via férrea D. Pedro II, que dista da casa cinco minutos (estação do Engenho Novo), e de bondes que passam pela porta de meia em meia hora” (JORNAL DO COMMERCIO, 3/9/1887, n.º 248, p. 7)<sup>105</sup>.

É possível considerar que, mesmo com o esforço de propaganda em prol da instituição, eles não foram suficientes para garantir o sucesso do empreendimento no subúrbio<sup>106</sup>. Isso, pois, uma notícia publicada no *Jornal do Commercio*, em finais de 1886, relata que o baixo número de alunos reflete a “demasiada modéstia destas senhoras, o seu colégio não é bastante conhecido e pena é que isto suceda, porque impede que muitos chefes de família aproveitem para seus filhos tão distintos estabelecimentos de educação” (JORNAL DO COMMERCIO, 24/12/1886, n.º 357, p. 3). Mesmo com tantas qualidades anunciadas, e para além da “modéstia das senhoras”, é possível supor que a mudança de local de uma escola para uma região distante daquela em que já estava associada aos costumes locais, pode ter influenciado negativamente no sucesso da escola no Engenho Novo.

Em 24 de dezembro de 1886 foi publicada uma notícia sobre Colégio Andrade, em tom laudatório, pelo *Jornal do Commercio*. Intitulada *Colégio modelo, homenagem ao verdadeiro mérito*, narra aos leitores o festejo de encerramento do ano letivo. Inicia destacando a formação da “ilustrada diretora e suas dignas irmãs e auxiliares” como “educadoras de 1ª ordem”, citando seus nomes: Francisca Loureiro de Andrade Franco, Amélia Loureiro de Andrade, Eugenia Loureiro de Andrade, Anna Loureiro de Andrade. A afirmação da capacidade profissional das professoras da escola estava diretamente

---

<sup>104</sup> Ver discussão sobre Leonor Augusta e sua atuação no magistério público no capítulo 2.

<sup>105</sup> Sobre a expansão da malha dos transportes na cidade do Rio, bem como os “melhoramentos” implementação da energia elétrica, esta como elemento de integração de uma cidade em expansão entre final de século XIX e início do século XX, ver Weid (2003, 2017) e Miyasaka (2011).

<sup>106</sup> Os estudos sobre os processos de escolarização e experiências educativas nos subúrbios cariocas, entre o século XIX e XX são escassos. Ver discussão em Schueler, Rizzini (2017).

relacionada a dois elementos, 1) o desempenho dos alunos nas provas de final de ano e, 2) pelo professorado ser do gênero feminino<sup>107</sup>.

Realmente tornou-se admirável a proficiência e presença de espírito com que engraçadas e adoráveis criancinhas respondiam às insistentes perguntas que lhes eram feitas sobre os diversos ramos de ensino (...). Só a mulher com a sua angélica paciência, auxiliada pela moderna pedagogia, consegue semelhante milagre (...). Evidentemente à mulher ilustrada cabe a supremacia na educação da mocidade (JORNAL DO COMMERCIO, 24/12/1886, n.º 357, p. 3).

Sobre aspectos referentes à organização do Colégio falta-nos elementos para aprofundar a discussão. Frente às informações localizadas nos periódicos é possível considerar que estudavam meninos e meninas, como as crianças “Sylvia Guedes e Luizinha Guedes, Adelaide Guedes e Silvia Guedes e os meninos Thomaz Duffies, Horacio Franco, Jacintho Andrade, Amadeu Duarte, José de Almeida e Raul Tolentino” que “representaram diversas e engraçadas comédias”, porém em dois grupos separados por gênero (JORNAL DO COMMERCIO, 24/12/1886, n.º 357, p. 3).

O conteúdo da notícia tem como assinatura “os pais dos alunos”. Contudo, considero que esse tipo de assinatura pode não se referir, necessariamente, a este grupo. Pelo manuseio de fontes do Oitocentos, percebi que em diversas situações (agradecimentos, pedidos, reclamações e denúncias) essa estratégia era acionada. É possível entendê-la como uma estratégia de anonimato, que se utilizava de um coletivo como forma de validar o conteúdo divulgado. Pelo conteúdo propagandista da notícia seria factível considerar que o texto tenha sido escrito por algum membro da família Andrade como meio de divulgar os sucessos pedagógicos exercidos no Colégio?

O Colégio Andrade, pelo que pode ser percebido através de informações contidas no *corpus documental* manuseado durante a pesquisa, bem como pela historiografia, era organizado, gerido e mantido pelo trabalho familiar. Leonor, a matriarca da família Andrade, desde Vassouras, atuava como professora particular e Maria Guilhermina a auxiliava nas funções escolares. É possível considerar que as experiências sobre os fazeres escolares associados aos conhecimentos teóricos adquiridos no cotidiano do trabalho docente, como auxiliar, foram os elementos que estruturaram as identidades das filhas e dos filhos do casal Andrade que optaram por atuar no magistério (CHAMON, 2006; SCHUELER, 2008).

---

<sup>107</sup> Com relação à valorização do gênero feminino para atuação no magistério primário vale resgatar discussão feita no capítulo 1.

O mapeamento da composição familiar originada pela união João Estanislau e Leonor, por mim realizado, indica que o casal teve nove filhos dos quais seis seguiram a carreira docente. Francisco Luiz Loureiro de Andrade era engenheiro civil (THE RIO NEWS, 24/3/1885) e dirigia o “Colégio Loureiro – internato, semi-internato e externato” na rua Souza Barros, n.º 19, no Engenho Novo (ALMANAK GAZETA DE NOTÍCIAS, 1897). Emília Loureiro de Andrade atuou como professora do Externato Andrade em 1886. Amélia Loureiro de Andrade, Ana Guilhermina Loureiro de Andrade e Eugênia Augusta Loureiro de Andrade eram professoras do Externato Andrade, na década de 1920. Francisca Loureiro de Andrade Franco era professora da instrução primária, francês, inglês e italiano (JORNAL NOVIDADES, 16/12/1887). O filho Jacintho Loureiro de Andrade trabalhou como ajudante administrativo no Ministério da Fazenda (ALMANAK LAEMMERT, 1906, n.º A00063, p. 293), e como “ajudante do administrador da Alfandega do Rio de Janeiro” (ALMANAK LAEMMERT, 1910, n.º A00067, p. 1973). Informações sobre Paulo Loureiro de Andrade não foram localizadas.

Santos (1965) faz referência a um outro membro familiar, “Antônio Loureiro de Andrade”. Este é apontado como diretor do “Colégio Andrade, internato e externato” localizado próximo a estação do Engenho Novo, na década de 1890. Este personagem, contudo, não foi por mim localizado no decorrer da pesquisa, como pertencente ao grupo familiar de Maria Guilhermina e, na década de 1890 o Colégio Andrade já estava em funcionamento na rua do Catete (SANTOS, 1965, p. 32).

O Colégio Andrade pode ser entendido como uma empresa familiar e a viagem da professora Maria Guilhermina como um empreendimento familiar de modo a oferecer serviços educativos diferenciados. Assim, o Colégio Andrade estaria habilitado a se destacar no concorrido comércio da instrução carioca que mobilizou e exigiu sacrifício a todos os membros. O “ofício de professor” foi ensinado de mãe para filhos, pautado no modelo vigente no século XIX, o de aprendiz de um ofício (GONDRA, SCHUELER, 2008; SCHUELER, 2005)<sup>108</sup>.

A primogênita, experiente e já inserida no campo intelectual educativo na Corte (CHAMON, 2008; SCHUELER, 2008), foi à Nova York para aprender sobre as novidades pedagógicas em voga naquele país. Seu retorno ao Brasil, a partir da detenção dos saberes pertinentes ao modelo educativo germânico-estadunidense para a primeira infância, poderia contribuir para a expansão dos serviços oferecidos pelo

---

<sup>108</sup> Para uma discussão sobre os modelos de formação de professores no contexto do Brasil Império ver em: Gondra e Schueler (2008), Schueler (2005) e Uekane (2016).

Colégio e permitiria ascensão e reconhecimento social da família de professores Loureiro de Andrade (MUNHOZ, VIDAL, 2015).

Diante das questões apresentadas até então considerei ser necessário aprofundar a investigação sobre quais teriam sido os vieses pedagógicos que Maria Guilhermina teve contato, constituintes das matrizes de sua formação quando esteve no exterior.

Imbuído desta tarefa viajei aos Estados Unidos.

### **3.1 Rumo aos Estados Unidos. Consulta aos arquivos estadunidenses em busca de indícios sobre a formação de Maria Guilhermina.**

O período de formação de Maria Guilhermina no exterior, como citado no capítulo anterior, ainda é por muito desconhecido. Na contínua busca por indícios sobre sua experiência nos Estados Unidos, localizei no jornal *O Estado de São Paulo* um texto biográfico publicado pelo Estado de São Paulo em 8 de junho de 1890. Nele, o autor do texto informa alguns traços sobre os estudos de Maria Guilhermina em Nova York, os quais destaco:

Em 83 partiu para os Estados Unidos onde foi estudar métodos de escolas infantis, primárias e normais, matriculando-se nessas escolas e cursando as aulas. Nas escolas infantis foi discípula do professor Kraus, discípulo de Diesterweg<sup>109</sup> e de Madame Kraus Boelte, diretora da Academia Kraus. Dessa Academia obteve diploma. Seguiu os cursos do *Normal College of New York*. Foi guarda livros no colégio Rulter Ford. Estudou fisiologia e psicologia com o professor Bulter, de Boston e filosofia com o professor Felix Adler, de Nova York, com Samuel Weston, de Filadélfia (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8/7/1890, n.º 4897, p. 2. Grifos no original).

De posse dessas informações destaquei os nomes dos personagens citados: “Bulter, de Boston”, “Felix Adler, de Nova York” e “Samuel Weston, da Filadélfia”; mais o nome das instituições, “Normal College of New York” e “Colégio Rulter Ford”. Essas foram as referências que julguei serem chaves e investi recursos, de natureza diversa, para o aprofundamento da pesquisa.

A partir desses indícios realizei pesquisa nos catálogos disponíveis no formato digital de arquivos e bibliotecas estadunidenses como: a Biblioteca do Congresso, Prefeitura da Cidade de Nova York, Biblioteca Pública de Nova York, Arquivo *Hunter*

---

<sup>109</sup> Refere-se a Adolph Diesterweg (1790-1866). Ao lado de Pestalozzi e Fröebel, o educador estava inserido nas discussões e proposições da reforma dos métodos pedagógicos. Foi um dos precursores da "pedagogia social". Ver em Mührel (2008) e Günther (1993)

*College*, da Universidade de Columbia, *National Archives*, além das hemerotecas dos jornais *The New York Times*<sup>110</sup> e *New-York Tribune*<sup>111</sup>.

Embora a pesquisa virtual tenha facilitado, importa registrar que nem todos os documentos estão digitalizados e disponíveis na web. A ida aos arquivos e bibliotecas (felizmente) ainda se faz necessário. Diante disso, imbuído do movimento de pesquisa pautado no “seguir pessoas” e “seguir coisas”<sup>112</sup> (MARCUS, 1995) organizei minha viagem aos Estados Unidos em busca de possíveis informações referentes à “ilustre brasileira”<sup>113</sup>, Maria Guilhermina, como fora referida no *O Estado de São Paulo* (8/7/1890).

### **3.2 Primeira parada: Washington, D.C.**

Estive nos Estados Unidos entre os meses de abril e maio de 2017. A viagem que na segunda metade do século XIX durava em torno de 25 dias, atualmente dura aproximadamente 10 horas, no caso de voo sem escalas. Durante os 15 dias que permaneci no país elaborei uma agenda de pesquisa de forma que me fosse possível otimizar o tempo disponível à consulta aos arquivos e de modo que eu não me perdesse nos afazeres. Dessa maneira foi possível consultar a documentação na Biblioteca do Congresso, em Washington.

A partir de um levantamento prévio feito por consulta aos catálogos on-line das instituições já citadas selecionei as que julguei que mais poderiam contribuir com o encaminhamento de pesquisa. Esses catálogos estão disponíveis nos respectivos sítios virtuais das instituições. Na tentativa de evitar imprevistos e alinhar minha agenda à disponibilidade das instituições fiz contato antecipadamente com os setores onde os

---

<sup>110</sup> O acesso a hemeroteca do *The New York Times* se dá, exclusivamente, via assinatura do jornal com o pagamento de mensalidade. O acesso se dá pela plataforma <https://timesmachine.nytimes.com/browser>.

<sup>111</sup> O acesso ao *New-York Tribune* se dá pela plataforma <https://chroniclingamerica.loc.gov/>. O acesso ao conteúdo é gratuito. Pela plataforma dele, é possível ter acesso a grande parte do conteúdo produzido por periódicos estadunidenses, dentre 1789 - 1963. Juntos, os títulos somam mais de 2.660 jornais.

<sup>112</sup> A expressão “*follow the people, follow the thing*” é parte de uma proposta metodológica apresentada por Marcus (1995). Faz referência à necessidade da pesquisa antropológica, naquele contexto em que o texto foi escrito e divulgado, ousar outros métodos de pesquisas. Uma proposta que ele apresenta é o “seguir pessoas, seguir coisas” nos diferentes contextos e manifestações materiais que possam ser encontrados. Embora a tese não seja um trabalho antropológico vislumbro possibilidades de aproximações metodológicas com o fazer historiográfico. Ver Marcus (1995).

<sup>113</sup> Optei por usar a expressão “ilustre professora”, mesmo ciente que a adjetivação feita pelo autor do texto é carregada de intenções e valores. Opto por usá-lo por reconhecer que possui carga semântica e também em razão da sua potencialidade para a narrativa desde texto. Sobre aspectos referentes à produção de memórias biográficas de sujeitos ver Bourdieu (2005) e Levi (2005).

documentos estavam sob guarda, e aponte interesse em consultar a documentação que havia selecionado a partir da consulta ao catálogo. Sem contratempos obtive respostas positivas e os agendamentos foram realizados. Importa registrar que essa ação facilitou o processo de pesquisa. Ao chegar nas instituições os funcionários aguardavam-me com a documentação reservada e já sabiam quais eram os meus interesses de pesquisa.

Minha viagem de pesquisa se iniciou por Washington, D. C. Na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso consultei a coleção *The papers of Maria Kraus-Boelté*. A descrição do catálogo sobre a origem da documentação e conteúdo informa que a coleção é composta pelas correspondências datadas entre 1904 e 1913, notas, desenhos originais da Madame Kraus-Boelté, bem como cartas e notas de algumas alunas que ela teve. Diante da descrição levantei como hipótese a possibilidade de haver, dentre os documentos, alguma correspondência que Maria Guilhermina pudesse ter enviado para Kraus-Boelté após seu regresso ao Brasil.

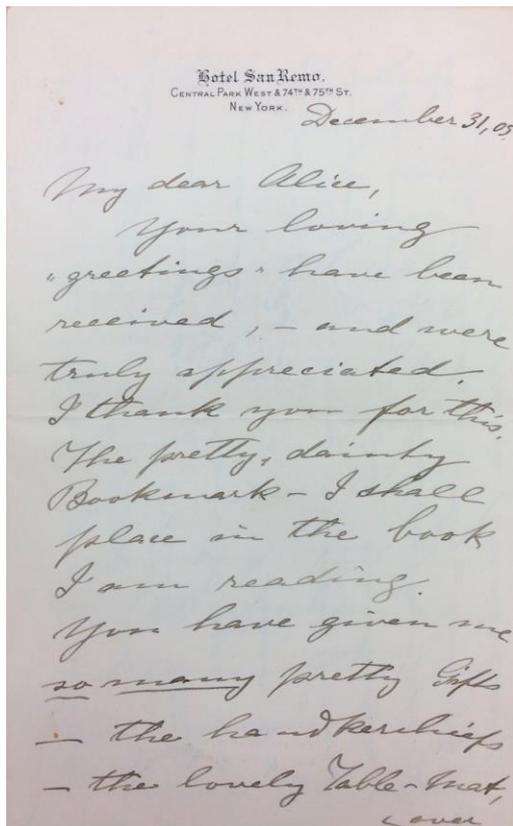
A coleção é composta por quatro caixas. Cada qual abriga a documentação relatada na descrição existente no catálogo. Infelizmente não localizei nada que pudesse saciar o meu maior desejo, por sua vez, outros foram criados e espero poder investir neles após o término do doutorado. Nenhuma referência havia sobre Maria Guilhermina. Porém, os outros documentos que ali estão arquivados, favoreceram o entendimento de aspectos referentes à metodologia froebeliana em voga naquele período nos Estados Unidos. A documentação pertencente à coleção, por sua vez, não era de Maria Kraus-Boelté, mas sim de Alice Hirsh<sup>114</sup>. O acervo é composto por textos de autoria de Maria Kraus-Boelté, cartas, folhetos, cadernos de desenho, fotografias, convites, recortes de jornal, cópias manuscritas e datilografadas de livros de Kraus-Boelté e informações referentes a *Kraus Alumni Kindergarten Association*, associação que Hirsh fez parte na qualidade de fundadora e membro.

Pelo contato com os documentos foi possível perceber a existência de laços afetivos entre as duas personagens. As cartas carregam consigo palavras afetuosas que indiciam a existência de uma amizade. Tal amizade conservada nos papéis pode ser visualizada nas constantes cartas trocadas entre as duas personagens. Como ilustração recorro a duas correspondências, na primeira enviada por Maria Kraus-Boelté à Hirsh

---

<sup>114</sup> Embora não tenha localizado informações sobre a figura de *Miss Hirsh* suponho, pelo conteúdo dos documentos, que ela desenvolveu um laço afetivo com Maria Kraus-Boelté (como pode ser percebido em trecho selecionado nas cartas); é provável ainda que tenha sido aluna da Academia Kraus e/ou atuante no Movimento Kindergartiano Estadunidense.

em resposta as felicitações de final de ano, e a segunda, um bilhete de aniversário de Hirsh à Kraus-Boelté.



Minha querida Alice.

Sua saudação amorosa foi recebida e  
verdadeiramente apreciada. Agradeço  
o envio.

Vou colocar o lindo e gracioso  
marcador no livro que estou lendo.  
Você tem me presenteado com lindos  
presentes.

(Ilegível)

Com amor

Figura 10: Carta de Maria Kraus-Boelté enviada a Alice Hirsh em 31 de dezembro de 1905. Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, MMC-3336, caixa 1, s/n.

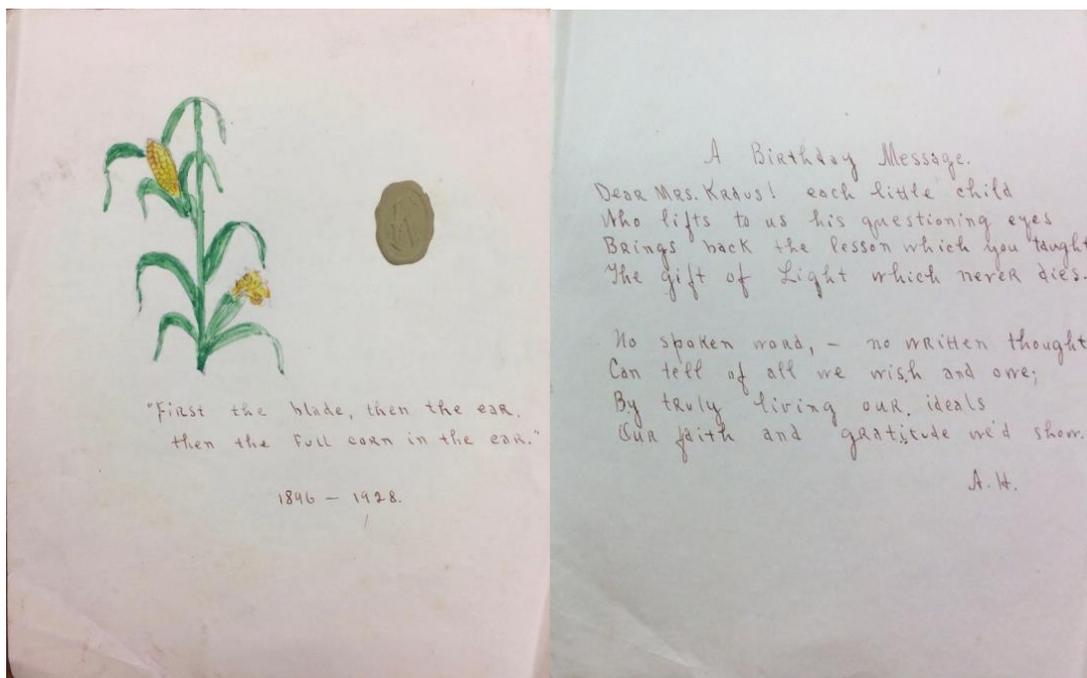


Figura 11: Cartão de aniversário de Alice Hirsh enviada a Maria Kraus-Boelté, s/d, Biblioteca do Congresso, Divisão de Manuscritos, MMC-3336, caixa 1, s/n.

#### Mensagem de Aniversário

Querida Senhora Kraus! Cada criança pequena que mostra seus olhos questionadores nos dá a lição que você nos ensinou: o dom da luz que nunca morre.

Não há palavra falada nem escrita que seja capaz de dizer tudo o que nós desejamos; pela verdadeira vivência dos nossos ideais demonstramos nossa fé e gratidão.

A.H

Os documentos reunidos por Alice Hirsh e posteriormente enviados à Biblioteca do Congresso, como doação, segundo consta na ficha catalográfica, podem ser entendidos como uma prática de autoarquivamento (ARTIÈRES, 2013; MCKEMMISH, 2013). Elementos da vida cotidiana onde cartas de cunho pessoal, cadernos de anotações, recortes de jornais, fotografias, convites, folhetos de eventos do Movimento Kindergartiano Estadunidense do qual participou foram intencionalmente arquivados. Um movimento de construção de memória individual e coletiva, permeada de afeto, que posteriormente tornou-se público, sobre os quais suas razões não são claras.

Associado a esta perspectiva, o autoarquivamento pode ser visto, ainda, como um ato de contar sobre si, sobre sua vida, e sobre aquilo e aqueles que fizeram parte dela (RAGO, 2013). O registro da amizade, os cadernos de estudos com suas anotações e as memórias sobre um vínculo com o Movimento Kindergartiano Estadunidense nos permitem apreender aspectos da história do envolvimento de mulheres, suas formas de agências e experiências, que estiveram presentes no movimento de profissionalização feminina bem como na participação da vida social pública.

Sem esmorecer, por ainda não ter encontrado indícios da presença de Maria Guilhermina, segui viagem. Despedi-me de Washington, em uma manhã fria de um sábado primaveril, tomei um ônibus em direção à cidade de Nova York. O trajeto durou aproximadamente 5 horas.

### **3.3 - Segunda Parada: a (encantadora) cidade de Nova York.**

Após algumas horas de viagem de ônibus, já era possível ver, ao longe, os arranha-céus que se tornaram marca registrada de Nova York. A paisagem à época que Maria Guilhermina esteve na cidade era muito distinta da atual, porém, mesmo assim, peguei-me apoiado na janela do ônibus pensando: o que ela havia pensado quando o navio que a trazia se aproximava da costa nova-iorquina? O que havia sentido? Euforia? Medo? Alegria? A pergunta não é passível de resposta, mas serve como devaneios de viagem de um jovem pesquisador.

Nessa cidade, minha jornada pelos arquivos nova-iorquinos iniciou-se pelo *Hunter College*. A instituição, que outrora era *Normal College of New York*, foi fundada por Thomas Hunter (1831-1915) em 1870 e um dos seus objetivos era "fornecer às escolas de Nova York professores bem formados e treinados". Fazia parte do quadro docente 67 professores que eram responsáveis pela formação de 128 estudantes. Entre o ano de fundação e 1887, segundo o discurso de inauguração do ano letivo, já haviam sido formadas "3.479 jovens moças" (SIMMONS, 1887, p. 13-14).

De acordo com *O Estado de São Paulo*, Maria Guilhermina "seguiu os cursos do *Normal College of New York*" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8/7/1890, n.º 4897, p. 2. Grifos no original). Toda a movimentação pedagógica que provavelmente aquecia o debate educativo naquele contexto foi, provavelmente, mais um atrativo para a formação da minha investigada. O *Normal College*, possivelmente, encheu os olhos de

Maria Guilhermina que buscou frequentar as aulas e obter algum tipo de formação naquela instituição.



Figura 12: Escola Normal da cidade de Nova York, 1885 (MUSEUM OF THE CITY OF THE NEW YORK. Disponível em: [https://collections.mcny.org/Collection/\[Normal\\_College\]-2F3HRGLWEPG.htm](https://collections.mcny.org/Collection/[Normal_College]-2F3HRGLWEPG.htm). Acesso em: 8/10/2018).

Dentre os arquivos, minha primeira visita foi ao da *Hunter College*, instituição outrora *Normal College of New York*. A documentação sobre a antiga Escola Normal está sob sua guarda. Estava em busca de mapas escolares, fichas de matrículas, listas de alunos, lista de formandos e outros possíveis suportes que pudessem me fornecer alguma "luz" sobre a professora brasileira. Da documentação existente que se refere ao século XIX, debrucei-me sobre os cadernos *Annual Commencement*, produzidos pela Escola, referente aos anos 1883 a 1887, anos de chegada e partida de Maria Guilhermina.

Os Cadernos correspondem às cerimônias de formatura das normalistas. Nele está descrito o cerimonial, passo a passo, bem como o nome de todas as alunas que se graduaram naquele ano e seus professores.

Curiosamente o nome de Maria Guilhermina não figura em nenhuma das listagens. O que poderia significar este "silêncio" das fontes? Quais hipóteses poderiam ser levantadas? É possível supor que Maria Guilhermina não se diplomou, mas apenas, frequentou as aulas como visitante, que eram oferecidas pela Escola Normal. Ou ainda, ela pode ter iniciado o curso, mas não chegou a finalizar.

Ao seguir a sequência estabelecida na agenda de pesquisa fui ao Arquivo Público da Cidade de Nova York. Como nos outros arquivos e bibliotecas verifiquei, anteriormente, nos catálogos disponíveis on-line, fundos e coleções que pudessem me ser úteis. Para localizar rastros e indícios de Maria Guilhermina busquei as possíveis referências existentes no *Guide to the records of the New York City Board of Education*.

A consulta ao Arquivo Público foi mais desafiadora do que as realizadas nas outras instituições. A língua, por motivos diversos, tornou-se uma barreira associada a todo processo burocrático inerente às instituições públicas, e, ainda, a falta de receptividade de alguns funcionários afogados em seus cotidianos na Instituição.

De modo diferente das demais instituições, que tive o cuidado em comunicar-me anteriormente, apontando meu interesse de pesquisa, com relação ao Arquivo Público, não o fiz por não localizar no sítio oficial a informação sobre comunicação de pesquisa. Fui na “cara e na coragem”.

Ao chegar, indicaram-me para ir a três seções diferentes em busca das referências das quais eu solicitava e de pessoas que poderiam me auxiliar<sup>115</sup>. Por fim, indicaram-me ficar sentado em uma ampla mesa e pediram que eu aguardasse, pois iriam buscar o funcionário responsável pela seção que me interessava. Os minutos passaram e despontou pela porta um senhor alto, magro, negro com os cabelos brancos como algodão. Com um gentil sorriso, esforçou-se em me auxiliar. *Mister Dwight Johnson* recebeu minha ficha de solicitação das coleções e indicou que iria buscar.

Após alguns minutos ele retornou com as mãos vazias e informou-me que os documentos que eu buscava não estavam naquele prédio. Para completar, o funcionário responsável não estava presente no dia. Guardou o meu pedido, deu-me seu cartão e disse que o responsável pelo setor iria entrar em contato comigo.

Desapontado, mas tocado com seu gesto afetuoso, agradei sua ajuda. Três dias depois recebi uma mensagem por *e-mail* do responsável informando-me sobre o

---

<sup>115</sup> Os documentos solicitados, porém, não consultados, foram: Series 20-79: City of New York, 1843-1898: 49, Teachers Manual, vol 2. E, Series 60-75: Records of individual schools: 65 School Visitors' Record 1833 - 1930, bulk 1843 - 1898, vol. 3.

material que eu havia solicitado e pedindo sinceras desculpas pelo contratempo. Agradei e, infelizmente, tive que rejeitar retornar ao Arquivo Público pois já estava com pesquisa na Biblioteca Pública encaminhada e, também, a data do meu retorno estava próxima.

Minha última parada de pesquisa foi na Biblioteca Pública da Cidade de Nova York. Penso que não há pesquisador que não se emocione ao pisar os degraus da Biblioteca, guardada, por sua vez, por dois magníficos leões em pedra que adornam e protegem, simbolicamente, o prédio. O *modus operandi* da pesquisa historiográfica nos leva a lugares muitas vezes sonhados.

Em razão do curto período disponível para realizar a consulta do material na Biblioteca, optei por centrar a atenção em duas revistas pedagógicas: a *American Kindergarten Magazine* e a *The Little Gem American Kindergarten*. Assim, apoiado na historiografia da educação que discute o papel dos periódicos pedagógicos nas dinâmicas do campo educacional (CATANI, 1996; CARVALHO, 2005; FERNANDES, 2012; SCHELBAUER, ARAÚJO, 2007; WARDE, 2016; TEIXEIRA, 2016; GONDRA, SUASNABAR, 2016; MONÇÃO, 2017), considerei pertinente analisar tal suporte para pensar a formação do pensamento e do fazer pedagógico que Maria Guilhermina teve contato nos Estados Unidos.

A escolha dos periódicos apresentados se deu pelos seguintes aspectos: 1) a localização desses periódicos e a possibilidade de consulta; 2) período de circulação igual ou aproximado àquele que Maria Guilhermina vivenciou quando esteve em Nova York; 3) por serem revistas pedagógicas, enquanto elementos de divulgação de um saber especializado (FERNANDES, 2012; TEIXEIRA, 2010), considerei que elas me permitiriam compreender aspectos da educação da infância, via metodologia froebeliana, no contexto estadunidense do século XIX, e; 4) se, de uma maneira geral, segundo Fernandes (2012), as revistas pedagógicas "desempenharam um papel fundamental na produção e na circulação de saberes ligados a educação" (FERNANDES, 2012, p. 73), considerei ser viável utilizá-las para identificar possíveis conteúdos que Maria Guilhermina teve contato durante sua formação em Nova York.

A *American Kindergarten Magazine*<sup>116</sup> era a publicação oficial da *The American Kindergarten Society*<sup>117</sup>. Publicada mensalmente, a revista circulou entre os anos 1879 a

---

<sup>116</sup> Está disponível para consulta pública no formato microfilme na Seção de Microfilmes sob o número de localização RM 119. A coleção está incompleta, na qual existem apenas os números 2 (junho de 1879) e o 7 (março de 1887).

1887. Sua impressão era feita pela *Bible House*, de Nova York, e seus editores eram Emily M. Coe<sup>118</sup> e o Reverendo Arthur Chester<sup>119</sup>.

Segundo os objetivos apresentados no primeiro número da revista, seu campo de ação era amplo e estava interessado em “melhorar a raça [humana], não por reformas comparativamente inúteis, mas por treinamentos corretos. Começando com as crianças pequenas até aos níveis de instrução adequadas a cada idade, durante a vida”, de modo que seja possível “realizar uma cura radical para os males da sociedade”, e para isso, a educação da criança deveria começar o mais cedo possível (AMERICAN KINDERGARTEN MAGAZINE, n.º 1, p. 8).

O discurso de “melhora da raça” humana estava associado, segundo os editores da revista, à situação em que milhares de crianças estadunidenses encontravam-se sem o cuidado adequado ao qual, mais da metade, faleciam antes de completar os cinco anos, pois recebiam tratamento pior do que ao dado aos animais. Para a superação dessa realidade, a formação da mentalidade materna era essencial (AMERICAN KINDERGARTEN MAGAZINE, n.º1, p. 8).

O discurso apresentado pela revista, associado ao seu objetivo, estava vinculado às ações do movimento higienista e da puericultura, ao qual ela “continuará, assim como no passado, a apresentar às mães, professores, amigos, e a todos os interessados como alcançar os melhores resultados no cuidado e formação das crianças”. A vinculação do Kindergarten com a preocupação com o cuidado infantil estava apoiada na compreensão de que ele era “uma importante instituição de educação para o futuro” e que, diante disso, os editores da *American Kindergarten Magazine*, acreditavam que “não havia sistema similar ao kindergarten que pudesse ser aplicado para resolver os problemas da educação humana” (AMERICAN KINDERGARTEN MAGAZINE, n.º1, p. 8).

Uma característica presente na *American Kindergarten Magazine* é um forte vínculo com o pensamento religioso protestante, que pode ser percebido a partir de

---

<sup>117</sup> Não foram localizadas informações sobre a Associação.

<sup>118</sup> Nascida em Ohio, se graduou pelo Mt. Holyoke Seminary em 1853. Antes de ir para Nova York viveu nos estados de New England e Pennsylvania. Em 1872 viajou à Europa para estudar os métodos educativos em voga. De volta aos Estados Unidos trabalhou no treinamento de professores em diversas Escolas Normais em várias partes do país e, posteriormente, criou na sua casa a *American Kindergarten and Normal Training School in New York City and East Orange*. Além de editora da *American Kindergarten Magazine* foi também presidente da *American Kindergarten Society*, membro da *Association for the Advancement of Science*, e ainda da *The National Teachers' Association* (Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Woman\\_of\\_the\\_Century/Emily\\_M.\\_Coe](https://en.wikisource.org/wiki/Woman_of_the_Century/Emily_M._Coe). Acesso em 15/9/2017).

<sup>119</sup> Não foram localizadas informações biográficas.

alguns aspectos: a existência de um editor que atuava como reverendo; proposições de estudos bíblicos; referências ao texto e personagens bíblicos e, na ocasião da comemoração do quarto centenário de nascimento de Martinho Lutero, a edição de novembro de 1883 foi aberta com uma gravura do reformador mais um texto em sua ode, narrando sua trajetória e seus feitos e, ser impressa em uma editora protestante.



Figura 13: Emily M. Coe (AMERICAN KINDERGARTEN MAGAZINE, 1896, s/p)

Um aspecto que considero ser interessante destacar é a proposição de modelo de família nuclear defendida pelos editores da revista. Em algumas partes os textos foram escritos destinados à mãe e ao pai, noutros apenas às mães e, noutros ainda, aos pais. Esses textos buscavam orientar mulheres e homens a exercerem ações dentro do grupo familiar pautado na distinção dos sexos, diferenciando as ações da mãe e do pai.

Elizabeth B. Grannis<sup>120</sup> (1840-1926) era editora e proprietária da revista *The Little Gem and American Kindergarten*<sup>121</sup>, que era editada em Nova York. Segundo apresentação, objetivo do periódico era

despertar o pensamento e incitar as mães e professores a transmitir a instrução moral e religiosa de modo que seja atraente e interessante aos jovens, para evitar a severidade, impureza e frivolidade da literatura popular <sup>122</sup> (THE LITTLE GEM AMERICAN KINDERGARTEN, 1879, n.º 8, p. 120. Tradução Livre).

---

<sup>120</sup> Além de atuar como editor e proprietária da revista, Grannis, foi uma das mulheres pioneiras inseridas no movimento sufragista estadunidense. Atuou como reformadora social e em ações humanitárias. Era membro ativo da Primeira Igreja dos Discípulos de Cristo criada em Nova York (DUNLAP, 2012; BARNETT, 2015)

<sup>121</sup> A coleção da revista está incompleta e os exemplares disponíveis consultados foram: v. 5, n. 8 (abril, 1879); v. 6, n. 5 (jan. 1880); v. 6, n. 9 (mai. 1880); v. 7, n. 6 (fev, 1881); v. 7, n. 10 (jun. 1881); v. 8, n. 10 (jun. 1882); v. 9, n. 2 (out. 1882); v. 9, n. 4, (dez. 1882); v. 10, n. 4 (dez. 1883). Está disponível sob o código de localização ZAN - 11073, seção de microfilmes.

<sup>122</sup> No original: "It is most important work to accomplish, in awakening thought and inciting Mothers and Teachers to impart Religious and Moral Instruction in the most attractive and interesting light to the young mind; to avoid dryness and severity on the one hand, and the impurity and frivolity of popular literature on the other" (THE LITTLE GEM AMERICAN KINDERGARTEN, 1879, n. 8, p. 120).



Figura 14: Elizabeth B. Grannis (Disponível em: <https://cityroom.blogs.nytimes.com/2012/03/11/a-crusading-suffragist-is-restored-to-church-membership/?mcubz=3>. Acesso em 16/8/2018).

O periódico era mensal, em média apresentava 16 páginas, era comercializado ao valor de 1 dólar e as cópias simples, por 10 *cents*. Com relação ao conteúdo, apresenta textos de instrução da metodologia froebeliana, músicas, histórias, além de ilustrações que seguiam a temática de cada seção. O público principal a que se dirigia era formado pelas mães, como suporte às famílias cristãs, e pelos professores. Abordava conteúdos científicos referentes a botânica, mecânica, zoologia, aritmética e outros assuntos de modo que poderiam ser trabalhados com crianças pequenas. Isso através de contos, histórias, músicas e pelo material pedagógico específico da proposta froebeliana (THE LITTLE GEM AMERICAN KINDERGARTEN, 1880, p. 81)

Ao analisar as duas publicações foi possível perceber que os periódicos compartilham objetivos, porém os formatos de apresentação dos conteúdos se distinguem pelo desenho editorial de cada periódico. As revistas eram produzidas por mulheres; o conteúdo apresenta vinculações com o pensamento religioso, seja com seções temáticas voltadas para a temática dos festejos cristãos ou com lições bíblicas oferecidas aos leitores, dimensão prevista pelo pensamento froebeliano (KUHLMANN JR., 2011; CHAMON, 2016); eram impressas na cidade de Nova York e ambas tinham como objetivo oferecer às mães e professores o preparo especializado para a educação da pequena infância.

A edição de abril de 1879 da revista *The Little Gem and American Kindergarten* informa ter havido um mal entendido com uma publicação feita por Miss Coe, da *American Kindergarten Magazine*. No que é possível compreender da nota editorial, houve um problema no mecanismo de assinatura mensal da revista de Miss Coe e alguns leitores fizeram associação com a revista de Miss Grannis. Por rumores e receio de perder sua clientela, a nota editorial informa que nada tem haver com a questão.

A partir de 1880, a revista *The Little Gem and American Kindergarten* teve seu nome alterado para *The Little Gem and Kindergarten*. Podemos supor que a mudança pode ter sido impulsionada pela confusão feita por alguns leitores com os nomes das revistas.

Embora possuam semelhanças, a *The Little Gem and American Kindergarten* apresenta aspectos distintos da *American Kindergarten*. A primeira publicação lança mão do uso de reprodução de imagens para a ilustração dos textos, histórias e assuntos que são tratados nas seções sobre a metodologia froebeliana, o que a outra, por sua vez, não o faz.

Como indicado no capítulo anterior, o movimento froebeliano estadunidense não pode ser compreendido como algo homogêneo, harmonioso e de linguagem única entre aqueles que estavam inseridos nas discussões sobre a educação da primeira infância via metodologia dos jardins de infância.

Dentre as seções da revista, há uma intitulada *Practical lessons in the Kindergarten*. Alguns dos textos ali publicados foram assinados e, dentre os autores, encontrei Maria Kraus-Boelté como uma das escritoras. Além de Boelté, há textos traduzidos de Bertha Meyer e William Harris. A presença desses personagens permite levantar como hipótese que as práticas de Miss Grannis

estavam em contato com o pensamento de um grupo específico do Movimento Kindergartiano Estadunidense, aquele que Maria Kraus-Boelté era referência e que Maria Guilhermina esteve inserida quando residiu em Nova York

Na edição n.º 5, de janeiro de 1880, a seção “Notícias religiosas e seculares” dedicada a auto-promoção da revista entre os leitores, publicou críticas feitas por outros periódicos, como o *N. Y. Observer*, *The Mother's Magazine*, *Chicago Advance*, *Christian Reformer*, *Health Monthly* e *The Episcopal Record*. As críticas davam destaque ao “devotado trabalho do kindergarten”, “repleto de imagens, histórias, versos”, que refletem o “alegre espírito do jardim de infância” (THE LITTLE GEM AND KINDERGARTEN, n.º 5, 1880, s/p). A republicação das avaliações de outros jornais na revista nos permite entender a ação como uma auto-promoção e como meio de convencer e fortalecer a importância da publicação no movimento kindergartiano estadunidense.

Além dos dois periódicos apresentados havia outros que seguiam propósito similar: divulgar e ensinar aspectos da metodologia kindergartiana para mães, professores (especialmente) e aos interessados, ou seja, a sociedade em geral. DuCharme (1996), em sua pesquisa, localizou 16 periódicos, dentre os anos 1850 a 1930, que se dedicavam a “teoria, filosofia e método” dos jardins de infância nos Estados Unidos? (DUCHARME, 1996, p. 2).

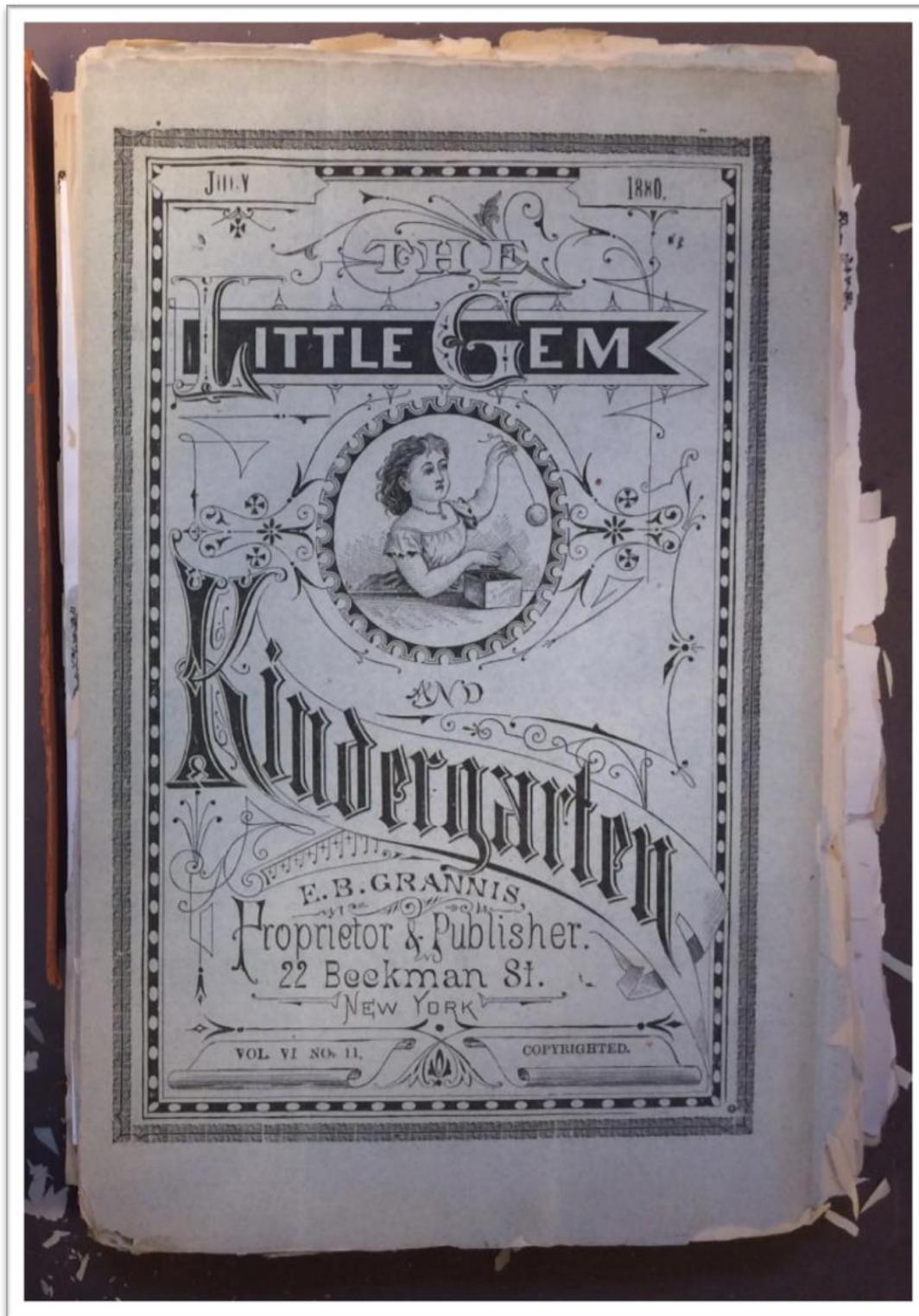


Figura 15: Capa da revista The Little Gem and Kindergarten (1880).

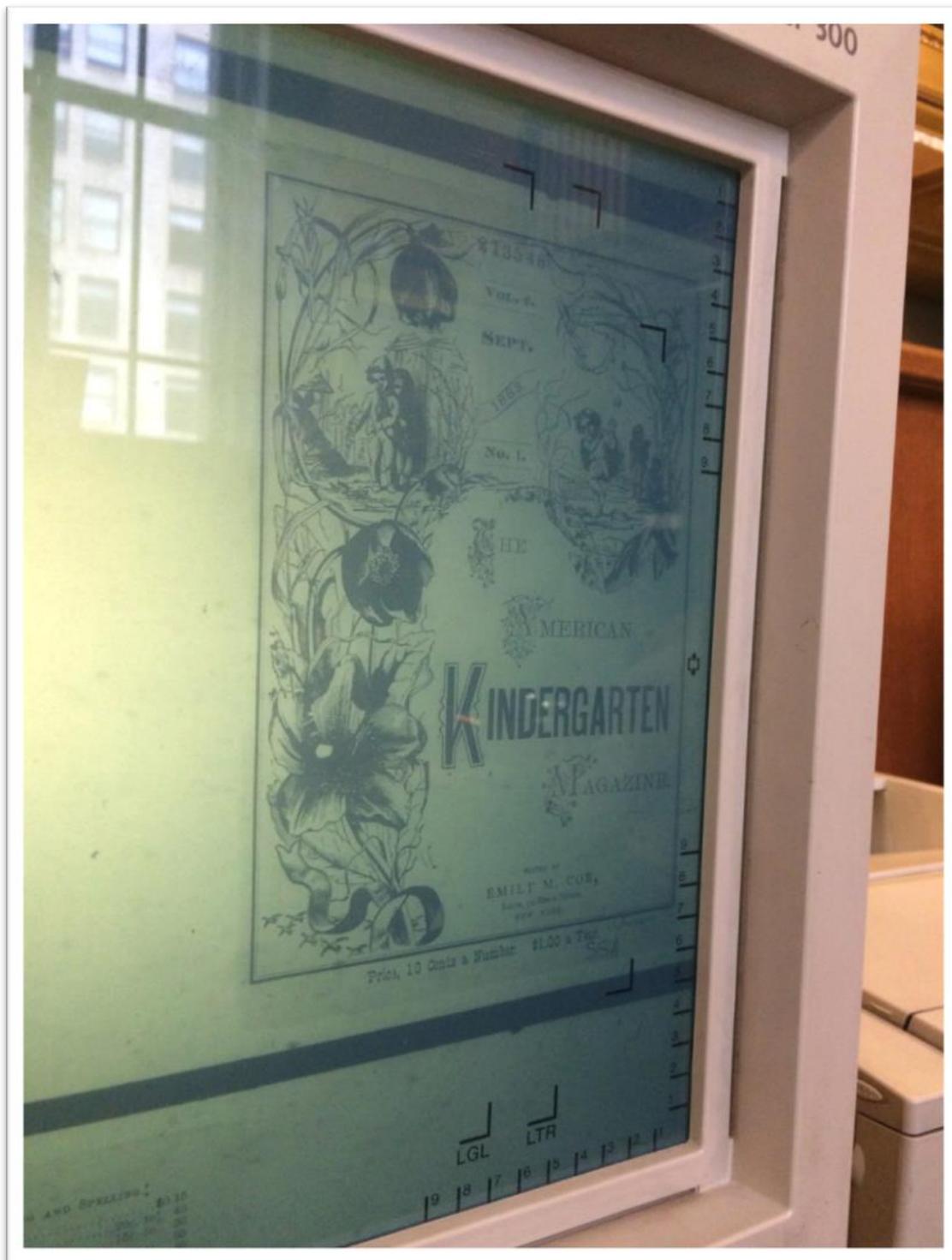


Figura 16: Capa da revista The American Kindergarten Magazine (1883).

A disputa pelo “mercado educativo kindergartiano”<sup>123</sup> não estava limitada à conquista do espaço editorial, as escolas voltadas para a formação de jardineiras

<sup>123</sup> Utilizo o termo “mercado educativo” em aproximação, por sua vez, a proposta de Limeira (2008) ao tratar da questão do comércio da instrução no Rio de Janeiro no século XIX. Respeitando divergências e

também estavam em concorrência. As escolas de Kraus e Coe disputavam alunas. Miss Coe informava aos leitores que sua escola era a primeira criada na cidade de Nova York e, por isso, possuía maior prestígio frente as demais. Maria Kraus-Boelté, por sua vez, legitimava sua prática de formação de jardineiras vinculando sua própria trajetória educativa com nomes de referência da metodologia froebeliana.

Nesse campo de disputa, as redes de sociabilidade permitiram compor identidades específicas de cada grupo. Pelo meu contato com as fontes, a inserção que Kraus-Boelté possuía com outros sujeitos e grupos de renome nos Estados Unidos não foi a mesma identificada no caso de Coe.

### **3.4 Em busca dos passos de Maria Guilhermina em Nova York: outras abordagens**

Nenhuma referência sobre Maria Guilhermina foi localizada dentre os materiais consultados nos arquivos estadunidenses. Porém, embora o desejado não tenha sido encontrado, isto é, o registro do seu nome em alguma fonte, os elementos localizados permitiram-me ampliar o campo de visão ao “passear” pelas “margens” da sua história nos Estados Unidos.

Ao recuperar um trecho da notícia publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1890, outras referências são indicadas. Segundo consta, Maria Guilhermina foi “guarda livros no Colégio Rulter Ford. Estudou fisiologia e psicologia com o professor Bulter, de Boston e filosofia com o professor Felix Adler, de Nova York, com Samuel Weston, de Filadélfia” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8/7/1890, n.º 4897, p. 2). Diante desses elementos a investigação prosseguiu.

O próximo alvo da pesquisa foi buscar referências sobre o possível “colégio Rulter Ford”. Para isso, recorri aos catálogos on-line do Arquivo Público Municipal da Cidade de Nova York em busca de listagem das escolas existentes no período ou qualquer documentação que me permitisse investir na tentativa de obter informações sobre a instituição. Pelo catálogo existente no Arquivo Público nada localizei e optei por efetuar uma pesquisa na web e nos jornais *The New York Times* e no *New-York Tribune* que estão em hemerotecas virtuais que usam de um sistema de busca a partir da

---

particularidades penso que, a partir do investigado e discutido até então, seja possível considerar que, se constituiu um mercado educativo específico nos Estados Unidos que estava diretamente relacionado com o universo Kindergartiano, como a comercialização de periódicos, livros, materiais didático e pedagógico, escolas para a formação de jardineiras e a oferta de jardins de infância privados.

inserção de uma palavra no buscador. Ao inserir uma palavra-chave, o sistema faz uma varredura em todos os seus números publicados, do século XIX ao século XXI.

A instituição que foi nomeada como “Colegio Rulter Ford”<sup>124</sup> também não foi localizada, porém, “uma luz se acendeu” durante o processo de pesquisa na web. E se acaso a grafia do nome do colégio estiver errada? Como resolver esse quebra-cabeças?

Debruçado sobre essa possibilidade algumas hipóteses foram levantadas. Existem possíveis leituras sobre essa referência. É provável que o tipógrafo do jornal responsável pela montagem dos tipos o tenha feito de maneira equivocada pois a referência que encontrei foi *Rultherford*, nome de um distrito, no Estado de Nova Jersey, vizinho a cidade de Nova York.

Busquei na web a existência de catálogos de documentos on-line no sítio do Arquivo Público de Rutherford, mas não foram localizados. Para a realização de pesquisa física seria necessário mais tempo de estada nos Estados Unidos, o que não foi possível naquele momento.

Nas consultas ao jornal *The New York Times* localizei informação sobre um *Rutherford College*, em 1884, localizado no Estado da Carolina do Norte, a aproximadamente 800 km de distância de Nova York. De característica privada, ele foi criado em 1853 pelo Reverendo Robert Laban Abernethy (1822-1894). O prédio foi construído em terras cedidas por John Rutherford (1809-1889). Contudo, não é possível apontar se a personagem teve alguma inserção nessa instituição. Por conta da distância entre Nova York e a Carolina do Norte, ainda por não ter sido encontrada nenhuma referência de atuação sistematizada do movimento kindergartiano estadunidense considero esta informação uma similaridade sem necessariamente haver relação com a trajetória de Maria Guilhermina.

---

<sup>124</sup> Para a pesquisa nos sistemas de busca me utilizei do termo “Ruther Ford College” e “Ruther Ford School”.

**A DEGREE FOR DR. M. H. HENRY.**  
**RALEIGH, N. C., May 30.—Rutherford**  
**College, of this State, has conferred the degree**  
**of LL. D. upon Dr. Morris H. Henry, of New-**  
**York**

**The New York Times**

Published: May 31, 1884

Copyright © The New York Times

Figura 17: Anúncio de graduação. The New York Times, 1884, s/p.

Minhas fichas estavam se esgotando. Restavam apenas os nomes “Bulter”, “Felix Adeler” e “Samuel Weston” para investigar. Foi atrás de informações e fontes sobre essas personagens que dotei meus esforços na pesquisa.

### 3.5 Nicolas Murray Butler

Nicholas Murray Butler (1862-1947) atuou como professor de “filosofia” e “educação” da Universidade de Columbia, em Nova York. Como referido por Maria Guilhermina, o “jovem sábio” (ANDRADE, 1887, n.º 7, p. 55), teve uma trajetória acadêmica progressiva. Aos vinte anos concluiu o bacharelado, em 1883 conquistou o título de mestre, em 1884 o de doutor. Todos os títulos pela *Columbia College*<sup>125</sup>.

Em 1886, Butler ingressou como professor do Departamento de Filosofia da instituição em que obteve os títulos. Em *Columbia* fez sua carreira acadêmica e administrativa. Em 1902 alcançou o cargo de presidente, que ocupou por 43 anos, até 1945, a maior marca dentre todos os presidentes da universidade. Para além do magistério, participou da criação da *Industrial Education Association*, a qual presidiu entre os anos de 1886 e 1891 e também na criação do *New York College for the Training of Teachers*<sup>126</sup>. Em decorrência de sua participação no campo social, político e

---

<sup>125</sup> Em 1886 a instituição altera seu nome para *Columbia University*.

<sup>126</sup> Ver discussão sobre a criação do *New York College for the Training of Teachers* em Warde e Rocha, 2018

educativo foi condecorado com o Prêmio Nobel da Paz em 1931, juntamente com Jane Addams (1860-1935), uma personagem que se destacou por suas atuações no movimento feminista, ativista social na causa materna e das crianças pequenas, em prol das crianças trabalhadoras, além de pacifista <sup>127</sup> (COLUMBIA UNIVERSITY LIBRARIES, 2017; THE NOBEL PRIZE, 2017, ENCICLOPAEDIA BRITANNICA, 2017; RESIDENTS OF HULL-HOUSE A SOCIAL SETTLEMENT, 1895).

Em 1887, Maria Guilhermina publicou na revista *A Instrução Pública*<sup>128</sup> um texto em que fez referência a este professor. No artigo intitulado *Apontamentos de um "jornal de viagem"*, a professora relata sua participação em uma das falas de Butler "Ph.D do Colégio de Columbia" em "ocasião do aniversário da Sociedade de Educação Industrial". A professora descreve Butler como um "jovem sábio", "lúcido, vigoroso e concludente", que conquistava o público ouvinte, professores públicos e particulares, com sua oratória (ANDRADE, 1887, n.º 7, p. 55).

A base epistemológica da "pedagogia moderna", defendida por Butler, era a psicologia. Para ele, segundo a professora, a "psicologia, tem com a pedagogia a mesma relação que com a árvore tem a raiz ou o pedestal com a estátua". Declarava que para a tarefa de ensinar era necessário ter método e fosse "baseado nas leis psicológicas". Dessa forma, a psicologia seria responsável pela formação de faculdades mentais, como a educação da atenção dos alunos, aspectos do ver, ouvir e tocar; já a pedagogia tinha como princípio a formação do "espírito". Em união, psicologia e pedagogia, corresponderiam com a formação do homem, de forma direta, "como um fim, em si mesmo", e indireta, de modo que ele possa alcançar "juízo são, senso reto e ação justa" (ANDRADE, 1887, n.º 7, p. 55).

A relação entre psicologia e pedagogia, defendida por Butler, ancorava-se nos princípios pedagógicos que se encontravam em projeção nos países ocidentais no decorrer da segunda metade do século XIX. Para Cambi (1999), a inserção da psicologia nos processos de ensino refere-se ao movimento que deu origem ao que ele chama de "pedagogia científica e experimental" (CAMBI, 1999, p. 498). Esta

---

<sup>127</sup> Conhecida como a "mãe do trabalho social" foi a segunda mulher a receber o prêmio Nobel da Paz. Foi precedida pela austríaca Bertha Sophie Felicitá von Suttner (1843-1914). Addams foi uma das fundadoras da "Liga internacional de mulheres para a paz e liberdade" (1919), pela qual dedicou esforços para que os Estados Unidos não aderissem a 1ª Guerra Mundial. Em 1889 fundou, junto com Ellen Gates Starr (1859-1894), a *Hull House*. A Casa, criada em Chicago, era destinada à atenção aos imigrantes recém-chegados aos Estados Unidos.

<sup>128</sup> Aspectos referentes a natureza desta revista bem como a participação de Maria Guilhermina serão tratados no capítulo 4.

perspectiva considerava que a educação deveria seguir os métodos específicos de modo que pudesse desenvolver-se de forma independente da política e da filosofia.

A proposição da psicologia, era superar a ineficiência do ensino escolar do Oitocentos, em matéria de leitura, escrita e noções de cálculo insatisfatórias. Proliferaram os compêndios escolares e os museus pedagógicos, professores e professoras desenvolveram materiais educativos, lançaram mão de excursões pedagógicas e criaram materiais específicos para o ensino de cores e formas, entre outros, e tudo o que pudesse “substituir o velho livro de textos para serem memorizados” (VALDEMARIN, 2006, p. 88)<sup>129</sup>.

### 3.6 Felix Adler

Com Felix Adler (1851-1933), Maria Guilhermina teve aulas de filosofia (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8/7/1890, n.º 4897, p. 2). De origem alemã mudou-se para a cidade de Nova York com sua família quando tinha seis anos. Assim como Butler, Adler graduou-se pela Universidade de Columbia em 1870 e recebeu o título de doutor em 1873. Por seguir as diretrizes religiosas de sua família, obteve formação para rabino em Berlim e Heidelberg, local onde aprofundou-se nas perspectivas filosóficas de Immanuel Kant. A partir de 1902 passou a ocupar a cadeira de ética política e social na mesma universidade em que se graduou. Por lá permaneceu até 1933, ano de seu falecimento (NEW YORK SOCIETY FOR ETHICAL CULTURE, 2017; YOUR DICTIONARY, 2017).

Dentre suas produções, que são voltadas para as discussões referentes à ética no universo religioso, Adler publicou o livro *The Moral Instruction of Children*<sup>130</sup> onde abordou aspectos teóricos e práticos sobre o ensino da moral para crianças na escola primária, a partir do uso de contos de fadas, histórias bíblicas e os clássicos gregos Odisseia e Ilíada (ADLER, 1895, p. 8.).

As possíveis relações entre Maria Guilhermina e o prof. Adler foram percebidas a partir de uma notícia publicada pelo *The New York Times* em 3 de maio de 1883, em razão do encerramento de um ciclo das atividades da *New-York Kindergarten*

---

<sup>129</sup> Sobre a discussão do desenvolvimento e implementação do método intuitivo no Brasil, ver: Schelbauer (2005), Vidal (2005).

<sup>130</sup> A edição consultada foi inserida em uma coleção organizada por William Harris, personagem que por intermédio de Susan Blow autorizou a criação de jardins de infância públicos em Saint Louis, sob o título *The Internacional Education Series*. Foram incorporados na coleção 29 títulos que eram vendidos ao valor de US\$ 1,50 cada. O livro de Adler ocupou o número 22 da coleção (HARRIS, 1895).

*Association*, realizadas no prédio da *New York Society for Ethical Culture*<sup>131</sup>, localizada em Manhattan, no n.º 109 *West-fifty-fourth street*.

O movimento kindergartiano estadunidense acionava diversos sujeitos e ocupava diversos espaços distintos. As relações de Felix Adler com as mulheres kindergartianas também podem ser vistas a partir das relações institucionais que, neste caso, tinha a Universidade de Columbia como importante elemento catalisador. Os eventos e reuniões promovidos pelos associados do Movimento ocorriam tanto em prédios de instituições de ensino como em igrejas e em espaços de reuniões de religiões de cunho humanistas que surgiam no contexto do século XIX, no caso específico, a Sociedade criada por Adler. A criação destes espaços pode ser entendida como estratégia que os sujeitos lançavam mão para aproximar simpatizantes, obter parcerias e integrar forças em busca de objetivos em comum, ou seja, criar, ampliar e fortalecer as redes de sociabilidade. É possível considerar também que para favorecer os contatos entre sujeitos, com diferentes formações e inserções na sociedade nova-iorquina, foram utilizados os espaços de formação de pessoas para atuarem na causa da educação da pequena infância. Com referência a Samuel Weston, citado na matéria do Estado de São Paulo (8/7/1890, n.º 4897, p. 2), como um dos professores de Maria Guilhermina, nenhuma informação foi localizada. Provavelmente sua grafia tenha sido feita de modo equivocado pelo tipógrafo e isso impossibilitou o avanço da pesquisa.

O processo de escolarização da primeira infância, via jardins de infância, aos poucos, adquiriu força enquanto proposta de tornar-se um movimento público e universal. A proposta era de que os jardins de infância fossem acessíveis a todas as crianças estadunidenses, independente de classe social, deveriam ser alcançadas com ampla participação da sociedade civil, compreendida por um universo diversificado de grupos e organizações (HEWES, 1988; DEHLI, 1993).

Como apresentado no capítulo anterior, a primeira cidade que articulou a ação civil com o poder estatal foi *Saint Louis*, no estado de Missouri, via ação de Susan Blow e o superintendente William Harris. No entanto, esse não foi um movimento político

---

<sup>131</sup> A Sociedade para Cultura Ética (*Society for Ethical Culture*) foi fundada em Nova York, em 1876, por Felix Adler. A Sociedade é caracterizada como uma religião, “não teísta e humanista”, sem princípios teológicos, e tem como proposta transcender o individualismo pelo estabelecimento e manutenção das relações entre os sujeitos. Suas bases estão na filosofia de vida, ênfase na educação e comprometimento com o desenvolvimento social na criação de um mundo melhor (NEW YORK SOCIETY FOR ETHICAL CULTURE, 2018, s/p. Disponível em: [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LbKo9Ln\\_LxoJ:https://www.nysec.org/about+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LbKo9Ln_LxoJ:https://www.nysec.org/about+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 16/8/2018).

unificado e, até o início do século XX, poucas cidades haviam aderido a esta proposta defendida pelo Movimento Kindergartiano Estadunidense<sup>132</sup>.

A partir do conjunto documental consultado foi possível perceber que os jardins de infância não eram ofertados pelo poder político local. Eles eram financiados por sociedades filantrópicas, associações de mulheres e por igrejas que cediam espaço para a criação de jardins de infância. A mão de obra era oferecida por mulheres voluntárias, associadas ao movimento, que podiam receber, ou não, algum tipo de remuneração. Aspectos referentes a questão econômica não foram localizadas na documentação manuseada.

Por conta da não adesão do poder público na incorporação dos jardins de infância sob a responsabilidade dos cofres públicos, Caroline B. Le Row (1843 - ?)<sup>133</sup>, professora, secretária da associação e uma das fundadoras do *Woman's Club Kindergarten*, declarou que tal postura não corroborava com o sucesso da educação da primeira infância.

Ela criticava algumas visões existentes na sociedade nova-iorquina que pairavam sobre o Kindergarten. Segundo suas palavras:

Estamos sempre lutando pelo lado educacional do Jardim de infância (...). As pessoas acham que basta tirar as crianças das ruas. Muitas mulheres acreditam que o jardim de infância é apenas para cuidar, lavar os rostos e dar de comer o suficiente às crianças. Nós buscamos acabar com a ideia de que o trabalho é missão. Os jardins de infância não são ação de filantropia. Isso é um grande erro. (...) As pessoas não entendem que aquele que trabalha no kindergarten deve ser o mais bem treinado (THE NEW YORK TIMES, 8/12/1895, s/p. Tradução livre).

Diante da fala de Le Row, alguns elementos são importantes e devem ser destacados, pois revelam o embate social existente entre o modelo de intervenção da infância a ser implantado. Por um lado, havia a perspectiva política das ações sociais, de cunho caritativo para a infância, e de outro um projeto de educação da infância pautado nos valores de formação para o trabalho e de adequação necessária que a vida na cidade exigia. Concepções sobre a formação da jardineira também estavam em disputa entre aqueles que defendiam uma formação especializada e outros que não a consideravam

---

<sup>132</sup> Ver discussão em Dunlap (2009).

<sup>133</sup> Le Row publicou diversos livros sobre a temática da educação. Em *The coming school*, propôs a reforma da escola, com a inserção dos jardins de infância. Seus livros estão disponíveis para download no site:

<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupname?key=Le%20Row%2C%20Caroline%20B%2E%20%28Caroline%20Bigelow%29%2C%201843>.

necessária. A mesma disputa foi travada em 1883 por ocasião da organização do Congresso de Instrução no Rio de Janeiro, como apresentado no primeiro capítulo desta tese. Outra refere-se à questão do financiamento das escolas infantis, que, para ela, não se pode “simplesmente pedir dinheiro aos homens ricos”. E, por fim, reclama da perspectiva mercadológica sobre os jardins de infância, ao lamentar que: “infelizmente no trabalho do jardim de infância, como em outras profissões, as pessoas têm como único objetivo ganhar dinheiro” (THE NEW YORK TIMES, 8/12/1895, s/p. Tradução livre)<sup>134</sup>.

Se no primeiro capítulo optei por investigar a inserção de Maria Guilhermina nos debates e processos sobre a educação da primeira infância no Brasil, considere pertinente pensar sobre a mesma questão no contexto estadunidense. Havia uma compreensão entre os agentes sociais que oferecer educação escolar, principalmente às crianças pobres, iria favorecer a elas melhores oportunidades de vida no futuro:

Plante um jardim de infância gratuito em qualquer quarteirão dessa superpopulosa metrópole que você verá que o trabalho ali irá permitir melhores condições de vida, melhores moradias, melhores cidadãos e uma cidade melhor<sup>135</sup> (DUNLAP, 2009, p. 70. Tradução livre).

Para relembrar, como vimos no primeiro capítulo, uma das discussões colocadas no Brasil sobre a importância de o Estado oferecer a educação para crianças pequenas era a necessidade do desenvolvimento do hábito do trabalho como forma de superar os desvios sociais e “livrar a sociedade dos vícios” (RIZZINI, MARQUES, MONÇÃO, 2015, p. 169). Escolarizar a infância pobre seria o caminho para discipliná-las, tirá-las das ruas onde, segundo argumentos, contraíam maus hábitos, importunavam os transeuntes e estavam à mercê de toda sorte e azares que a vida na cidade poderia oferecer. Argumento similar foi percebido na defesa feita pelos membros do Movimento Kindergartiano Estadunidense.

---

<sup>134</sup> No original: (...) We are all the time fighting for the educational side of the Kindergarten (...). People think if we take the children out of the streets it is all that is necessary. A great many women believe if you bring children in out of the gutter, wash their faces, and give them enough to eat, that you have a kindergarten. We are trying to get people out of the idea that this is mission work. Kindergartens are not a philanthropy. It is a great mistake. As Mrs. Brockway says, "a rich child is poor is it is not able to attend a kindergarten. But we cannot go around and ask money for rich men's children, so the only way we can get people to give is as a charity. People do not understand that of all the educators in the world the kindergartner must be the most thoroughly trained. There is not more than a third of the graduates of any class of kindergartners whom the instructor will recommend as entirely fitted for the work. First of all it is necessary to have the right spirit. Unfortunately, now in the kindergarten work, as in other professions, people are coming in whose only object is to make money (THE NEW YORK TIMES, 8/12/1895, s/p).

<sup>135</sup> No original: "Plant a free kindergarten in any quarter of this overcrowded metropolis, and you have begun then and there the work of making better lives, better homes, better citizens, and a better city (DUNLAP, 2009, p. 70).

A temática da intervenção social sobre a infância pobre tornou-se mais incisiva no *New-York Tribune* na década de 1890. Pelas notícias vinculadas no periódico é possível identificar o fortalecimento das associações de apoio ao *Free Kindergarten* e a agência de diversos sujeitos na captação de recursos para a manutenção dos jardins de infância em Nova York.

Em nove de dezembro de 1894 foi publicada uma notícia com referência à reunião anual de uma associação (não identificada) que atuava na promoção de jardins de infância gratuitos. Segundo divulgaram, em “cinco anos” de existência da associação já haviam conseguido custodiar dezesseis jardins de infância. O pedido feito para que as pessoas se juntassem à causa e contribuíssem apoiava-se na perspectiva da distinção do serviço prestado pelos jardins de infância gratuitos. O pedido sustentava-se na defesa de que eles não eram “uma instituição de caridade ou uma filantropia (...). É algo muito mais profundo e seguro. É uma educação”<sup>136</sup> (NEW-YORK TRIBUNE, 9/12/1894, p. 6).

Além de notícias produzidas pelas associações foi possível localizar requerimentos de alguns cidadãos, homens e mulheres, organizados em grupos associativos, que solicitavam a criação de mais jardins de infância na cidade de Nova York. O requerimento publicado no *New-York Tribune* em 16/12/1894 sustenta o pedido para a necessidade de criação de jardins de infância nas regiões da ilha de Manhattan que apresentavam aumento demográfico. O caso que segue refere-se à região de *Upper West Side*:

A crescente população do Upper West Side pediu às autoridades da Cidade a criação de novas escolas e a demanda foi respondida com construção de prédios que acomodam centenas de crianças. Contudo, o grande número de pequeninos que ainda não atingiram a idade escolar e cujas mães são trabalhadoras e responsáveis pelo sustento da casa deixam as crianças soltas nas ruas; se ainda são capazes de andar ficam se rastejando por aí. Para eles não há espaços nas escolas (NEW-YORK TRIBUNE, 16/12/1894, p. 17. Tradução livre).

A organização para esse tipo de requerimento era feita por comitês e associações. O requerimento foi organizado por “um comitê de mulheres” articuladas em torno uma associação (não citada na matéria) que sabiam como e a quem recorrer para que a necessidade do grupo fosse atendida (NEW-YORK TRIBUNE, 16/12/1894, p. 17).

Na historiografia brasileira há recorrentes casos analisados em que sujeitos, seja de forma individual ou coletiva, buscavam alcançar seus interesses, e para isso

---

<sup>136</sup> No original: It is not as a charity or a philanthropy that the kindergarten makes its appeal, but as something far deeper and safer. It is an education (NEW-YORK TRIBUNE, 9/12/1894, p. 6).

lançavam mão dos recursos disponíveis e conhecidos por eles. O acionamento de redes de apoio, de sociabilidade (GOUVÊA, 2010) e solidariedade (CHALHOUB, 2007; COSTA, 2012, 2016), nos permite visualizar um extenso e difuso cenário social em que diversos sujeitos relacionam-se em prol de um objetivo específico, articuladas pelas relações de dependência e exerciam sua agência (THOMPSON, 2011).

A proposição do uso dos jardins de infância, enquanto *locus* para a promoção de ações voltadas ao “avanço e aperfeiçoamento” de determinada realidade social também foi defendida por reformadores políticos, médicos e higienistas brasileiros ainda no contexto da década de 1870, sobretudo durante a discussão referente aos desdobramentos da Lei do Ventre Livre, como visto no capítulo 1. Embora o texto publicado no *New-York Tribune* tenha sido veiculado em 1894, podemos ter como hipótese que tais discussões já estavam colocadas no contexto estadunidense anteriormente a este período ao associarmos as trajetórias daqueles que, de alguma forma, foram apresentados durante essas páginas. Frente a isso, seria possível considerar que o surgimento do movimento em prol da criação de jardins de infância por meio de ações da sociedade civil? O chamado movimento *Free Kindergarten*, como desdobramento do Movimento Kindergartiano Estadunidense, tenha sido estruturado nas décadas anteriores à 1890? É possível que Maria Guilhermina tenha tido contato com este tipo de discussão?

Em conformidade ao apurado nas fontes localizadas, a experiência de formação de Maria Guilhermina nos Estados Unidos não se limitou ao contexto do *New York Seminary for Kindergartners with a Model Kindergarten*, do casal Kraus. A partir de nomes e instituições citadas “aqui e ali” investi em puxar vários fios como possibilidade de (des)construção de tramas e redes. O domínio de uma metodologia educativa específica, a dos jardins de infância, estava associado à possibilidade de intervenção social e à esperança de construção de uma sociedade educada em hábitos pertencentes ao modo de vida urbano e moderno.

Embora os contextos sociais entre Brasil e Estados Unidos apresentassem diferenças profundas, a intenção neste capítulo foi, além de construir um panorama sobre a formação da professora brasileira em Nova York, apontar para discussões e ações voltadas para a educação da primeira infância sob moldes do pensamento froebeliano que Maria Guilhermina pode ter vivenciado.

Por fim, as reverberações deste período que ela vivenciou nos Estados Unidos poderão ser percebidos a partir das práticas e direcionamentos profissionais efetuados

pela professora após seu retorno ao Brasil. Essa será a temática do próximo e último capítulo. A hora, agora, é de fazer as malas, despedir-se dos amigos e tomar o *pacote* de volta ao Brasil.

**CAPÍTULO 4**  
**O REGRESSO**

Por volta do dia 26 de maio de 1887, Maria Guilhermina iniciou sua viagem de retorno ao Rio de Janeiro. O porto de Nova York que testemunhou sua chegada era o cenário da sua partida. Como em uma cena de filmes antigos é possível imaginar que, a bordo do *Advance*, ela acenava em sinal de despedida, junto às dezenas de passageiros que também estavam embarcados, para alguns conhecidos que às acompanharam e àqueles que estavam no porto, a mirar o navio a partir para terra que a acolheu por quatro anos.

A viagem de regresso ao Rio de Janeiro durou aproximadamente 27 dias e a data provável de sua chegada ao porto carioca foi 22 de junho<sup>137</sup>.

Embora não tenha localizado registros referentes ao período em que esteve a bordo ou então relatos referentes à chegada da primogênita Loureiro de Andrade, no exercício da imaginação histórica, é muito provável que ela tenha sido recebida de modo afável e saudoso pelos seus pais e irmãos. Além dos materiais habituais em uma bagagem de viagem, com pertence de uso pessoal, fotografias, cartas recebidas dos familiares, provavelmente trouxe consigo presentes diversos<sup>138</sup>, livros, manuais, objetos pedagógicos de uso pela metodologia froebeliana, que recebera durante sua estadia nos Estados Unidos.

O seu retorno estava carregado de responsabilidade. Ela seria a representante do pensamento froebeliano, em especial, a proposta de formação recebida de Madame Kraus, no Rio de Janeiro. Ao se despedir de sua formadora, de acordo com apontamentos feitos por Maria Guilhermina, Maria Kraus declarou que a professora brasileira havia nascido para ser jardineira. A responsabilidade dela é garantir que somente as alunas que demonstrassem “experiência, disposição afetuosa para com as crianças e instrução séria, preparada para tomar a responsabilidade de educar crianças” poderiam receber o diploma de jardineira (ANDRADE, 1888, s/p). Em sua bagagem estava a legitimidade em realizar o projeto de formadora de jardineiras.

---

<sup>137</sup> Em 22 de junho de 1887 o *Jornal do Commercio* publicou na coluna *Movimento do Porto* notícia sobre a chegada do paquete *Advance* ao Brasil bem como a relação de nomes dos passageiros, na qual consta o nome de Maria Guilhermina (JORNAL DO COMMERCIO, 22/6/1887, n. 172, p. 8).

<sup>138</sup> Um dos possíveis presentes recebidos pode ter sido o livro *Juanita: A Romance of Real Life in Cuba Fifty Years Ago*, de Mary Peabody, em que, dentro da narrativa, apresentava aspectos da escravidão na ilha a partir de um romance tendo como protagonista uma “bela escrava”. Em meus devaneios penso sobre este livro ter sido uma das companhias da Maria Guilhermina durante os dias que esteve em alto mar. Ao passar pelo mar do Caribe, próximo Cuba, deve ter se imaginado todo o contexto narrado e em discussão, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, sobre os movimentos abolicionistas em prol do fim da era escravagista. Com relação a temática da escravidão não foram localizados indícios sobre a perspectiva política de Maria Guilhermina frente a este tema.

É possível considerar, como veremos neste capítulo, que o maior bem que a professora trazia consigo eram os conhecimentos variados sobre a “nova pedagogia” praticada no Norte. Perspectivas escolares, pedagógicas e de sociedade que foram incorporadas no projeto escolar da família Loureiro de Andrade. A partir da experiência de Maria Guilhermina, o Externato Andrade, empreendimento familiar, foi reconfigurado de modo que pudesse destacar-se no mercado educativo carioca, como discutido no capítulo 3, e estar no seleto grupo daquelas instituições que espelhavam-se nos “modernos métodos educativos”.

O quarto e último capítulo tem como propósito mapear e apresentar as iniciativas e empreendimentos realizados por Maria Guilhermina no cenário educativo brasileiro, bem como os espaços que ela se inseriu após seu período de formação nos Estados Unidos. O objetivo é apresentar aspectos da atuação de Maria Guilhermina, a partir de 1887, em espaços distintos da cidade, porém relacionados: sua atuação como professora, escritora e seus engajamentos políticos. A partir destes três aspectos defendo que a personagem foi uma intelectual que se inseriu nos debates públicos sobre a instrução pública e a cidadania, dentro das possibilidades de um meio que estabelecia regras e barreiras para atuação e circulação de mulheres no contexto público. Todavia, no interior do magistério ela encontrou espaço e possibilidades para superar barreiras e lançar-se, como pioneira em alguns momentos, na ocupação de postos e exercer atividades que ainda eram dominadas por homens.

A produção historiográfica desenvolvida a partir da perspectiva de gênero nos permite compreender, a partir da adoção de uma abordagem relacional entre os sexos, que a inserção da mulher em espaços predominantemente masculinos estava sob disputas e imersa em tensões. Desta forma, o magistério constitui-se enquanto espaço de lutas e conquistas para as mulheres, assim como outras áreas como a literária, a jornalística, a política e a científica. (GARZONI, 2012). Nesses espaços, cedendo e subvertendo discursos e posturas esperadas pelos códigos sociais da época, puderam utilizá-los como arena de lutas, embates, proposições e atuação no meio político e social, intensificado a partir do último quarto do século XIX<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Uekane (2016), ao analisar o processo de formação de professores para atuação no magistério primário no Rio de Janeiro, apontou para os diversos embates e projetos em disputa em torno da questão da formação dos professores, entre final do século XIX e início do XX. Dentre os aspectos em disputa estava os lugares que mulheres e homens deveriam assumir no magistério primário (UEKANE, 2016). Lugares marcados pelas relações de gênero, porém não estáticas ou consensuais.

#### 4.1 Maria Guilhermina, professora do Colégio Andrade

O retorno ao Rio de Janeiro exigiu da professora um período de adaptação e de reintegração às experiências culturais, políticas e sociais em curso na Corte do Império. Os meses que seguiram a sua chegada, no ano de 1887, foram utilizados para sua reinserção no campo da instrução privada carioca e nos discursos e debates sobre projetos políticos-pedagógicos que estavam em disputa.

Por razões hipotéticas apresentadas no capítulo anterior, referente às dificuldades enfrentadas pelo Colégio Andrade no Engenho Velho, ao retorno de Maria Guilhermina, a família optou por retornar a capital da Corte. A Família estabeleceu-se na freguesia da Glória, onde iniciaram a nova fase do empreendimento familiar, na rua do Catete, vizinho às chácaras, às oficinas e ao palácio de propriedade do Barão de Nova Friburgo.

A freguesia da Glória apresentava características de ocupação mista e local escolhido para estabelecer residência pelos mais abastados. Os terrenos eram ocupados por chácaras, palacetes e palácios; moradias populares; oficinas e fábricas; igrejas que eram pontos de destaque arquitetônico e no cotidiano religioso da cidade como o templo do Outeiro da Glória e a paróquia Nossa Senhora da Glória; além de hospitais e escolas públicas e privadas (NORONHA, 1965). A mudança para essa Freguesia pode ser entendida como movimento interessado em ofertar os serviços educativos para um público economicamente abastado e exigente a novidades importadas do hemisfério Norte.

De acordo com os anúncios publicados no *Jornal do Commercio* em 1888, os serviços oferecidos pela família de professoras Loureiro de Andrade foram ampliados. Além das classes de instrução primária, as professoras passaram a oferecer curso de formação para jardineiras e um jardim de infância. Embora jardins de infância fossem encontrados em diversas freguesias da cidade<sup>140</sup>, o conduzido por Maria Guilhermina destacava-se pela formação adquirida. Como anunciado no *Jornal do Commercio*, a professora havia sido “graduada na Academia Froebeliana do professor John Kraus e Mrs. Maria Kraus-Boetle, de Nova York”. Em adição a novidade pedagógica trazida dos Estados Unidos pela professora, estava a criação do *Seminário para Jardineiras*

---

<sup>140</sup> Vale apontar que entre as décadas de 1870 e 1880 havia na cidade do Rio de Janeiro aproximadamente oito jardins de infância segundo levantamento realizado em anúncios de periódicos cariocas. Todas as escolas infantis eram privadas e espalhavam-se pelo subúrbio, região central e pela Glória (MONÇÃO, 2015).

(JORNAL DO COMMERCIO, 22/12/1887, n.º 356, p. 7), voltado a preparar e formar moças e senhoras para atuação na educação infantil. As atividades do “complexo” de instrução iniciariam no dia 9 de janeiro de 1888<sup>141</sup>.

É possível estabelecer como hipótese, que a transferência do *Externato Andrade* para a região sul do Rio de Janeiro pode estar relacionada às características apresentadas pela freguesia da Glória. Contava com seus moradores que eram de condição financeira abastada e possivelmente, consumidores do serviço inovador (seja pela proposta ou pela implementação de uma metodologia de ensino importada dos Estados Unidos da América); até questões relacionadas ao asseio e salubridade do ambiente, longe da movimentação e toda confusão vivenciada na região das freguesias centrais. Embora não tenha sido possível levantar fontes que pudessem confirmar ou anular essas hipóteses, considera-se que são possíveis. Instalados na Freguesia da Glória a família Loureiro de Andrade retornava a ocupar e oferecer seus serviços de instrução no núcleo das principais freguesias da Corte carioca<sup>142</sup>, em uma região que oportunizaria visibilidade das escolas e maior participação na vida política e social da cidade (SCHUELER, 2001).

Além do anúncio veiculado pelo *Jornal do Commercio*, uma nota sobre a abertura do Seminário de jardineiras e do jardim de infância foi divulgada no periódico *A Instrução Pública*<sup>143</sup>. Junto à divulgação do novo serviço no comércio educativo carioca, a notícia destacou a formação de Maria Guilhermina, o que, segundo os argumentos do autor (não identificado), tal característica da professora permitiria avanços sobre as “ideias fecunda e delicada que se contém no Kindergarten” (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 31/12/1887, n.º 12, p. 91-92).

---

<sup>141</sup> A primeira informação publicada pelo *Jornal do Commercio*, referente ao *Seminário para Jardineiras*, foi veiculada em dezembro de 1887, e informava que o funcionamento do Seminário seria no ano seguinte (JORNAL DO COMMERCIO, 22/12/1887, n. 356, p. 7).

<sup>142</sup> Limeira (2010) apresenta a divisão das freguesias do Município do Rio da década de 1870. As Freguesias de fora (suburbanas e rurais) eram compostas por Irajá, Guaratiba, Paquetá, Ilha do Governador, Inhaúma, Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá. As Freguesias de dentro (principais, urbanas) eram Santana, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Glória, Lagoa, São Cristóvão, Engenho Velho, Espírito Santo e Candelária (LIMEIRA, 2010).

<sup>143</sup> O periódico tinha como propósito discutir aspectos referentes as discussões pedagógicas na Corte. Circulou em dois períodos, o primeiro entre 1872 e 1875 e o segundo entre 1887 e 1888, na capital federal. Foi criado por José Carlos Alambary Luz (1832-1915), professor da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. Diversos professores e professoras primários participavam como colaboradores da revista (LIMA, MACHADO, NETTO, 2018; SCHUELER, 2005; TEIXEIRA, 2016). A notícia que exaltou as iniciativas de Maria Guilhermina no campo da educação da infância sugere a inserção de professores/as primários/as que se encontravam à frente dos debates públicos em sua rede de sociabilidade intelectual, profissional e política.

Além de destacar as características profissionais da personagem, o autor considerava o ambiente escolar de qualidade e confiança, tanto para a formação das “alunas-mestras” quando das famílias que confiariam “seus mimosos tesouros de afeto e de inocência”, no caso, as crianças que seriam entregues ao processo de educação pelo *Kindergarten*. Salientava que, “se bem preparadas” as alunas jardineiras seriam “grandes auxiliares da instrução” e, se mal, “iriam se constituir mais um tropeço para o adiantamento da já difícil cultura humana”. Por fim, encerra a nota com a declaração de que o público deveria “louvar a direção e os resultados do único seminário de jardineiras que por enquanto intenta-se inaugurar” (A INSTRUCÇÃO PÚBLICA, 31/12/1887, n.º 12, p. 91-92).

A riqueza de detalhes dos argumentos utilizados na notícia, indica a importância conferida à formação técnica do professorado e para a atuação na educação infantil. De modo mais abrangente, as discussões e embates que estavam em curso referiam-se à formação para a atuação no magistério.

A criação da Escola Normal da Corte, na década de 1880, acompanhou as discussões sobre os modelos de formação do professorado primário. Seu projeto tinha como propósito a superação do modelo artesanal do ofício, aprendido no cotidiano dos afazeres pedagógicos, para a instauração de uma formação do magistério pautado no saber científico (GONDRA, UEKANE, 2005; GONDRA; SCHUELER, 2008). Com a implementação e solidificação do modelo de formação escolar, a partir de 1892, a Escola Normal (do Distrito Federal) passou a oferecer turmas em dois turnos: matutino e noturno.

No início do século XX, o funcionamento da Escola Normal estava a “pleno vapor”. A busca por vagas estava associada à implementação de uma perspectiva científica de formação do magistério, por conta dos regulamentos municipais de 1893, 1898 e 1901. Os regulamentos previam que somente professores diplomados pela Escola Normal poderiam ser nomeados para atuarem nas escolas municipais<sup>144</sup> (MONÇÃO, 2015; UEKANE, 2016).

Em 1910, a Escola Normal viu-se em meio a uma polêmica, levantando novos debates, críticas e manifestações contra a administração municipal. O assunto rendeu

---

<sup>144</sup> Decreto Municipal n. 38 de 1893. *Regula o Ensino Primario no Districto Federal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1893, p. 25-36. Decreto Municipal n. 52 de 1897. *Regula o ensino municipal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1901, p. 33-50. Decreto Municipal n. 844 de 1901. *Regula o Ensino Primario no Districto Federal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1901, p. 86-105 (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

ampla mobilização social, de professores, normalistas, políticos e intelectuais diversos, e foi acompanhado pela imprensa carioca. A Prefeitura resolveu fechar o curso noturno da Escola Normal do Distrito Federal, sob alegação dos altos custos de manutenção, limitando a permanência, apenas, de alunas que já exerciam a docência.

Dentre os problemas que o fechamento do curso noturno acarretaria, seria de acordo com as discussões veiculadas pela imprensa, a longa demora de diplomação das estudantes e, em longo prazo, a redução do número de professoras diplomadas. Schueler e Rizzini (2014) apontam que muitas das normalistas já atuavam como professoras no período diurno e vespertino e assim, cursar disciplinas no período noturno era uma possibilidade para darem encaminhamento à formação profissional. Após intensos debates, a decisão do prefeito foi revogada e o curso noturno foi reativado. A revogação do decreto de fechamento do curso noturno deu-se após a mobilização de diversos agentes da sociedade, como exemplo o professor Hemetério José dos Santos (1858-1939)<sup>145</sup>, proprietário de um jardim de infância na década de 1880<sup>146</sup>, que apelaram ao presidente, Nilo Procópio Peçanha (1867-1924)<sup>147</sup>, a intervenção no caso (MONÇÃO, 2015; UEKANE, 2016).

As disputas em torno da criação e manutenção do curso noturno ocorriam desde sua implementação em 1892. Uekane (2016) aponta que, para além da questão orçamentária apresentada pela Prefeitura em 1910, as discussões orbitavam em torno de aspectos pedagógicos, higiênicos e morais, apresentados como empecilhos para a manutenção das classes noturnas. O primeiro se refere à necessidade do exercício de práticas pedagógicas nas escolas anexas; o segundo às condições físicas e aos males que a iluminação a gás poderia trazer à saúde dos estudantes; e o último ponto centrava-se

---

<sup>145</sup> Hemetério dos Santos era professor, gramático e filólogo. Atuou como professor do Colégio Pedro II, professor adjunto do secundário do Colégio Militar e professor da Escola Normal. Hemetério. (SILVA, 2015; SANTOS, 2017; SCHUELER, RIZZINI, 2017).

<sup>146</sup> No *Colegio Froebel*, junto com Hemetério, atuavam: a professora D. Maria da Conceição de Mello Moraes (o nome corresponde ao da avó paterna do poeta Vinicius de Moraes), professora do jardim de infância que recebia meninos e meninas de 3 a 5 anos, pela instrução primária das meninas de 6 a 12 anos, e da direção do ensino de meninas; Arthur Higgins (1860-1934), professor de instrução primária para meninos no Colégio. Higgins, um dos responsáveis pela sistematização da educação física escolar no Brasil (CUNHA JUNIOR, 1999, 2004). O Colégio estava localizado no Rio Comprido (JORNAL DO COMMERCIO, 2/10/1883, n. 274, p. 5). Entre os anos de 1885 a 1887, o nome de Maria da Conceição figura nas listas dos alunos convocados para realizarem os exames da Escola Normal da Corte (JORNAL DO COMMERCIO, 25/2/1885, n. 56, p. 2; 14/3/1885, n. 73, p. 3; 19/2/1886, n. 50, p. 2; 27/12/1886, n. 360, p. 2; 18/2/1887, n. 49, p. 2; 26/2/1887, n. 57, p. 1; 20/12/1887, n. 354, p. 3). A partir de 1900, o nome da personagem é localizado no *Almanak Laemmert*, como professora pública primária do 1º distrito.

<sup>147</sup> Nilo Peçanha assumiu o cargo da presidência do Brasil após o falecimento do então presidente Affonso Augusto Moreira Penna (1847-1909). Em acordo com o cânone político republicano, em caso de falecimento ou afastamento do presidente da república, o cargo vacante seria substituído pelo vice.

na condenação à circulação de mulheres à noite pelos espaços da cidade, respectivamente (UEKANE, 2016).

Na adoção de procedimento metodológico que toma periódicos como fonte histórica debrucei-me sobre dois jornais da grande imprensa que estavam em circulação na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1887 a 1899, *O Jornal do Commercio* e o *Gazeta de Notícias*. O recorte refere-se ao período de reinserção de Maria Guilhermina no contexto da instrução privada carioca até o último ano do Dezenove. Neles busquei, via consulta pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), informações referentes à Maria Guilhermina e ao Externato Andrade. A adoção dos dois periódicos para a pesquisa deu-se por perceber que ambos veicularam informações sobre a instituição escolar da Família Loureiro de Andrade por um longo período de tempo, o que permitiria mapear a vida da instituição durante sua existência.

Ao seguir os rastros do Colégio/Externato Andrade foi possível acompanhar a “vida” da instituição. Foi possível perceber, via anúncios publicados em periódicos cariocas, características administrativas que foram tomadas por Maria Guilhermina e sua família no que compreende a gestão do Externato, como organização das matérias e o nome das professoras responsáveis por elas, nome de alunos e aspectos referentes aos serviços prestados pelo empreendimento familiar.

Em 1888, por exemplo, houve um investimento por parte da família Andrade em propagandas do Externato. Durante todo o ano foram publicados anúncios referentes à realização de matrículas de alunos em qualquer período do ano<sup>148</sup>, prática que não foi identificada nos anos seguintes e que limitava-se às chamadas de matrícula apenas nos primeiros meses do ano. Podemos relacionar esta prática com os seguintes aspectos: em virtude do novo endereço havia a necessidade de tornar-se visível e disputar “o lugar ao sol” a partir de propagandas; a necessidade de angariar matrículas para que o “sonho” do empreendimento familiar pudesse ser mantido; a necessidade de marcar presença no vasto “comércio da instrução” carioca que tornava imperativo entrar na concorrência por alunos e alunas já que anúncios diversos de escolas particulares preenchiam boa parte das páginas de classificados dos jornais (LIMEIRA, 2010).

A partir de 1891, já no contexto republicano, o Externato Andrade passou a ocupar um novo endereço. O prédio do número 115 na rua do Catete, do outro lado da

---

<sup>148</sup> *Jornal do Commercio*, n.º 9 de 6/1/1888; n.º 37 de 6/2/1888; n.º 235 de 22/8/1888; n.º 236 de 24/8/1888; n.º 304 de 31/10/1888.

rua do endereço anterior<sup>149</sup>. Neste período, as tarefas e rotinas da instituição eram compartilhadas pelas irmãs Andrade. Maria Guilhermina era responsável pela direção da escola, pelas classes de jardim de infância e pela formação das jardineiras, Amélia era professora de português e linguagens e secretária escolar, Eugênia lecionava aulas de aritmética e geometria e Anna era responsável pelo ensino de geografia, história natural e corografia<sup>150</sup>.

O serviço de instrução prestado pelo Externato Andrade estava estruturado em classes de jardim de infância, ensino primário, secundário e seminário para jardineiras. Dessas classes, não encontrei nenhuma informação relacionada ao ensino secundário. O destaque e diferencial do Externato frente às outras instituições particulares da cidade estava estabelecido sobre o jardim de infância e o seminário para jardineiras.

A partir dos anúncios do Externato foi possível perceber que o *Seminário de Jardineiras* teve uma pequena vida útil. Figurou nos classificados por seis anos, dentre 1888 a 1893. Após esse período, as propagandas passaram a informar a existência de classes de jardim de infância, primário e secundário. Embora meu interesse estivesse relacionado à localização de referências sobre alunas matriculadas no curso, não me foi possível encontrar nenhum material publicado nos jornais que dessem conta do número de alunas do Seminário ou qualquer descrição feita a respeito da formação ofertada. Pela escassez documental, não é possível precisar o motivo do fim da oferta. Como hipótese possível para tal evento é possível relacionar com a não concretização da oferta de classes de jardim de infância pelo Governo Imperial e Republicano, previsto pelo decreto 1879<sup>151</sup>, como demonstrei em trabalho anterior (MONÇÃO, 2015). Tal aspecto pode ter resultado na baixa procura pelo curso de formação de jardineiras frente a não perspectiva de efetivação da criação de escolas infantis pelas freguesias do Império.

Diante deste ponto, considero pertinente recuperar a discussão feita no primeiro capítulo desta tese que possibilita-nos avançar no campo das hipóteses. À época do Congresso de Instrução, em 1883, Maria Guilhermina declarou que frente à “melindrosa tarefa da educação da infância” era necessário criar “escolas especiais”, para a formação de jardineiras, onde elas pudessem “habilitar-se prática e teoricamente para se encarregarem da direção dos Jardins da Infância, de que são o elemento principal”. Sem

---

<sup>149</sup> Atualmente o n.º 115 é ocupado pelo Colégio Zaccaria, instituição privada religiosa.

<sup>150</sup> Campo disciplinar existente em escolas do século XIX. Relaciona-se com a área da geografia física, política e topográfica. Sobre o assunto ver em Santos (2010).

<sup>151</sup> Decreto n. 7247, de 19 de abril de 1879. *Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 4/10/2016.

isso, o jardim de infância tornaria-se “mais pernicioso que proveitoso” (ANDRADE, 1884, p. 29). Além de uma escola para a formação de jardineiras também considerava ser necessário que “antes de se fundarem no Império os jardins da infância se estabeleça nesta Corte um jardim-modelo, dirigido por professora competente, no qual se possam preparar convenientemente as futuras jardineiras das crianças” (ANDRADE, 1884, p. 2).

É possível compreender que a formação de Maria Guilhermina nos Estados Unidos e a reestruturação do Externato Andrade, com a ampliação de serviços e sua reinserção na região central do Rio de Janeiro, fazia parte de um projeto familiar que estava associado aos debates e propostas educacionais em disputa na segunda metade do século XIX. O Decreto n.º. 7247 que estabeleceu a *Reforma do ensino Primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império*, de 1879, pode ser compreendido como a materialização das discussões sobre a educação da população. Dentre as alterações implementadas pela lei estava o artigo 5º que previa a fundação de jardins de infância em todo Município da Corte (DECRETO n.º 7247 de 19 de abril de 1879, art. 5)<sup>152</sup>. O Externato Andrade, entendido como um *empreendimento familiar*, foi organizado de modo que pudesse corresponder e aproveitar a demanda criada pelo referido decreto.

Pela percepção de Maria Guilhermina, registrada sobretudo na sua produção textual destinada ao Congresso de Instrução de 1883, é possível considerar que o entendimento da professora, e provavelmente também de sua família, era o de que não bastava oferecer à sociedade carioca classes de jardins de infância. O serviço já era oferecido por outros estabelecimentos de ensino e não acrescentava distinção ao Externato. Maria Guilhermina e seus familiares compreendiam que associado às classes de jardim de infância era necessário oferecer curso para a formação de jardineiras já que a Escola Normal da Corte não oferecia formação às professoras sobre essa especialidade. Não havia matérias, nem profissional habilitado na instituição, que pudessem dar conta da formação das normalistas (MONÇÃO, 2015)<sup>153</sup>.

Para além dos aspectos de organização jurídica e de controle social que a legislação exerce sobre determinado contexto, é importante compreender que seus usos pela população estão para além dessas duas dimensões. Thompson (2011) nos convida

---

<sup>152</sup> As discussões sobre as mobilizações sobre a educação da primeira infância no contexto do Decreto de 1879 foram apresentadas no primeiro capítulo desta tese.

<sup>153</sup> Monção (2015) abordou essa discussão em estudo sobre a criação do primeiro Jardim de Infância Público da cidade do Rio de Janeiro, em 1909. De acordo com documentação apresentada na dissertação, havia a discussão entre professores na imprensa sobre a ausência de cadeira sobre o ensino de jardim de infância na Escola Normal da Corte e do Distrito Federal na virada dos séculos XIX para XX.

ao exercício de pensar a legislação como suporte que abarca tensões e é permeada e marcada por conflitos de interesses de classe (THOMPSON, 1987, 2011).

Por entender que a legislação é produzida a partir das relações sociais, impregnada de anseios e repulsas inerente aos conflitos de classe (THOMPSON, 2011), é possível compreender o Externato Andrade como um empreendimento e projeto coletivo dos membros da família Loureiro de Andrade, porém vinculado às discussões e ações políticas, educacionais, sociais e econômicas do período. A lei, por sua vez, ao ser decretada, não eliminava os conflitos. O movimento de disputas mantinha-se e, em casos específicos, poderia ser acirrado.

Nesse sentido, é possível considerar que o sucesso ou o fracasso do Externato Andrade estava diretamente relacionado com os esforços empreendidos pelos agentes políticos do Governo Imperial para a efetivação do Decreto de 1879 e por meio de pressões da sociedade civil. Nessa perspectiva era necessário que os Loureiro de Andrade se articulassem nas esferas civil e políticas para que seus interesses fossem alcançados. É possível, então, entender o movimento de Maria Guilhermina, personagem que ocupou lugar de destaque no desenvolvimento do projeto familiar, para inserir-se nos mais diversos campos de atuação política do período.

No entanto, pelos direcionamentos dados à questão da educação da infância após a publicação do Decreto de 1879, é notável a ausência do cumprimento da legislação educacional que corroborou para a estagnação do cenário educativo (estatal) para a primeira infância. Da data do decreto até o ano de 1909, nenhum jardim de infância público foi criado pelos governos Imperial e Republicano, e a situação ainda estava associada à inexistência de um campo profissional especializado na metodologia froebeliana. Diante disso é possível considerar que o não cumprimento da legislação favoreceu que o projeto concebido por Maria Guilhermina e sua família, não lograsse o êxito esperado. É possível também que tenha sido o fator responsável pelo cancelamento de oferta do Seminário para jardineiras a partir de 1893.

Referente ao contexto de 1872, além desses fatores é importante não esquecer das redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003; FRAGOSO, GOUVÊA, 2010; FRAGOSO, 2010) que eram estabelecidas entre os diversos sujeitos que estavam relacionados com a vida da cidade. Vale lembrar que, em 4 de janeiro de 1872, foi publicado no *Jornal do Commercio* uma lista de nome de pessoas com quem Maria Guilhermina estava socialmente conectada. Dentre os personagens citados estavam Benjamin Constant, diretor do Instituto dos Cegos; João Pedro de Aquino, diretor do

Externato Aquino; Padre José Leite Mendes de Almeida, diretor do Colégio São Clemente em Botafogo; Saturnino Soares de Meirelles (1828-1909), médico e professor da Escola Naval e do Colégio Pedro II e membro fundador do Instituto Hahnemaniano do Brasil<sup>154</sup> (ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA, 2018); Jacintho Rodrigues Pereira Reis, médico cirurgião, “agraciado como Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, Comendador da Imperial Ordem de Cristo e Dignatário da Grã Cruz”, homeopata, membro fundador da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e do Instituto Hahnemaniano do Brasil, tio e sogro de Saturnino Soares de Meirelles (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930), 2018, s/p); Honório de Araújo Maia, produtor e comerciante de café, comendador da Imperial Ordem da Rosa (VASCONCELOS, 1917), Malaquias Baptista Franco, conferente da alfândega e, por similaridade do nome e atuação profissional tenho como hipótese que ele possuía laços de parentescos com Baptista Franco, esposo de Francisca Loureiro de Andrade Franco. Ainda havia indicação a Matheus Alves de Souza e Manoel Joaquim de Oliveira Magalhães dos quais não localizei informação (JORNAL DO COMMERCIO, 4/1/1872, n.º 4, p. 5).

Tais personagens poderiam ser consultados sobre o trabalho educativo oferecido pelo *Colégio Andrade* àqueles que “quisessem informações mais minuciosas”, deveriam dirigir-se aos endereços indicados. A indicação dos nomes pode ser entendida como um meio que a família encontrou para referenciar suas ações por meio de pessoas de destaque no campo da instrução, médico e político do cenário carioca (JORNAL DO COMMERCIO, 4/1/1872, n.º 4, p. 5).

Durante a pesquisa sobre o Colégio/Externato Andrade, uma das principais dificuldades enfrentadas foi o acesso a fontes sobre a instituição. Os documentos oficiais localizados no AGCRJ são escassos e referem-se às práticas de supervisão administrativa realizadas pela Diretoria de Instrução Pública, que é uma relação do nome das professoras, como apresentado no capítulo 1, e dispensas das provas de capacidade. Materiais referentes ao cotidiano da instituição, como mapas escolares, fichas de matriculas e outros vestígios, ou não chegaram a ser arquivados em instituições públicas ou perderam-se aos passar dos anos do Colégio.

---

<sup>154</sup> O Instituto foi criado em 1859 e tinha como objetivo oferecer aperfeiçoamento e propagação da homeopatia (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930), 2018).

O manuseio dos periódicos da época, por sua vez, apresentou-se como uma fonte de indício. Dentre seu mais variado conteúdo, em algumas notícias pontuais, como aquelas, referentes aos exames de finais de ano, apresentaram informações que nos dá indícios da estrutura física, funcionamento escolar, ritos escolares ali praticados e nomes de colaboradores e alunos.

Questões sobre as notícias referentes aos exames de final de ano já foram abordadas nos capítulos anteriores desta tese, contudo, considero importante recuperar a discussão para dar prosseguimento aos encaminhamentos propostos. Os exames de final de ano podem ser entendidos como componente da cultura escolar<sup>155</sup>, a qual congregava diferentes sujeitos. Além de pais e familiares das crianças, amigos e convidados dos proprietários das escolas e, em alguns casos, compareciam personalidades políticas e jornalistas que noticiavam o evento nas colunas dos periódicos. Tal evento, bem como o material textual produzido sobre ele e veiculado por periódicos de circulação na cidade, pode ser visto como uma “vitrine” com vistas à promoção da instituição aos leitores. A estratégia favorecia a divulgação do nome de determinada instituição escolar privada e a vinculava aos nomes das personalidades que estavam presentes no evento.

Sobre os exames finais do Externato Andrade foi possível localizar quatro notícias nos anos 1871 (1), 1889 (1) e 1891 (2)<sup>156</sup>. A estrutura textual segue um padrão similar. Apresenta: informação sobre o prédio escolar; os elementos do cerimonial da solenidade, o indicativo de um discurso proferido pela diretora da instituição; a presença de figuras políticas responsáveis pela Instrução Pública ou algum Conselheiro que presidia os exames, junto à direção; a descrição das matérias e o nome dos alunos de cada ano escolar; lista de apresentações de músicas, danças ou teatro; exaltação da metodologia adotada pela instituição e, declarações de gratidão à direção pelos serviços prestados à comunidade. Nos casos do Externato Andrade, há assinaturas nas quatro notícias, porém somente em uma (1891) foi identificada a autoria, a de Amélia Loureiro de Andrade, as demais referem-se a “um pai de família” ou “as mães das alunas”, garantindo o anonimato dos participantes.

Durante a pesquisa, nenhum mapa escolar do Colégio/Externato Andrade foi localizado, contudo algumas notícias sobre os finais de ano fazem referência a alunos da

---

<sup>155</sup> Sobre cultura escolar entende-se por práticas sociais criadas e desenvolvidas no interior do espaço escolar e do seu cotidiano, e que estão articuladas e são atravessadas por contextos sociais, econômicos e políticos. Relaciona-se com documentos, materiais didáticos, discursos, posturas, entre outros. Ver em Silva (2006), Juliá (2001), Faria Filho *et al* (2004), Benito (2000).

<sup>156</sup> (JORNAL DO COMMERCIO, 19/12/1871, n. 350, p. 6; O PAIZ, 24/12/1889, n. 1904, p. 2; JORNAL DO COMMERCIO, 22/12/1891, n. 355, p. 5).

escola. Por exemplo, em 1889 foram contabilizadas 14 crianças/alunas. Já na de 1891 foram contabilizadas 33, divididas entre as classes de kindergarten e classes de primeiro, segundo, terceiro e quarto cursos primários (JORNAL DO COMMERCIO, 22/12/1891, n.º 355, p. 5).

Ainda por meio da lista de alunos, foi possível identificar possíveis relações de parentesco entre algumas crianças (meninas e meninos) pelo uso do mesmo sobrenome. No caso referente à 1889 temos registrado os nomes dos irmãos José, João Ferraz, Ferraz e Maria Ferraz; Marcos Esteves; Luiz Horta; Joaquim de Oliveira Belo; Aroldo Accioli de Magalhães Castro; Claudina Penna; Carlota e Eugenia Bastos; Valkyria Pereira da Silva; Joaquim Saldanha Marinho Samico e Agatha Saldanha Samico (O PAIZ, 24/12/1889, n.º 1904, p. 2). Dentre o grupo avaliado em 1891, temos: João, Maria R. Ferraz; José e Pedro Ferraz; Marcella e Marcos Z. Esteves; Ida, Emilia e Emma Simon; Tilda e Nuno do Amaral e Luiz G. do Amaral; Eugênia, Affonso e José de Mello; Álvaro, Maria e Maria D. Cardoso; Celina, Carmen, Corina e Antônio A. Carvalho; Honorina e Fernando de Abreu; Adozindo e Álvaro de Oliveira; Maria e Raul Villela; Gabriel e Ricardo de Almeida. As crianças sem indicação de relações de parentesco eram: Aracy Botelho de Magalhães, Ricardo M. Gonçalves, Orminda Guimarães, Haroldo Accioli de Magalhães Castro, César de O. Roxo, Henrique Vileman, e Leonor Andrade Franco. A última criança era filha de Francisca Loureiro de Andrade Franco, professora do Externato, sobrinha de Maria Guilhermina (JORNAL DO COMMERCIO, 22/12/1891, n.º 355, p. 5). Alguns dos alunos estavam matriculados no Externado desde 1889, como é o caso dos irmãos José, João, Pedro e Maria Ferraz; Marcos Esteves e Haroldo Accioli de Magalhães Castro.

Infelizmente, as notícias não dão conta de como os alunos eram agrupados no Externo, se este seguia o princípio da separação por gênero ou se adotava a coeducação. É possível afirmar que, no caso da classe do jardim de infância, meninas e meninos conviviam no mesmo espaço já que a metodologia froebeliana não separava os alunos por gênero. No caso do ensino primário, não há informações sobre o formato adotado pelo Externato Andrade.

Dentre os elogios feitos ao trabalho pedagógico desenvolvido pelas irmãs Loureiro de Andrade, destacou-se, a partir do retorno de Maria Guilhermina ao Brasil, a metodologia empregada no Externato. O *Jornal do Commercio* (21/12/1891, n.º 354, p. 4), em uma matéria sobre o colégio, destacou que no Colégio Andrade aplicava-se metodologia pedagógica importada “das mais cultas nações”, e que suplantava “a velha

rotina de aprender as sílabas sem a menor significação para quem as aprende, nem a decoração automática da tabuada”. Tudo isso, só era possível pois Maria Guilhermina era professora diplomada por uma academia estadunidense, o que adicionava ao fato dela já ser conhecida por “sua proficiência como educadora” (JORNAL DO COMMERCIO, 21/12/1891, n.º 354, p. 4).

Pelas notícias e propagandas veiculadas pelos periódicos foi possível acompanhar o processo de formação escolar e profissional de membros da família Loureiro de Andrade, como no caso de Anna Guilhermina e Eugênia. Para recordar, elas foram alunas do Colégio Andrade em 1871, conforme foi apresentado no primeiro capítulo desta tese. Segundo informações que constam nas notícias de 1891 do *Jornal do Commercio*, Anna Guilhermina era uma “interessante menina, que é lá, como suas irmãs, uma excelente mestra”, e que havia revelado-se como “uma jardineira *comme il faut*”<sup>157</sup>; e “a jovem Sra. D. Eugenia que aplicou (...) as leis da ciência de ensinar, assim como também as noções geométricas foram habilmente ensinadas por ela” (JORNAL DO COMMERCIO, 21/12/1891, n.º 354, p. 4). Chamo atenção para o uso do termo “menina” e “jovem senhora” que podem indicar a diferença de idades entre as duas irmãs frente à primogênita Maria Guilhermina. E que, na perspectiva de uma tradição familiar de professores, elas, desde cedo, já haviam inserido-se. A ideia de magistério, enquanto ofício passado de geração para geração, coexistia com o modelo de magistério científico, a partir de formação técnica e específica pelas escolas normais.

Diante das narrativas é possível ter como hipótese que Maria Guilhermina não limitava os princípios froebelianos de ensino às classes de jardim de infância e os aplicava, também, nas classes de ensino primário. Isso pois, segundo palavras da professora, junto com suas irmãs, ela tinha como projeto “estender às aulas primárias aos magníficos métodos do Kindergarten”. Sua intencionalidade estava em implementar o pensamento froebeliano no ensino primário, ensinando e publicando sobre os tais métodos que considerava ser “o verdadeiro alicerce de toda a instrução” (ANDRADE, 1888, s/p).

Como vários professores e professoras de seu tempo, Maria Guilhermina e suas irmãs procuraram alinhar os métodos de ensino de sua escola com as tendências que apresentavam-se nos contextos internacional e nacional. Na disputa por angariar posição

---

<sup>157</sup> Uma correta jardineira ou uma jardineira como deveria ser (tradução livre)

no mercado escolar fazia-se indispensável propagandear os “novos métodos” como um diferencial em termos dos serviços oferecidos.

Com relação ao universo das escolas particulares no contexto da segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro buscava enfrentar problemas de âmbito social e econômico ao qual o processo de instrução da população era defendido como elemento indispensável para o progresso da sociedade. Neste contexto, frente a um exército de pessoas que buscavam por instrução, modalidades diversas de serviços educativos tiveram expansão<sup>158</sup>. Escolas e colégios particulares, cursos preparatórios, aulas avulsas, professores particulares e preceptores, de características múltiplas e destinados a um público diversificado, se estabeleceram nas freguesias da cidade, nas áreas urbanas e suburbanas.

O “comercio da instrução”, que alastrava-se pelo Rio, tornou-se alvo de interferência e controle pelo governo Imperial, de modo mais sistemático, a partir da década de 1850 (LIMEIRA, 2010)<sup>159</sup>. O *Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte* (1854), além das alterações inferidas sobre o serviço público de instrução, interferiu nos diversos elementos existentes nas práticas escolares particulares como, métodos e modelos de ensino adotados, material didático, formação docente, aspectos arquitetônicos dos prédios, organização administrativa das unidades educativas, de modo que, “inscrito nos termos normatizadores”, houvesse a “garantia da aplicabilidade dos anseios de progresso” sobre a sociedade (LIMEIRA, SCHUELER, 2008, p. 2-3).

Pelo texto do Decreto-Regulamento de 1854, as escolas privadas estavam sobre o mesmo regime aplicado às escolas públicas, no que refere-se ao quesito da fiscalização e obrigatoriedades. Contudo, o *título IV*, do referido ordenamento jurídico, destinou-se a especificidades do *ensino particular primário e secundário*. Foi estabelecido que nenhuma escola poderia ser aberta sem a prévia autorização do Inspetor Geral e o professor responsável deveria apresentar idade igual ou superior a 21 anos, atestar capacidade profissional e moral ilibada (de acordo com o previsto na mesma legislação pelos artigos 13, 14, 16 e 19) e ainda, declarar a profissão exercida nos cinco anos anteriores à data do requerimento.

---

<sup>158</sup> Sobre esse aspecto ver em: Limeira (2010).

<sup>159</sup> É possível verificar no fundo Instrução Pública, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversos documentos que versam sobre a temática. Pedidos de abertura de escolas, licenças para lecionar, relatórios de inspetores e diretores da instrução pública possibilitam identificar as dinâmicas do terreno de disputas que se tornou a instrução particular no decorrer do século XIX, no contexto da Corte.

As provas de capacidade, por sua vez, poderiam ser suprimidas<sup>160</sup> caso o requerente fosse: professor adjunto; tivesse “sido aprovado nos estudos superiores pelas Academias do Império”; “professores públicos e aos bacharéis em letras pelo Colégio de Pedro II”, aqueles que apresentassem “diplomas de academias estrangeiras competentemente legalizadas”, ou ter obtido a dispensa pelo Governo via figura do Inspetor Geral e Conselho Diretor (DECRETO n.º 1331A DE 17/2/1854. Título 4, artigos de 99 a 101)<sup>161</sup>.

Diante dessa exigência, Maria Guilhermina, ao retornar dos Estados Unidos, apresentou à Diretoria de Instrução Pública, em abril de 1888, os documentos comprobatórios de sua formação para a abertura das classes de jardim de infância e de formação para jardineiras. O documento redigido a mão pela proponente declarava que encontrava-se “autorizada para dirigir colégio de instrução primária e secundária” e que havia “completado o curso de estudos práticos e teóricos da 'Educação de Kindergarten' de Froebel, no Seminário de Jardineiras, dirigido pelo Professor John Kraus e Mrs. Maria Kraus-Boelte”. Com a comprovação por meio dos documentos que constavam junto à solicitação, pedia o consentimento de licença para “abrir um Externato de Instrução Primária e Secundária, e anexar-lhe um Kindergarten ou Jardim de Infância e um Seminário de Jardineiras, à rua do Catete n.º 109”. (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Fundo Instrução Pública, 12.4.27, p. 93).

No verso da carta de petição há o registro manuscrito atestando que os documentos citados foram firmados pelo ministro dos Estados Unidos no Brasil. Os papéis estavam anexados ao requerimento, e após o trâmite de autorização foram retirados por Jacintho Luiz Loureiro (irmão de Maria Guilhermina) em data não informada. Nesse mesmo documento há anotação sobre o local e data de nascimento da professora em questão. Consta que era natural de Minas Geral e nascida em 5 de abril de 1842. Tal informação, como discutido anteriormente, entra em contradição com a data natalícia adotada pela historiografia. Por fim, a data do documento refere-se a “3 de abril de 1888”, porém, as atividades docentes iniciaram-se no dia 9 de janeiro daquele

---

<sup>160</sup> Durante o século XIX era comum a prática de solicitação de dispensa da prova de capacidade por professores de escolas particulares. A dispensa consistia em uma prova escrita e oral. Esse documento era indispensável para o exercício do magistério. Alguns professores, por gozarem de reconhecimento social solicitavam a dispensa das provas, como foi o caso do professor Pretextato dos Passos e Silva (SILVA, 2002).

<sup>161</sup> Um dos casos icônicos na historiografia da educação está o pedido feito pelo professor Pretextato dos Passos e Silva. Junto com sua petição para obter dispensa das provas de capacidade, requerimento exigido pelo governo imperial, anexou declarações e abaixo-assinados de pais de alunos para que a solicitação do professor fosse aceita. Ver discussão em: Silva (2002), Ferreira (2013).

ano, portanto, antes de Maria Guilhermina ter autorização pela Inspetoria, de modo que as Loureiro de Andrade pudessem aproveitar o início do ano letivo e, tendo em vista também que o empreendimento escolar era a única fonte de renda para a família (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Fundo Instrução Pública, 12.4.27, p. 94). No segundo semestre de 1890, Maria Guilhermina mudou-se para São Paulo para assumir funções no Grupo Escolar Caetano de Campos a convite de Caetano de Campos. Tal questão será tratada na próxima seção.

Em 1899, sob a justificativa da necessidade de reforma do prédio da rua do Catete n.º 115, o Externato passou a ocupar o prédio de número 6 na rua Conselheiro Bento Lisboa, na mesma freguesia da Glória (JORNAL DO COMMERCIO, 3/2/1899, n.º 34, p. 6).

A direção do Externato, a partir de 1906, ficou a cargo de Amélia Andrade como se pode perceber nos anúncios publicados no *Jornal do Commercio* a partir desta data (JORNAL DO COMMERCIO, 22/1/1906, n.º 22, p. 6). Neste ano, o empreendimento familiar mudou de endereço e passou a ocupar prédio de número 10 na mesma rua. A permanência da escola na mesma região indica que a família conseguiu estabelecer uma clientela fiel ao seu empreendimento. Maria Guilhermina, com a adesão de suas irmãs, parece ter logrado sucesso com o projeto de manter uma escola para crianças já que notícias sobre o Colégio/Externato foram localizados até o ano de 1915. O último anúncio veiculado no *Jornal do Commercio* era simples, sem nenhum tipo de referência aos métodos empregados e à professora responsável pela instituição.



Figura 18: Anúncio do Externato Andrade (JORNAL DO COMMERCIO, 3/2/1912, n.º 36, p. 14).

#### 4.2 Maria Guilhermina escritora

Como já defendido anteriormente, o período de formação de Maria Guilhermina nos Estados Unidos possibilitou o contato com diversas mulheres que atuavam na aplicação e difusão do pensamento e metodologia froebeliana. Além das habilidades

necessárias para a prática educativa nos jardins de infância, a atuação profissional das mulheres desta vertente educativa estava voltada para a agência ativa no interior dos estabelecimentos de ensino infantil. A prática da escrita era valorizada e incentivada pelos adeptos e seguidores dos princípios froebelianos<sup>162</sup>.

Como defendido no capítulo 2 desta tese, os elementos pertencentes à cultura kindergartiana favoreceram o surgimento de um modelo de professora que estivesse envolvida na aplicação de determinada perspectiva educativa, como também na produção de metodologias e de textos de cunho teórico e político<sup>163</sup>.

Além das tarefas docentes e administrativas exigidas para o funcionamento do Externato, traduzir livros, escrever obras didáticas, textos para publicação em revistas e jornais, folhetos e histórias infantis, e elaborar conferências eram práticas de Maria Guilhermina.

Considero importante ressaltar que a experiência de Maria Guilhermina no mundo da escrita não se iniciou com seu retorno dos Estados Unidos. No início da década de 1870, ela traduziu um compêndio escolar composto por quatro livros de aritmética da língua inglesa para o português: o “curso metódico de aritmética por S. A. Felter, professor nos Estados Unidos” (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Instrução Pública, 11.4.33, p. 23-23v). Sua intenção era que este material fosse aprovado pela Inspeção Geral da Instrução Pública e adotado pelo magistério municipal como material didático para os alunos e professores.

Na busca por encontrar apoiadores de seu projeto, encaminhou o material para alguns personagens políticos a fim de apreciação, parecer e mediação destes para a legitimidade de seu trabalho. Assim, em 22 de fevereiro de 1874 foi assinada uma carta por Joaquim Pires Machado Portella (1827-1907), político que durante sua trajetória ocupou o cargo de presidente das províncias de Pernambuco (1857-1862), do Pará (1870-1871), Minas Gerais (1871-1872) e Bahia (1872), apresentando a Guilhermina suas observações.

Portella iniciou seu texto destacando seu sentimento de “honra” por receber a tradução do “curso metódico de aritmética por S. A. Felter”<sup>164</sup>, apesar de reconhecer sua “incompetência para uma justa apreciação de tal obra”. Ressalta que o material do

---

<sup>162</sup> Ver discussão no capítulo 2 e em Monção (2017)

<sup>163</sup> Outras professoras, vinculadas a escolas públicas e/ou particulares, atuavam como escritoras e produtoras de materiais didáticos. Ver em Teixeira, 2010 e 2016.

<sup>164</sup> Professor-lente do *Brooklyn Collegiate and Polytechnic Institute*, uma instituição escolar voltada para a educação de meninos localizada no Brooklyn. (BROOKLYN HISTORICAL SOCIETY, 2018).

professor Felter “é um bom método, tanto mais quando tendo em vista o intuitivo de Pestalozzi ou recreativo de Gauthier, [que] emprega figuras ou imagens, que amenizando a aridez do estudo, despertam a curiosidade do aluno”. Conclui enaltecendo o serviço de tradução prestado ao país, felicita Maria Guilhermina, desejando que ela “obtenha dos poderes competentes a animação de que é merecedora” (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Instrução Pública, 11.4.33, p. 23-23v).

De acordo com o Decreto n.º. 1331 de 1854, quem desejasse que seu material pedagógico fosse adotado pelas escolas públicas e particulares deveria encaminhá-lo para a avaliação do Inspetor Geral. Ele era o responsável por rever os compêndios adotados nas escolas públicas quando fosse necessário (BRASIL, 1854). Assim, em acordo com o procedimento prescrito pelo Decreto, Maria encaminhou seu material a José Pereira Reis Filho, Diretor Geral da Instrução Pública da Corte. Em 1875, Reis Filho remeteu uma carta a Maria Guilhermina apresentando suas considerações a respeito do material por ela encaminhado.

Em sua resposta, Reis Filho, tece elogios à professora por seu talento e empenho no magistério. Considera que em sua opinião, a professora prestou um grande favor a instrução pública (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Instrução Pública, 11.4.33, p. 24).

Por fim, na tentativa de ter seu trabalho inserido na “estante de exposição” dos materiais pedagógicos utilizados pelos professores na capital do Império, em 1878, Maria Guilhermina endereçou uma carta à “Vossa Majestade Imperial”<sup>165</sup> apresentando a obra original, composta por 4 volumes, e os motivos que a levaram a fazer e publicar a tradução.

Senhor

A abaixo assinada diretora de um colégio de meninas e com alguma prática do magistério, tendo notado a falta absoluta de compêndios cujos métodos correspondam as exigências atuais do ensino primário, especialmente o da aritmética, julgou que seria de grande utilidade aos pequeninos que frequentam as escolas, proporcionar-lhes meios de aprender com gosto e facilidade, gradual e sistematicamente a aritmética que tanto tédio lhes causa; e por isso resolveu-se a traduzir os quatro primeiros livros da “Série Natural” do Inra (sic) S. A. Felter, distinto professor de New-York, três dos quais são destinados aos alunos e um ao professor, contendo explicações do método de

---

<sup>165</sup> O envio de cartas ao Imperador, a Imperatriz, a Princesa Imperial ou à Mordomia da Casa Imperial, era uma constante pelos súditos. Cartas que solicitavam favores, benesses, donativos, intermédios ou auxílios diversos podem ser localizadas na documentação do Arquivo Histórico do Museu Imperial, Fundo Grão-Pará, por exemplo. Com relação ao campo educativo, mães, pais e protetores de meninos pobres às vezes dirigiam cartas ao Imperador, solicitando vagas no Asilo de Meninos Desvalidos ou se queixando do tratamento recebido na instituição. A respeito, ver: MARQUES, 1996; SOUZA, 2008, 2009; NASCIMENTO, 2017.

ensino prático, que tão belos resultados tem dado nas escolas norte-americanas. Mas desejando que seja sua tradução adaptada pelo Conselho de Instrução Pública da Corte, vem pedir a V. M. I. para que se digne de mandar submetê-la à apreciação do mesmo Conselho.

E. R. M.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1878.

Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Instrução Pública, 11.4.33, p. 21).

Desta, por sua vez, não encontramos a resposta nas coleções consultadas no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio De Janeiro. A pesquisa nos jornais não apresentou indícios sobre a circulação do livro pelas escolas.

Além dessas figuras, um dos apreciadores e avaliadores da obra é Manoel Peixoto Cursino de Amarante, bacharel, “lente da Escola Militar do Brasil” (ALMANAK LAEMMERT, n.º A00059, p. 1330)<sup>166</sup>, “professor de mecânica racional” (CASTRO, 1995, p. 67), “professor de matemática e amigo de longa data de Benjamin Constant” (MAGALHÃES, 2009, p. 53). Um dos “fundadores da Associação de Socorros à Invalidez denominada Previdência” (BRASIL, 1873) e que atuou como professor no Externato primário para meninos de 5 a 10 anos, estabelecimento de ensino da família Andrade.

Amarante, em sua carta não datado, faz uma longa digressão sobre o compêndio “do professor norte-americano, o Snr. S. A. Felter”, traduzido por Maria Guilhermina, a estrutura do material e como ele, organizado “segundo o método natural”, “do fácil para o difícil, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, transmitir-lhes-ão todas as vezes que a ocasião oferecer ou julgarem oportuno fazê-lo, ideias e noções simples, usuais, práticos”. O objetivo maior, segundo Amarante, era “esclarecer a inteligência dos meninos facilitando-lhes a compreensão das ideias”, partindo “do concreto para o composto e abstrato, de modo que não poderá sobrevir-lhe a fadiga ou dificuldade, enfado ou desânimo” (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Instrução Pública, 11.4.33, p. 22). Conclui felicitando a Maria Guilhermina, enaltecendo-a como “ilustre tradutora” em razão do “valioso serviço concorrendo para o ensino nacional” (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Instrução Pública, 11.4.33, p. 25v.).

Os exemplares produzidos e submetidos à Diretoria de Instrução Pública em prol da aprovação e adoção pelas escolas públicas e privadas da Corte carioca, por Maria Guilhermina, não foram localizados. Contudo, foi localizada uma lista dos originais que foram traduzidos e adaptados por Maria Guilhermina, no que refere-se aos aspectos específicos do Brasil, como a sessão relativa a unidades de medida e moedas

---

<sup>166</sup> O *Almanak Laemmert*, publicação dentre os variados produtos da feitos na tipografia Laemmert, tem origem ainda na primeira metade do século XIX pela iniciativa dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert que migraram da França para o Brasil. O anuário possuía mais de duas mil páginas e fino encadernamento em capa dura. Era vendido ao preço de alguns mil réis. Sua circulação se estendeu desde o ano de 1844 aos primeiros do século XX. (ver em Limeira, 2010).

(ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Instrução Pública, 11.4.33, p. 24, 25).

Dentre as fontes manuseadas foi localizada uma citação a este trabalho de tradução e adaptação feito por Maria Guilhermina. Segundo *O Estado de São Paulo* o material enviado pela professora desapareceu e que a Diretoria de Instrução Pública, não buscou reconstruí-lo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8/7/1890, p. 2)<sup>167</sup>.

O desinteresse manifestado pelos responsáveis da Instrução Pública, ao faltarem com o cuidado desejado ao trabalho depositado pela professora, pode-nos indicar os possíveis meandros e disputas existentes no campo da produção escrita no contexto do Oitocentos. Schueler, Chamon e Vazquez (2010) consideram que os materiais pedagógicos utilizados pelas escolas no período Imperial, pós-reforma de 1854, “passavam por um complexo percurso e dependiam de intrincadas redes e relações de poder”. Além de todo o trâmite de submissão, aprovação e indicação de uso pela Diretoria de Instrução Pública, diversos outros sujeitos estavam envolvidos e interesses colocados. As redes de sociabilidade, no caso de Maria Guilhermina, a questão do gênero demarcava mais uma barreira que deveria ser superada. O universo político, da produção gráfica e da produção de materiais didáticos era dominado pela presença masculina (SCHUELER, CHAMON, VAZQUEZ, 2010). O ato de Maria Guilhermina em propor ao órgão governamental responsável pela Instrução no Império a aprovação de uma obra didática de sua autoria e a sua indicação para ser adotada nas escolas da Corte, desafiava os parâmetros da época. É provável que a organização social sexista, no contexto carioca da segunda metade do século XIX, a tenha colocado em desvantagem.

Além do Compêndio de Aritmética, Maria Guilhermina lançou-se na produção de um livro didático que versava sobre a história do Brasil<sup>168</sup>. Este também foi desenvolvido com base nas referências estadunidenses que ela teve contato durante sua estada de formação nos Estados Unidos. O *Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias brasileiras* “seguiu o método do Professor G. W. Pockels” e foi publicado pela editora *The Atheneum Press* que tinha gráfica tipográfica nas cidades de

---

<sup>167</sup> Embora a data informada pelo jornal seja “89” percebo algumas possibilidades para o uso desta data: 1) pode ter havido algum erro por parte do tipógrafo; 2) é possível que Maria Guilhermina tenha submetido novamente à aprovação do material no ano citado.

<sup>168</sup> Além de Maria Guilhermina, outras professoras se aventuraram em produzir e publicar livros didáticos no decorrer do Oitocentos, como Guilhermina Azambuja, Maria Emília Leal, e outras. Ver discussão e análise sobre a produção de livros didáticos de história do Brasil entre finais do século XIX e início do século XX em Silva (2008), Teixeira (2016).

Boston, Nova York, Chicago, Atlanta, Dallas, Columbus, São Francisco e em Londres (ANDRADE, 1888).

A impressão do livro fora do Brasil chama atenção e ao mesmo tempo, pelo desenrolar da trama, é possível de encontrar motivos para isto. Segundo a matéria d'*O Estado de São Paulo*, a publicação do *Resumo da História do Brasil* nos Estados Unidos foi mediada por Horace Manley Lane (1837-1912), que recomendou à casa *Ginn & Company Publishers* a impressão (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8/7/1890, p. 2).

Com relação ao contato entre Horace Lane e Maria Guilhermina, é possível apontar algumas hipóteses a partir de Silva (2016) e Santos (2011). Horace Lane, desembarcou pela primeira vez no Brasil na década de 1850, passando a dedicar ao magistério em estabelecimentos particulares. No Rio de Janeiro, cidade por onde entrou no país e onde se instalou, exerceu “inicialmente a atividade de professor no Colégio João Kopke no Rio de Janeiro”, posteriormente mudou-se para a cidade de São Paulo onde lecionou no Colégio da Glória e no dos Beneditinos. Em 1862 retornou para os Estados Unidos, lá casou-se e voltou ao Brasil (SILVA, 2016, p. 690). Entre a década de 1860 e 1870 realizou viagens para os Estados Unidos e Europa e, em meados da década de 1880 foi convidado a dirigir a Escola Americana. Foi um dos principais articuladores do *Mackenzie College*, no qual assumiu o cargo de primeiro presidente da instituição. Além disso desempenhava a função de missionário da Igreja Presbiteriana, com o cargo de “superintendente da obra educacional da *South Brasil Mission*”<sup>169</sup> (SILVA, 2016, p. 690).

Pela relação próxima que Lane mantinha com personagens inseridos na dinâmica educacional nos Estados Unidos, via rede institucional presbiteriana, é muito provável que ele tenha tido conhecimento de Maria Guilhermina pela circulação de informações que havia entre os dois países<sup>170</sup>.

Outro fator que indica proximidade de Maria Guilhermina com Horace Lane refere-se à questão da reforma educacional empreendida na cidade de São Paulo no início do período republicano<sup>171</sup>. Em uma troca de cartas entre Francisco Rangel Pestana (1839 - 1903) e Antônio Caetano de Campos (1844 - 1891), personagens

---

<sup>169</sup> Ver discussão no capítulo 2.

<sup>170</sup> Como pode ser visto no decorrer da tese, a relação das ações do movimento kindergartiano estadunidense com os grupos religiosos protestantes é um aspecto recorrente.

<sup>171</sup> A circulação de Maria Guilhermina nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte será abordada mais adiante.

políticos ativistas do processo de reforma do ensino na capital paulista, o primeiro comenta ao segundo que soube, por intermédio de Lane, que na cidade do Rio de Janeiro havia uma professora “adoentada” e “desconhecida” mas era a *avis rara* que ele buscava para lecionar na Escola Normal de São Paulo. O destaque dado à professora por Caetano de Campos é que ela havia estudado nos Estados Unidos, tinha conhecimento sobre os métodos de ensino e escrevia compêndios (REIS FILHO, 1981, p. 48).

a professora "esteve quatro anos estudando nos Estados Unidos". Como ela "não há segunda no Brasil e como não há melhor na América do Norte. Estudou lá, sabe todos os segredos do método, escreve compêndios, sabe grego e latim" (CAETANO DE CAMPOS, 1890 apud REIS FILHO, 1981, p. 48).

O pensamento reformista, dentre seus pontos de sustento para o êxito do projeto desenhado para ser implementado na cidade de São Paulo republicana, sustentava-se na necessidade de cooptar professores “bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual”, sem isso, “o ensino não pode ser regenerador e eficaz” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. DECRETO n.º. 27, 12/3/1890 - REFORMA A ESCOLA NORMAL E CONVERTE EM ESCOLAS MODELOS AS ESCOLAS ANEXAS).

Contudo, eram necessárias duas figuras para compor o quadro docente da Escola-Modelo, que seria uma instituição anexa à Escola Normal de São Paulo, dedicada às experimentações pedagógicas daquilo que foi aprendido, de modo teórico, nos bancos da Escola. Uma para lecionar a classe de meninas e outra para a classe de meninos. Para o primeiro público foi resolvido. Maria Guilhermina fora contratada para “reger aulas para as meninas”. Caetano de Campos, em 1890, escreveu à professora convidando-a para participar do projeto. Na carta à Pestana, Campos relata que Guilhermina “mostrou-se boa alma, com grande família a sustentar e não podendo vir para cá senão com 500\$000 mensais. No mais, muito entusiasmada pela Reforma” (REIS FILHO, 1981, p. 48). O convite chegou à professora como uma oportunidade de ouro. Seria possível pôr em prática o cabedal de conhecimento aprendido nos Estados Unidos, já que a estrutura política educativa da então capital da República, Rio de Janeiro, não dera conta de absorver os saberes especializados de Maria Guilhermina.

Em mesma carta, Campos revela à Pestana sua dificuldade para encontrar um professor capacitado que pudesse atuar com a classe de meninos, o que era “absolutamente impossível”. Revela, portanto, que achou, “por fim, não um homem,

mas uma mulher-homem” (REIS FILHO, 1981, p. 48). Miss Browne, tinha 45 anos, era solteira, sem parentes nem aderentes, “sem medo dos homens, falando mal o português”, tinha atuado como diretora em uma Escola Normal de senhoras em Saint Louis (Massachusetts), e que quando o ensino necessitava “trabalhava como dois homens” (REIS FILHO, 1981, p. 48). Embora o processo de feminização do magistério estivesse a todo vapor no período, pelo registro, podemos perceber que as disputas sobre as referências sobre os gêneros interferiam no trabalho pedagógico.

A ida de Browne a São Paulo fora para trabalhar na Escola Americana da cidade. De acordo com o autor da carta, a Escola a “cede cinco dias da semana para ajudar-me a realizar a reforma, que ficaria impossível sem ela” Embora o trabalho das duas professoras contratadas deveria ter início em abril, ambas só assumiram em julho do mesmo ano em razão de “reformas do prédio” (REIS FILHO, 1981, p. 48, 69).

O contrato entre o Governo de São Paulo e Maria Guilhermina deixa claro sua função no exercício do magistério público. Ela comprometia-se em “ocupar o cargo de professora-diretora da Escola Modelo do sexo feminino pelo período de três anos”, “envidando todos os esforços para implantar em suas discípulas os bons moldes do ensino intuitivo, conforme ensinado nos Estados Unidos” (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORDEM, 1135, fls. 6v-7r).

Embora o contrato de trabalho tivesse validade de três anos, no qual era possível sua prorrogação, em janeiro de 1891, aproximadamente 10 meses após sua assinatura Maria Guilhermina solicitou a rescisão. Como justificativa declarou que não poderia dar continuidade nas tarefas por razão de terem sido agravadas “incômodos antigos se julgava aliviada, o que foi devido à falta de cuidados indispensáveis de sua família de quem teve de separar-se para ir residir em São Paulo” (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORDEM, 1135, s/p. 6v-7r).

O encaminhamento do processo de rescisão de contrato foi dado por Antônio Caetano de Campos, então diretor da Escola Normal de São Paulo, que apresentou a questão ao governador Jorge Tibiriça. No ofício apresentado ao Governador, o Diretor declarou que a professora havia pedido desligamento por razão de falta de saúde em decorrência do clima da cidade de São Paulo. Embora a professora não tivesse anexado atestados de saúde que comprovassem a debilitação de sua saúde, Campos, enquanto médico, reconhecia que o problema apresentado por Maria Guilhermina era real e que o atestado era dispensável. Destacou que, como “médico e clínico, sempre foi objeto de admiração que a peticionaria pudesse exercer as funções árduas e assíduas do cargo que

aqui ocupou, em vista de seu estado de saúde” (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORDEM, 1135, s/p,1891).

Por conta da abertura da vaga de diretora da escola-modelo feminina, e frente a necessidade urgente de ocupá-la, convidou Marcia Brown a acumular os dois cargos de direção, o que foi aceito com a condição de aumento da remuneração. O pedido de rescisão de Maria Guilhermina e a proposta de substituição de Caetano de Campos foi autorizado por Jorge Tibiriça.

O contrato assinado por Maria Guilhermina garantiria que ela ocuparia o cargo de professora-diretora por três anos prorrogáveis e, durante esse período, o Governo de São Paulo seria responsável pela construção de um jardim de infância anexo à Escola Normal. Com o prédio do jardim de infância construído, a professora seria a responsável pela direção, via cargo vitalício, e iria residir com sua família no prédio da escola e receberia a quantia mensal de 300 contos mensais referentes ao auxílio instalação na cidade. Após sua instalação ao prédio da escola, o auxílio ficaria reduzido a 100 contos mensais, além do salário mensal de 200 contos (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORDEM, 1135, s/p).

Embora Chamon (2008) defenda que a relação de Horace Lane e Maria Guilhermina tenha originado-se, do seu “pertencimento religioso”, a fé protestante-presbiteriana, defendo, a partir dos documentos manuseados e por toda a trajetória de formação e atuação profissional da personagem apresentada no decorrer deste trabalho, que a relação entre os dois se justifica por compartilharem de princípios e bases do pensamento educativo estadunidense. Ainda, considero que reduzir, limitar ou justificar a inserção e a atuação de Maria Guilhermina no contexto educativo brasileiro pela justificativa de sua suposta inserção e pertencimento a uma rede religiosa<sup>172</sup>, ao meu ponto de vista, corrobora para a manutenção de uma perspectiva sexista e paternalista, em que a mulher estava limitada ao espaço religioso e apenas esse era legitimado e entendido como possível porta de participação na vida da cidade.

Além d'*O Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias brasileiras*, outro livro de Maria Guilhermina foi impresso nos Estados Unidos. Trata-se da coleção “Primeiro Livro de Leitura”, livros seriados, voltados para o ensino da língua portuguesa, tanto da leitura quanto da escrita. O conjunto, formado por três livros, fora

---

<sup>172</sup> Destaco que nenhuma das fontes que manuseei no processo de produção da tese dão conta da conversão e o pertencimento de Maria Guilhermina à fé presbiteriana. A chave de leitura para a investigação de aspectos históricos de vida e atuação profissional da professora são distintas da utilizada por Chamon (2008).

desenvolvido com base no pensamento intuitivo no qual, dentre as propostas metodológicas, está pautado na graduação do nível de dificuldade de determinado assunto. O livro foi publicado pela *American Book Company*, entre os anos de 1894 e 1896 (CHAMON, 2008)<sup>173</sup>.

Com referência aos materiais didáticos que visavam o ensino da língua materna nas escolas primárias, Maria Guilhermina, inspirada pelo pensamento educativo estadunidense, manifestou-se no periódico carioca no *Jornal do Commercio*, em 14 de agosto de 1889, sobre a produção e circulação de um material para estes fins nas escolas públicas e privadas da Corte. Na coluna publicada na segunda página do periódico, Maria Guilhermina considerou que por estar,

empenhada, como é de meu dever de professora primária, em melhorar o ensino escolar ainda entre nós atrasadíssimo, mesmo aqui na Corte, não posso de deixar de vir por meio da imprensa prevenir aos nossos professores contra a adoção de um livro elementar para crianças, o qual não pode preencher nenhum dos fins a que é destinado a "Leitura Universal", que acaba de publicar o Sr. Barão de Macaúbas (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p. 2).

Sua crítica ao Barão de Macaúbas manifestava-se em razão da propaganda realizada sobre o livro tido como um “novo método (?) de leitura” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p. 2), questionado por ela, inclusive com a inserção entre parênteses do sinal interrogativo. Para ela, o material produzido era um “amontoado antinatural e confuso de letras, sílabas e palavras, somente próprio para tirar a qualquer criança o gosto de aprender a ler, não tendo sido em sua elaboração e desenvolvimento, observada uma só lei da pedagogia moderna” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p. 2). Para embasar o que ela entendia por “pedagogia moderna” invocou os nomes de “Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Spencer, Diesterweg, Barnard, Raumer” e "outros muitos benfeitores da humanidade" (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p. 2).

O livro em questão é o "Leitura Universal / Novo primeiro livro de leitura segundo o método do Barão de Macaúbas (Dr. Abílio César Borges) / Dedicado ao povo brasileiro. Impresso na Bélgica pela Tipografia e Litografia E Guyot, teve grande circulação no Brasil com adoção por escolas públicas e privadas em diversas cidades

---

<sup>173</sup> Optei por não aprofundar análise de conteúdo do material produzido pela professora, mas sim me deter em questões referentes a relação que Maria Guilhermina manteve com sujeitos estadunidenses. Como defendido no decorrer deste trabalho, pelas redes de sociabilidade que a professora se inseriu e criou com personagens estadunidenses, ela dirigiu seu projeto de formação e atuação profissional. Assim, indico ver em Chamon (2008) a apresentação de conteúdos e as análises que a autora desenvolveu em sua pesquisa.

brasileiras. O método apresentado por Macaúbas fora comercializado pela primeira vez em 1866, sendo apenas em 1888 feito adaptações ao método (SOUZA, 2012).

Maria Guilhermina, por sua vez, não se limitou a apontar as deficiências que ela percebe no método propagado como aprofunda sua crítica com relação a posição adotada por Macaúbas, questionando publicamente sobre quais eram os “conhecimentos pedagógicos do Sr. de Macaúbas”. Para isso, utilizou-se de um trecho do livro citado, no qual defendendo o seu método, o autor questionou quais seriam as vantagens

para os meninos de quatro e seis anos de saberem ler?! Me tenho desde muitos anos pronunciado abertamente contra o ensino de leitura na primeira infância. Também por isso fui sempre adversário dos apregoados jardins de infância, que hão de acabar por desaparecer (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p. 2).

Enfaticamente Maria Guilhermina considera que “escreveu-se jamais semelhante absurdo! Sabe, o Sr. de Macaúbas o que são jardins da infância? Certamente que não”. E lamenta que o personagem “é um diretor de colégio, um homem que encarrega-se da educação da mocidade, que condena uma instituição como os jardins de infância, porque não conhece, nunca viu e não tem dela a mais leve ideia” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p. 2).

Em sua defesa, a professora traz para ilustrar aspectos da “história da instrução contemporânea” no qual diversos personagens interessaram-se pela educação da criança antes da idade de ir para a escola, e ao lado deles lá estão também os nomes benditos de mulheres adoráveis. Essas mulheres eram as responsáveis pela aplicação das leis da Educação Nova, fundando na Europa civilizada e na grande Republica Americana esses estabelecimentos admiráveis, paraísos infantis, chamados kindergartens. Essas mulheres adjetivadas como jardineiras eram as responsáveis por oferecer as crianças de três a sete anos “o pão da vida intelectual e moral”, foram associadas por Maria Guilhermina como “anjos da guarda das crianças” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p.2).

Em seus argumentos, Maria Guilhermina deixa claro que as mulheres deveriam ser as responsáveis pela educação não só pelas suas qualidades femininas, mas, pelo conhecimento e prática da “Educação Nova”, expressão em voga na época que ela aplica à educação infantil<sup>174</sup>. Por fim, encerra seu texto apontando que o método de leitura de Macaúbas era como outros tantos conhecidos, e que,

---

<sup>174</sup> Ver discussão sobre as disputas sobre as representações de gênero no magistério em Uekane (2016).

bem longe de provar a vantagem do método, prova antes sua desvantagem, porque a constante prática de métodos falseados em toda a sua variedade não pode deixar de atuar de um modo fatal sobre as faculdades de qualquer indivíduo que a ela se der (JORNAL DO COMMERCIO, 14/8/1889, n.º 225, p.2).

Para a análise deste evento considero importante ter em vista alguns aspectos: 1) Maria Guilhermina havia se lançado no mercado editorial educativo em ano posterior ao da publicação da edição revisada do método de leitura e escrita de Macaúbas; 2) a professora lançava mão da sua experiência e formação na “pedagogia moderna” que teve contato nos Estados Unidos. Frente a isso, é possível considerar que a intenção de Maria Guilhermina era a de consolidar-se no mercado editorial pedagógico e obter destaque no contexto educativo da Corte a partir da sua experiência e domínio sobre o assunto aprendido quando esteve nos Estados Unidos.

Em sua agenda de atuação no espaço público, destaca-se a defesa dos jardins de infância, feita por meios diversos, como a matéria publicada no Jornal do Commercio em 1889. A proposta da “escola” infantil que, como visto no primeiro capítulo desta tese, não era consenso e sim ponto de disputa entre os personagens que atuavam no campo da instrução das questões políticas. Ainda, se projetar no cenário social como especialista no tema era também uma forma de dar visibilidade à proposta. A pesquisa avançou na busca pelas reações do Barão de Macaúbas às críticas de Maria Guilhermina, porém nada foi encontrado.

Para além da produção de livros didáticos Maria Guilhermina realizou a tradução de livros metodológicos do pensamento froebeliano para o português e de uma história infantil. Com relação ao primeiro citado, em 1887 foi publicado pela revista *A Instrução Publica* trechos da tradução e comentários a respeito desta obra, intitulada como *Kindergarten* ou Jardim da Infância. A obra *Kindergarten Culture*, de William Nicholas Hailmann (1836-1920), foi publicada no idioma em inglês, em 1873, e no Brasil, foi traduzido por Maria Guilhermina em 1888 e impresso pela tipografia Machado e Co, no Rio de Janeiro.

Em sua versão, a professora intitulou o material, traduzido do original de 1873, como *O Kindergarten ou Jardim da Infância*. O texto tem 13 páginas e aborda os seguintes aspectos: um breve histórico sobre a criação e distribuição do pensamento froebeliano pelo mundo europeu ocidental e norte americano, apontamentos do tratamento metodológico que devia ser adotado nos jardins de infância e algumas memórias pessoais sobre sua experiência quando esteve em formação nos Estados

Unidos. Dentre suas observações relata que não evitou esforços e sacrifícios na sua formação, tendo como resultado a declaração de sua formadora, Maria Kraus, de que a missão de Guilhermina era criar no Rio de Janeiro um *kindergarten* e ser jardineira (ANDRADE, 1888).

Já a história infantil *Pinguinho, o simples avisado*, também foi publicada em 1873 no formato de capítulos no periódico protestante-presbiteriano *A Imprensa Evangélica*<sup>175</sup> (CHAMON, 2008). A história é de autoria de Amy Catharine Deck (1849-1939). Originalmente eram comercializadas duas histórias em uma mesma brochura, o *Whiter than a snow and Little Dot*, assinada por Mrs. O. F. Walton, nome usado por Amy Catherine e que referia-se diretamente ao seu esposo Octavius Frank Walton. O texto enquadra-se na produção literária reformada e puritana estadunidense (BRITISH LIBRARY, 2018), voltada para o público infantil como meio de ensino de doutrinas e crenças inerentes a esses grupos religiosos (REFORMATION HERITAGE BOOKS, 2018). Somente *Little Dot* foi traduzido por Maria Guilhermina. O uso da literatura como elemento educativo foi desenvolvido pelo pensamento educativo intuitivo, pensamento que, por sua vez, possuía relação com os movimentos protestantes da Europa ocidental, como apresentado nos capítulos anteriores.

O domínio que tinha da língua inglesa, dos aspectos metodológicos do ensino intuitivo, e ainda, sua relação com personagens desta denominação religiosa, podem lhe ter aberto portas para que sua produção fosse veiculada pelo jornal<sup>176</sup>. Ainda, por seu saber especializado na educação infantil, pode ter sido convidada ou contratada por presbiterianos para realizar a tradução do conto infantil com roteiro educativo tal como já havia circulação nos Estados Unidos.

Com relação a publicação deste material no periódico “Imprensa Evangélica”, não há assinatura por extenso do nome de Maria Guilhermina. A autoria está indicada como M.G.L.A. Este indício pode ter diferentes análises: 1) A adoção da abreviação do nome de Maria Guilhermina pode ter sido usado como estratégia para economia de tipos e no uso do espaço do jornal; 2) pode ter sido uma exigência feita pela autora para não ter seu nome divulgado por extenso no jornal, pois como professora particular, seu vínculo com o movimento protestante-presbiteriano poderia ser malvisto pela sua

---

<sup>175</sup> O jornal “Imprensa Evangélica” foi criado em 1864 por missionários presbiterianos no Rio de Janeiro e circulou por 28 anos. Segundo Santos (2018), o jornal tinha como objetivo divulgar a fé protestante e promover a liberdade religiosa no contexto imperial, tendo publicado a tradução de textos da literatura protestante e estudos bíblicos. É considerado o primeiro jornal protestante em língua portuguesa.

<sup>176</sup> Ver em Chamon, 2008.

clientela já que a religião oficial do estado era o catolicismo; 3) pode se referir a outro personagem histórico não identificado.

### **4.3 Maria Guilhermina e alguns aspectos sobre seu enlace com a vida política**

As ações de Maria Guilhermina não estiveram restritas ao magistério e a produção escrita. A partir da década de 1890 é possível identificar a inserção e circulação da professora pelo campo político, especificamente em movimentos associativistas docentes, estes entendidos como a materialização da agência de professores em movimentos reivindicatórios (LEMOS, 2006), por meio da pressão social organizada junto ao Estado, por melhores salários, condições de trabalho igualitárias e direitos sociais em construção em finais do século XIX e início do século XX (LEMOS, 2006; SILVA, 2015; GINDIN, 2010).

Com o passar dos anos, Maria Guilhermina acumulava reconhecimento entre diversas personalidades do campo da instrução. Tal reconhecimento foi tecido durante os anos de atuação no magistério no Colégio/Externato Andrade, o que oportunizou que fosse convidada por figuras públicas e políticas para a participação em projetos de instrução para a população geral, empreendidos pelo Estado. Dentre os eventos destaco sua participação como conferencista em sessão das Conferências Populares da Freguesia da Glória em 1888.

As Conferências Populares da Freguesia da Glória iniciaram-se na década de 1870 e mantiveram-se até a década de 1910 (CARULA, 2007; BASTOS, 2002). Seu objetivo era oportunizar espaço para a promoção, divulgação e popularização de conhecimentos provenientes das ciências, artes e literaturas. Com adesão do público letrado carioca, as reuniões consolidaram-se como um espaço de sociabilidade (CARULA, 2007). Carula (2007) aponta que, embora as Conferências tenham se mantido por algumas décadas, havia forças opositoras na sociedade que questionavam o teor das temáticas e a ausência das camadas populares nos encontros, e as acusavam de apresentarem poucos resultados práticos (CARULA, 2007).

Os oradores eram homens que possuíam algum prestígio e destaque social como professores, políticos, cientistas (CARULA, 2012). As reuniões, em muitos casos, contavam com a presença do Imperador Pedro II. A plateia, no entanto, era formada por homens e mulheres, essas sempre estavam em número expressivo (CARULA, 2007; BASTOS, 2002). O acesso às Conferências era feito pela distribuição de cartões, que

acontecia em dois dias da semana, o que é apontado por Carula (2007) como um instrumento de seleção de público participante. Após cada conferência diversos jornais publicavam um resumo do que foi abordado, oportunizando assim, a disseminação dos assuntos pela imprensa.

Em 28 de abril de 1888, o *Jornal de Commercio* publicou a chamada da sessão de abertura das Conferências populares da Glória, marcada para o dia seguinte, domingo, às 11 horas da manhã. O destaque dado pelo texto jornalístico foi que na sessão que dava início ao 16º ano de existência das conferências populares, “pela primeira vez”, a tribuna ia ser “ocupada por uma senhora, que se tem assinalado no magistério, D. Maria G. L. de Andrade” que iria proferir a comunicação intitulada “A mestra e a escola entre nós”. A professora foi anunciada e apresentada como aquela “que fez todo o curso de *Jardineira da infância*, e graduou-se na academia de Kraus-Boetlé de Nova York”. Fato que justificava o lugar que ela iria ocupar na Conferência (JORNAL DO COMMERCIO, 28/4/1888, n.º 119, p. 1).

Em 30 de abril daquele mês, como de práxis, um resumo da fala da conferencista foi publicado no *Jornal do Commercio*:

A série das conferências da Escola da Glória no corrente ano comemorou ontem de modo auspicioso. Pela primeira vez desde que se criaram as conferências apresentou-se naquela tribuna uma senhora brasileira, que tratou de assunto importante e prático. A senhora. D. Maria da Glória Loureiro de Andrade<sup>177</sup>, diretora do Externato Andrade, há pouco estabelecido nesta capital, tendo passado quatro anos nos Estados Unidos e frequentado ali as aulas de instrução primária e as escolas normais, julgou conveniente chamar a atenção das senhoras brasileiras e do público geral para uma verdade que todos reconhecem teoricamente, mas que na prática anda entre nós esquecida, isto é, que é preciso *aprender a ensinar* (JORNAL DO COMMERCIO, 30/4/1888, n.º 121, p. 1, grifos no original).

Como pode ser percebido, a apresentação de Maria Guilhermina se relaciona e se estabelece a partir do local de origem, enquanto diretora do Externato Andrade, e sua experiência e formação nos Estados Unidos.

Diante de um público formado por pessoas diversas e “professores e professoras”, Maria Guilhermina começou com “uma breve exposição sobre os jardins

---

<sup>177</sup> Embora o nome grafado tenha sido Maria da Glória é possível afirmar que esta é Maria Guilhermina pelas referências apresentadas sobre a personagem. Durante toda a pesquisa foi verificado diversos equívocos tipográficos o que, em alguns casos, se tornaram obstáculos a serem superados na construção da pesquisa.

da infância e o método de Fröebel” destacando a “necessidade de cultivar as faculdades humanas segundo a ordem natural do seu desenvolvimento, e de educar os sentidos antes de exigir esforços de inteligência” (JORNAL DO COMMERCIO, 30/4/1888, n.º 121, p. 1).

De acordo com o Jornal, a professora defendeu aspectos referentes ao papel da mulher enquanto responsável por conduzir a educação das crianças, sem distinção de sexo, até os 12 anos. Para ela a “influência que as educadoras exercem sobre o espírito e o caráter das crianças que hão de ser os cidadãos do futuro” era incalculável. E que diante desta “imensa responsabilidade que sobre elas pesa” era necessário preparar “a mestra com estudos especiais para o desempenho da sua importantíssima incumbência” (JORNAL DO COMMERCIO, 30/4/1888, n.º 121, p. 1).

Para Maria Guilhermina, a razão da escola era a mestra! De nada teria utilidade os edifícios tecnicamente pensados, os livros, os instrumentos pedagógicos “se não houver quem saiba dar-lhes aplicação”. Diante desta questão, ela denuncia o modelo educativo empreendido pela Escola Normal da Corte, já que não oferecia a parte prática às normalistas. “Não basta que a mestra seja instruída; é preciso que saiba ensinar, que conheça a arte do ensino. Este ponto parece não ter merecido ainda entre nós a conveniente atenção”. E, segundo a notícia, ela “julgou conveniente chamar a atenção das senhoras brasileiras e do público geral para uma verdade que todos reconhecem teoricamente, mas que na prática anda entre nós esquecida, isto é, que é preciso *aprender a ensinar*” (JORNAL DO COMMERCIO, 30/4/1888, n.º 121, p. 1. Grifos no original).

Defensora da perspectiva de formação para o magistério via modelo escolar, e sua profissionalização, era contrária a prática governamental de permitir que qualquer pessoa que se julgasse com o direito de apresentar-se em público como professor, e que poderia solicitar dispensa das provas de habilitação para o exercício do magistério, e exercer a profissão. Para ela, tal prática burocrática corroborava para os problemas existentes na educação, pois não permitiria ao país alcançar o progresso sem a aplicação de metodologias pedagógicas. Ainda, considerou que a educação no Brasil estava em grande atraso, em comparação com países europeu e os Estados Unidos modernas (JORNAL DO COMMERCIO, 30/4/1888, n.º 121, p. 1).

Na conferência, ainda, não perdeu a oportunidade para defender a importância do Jardim de Infância no processo educativo humano. Destacou que “as impressões recebidas na infância, a direção, que então se dá aos espíritos, às inteligências e aos

corações, dominam a vida inteira do indivíduo”. O trabalho que se desenvolve neste espaço educativo com crianças de três a sete anos é exclusivo para o “desenvolvimento físico, intelectual e moral pela educação dos sentidos, pelos exemplos e pelos conselhos”. Afirma que nos jardins de infância não deveriam haver livros, nem se exigir lições, nem regras, nem definições. Os “dons de Fröebel”, material específico para a educação desse grupo, deveriam ser utilizados com as crianças, com a intervenção da jardineira, cujo cuidado e zelo foram entregues às crianças. Somente dessa forma o desenvolvimento dos três aspectos seria alcançado. Ao final, Maria Guilhermina “foi saudada com aplausos gerais e cumprimentada pelas pessoas presentes” (JORNAL DO COMMERCIO, 30/4/1888, n.º 121, p. 1).

Além da participação de Maria Guilhermina como parecerista e conferencista em eventos públicos que tinham como objetivo discutir e apresentar propostas para a construção de um projeto educativo para a infância, foi possível identificar a presença da personagem no debate e nas ações que visavam a profissionalização do magistério.

Gidin (2010) aponta que a partir de finais do século XIX e início do século XX, é possível perceber no processo histórico, a movimentação e organização de professores em associações docentes, em países como Brasil, Argentina e México. Essas associações empenharam-se na criação de pautas que pudessem favorecer o desenvolvimento de melhores condições para o trabalho dos professores e salários justos para a classe. O uso de manifestos, abaixo-assinados, petições e outros documentos de caráter coletivo pode ser entendido como a constituição de um caráter politizado do magistério (GIDIN, 2010). Schueler (2005) considera que as associações de professores, estas enquanto espaços de organização dos sujeitos constituindo um grupo profissional, estavam engajadas na luta pela afirmação da identidade docente. Os embates e tensões existentes no campo social permitem, em constante processo, elaborar e reelaborar tais identidades a partir das necessidades e demandas dos sujeitos (SCHUELER, 2005, 2008; TEIXEIRA, SCHUELER, 2006). Na perspectiva de ações em prol da profissionalização docente, Nóvoa (1995) considera que este aspecto foi gradativo, desenvolvido entre as relações estabelecidas entre os professores e o Estado.

Em 11 de fevereiro de 1900 foi fundada a *Associação dos Professores do Brasil* na cidade do Rio de Janeiro. A “agremiação” era formada pelo presidente, Felicíssimo José Fernandes Lima; pelo vice-presidente, Dr. Raul do Nascimento Guedes; pelo 1º secretário, Romualdo Alcântara; pelo 2º secretário, Arthur Paraiso; pelo tesoureiro, Dr.

Francisco Luiz Loureiro de Andrade<sup>178</sup>; pelo procurador, Joaquim Alcântara; pelo bibliotecário, Manoel José Teixeira; e pelo orador, Affonso Herculano de Lima. O “fim social” da agremiação era “promover a união e a prosperidade da classe professoral sob todos os aspectos” (O MAGISTÉRIO, 1909, s/n, s/p). Teixeira (2016) aponta que para além dessa diretoria outros sujeitos fizeram parte de outras duas dimensões administrativas da Associação, um conselho diretor e um conselho fiscal.

Conselho Diretor seria formado por **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade**, Marianna Pinto Leite Terra, Mary Pescud, Emilia Rampi Williams e Rosa Barbosa Campiglio. Já o Conselho Fiscal teria a seguinte composição: Julia Rodrigues, **Amelia Loureiro de Andrade**, **Anna Loureiro de Andrade**, Laurinha Corrêa, Maria Nascimento, Hermelinda Macedo, Esmeralda Lima, Elisa Werneck, Beatriz Benota, Leonor de Alcantara, Affonso H. Lima, João A. Soares de Oliveira, Eduardo Lima, Antonio Vianna, Guimarães Rabello, Aurelio Gomes, João José Rodrigues Vieira, Henrique Lobo, Raphael Perrota e Monteiro da Luz (TEIXEIRA, 2016, p. 238; GAZETA DE NOTÍCIAS, 27/3/1900, n.º 86, p. 2. Grifos meus).

As reuniões eram mensais e aconteciam nas dependências do Liceu de Artes e Ofícios da cidade (GAZETA DE NOTÍCIAS, 11/2/1901, n.º 42, p. 2)<sup>179</sup>. Dentre seus objetivos, pretendia-se discutir sobre “o problema da instrução pública sob o prisma dos grandes interesses da comunidade” (A ESCHOLA, 1900, n.º 1, p. 23). Como podemos perceber diversos membros da família Andrade estavam inseridos nas atividades da Associação dos Professores do Brasil. Esse fato pode indicar que a prática docente, mesmo exercida tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, também relacionava-se com ações para além da vida ordinária das salas de aula. Este tipo de atuação não pode ser entendido como regra, mas, no caso dos irmãos Loureiro de Andrade, era um fato que merece ser destacado, a inserção da família em vários espaços de caráter educativo e político.

A Associação, além das reuniões mensais que buscavam congregar os professores em torno de pautas específicas da categoria, organizava cursos e palestras

---

<sup>178</sup> Para recordar que Francisco Andrade, irmão de Maria Guilhermina, era engenheiro civil (THE RIO NEWS, 24/3/1885) e dirigia o “Collegio Loureiro – internato, semi-internato e externato” na rua Souza Barros, 19, no Engenho Novo (ALMANAK GAZETA DE NOTÍCIAS, 1897).

<sup>179</sup> Recorri aos periódicos da época, como o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, de modo a buscar informações sobre os movimentos associativistas de professores cariocas no contexto da primeira e da segunda décadas republicanas no Rio de Janeiro. Teixeira (2016), em sua tese, discute sobre os impressos pedagógicos produzidos por associações docentes na Primeira República: *A Eschola*: órgão da associação dos professores do Brasil (1900); *O Magistério*: revista pedagógica, didática e literária (1909); *Revista do Magistério*: periódico didático, pedagógico e literário (1915-1916); e *O Ensino*: órgão da Liga dos Professores (1919) (SILVA, 2018).

para a população em geral. Enviava convites a políticos, a imprensa e o público em geral para que comparecessem às reuniões. Os convites para as reuniões e eventos eram publicados em periódicos cariocas como o *Gazeta de Notícias*, como os seguintes:

Para discussão de estatutos e eleição do 1º diretório, reúne-se a Associação dos Professores do Brasil amanhã às 7 horas da noite, no Liceu de Artes e Ofícios (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/3/1900, n.º 80, p. 2).

A Associação dos Professores do Brasil realiza amanhã às 7 horas da noite, no Liceu de Artes e Ofícios, uma conferência sendo a oradora a professora D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que dissertará sobre o tema: A educação e o ensino primário no Brasil (GAZETA DE NOTÍCIAS, 5/10/1900, n.º 278, p. 2).

O texto da conferência proferida por Maria Guilhermina na Associação não foi localizado.

No caso dos convites endereçados a políticos da capital, as respostas, às vezes, eram estampadas nos periódicos como no caso do prefeito João Filipe Pereira (1861-1950) que “mandou seu auxiliar de gabinete Dr. Moutinho representá-lo na sessão realizada (...) pela Associação dos Professores do Brasil no Liceu de Artes e Ofícios” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7/10/1900, n.º 280, p. 2). Ou anúncio feito pela própria Associação sobre a presença de políticos como o caso da sessão do dia 24 de novembro de 1900, com a presença do presidente da República, Manuel Ferraz Campos Salles (1848-1913) (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24/11/1900, n.º 326, p. 2).

Embora não tenham sido encontradas informações substanciais com referência as formas de financiamento das ações da Associação, verificou-se existência de um anúncio que promovia um concerto em benefício da Associação dos Professores do Brasil e especialmente para a fundação de cursos gratuitos que foi realizado no antigo Cassino Hespanhol (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24/11/1900, n.º 348, p. 4).

Teixeira (2016) apresenta a Associação dos Professores do Brasil como uma das primeiras associações que surgiram no período republicano, mas que, por sua vez, os debates entre os sujeitos que estiveram na organização e fundação da agremiação se estendem a anos anteriores à sua criação. Aponta que foi possível identificar dois momentos de atuação da Associação, o primeiro entre os anos de 1900 e 1905 e o segundo em 1909 quando foi reestabelecida pela participação de outros sujeitos escolares. Como instrumento de divulgação de ideias e debates criou duas revistas, *A Eschola: Órgão da Associação dos Professores do Brasil* e *O Magistério: Revista*

*pedagógica, didática e literária*. Cada uma serviu aos períodos de atividade da Associação respectivamente<sup>180</sup> (TEIXEIRA, 2016).

Com relação à importância dos periódicos no processo de organização de docentes em grêmios e associações, Silva (2012, 2018), em pesquisa sobre a imprensa docente na Primeira República apontou que a criação de revistas pedagógicas, salvo as peculiaridades existentes, visavam a integração dos professores em prol da criação do magistério enquanto categoria profissional frente ao Estado e à sociedade (SILVA, 2012).

A revista *A Eschola* teve um curto período de vida. Apenas dois números foram produzidos e publicados no mesmo ano de fundação da agremiação dos professores. A interrupção da produção da revista decidida em assembleia e a justificativa não foi localizada no processo de pesquisa (TEIXEIRA, 2016). O chefe da redação era o Dr. Eugênio Guimarães Rebello; Vicente Avellar era o secretário e Francisco Macedo atuava como gerente. Além desses sujeitos outros professores e professoras atuavam como colaboradores tais como: Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Junia Cerqueira Rodrigues, Marianna Leite Pinto Terra, Ezequiel Benigno de Vasconcellos, Joaquim de Alcântara, Theophilo Barbosa e Vicente Avellar. Esses colaboradores contribuíam com o envio de textos autorais, ou traduções, que eram publicados.

No primeiro número d'*A Eschola* foi publicado um texto de autoria de Maria Guilhermina intitulado “O Preparo da Mestra”. Nele, a professora imprimia suas compreensões acerca da necessidade de investimento na formação de professoras para atuação no magistério primário a partir da perspectiva dos métodos intuitivos<sup>181</sup>. Como de práxis, suas aspirações e convicções estavam diretamente relacionadas com seus princípios pedagógicos e com aquilo que ela aprendera nos Estados Unidos e que vinha experimentando no cotidiano do Externato Andrade. Sua defesa sustentava-se na necessidade de se levar em conta, na formação das professoras, as dimensões teóricas e práticas. Percepção esta, ancorada nos paradigmas educativos dos métodos ativos, inerentes à profissão.

Em alusão a outros ofícios, Maria Guilhermina considerava que se o “sapateiro, o alfaiate, o pedreiro; antes de começar a trabalhar, aprenderam a conhecer os seus instrumentos e a manejá-los, a escolher e aplicar convenientemente o material de que se servem, sem o que estragariam toda a obra”, porque com “as professoras não se dá o

---

<sup>180</sup> Diversas outras associações de docentes foram criadas no século XX. Ver em Teixeira (2016, p. 237).

<sup>181</sup> Sobre os métodos intuitivos e suas discussões no século XIX ver em Schueler (2002).

mesmo”[?]. Assim como outros ofícios, para ela, a professora necessita ter conhecimento de aspectos práticos e também de cunho psicológico e de desenvolvimento biológico pois,

o material com que elas têm de trabalhar é o cérebro infantil. Têm todas as nossas professoras conhecimento das faculdades mentais da criança? das leis do seu crescimento e desenvolvimento? Ensinar é cultivar essas faculdades, é dar-lhes força, vigor, para que cresçam e se desenvolvam. E, como poderão elas, fazê-lo, se não o aprenderão? Ainda mais, trabalhando com material que não conhecem, não estão sujeitas a praticar inúmeros erros que necessariamente redundarão em mal da criança? E podemos calcular as tristes conseqüências d’esse mal consciente ou inconscientemente causado? Assim pois, o preparo das mestras é o que há de mais urgentemente necessário (A ESCHOLA, 1900, n.º 1, p. 11-12).

A solução para a questão da formação do magistério primário da cidade do Rio de Janeiro era a criação imediata de uma escola de aplicação dos métodos, onde as alunas diplomadas aprenderiam a estudar as crianças para educá-las. Nesse tipo de escola, as nossas alunas iriam se tornar “dignas educadoras dos filhos do povo” (A ESCHOLA, 1900, n.º 1, p. 12). E conclui que somente na adoção desse modelo de formação de professores poderiam preparar “mestres capazes de escutar os segredos dos cérebros infantis e daí trazer à luz esses tesouros incomparáveis de inteligência”. Somente desta forma é que a “Republica Brasileira será realmente livre e grande” (A ESCHOLA, 1900, n.º 1, p. 12).

#### **4.4 De volta ao ponto de partida?**

O primeiro capítulo desta tese, deteve-se em discorrer sobre o Congresso de Instrução em 1883. Porém, mesmo contando com o apoio governamental e do próprio imperador, por divergências políticas-partidárias, ele não foi realizado e o evento ficou conhecido como “o malogrado Congresso de Instrução de 1883” (LOURENÇO FILHO, 1946, p. 5). As disputas políticas e suas tensões partidárias no interior do governo corroboraram para o enfraquecimento e a não efetuação do evento.

Em 1899, a proposta de realização do evento foi resgatada e articulada à agenda de comemoração ao 4º centenário do descobrimento do Brasil, em 1900. Adicionado ao ensejo, justificou-se também a realização do evento como forma de preparação para que

o governo brasileiro pudesse participar de um congresso de educação que aconteceria em Paris, concomitante à exposição universal de 1900 (A NOTÍCIA, 5/10/1899, n.º 236, p. 2).

Diante do “novo”<sup>182</sup> cenário social, o então conselheiro Leôncio de Carvalho percebeu que o clima político acenava de modo receptivo para sua proposição. A proposta para a realização do primeiro grande Congresso de Educação do período republicano foi abraçada pela conjuntura política do período sendo, inclusive, aclamada por alguns partidários da causa da instrução do povo. Os editores do jornal *A Notícia*<sup>183</sup> imprimiram, em suas páginas, os seus “votos sinceros” e indicaram prestar o “inteiro apoio para que se realize, com o mesmo feliz êxito, a patriótica e utilíssima ideia apresentada por Sr. conselheiro Leôncio de Carvalho” (A NOTÍCIA, 5/10/1899, n.º 236, p. 2).

As dependências do Externato do Ginásio Nacional tornaram-se o berço do primeiro Congresso de Educação Nacional do regime republicano. Convocou-se e convidou-se diversos sujeitos, famosos e anônimos, que atuavam em prol e no campo da educação, para discutir quais caminhos deveriam ser tomados para pôr o Brasil nos trilhos do progresso digno de uma grande nação. Em 7 de novembro de 1889 foi estabelecido o conselho organizador do Congresso. A imprensa noticiou o evento com entusiasmo. O jornal *A Notícia* narrou que o vasto salão do Ginásio estava repleto de distintas senhoras e ilustres cavalheiros, muitos senadores, deputados, altos funcionários civis e militares, jornalistas, professores e comissões representando importantes institutos de ensino e associações científicas e literárias (A NOTÍCIA, 8, 9/11/1899, n.º 265, p. 2).

O Congresso de 1899 seguiu a estrutura daquele de 1883. A presidência da mesa organizadora do Congresso ficou a cargo do então ministro dos negócios do interior, Epitácio Pessoa; Leôncio de Carvalho ocupou a vice-presidência e Benedicto Valladares e Francisco Cabrita a secretaria.

O conselheiro Leôncio de Carvalho<sup>184</sup>, enquanto orador do evento, destacou que era animador ver tantas pessoas interessadas e empenhadas, governo e cidadãos, na luta

---

<sup>182</sup> Gondra e Schueler (2008) defendem que houve uma continuidade nos projetos políticos-educativos empreendidos no Brasil na transição do período político monárquico para o republicano.

<sup>183</sup> O jornal *A Notícia* funcionava na Rua Moreira César, n. 123 antiga/actual Rua do Ouvidor, no coração comercial do Rio de Janeiro.

<sup>184</sup> Mesmo na república, Leôncio de Carvalho era referido com o termo “conselheiro”, em alusão ao título que o identificava no período monárquico, indicia a permanência de uma tradição imperial na transição da República. Ver discussão em: Alonso (2009), Marques (2015).

contra a ignorância. Com argumentos e citando pareceres de escritores e pedagogistas destacou que “a educação, além de satisfazer um dos mais sagrados direitos do indivíduo, constitui a melhor chave de todos os problemas sociais, políticos e financeiros”. Em referência à transição de regime político o orador considerou que para a consolidação da república deveria adotar o modelo escolar empregado pelos Estados Unidos, Suíça e França. Seria necessário despender avultadas quantias de dinheiro na criação de escolas para a educação cívica e profissional da população (A NOTÍCIA, 8,9/11/1899, n.º 265, p. 2).

Sob a justificativa de que o projeto do Congresso havia sido desenvolvido no período imperial, a diretoria optou por utilizar-se dos pareceres que haviam sido produzidos e impressos naquele contexto. Ficou a cargo do vice-presidente avaliar qual material poderia ser aproveitado para as discussões do evento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/2/1900, n.º 35, p. 1).

Os eventos encontravam-se inseridos na agenda de comemoração do descobrimento que seriam realizados entre maio e setembro daquele ano. A data de realização do Congresso foi fixada em 11 de agosto por opção do presidente da mesa diretora de organização, em razão do aniversário de fundação dos cursos jurídicos no Brasil (GAZETA DE NOTÍCIAS, 5/5/1900, n.º 125, p. 2).

Embora houvesse sido possível conquistar espaço na pauta política para a realização do evento, as tensões entre perspectivas políticas continuavam acirradas. Tal aspecto pode ser percebido em uma diretriz tomada pela organização do Congresso. Em cinco de março de 1900 publicou-se o seguinte no *Jornal do Commercio*:

Sabendo que se tem extraviado algumas de suas circulares, do Diretório do Congresso Nacional de Educação, resolveu convidar, por meio da imprensa, todos os membros do mesmo Congresso e transcrever nos jornais as seguintes disposições do respectivo regulamento (JORNAL DO COMMERCIO, 5/3/1900, n.º 64, p. 1).

O primeiro artigo do regulamento apresentava o motivo do Congresso que sustentou-se em razão das festas de comemoração quatrocentos anos do descobrimento do Brasil. Para composição do programa do Congresso, seria necessário verificar as atuais condições da educação nacional. Os principais pontos de discussão estariam pautados pelos eixos da educação física, moral, cívica, religiosa, literária, científica,

artística e profissional, de modo que fossem indicados os princípios fundamentais da educação, a bem da estabilidade e prosperidade da República.

O segundo artigo trata da composição e dos membros do Congresso, formado por autoridades do Estado e representantes dos setores público e privado da educação: ministro e secretário de Estado dos Negócios Interiores e Diretor Geral de Instrução da Secretaria do Interior; pelo diretor geral e mais membros do conselho diretor da instrução pública do Distrito Federal. Foram convocados também os inspetores escolares, os diretores, as diretoras e os professores catedráticos dos institutos oficiais de ensino literário, científico, artístico e profissional, sete professores públicos de instrução primária eleitos pela respectiva classe, sete professoras públicas de instrução primária indicadas pelo Diretor Geral de Instrução, diretores e diretoras de institutos particulares de ensino literário, científico, artístico e profissional que tivessem mais de 50 alunos matriculados, três delegados que, dentre seus membros, deveriam eleger cada um dos referidos institutos particulares, que atuassem no Distrito Federal.

Além destes, fizeram parte os organizadores do Congresso de Instrução de 1883 e os autores dos pareceres elaborados para o mesmo congresso, os membros das comissões de instrução pública dos congresso nacional, dos estados e do conselho municipal do Distrito Federal; o diretor geral de saúde pública; o diretor de higiene municipal do Distrito Federal; os diretores de museus e observatórios nacionais, e das bibliotecas existentes na Capital Federal; os professores, os políticos, que eram membros do Congresso Nacional; os diretores ou inspetores da instrução pública dos Estados; dois delegados que deveriam indicar cada um dos institutos oficiais e particulares de ensino literário, científico, artístico e profissional existentes nos estados e que tenham mais de 50 alunos matriculados; dois delegados que, dentre si, deveriam selecionar os professores públicos de instrução primária da capital de cada um dos estados; duas professoras propostas pelo diretor ou inspetor da instrução pública de cada um dos estados; os presidentes das associações pedagógicas, literárias e científicas da Capital Federal e três delegados que, dentre seus membros, elegeram cada uma das referidas associações. As redações dos jornais diários e das revistas pedagógicas, científicas e literárias do Distrito Federal e dos estados e mais as outras pessoas que o presidente do Congresso convidou dentre as que se houverem distinguido no magistério ou por publicações uteis à educação. Um verdadeiro exército em prol da instrução pública, formado por homens e mulheres envolvidos com a instrução na Distrito Federal e nos estados (JORNAL DO COMMERCIO, 5/3/1900, n.º 64, p. 1).

Para que pudesse ser garantida a presença dessas figuras públicas foi solicitado que os governos, tanto federal quanto estaduais, realizassem as dispensas necessárias dos empregados públicos, membros do Congresso, sem perda dos vencimentos, de modo que pudessem participar das sessões. Ainda, em razão das comemorações do 4º centenário do descobrimento do Brasil, poderiam ser convidados para as sessões do Congresso professores, jornalistas e literatos estrangeiros que estivessem na capital federal por ocasião das festividades. Por fim, foram publicadas as temáticas das sessões que estruturariam o evento<sup>185</sup>. Elas seriam públicas. Os assuntos comuns a todas as sessões seriam discutidos e votados por todo o Congresso, já os específicos seriam tratados em sessões somente com membros desta. Ao final seria produzido um relatório pelo vice-presidente que apresentaria ao Governo as apreciações das discussões sobre cada ponto tratado bem como a indicação dos meios práticos de levar a efeito as providências e reformar reputadas necessárias ou convenientes (JORNAL DO COMMERCIO, 5/3/1900, n.º 64, p. 1).

Sobre os pontos referentes aos jardins de infância e escolas primárias, além do diretor geral da instrução municipal e dos inspetores escolares (que não tiveram seus nomes apresentados), estavam presentes os professores Soares Dias, Rodrigues Vieira e Carlos Velho da Silva, que foram eleitos pelo magistério público primário do Distrito Federal, e as professoras Amélia Riedel, Guilhermina Barradas e Alina de Brito, indicadas pelo Diretor da Instrução<sup>186</sup> (JORNAL DO COMMERCIO, 21/3/1900, n.º 80, p. 1).

---

<sup>185</sup> O Congresso foi organizado nas seguintes sessões: jardim de infância e escolas primárias; escolas normais; educação da infância desamparada e culpada; educação dos cegos; educação dos surdos mudos; bibliotecas e museus escolares e pedagógicos; ensino industrial; ensino agrícola; ensino comercial; institutos de ensino secundário; escolas politécnicas; faculdades de direito; faculdades de medicina; faculdades de letras; escolas militares; escolas navais; escolas de belas artes. Para cada uma das mencionadas sessões houve no conselho uma comissão especial (JORNAL DO COMMERCIO, 5/3/1900, n. 64, p. 1).

<sup>186</sup> Nesta sessão foram tratadas sobre as seguintes questões: fim e objeto da educação primária; instituições de ensino que devem compreender; suas atuais condições no distrito Federal e nos Estados. Princípios fundamentais da educação primária que devem ser decretados por lei federal. Competência federal e estadual a respeito da educação primária. Educação primária gratuita, leiga, ao alcance de todos e obrigatória. Liberdade de ensino primário. Direção e inspeção de ensino primário; meios de assegurar sua competência e eficiência. Organização do magistério do ensino primário; meios de assegurar sua competência; meios de animação. Organização dos jardins da infância. Organização das escolas primárias; matérias que devem ser ensinadas, material escolar, métodos de ensino, adoção de livros. Curso de educação cívica e profissional elementar nos estabelecimentos industriais e agrícolas, quartéis, arsenais e prisões. Educação primária nos municípios rurais. Educação física nas escolas e nos institutos de ensino primário. Ensino de ciências físicas e naturais nas escolas e nos institutos de educação primária. Ensino de desenho e trabalhos manuais nas escolas e nos institutos de educação primária. Organização de bibliotecas e museus escolares e pedagógicos. Caixas econômicas escolares. Criação de um fundo escolar no distrito federal e nos estados para auxiliar as despesas de educação primária. Coeducação dos sexos

De acordo com informações localizadas no *Almanak Laemmert*, entre os anos 1880 e 1910, os três eram professores públicos que exerciam o magistério primário nos distritos centrais do Município. Por conta do tratamento dado aos professores pelo jornal, a partir do sobrenome, é possível que eles sejam os seguintes personagens: José Soares Dias, João José Rodrigues Vieira e Antônio Carlos Velho da Silva.

Já Amélia Riedel e Guilhermina (Augusta Bandeira) Barradas, eram professoras catedráticas em escolas primárias femininas de distritos centrais do Município. Alina (Oliveira Fortunato) de Brito, ocupou cargo de diretora no Grupo Escolar Benjamin Constant, instalado no prédio escolar da Praça Onze, uma das escolas palacianas construídas no Império. Em 1900, Alina ingressou como membro do Conselho Superior de Instrução<sup>187</sup>, onde atuou até o ano de 1907, ao lado de: Manuel Bonfim<sup>188</sup> (1865-1932), José Veríssimo<sup>189</sup> (1857-1916), José de Medeiros e Albuquerque<sup>190</sup> (1867-1934), Joaquim Abílio Borges<sup>191</sup>, Hemetério José dos Santos, Jayme Pombo Brício Filho<sup>192</sup>, Esther Pedreira de Mello<sup>193</sup>, e outros<sup>194</sup>. Entre 1902 e 1903, Amélia Riedel ocupou

---

nas escolas e nos institutos de ensino primário. Regime do internato nos institutos de educação primária (JORNAL DO COMMERCIO, 21/3/1900, n. 80, p. 1).

<sup>187</sup> Órgão centralizador da instrução pública do Distrito Federal. Ver em: Marques (2015)

<sup>188</sup> Professor da Escola Normal do Distrito Federal e um dos fundadores do Laboratório de Psicologia Brasileira dentro do Pedagogium, estabelecimento governamental destinado a formação e aperfeiçoamento profissional dos professores do ensino público. Dentre sua produção destaca-se o livro "América Latina: males de origem", em 1905, onde contestava a ideia de que os males sociais estavam vinculados a índole e a miscigenação do povo. Na obra argumentou que os males sociais da América Latina eram provenientes do processo colonizador e somente a educação pública poderia dar as bases necessárias para a superação das "mazelas" sociais (CPDOC, 2018).

<sup>189</sup> Foi professor, crítico, historiador, literato e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Lecionou e dirigiu a Escola Normal e o Colégio Pedro II, ambos no Rio de Janeiro. Sua principal obra sobre a educação no Brasil do Novecentos é "A Educação Nacional" onde inventariou o estado da instrução pública na passagem do regime imperial ao republicano (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018).

<sup>190</sup> Iniciou sua vida política em 1894 como deputado federal pelo estado de Pernambuco. Em 1897 foi nomeado diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras (CPDOC, 2018). Marques, em sua tese, analisa a participação de Medeiros e Albuquerque na instrução pública do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do período republicano (MARQUES, 2015).

<sup>191</sup> Filho de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, foi membro fundador da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, em 1912 no Rio de Janeiro, e migrou para Niterói em 1916. Em 1950 a faculdade foi federalizada e posteriormente inserida na estrutura da Universidade Federal Fluminense a qual faz parte atualmente (MEMÓRIA UFF, 2018).

<sup>192</sup> Datas de nascimento e falecimento ignoradas. Teve destacada participação na vida política, social e educacional carioca. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se especializou em cirurgia. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo estado do Pará, quando ocupou cadeira na Câmara dos Deputados até o término de seu mandato, no Distrito Federal, em 1896. Em 1900 regressou à Câmara dos Deputados, dessa vez para representar o estado de Pernambuco. Foi reeleito em 1903 e permaneceu no cargo até o ano de 1905 (CPDOC-FGV, 2010). Em 1906 criou o jornal *O Século* (MONÇÃO, 2015). Além da sua trajetória no campo político, exerceu o cargo de professor catedrático de Física e Química na Escola Normal (SILVA, 2013 apud VIDAL, et al, 2000; CPDOC-FGV, 2010) além de ter sido o 16º diretor da Escola Normal do Distrito Federal (MEIRELLES, 2006).

<sup>193</sup> Professora de Pedagogia da Escola Normal do Distrito Federal e inspetora escolar, designada pelo então Diretor da Instrução Pública Medeiros e Albuquerque. Indicada pelo mesmo para dirigir a Escola

posto de membro do Conselho<sup>195</sup>. A partir de 1908, seu nome figura como diretora da Escola Modelo José de Alencar, cargo que exerceu até 1916. Posterior a esta data não localizei informações sobre a personagem no *Almanak*.

Frente à lista dos convocados para a discussão da temática é possível perceber, a partir das informações localizadas, que as três mulheres, no decorrer do exercício do magistério, ocuparam postos avançados da instrução pública.

No ensejo de dar continuidade ao processo de construção do Congresso foram convocados os diretores, presidentes e delegados eleitos de diversas instituições educativas e associações para que comparecessem no sábado seguinte ao Ginásio Nacional para mais uma sessão. Os convocados que iriam debater sobre o ensino profissional (agrícola, industrial e comercial) estavam vinculados às seguintes organizações: Sociedade de Agricultura; Jardim Botânico; Liceu De Artes e Ofícios; Instituto Profissional do sexo masculino; Instituto Profissional do sexo feminino; Instituto Comercial; Auxiliadora da Industria Nacional; Sociedade Propagadora da Instrução aos Operários da Lagoa; Asilo Santa Isabel; Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (JORNAL DO COMMERCIO, 21/3/1900, n.º 80, p. 1).

Na reunião de 24 de março de 1900 foram compostos os comitês para o ensino comercial, que ficou sob responsabilidade de condução de Honório Augusto Ribeiro, presidente da Associação Comercial, e Paiva Coelho, Pinheiro Bittencourt, Francisco Moura e Gentil Feijó, representantes do Instituto Comercial. O ensino industrial, a cargo de Bethencourt da Silva, Frederico Augusto da Silva, padre Augusto Seve e Carlos Costa, como representantes do Liceu de Artes e Ofícios, Azevedo Pinheiro, Curiacio Cabral e Luiz de Araújo enquanto representantes do instituto profissional; Evangelina Monteiro de Barros, Marcolino Fragoso, Tercio Tavares e Costa Jobim como representantes do Instituto profissional feminino; Conselheiro Antonio Augusto da Silva e Silva Porto, Netto Machado e Almeida e Silva, eleitos representantes da Sociedade Propagadora da Instrução aos operários da Lagoa e, por fim, Neves Armond, Paulo

---

Normal na primeira década do século XX, a primeira mulher a ocupar o cargo. Participou de círculos intelectuais da área da educação, criou e presidiu a Sociedade Anônima Escola Primária, entidade responsável pela publicação da Revista *A Escola Primária* (1916-1939). Sobre a trajetória da professora ver em Meirelles (2014).

<sup>194</sup> ALMANAK LAEMMERT. 1900, ed. 57, p. 283. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=29085&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 5/9/2018

<sup>195</sup> ALMANAK LAEMMERT. 1902, ed. 59, p. 304. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=29085&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 5/9/2018

Tavares e Pina Rangel, representantes da Auxiliadora da Industrial Nacional. O ensino industrial ficou sob confiança de uma comissão nomeada pela Sociedade Nacional de Agricultura, cujos diretores já conferenciaram para esse fim com os do Congresso Nacional de Educação (JORNAL DO COMMERCIO, 23/3/1900, n.º 84, p. 1).

Na notícia do dia 30 de março foi publicado uma convocação a diversos sujeitos para formularem pareceres sobre questões referentes ao ensino secundário<sup>196</sup>, com a inclusão de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, representando o Externato Andrade; João Ribeiro, Luiz Pedro Drago e Vicente de Souza, do Externato Ginásio Nacional; Sylvio Romero, Fortunato Duarte e Oliveira Bello, do Internato do Ginásio Nacional; Olegario Aquino e Castro, "Barão Homem de Mello" e Alfredo do Nascimento, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Abreu Fialho, Theodoro Magalhães<sup>197</sup>, Bevilacqua e Jansen do Paço, Instituto dos Bacharéis de Letras; Abílio Borges, do Colégio Abílio; Herculano de Lima, do Colégio Universitário Fluminense; Alfredo Barcellos, Souza Ferreira, Vargas Dantas e João Antônio de Azevedo, da Casa de S. José; Alfredo Gomes, do colégio do mesmo nome; Franklin Guedes, Coelho Barreto e Dias de Moraes, do Colégio do Mosteiro de São Bento; João Pedro de Aquino, do Externato Aquino; Alfredo de Paula Freitas, do Colégio Paula Freitas; Carlos Cardoso, José Teixeira e Adolpho Correa, do Liceu Literário Português; padre Lobato Carneiro da Cunha, do Colégio Pio Americano; Ulysses Cabral, do Atheneo Fluminense; Gabalda, do Externato Gabalda; Antonio Joaquim Vianna, do Externato Vianna; Arthur Paraizo, do Colégio João de Deus; Vicente Avellar, do Instituto Avellar; Amélia de Campos Porto, do Colégio Campos Porto; Palmyra Castello Branco, do novo Colégio Progresso; Gilag Mattoso Maia e Maria Mariani Serra, do Externato Joaquim Serra; Aimée Marchand e Janira Cerqueira Rodrigues do Colégio Americano Fluminense; Emilia Williams, do Colégio Rampi Williams; e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, do Externato Andrade.

A última informação encontrada na imprensa sobre o andamento da organização do Congresso corresponde à notícia publicada pelo *Jornal do Commercio* na edição de 27 de maio de 1900. Relatou-se a aderência dos governos dos estados do Pará, Goiás,

---

<sup>196</sup> Os pontos de debate foram: Organização de institutos de ensino secundário para o sexo masculino; organização de institutos de ensino secundário para o sexo feminino; competência federal e estadual a respeito da educação secundária; liberdade de ensino secundário; direção do ensino secundário, meios de assegurar sua competência, meios de animação; coeducação dos sexos nos institutos do ensino secundário; regime do internato nos institutos secundários.

<sup>197</sup> Personagem inserido na trama de criação do primeiro jardim de infância público do Rio de Janeiro. Ver em Monção (2015).

Ceará e Rio Grande do Norte, demonstrada ao designar delegados representantes que foram: José Veríssimo, Joaquim de Souza, Thomaz Pompeu Pinto e Castriciano de Souza, respectivamente (JORNAL DO COMMERCIO, 27/5/1900, n.º 147, p. 1).

Por não ter sido localizado nenhum trabalho historiográfico ou fonte documental que desse conta da realização do Congresso optei por continuar a consulta nos periódicos *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, e *O Paiz* em 11 de agosto, data marcada para realização do evento, escolhida pelo presidente da mesa diretora de organização, por conta do aniversário de fundação dos cursos jurídicos no Brasil (GAZETA DE NOTÍCIAS, 5/5/1900, n.º 125, p. 2). Neste dia, na *Gazeta de Notícias*, foi localizada uma notícia com referência a uma atividade realizada pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, presidida por Epitácio Pessoa, em um salão do Liceu de Artes e Ofícios, em celebração à fundação dos cursos jurídicos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/11/1900, n.º 224, p. 2). No *Jornal do Commercio* e n'*O Paiz* nada foi localizado.

O que podemos supor é que o “malogrado Congresso” desenhado por Leôncio de Carvalho também não obteve êxito no período republicano. Não havendo como precisar a causa para o insucesso da jornada, trabalho com algumas hipóteses: não teria havido adesão suficiente por parte dos convocados e dos estados federados; o evento não teria obtido o apoio suficiente, de ordens diversas, pelo governo federal; e, ainda, que o Conselheiro não teria conseguido estabelecer acordos políticos necessários que pudessem favorecer a efetivação do evento. A dificuldade em congregar todos os estados brasileiros, bem como os mais diversos sujeitos do cenário político e educativo, pode ser entendido como resultado da descentralização da política educativa nacional, a partir da aprovação do Ato Adicional de 1834, que tornava obrigação das províncias a organização e oferta da instrução pública primária, secundária e profissional,<sup>198</sup>, descentralização mantida após a instauração da República.

Com relação à convocação e participação de Maria Guilhermina nada pode ser dito. Não se sabe se ela respondeu a convocação ou produziu um novo relatório que seria apresentado no Congresso. O que se pode afirmar é que a *Associação dos Professores do Brasil*, em publicação no primeiro número da revista *A Eschola*, demonstrava entusiasmo com a proposta de Leôncio de Carvalho e aguardava, “na mais

---

<sup>198</sup> Ver em: Gondra e Schueler (2008), Cardoso (2003), Castanha (2006).

simpática expectativa, o resultado d'esses louváveis esforços” (A ESCHOLA, 1900, n.º 1, p. 24).

Outro aspecto que chama atenção é a não vinculação de Maria Guilhermina com a comissão criada para discutir aspectos relacionados ao jardim de infância e à infância e sim na temática do ensino secundário. Qual seria o motivo para o não aproveitamento de uma especialista no tema? Haveria alguma relação com disputas existentes no campo da educação infantil? Vale apontar que somente em 1909 foi criado o primeiro jardim de infância público da Capital Federal e que, antes disso, as experiências do ensino da primeira infância estavam sob monopólio de instituições privadas. Por razão da estrutura e articulações políticas na cidade, Maria Guilhermina não conseguiu se inserir no debate e no projeto de efetivação do estabelecimento de ensino.

Segundo os indícios localizados, Maria Guilhermina continuou atuando no magistério particular carioca até o ano de 1907, quando foi convidada para participar da reforma da instrução em Belo Horizonte (CHAMON, 2008). Se o Rio de Janeiro não acolheu a destacada mestra para a efetivação dos seus projetos no campo educativo para a infância, sua terra natal, Minas Gerais, abriu seus braços.

A atuação de Maria Guilhermina no magistério mineiro foi assunto de um relato publicado por Carmen Dolores, codinome de Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852-1910)<sup>199</sup>, ao jornal *O Paiz* em 28 de julho de 1907, quando narrou sua passagem por Belo Horizonte. Dolores narra que visitou alguns grupos escolares na cidade mineira e lá conheceu Maria Guilhermina, conhecida por sua instrução e pela autoria de livros didáticos. Para Carmen, Maria Guilhermina apresentou-se como uma “cativante senhora, instruída, saudável, benevolente, e que sabe alegrar os seus visitantes com uma palestra amável, sem afetações pedagógicas” (O PAIZ, 28/7/1907, n.º 8333, p. 1).

Além dos trabalhos com o ensino primário e com conferências destinadas às normalistas, Maria Guilhermina participou da organização do primeiro jardim de infância de Belo Horizonte, a Escola Infantil Delfim Moreira, fundada em 1908, a pedido do governo do Estado. Por motivos de saúde, em 1913 licenciou-se do serviço público e retornou ao Rio de Janeiro. Em 1919, com 77 anos e vivendo no Rio com sua

---

<sup>199</sup> Codinome de Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852-1910), teve grande inserção nas discussões políticas em torno a ampliação dos direitos e participação da mulher na sociedade. Atuou como escritora e colaboradora de periódicos carioca como o jornal *O Paiz*. Ver discussão da participação de Carmen/Emília no contexto público carioca em: Garzoni (2012), Hellmann (2013), Rizzini, Schueler (2018).

família, solicitou ao Governo de Minas sua aposentadoria por tempo de serviços prestados (CHAMON, 2008)<sup>200</sup>.

Em 1929 fechou seus olhos pela última vez. Foi vítima de um colapso cardíaco e uma arteriosclerose no Rio de Janeiro. Foi sepultada no cemitério de Inhaúma, no subúrbio carioca, sob o silêncio da imprensa. Em 6 de julho foi publicado no jornal *Correio da Manhã* o convite de sua missa de sétimo dia, iniciativa de sua família, que comunicava “aos parentes e amigos de sua falecida e saudosa irmã” para a celebração, no dia 9 de julho, na igreja de Nossa Senhora do Carmo, às 9h, no altar do Senhor do Horto (CORREIO DA MANHÃ, 6/7/1929, n.º 10587, p. 11).

Maria Guilhermina apropriou-se do magistério, enfrentou limites sociais impostos ao sexo feminino e inscreveu seu nome na história da educação brasileira.

---

<sup>200</sup> Sobre o período que Maria Guilhermina atuou no magistério mineiro, ver Chamon (2008).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**  
**ÚLTIMA CARTA**

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2018

À Senhora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade

Querida Maria Guilhermina. Com lágrimas nos olhos inicio a escrita desta última carta. Há aproximadamente cinco anos atrás, eu te conheci. Como narrei na primeira carta, tive conhecimento sobre você e aspectos de sua trajetória profissional no contexto educativo brasileiro em minha pesquisa de mestrado. De lá para cá persegui ferozmente informações sobre você.

Confesso que não foi uma tarefa fácil. Durante os últimos 40 meses a carga de estudos, leituras e pesquisas foram intensas. Considero que o material produzido contribuirá para que seu nome e seus empreendimentos não sejam esquecidos. Uma das coisas mais bonitas que percebi durante esse tempo foi que, muito embora os contextos históricos e sociais possuam regras que constroem os sujeitos, eles não são determinantes. Pela sua trajetória de formação e atuação profissional ficou perceptível para mim que você atuou dentro dos limites para os parâmetros sociais de sua época e, mesmo assim, conseguiu dar importantes passos avante.

Como foi possível discutir no primeiro capítulo, o cenário do Congresso de Instrução, de 1883, permitiu-nos visualizar a dimensão da participação da mulher nas discussões sobre a instrução pública brasileira. No contexto de um universo intelectual dominado pela presença masculina, você, a professora Rosalina Pereira Frazão e Thereza Pizarro Filha foram as únicas mulheres que participaram, com a produção de um parecer sobre a temática proposta: a implementação de jardins de infância; discussão relacionada às escolas primárias e sobre o ensino secundário para o sexo feminino, respectivamente.

Dentre os diversos pontos de discussão do congresso, foi possível identificar as disputas relativas às perspectivas sobre a formação das professoras, no qual alguns pareceristas defendiam a profissionalização das jardineiras e outros consideravam não necessária a profissionalização por razão da “natureza materna feminina”. Sua perspectiva foi em defesa da profissionalização, por considerar necessário que os professores e professoras compreendessem o quanto é “melindrosa a tarefa da educação da infância” e que, no Brasil, não havia escolas especiais destinadas a habilitação

prática e teórica sobre jardins de infância. Sobre essa questão você destacou que, nos Estados Unidos, as mulheres possuíam mais acesso à educação que no Brasil e que, mesmo assim, aquelas que optassem por atuarem nos jardins de infância recebiam uma formação específica para isso.

A partir da sua declaração de que sem este tipo de instituição de formação de jardineiras, os jardins de infância seriam mais perniciosos que proveitosos considerei que a criação uma escola de formação de jardineiras tornou-se para você um objetivo profissional (ANDRADE, 1884, p. 2). Semanas após a sua participação no Congresso de Instrução, você partiu para os Estados Unidos em busca de formação específica a fim de, ao retornar, oferecer curso voltado para a formação de jardineiras aos moldes estadunidense.

Diante das proposições efetuadas no Congresso de Instrução sobre a educação da infância, para além de percepções compartilhadas e combatidas entre diversos sujeitos atuantes no cenário político e educativo brasileiro, foi possível identificar diversas redes de sociabilidade articuladas entre os personagens. As articulações envolviam o compartilhamento de percepções políticas acerca da função da instrução pública, da mulher, do mercado educativo e outros aspectos.

No capítulo seguinte, optei por discorrer sobre as informações que localizei sobre a viagem que você realizou com sua mãe à cidade de Nova York a partir de documentos e indícios disponíveis em jornais do período. Meu objetivo deste capítulo era entender quais elementos estiveram presentes e como havia sido feita a viagem como rota, preços, condições, companhias, entre outros aspectos que você pode ver no segundo capítulo.

Optei por enfrentar percepções consagradas pela historiografia que defendem a existência de uma relação entre você e o grupo de missionários presbiterianos que atuavam no Rio de Janeiro. Pela pesquisa que realizei optei por seguir caminho distinto do consolidado. Defendi que, embora você possa ter tido algum contato com personagens presbiterianos naquele contexto e a partir desse contato seu interesse pelos princípios metodológicos educativos praticados nos Estados Unidos, sua viagem não foi realizada em razão de sua filiação com a religião presbiteriana. Esta é a minha percepção dos fatos e que não exclui o caminho tomado por outros historiadores.

Ainda neste capítulo, apresentei aspectos biográficos sobre sua professora de metodologia kindergartiana, Maria Kraus-Boelte. Na narrativa optei por apontar aspectos referentes à formação e atuação no magistério e como ela estabeleceu vínculos

com o pensamento froebeliano. Além de Maria Kraus, apresentei outras personagens que possivelmente você teve contato e contribuíram com a sua formação e que atuaram em um movimento de divulgação e implementação do pensamento froebeliano, via jardins de infância, nos Estados Unidos.

Na composição desta análise, assim como em outros momentos, optei por lançar mão de uma abordagem teórica e metodológica que reconhecesse os sujeitos como agentes da história. Para isso, associado ao pensamento thompsoniano, a perspectiva das redes de sociabilidade foi eficaz. As redes, enquanto estruturas sociais, são formadas por elementos que podem ser sujeitos e/ou instituições, que se articulam, estabelecem e mantêm relações a partir de objetivos compartilhados, movidos por interesses em comum. Elas são orgânicas e sem previsibilidade de organização. São perceptíveis no conjunto da obra, quando a conexão de pontos e a formação de nós resultam em um produto material ou visível. Cada elemento é considerado um nó na rede quando há articulações com outros nós. Sem articulação entre os nós não há redes (DUARTE, FREY, 2008).

De acordo com Duarte e Frey (2008), a vida nas cidades poderia ser representada por redes que formam-se e desfazem-se ao longo do tempo, via nós e relações, que concentram-se e rarefazem-se em diferentes áreas durante determinado contexto histórico e social. A metodologia das redes de sociabilidade é, antes de tudo, um modo de pensar. Um modo de ler o mundo e de mapear como os sujeitos agiram em seus contextos. Assim, a definição de papéis sociais desempenhados por cada sujeito foi em seu tempo uma conquista, mas uma conquista que dependia da conformação ou da subversão de determinados limites de reivindicações.

Para os autores referidos acima, as trajetórias de vida dos sujeitos são formadas por uma rede de redes, que não são ensimesmadas e que possuem força na inconstância das articulações existentes e possíveis; as redes são ao mesmo tempo articuladoras e desestabilizadoras de outras redes (DUARTE, FREY, 2008).

Diante de um emaranhado de redes reconheci o movimento kindergartiano estadunidense como uma organização cultural, produzido por um complexo sistema de relações sociais interseccionais e interdependentes, o que denominei de “cultura kindergartiana”. Por conta da intensa participação feminina nesta cultura, defendo, que as mulheres inseridas no Movimento eram intelectuais mediadoras, perspectiva adotada a partir das proposições de análise encaminhadas por Gomes e Hansen (2016).

Investir nesta metodologia me permitiu mapear as trajetórias de vida bem como cartografar como diversas mulheres e homens se articularam em prol da disseminação da perspectiva de educação froebeliana. Nesta cartografia optei por dar destaque a participação das mulheres no movimento kindergartiano estadunidense em razão da minha adoção política e teórica que dão base para a construção desta tese.

O terceiro capítulo teve como objetivo identificar elementos que chamei de “questões remanescentes”, pois até aquele momento eu não havia conseguido identificar os elementos mais significativos para investigar sua trajetória de formação profissional nos Estados Unidos. Me questionava se você teria se interessado e aprofundado o estudo em outro segmento de ensino? Por quais instituições de formação você havia passado? Se havia exercido alguma atividade remunerada nos Estados Unidos? Como você conseguiu se manter financeiramente por quatro anos nos Estados Unidos? Se alguém havia financiado seus estudos? Qual o lugar que sua família ocupou no projeto de viagem? Entre outros.

Essas questões foram respondidas a partir de uma matéria jornalística sobre você que foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 1890. O texto apontava alguns nomes de professores e instituições que você havia tido contato. A partir desse material, eu estabeleci um plano de pesquisa a arquivos brasileiros e estadunidenses de modo a localizar outras informações que favorecessem as discussões da pesquisa. Como você pode perceber, foi neste capítulo que narrei minha viagem aos Estados Unidos. Com alguns endereços em mãos eu percorria a cidade em busca dos lugares que possivelmente você circulou, como o prédio que abrigava o seminário dos Kraus, a antiga escola normal da cidade, espaços de sociabilidade do movimento kindergartiano, etc. Muitos desses espaços deram lugar a novos prédios, verdadeiros espigões que buscam tocar os céus.

No quarto e último capítulo, detive-me a analisar sua atuação no contexto de pós-viagem. Neste momento percebi que não tinha como desvencilhar sua trajetória profissional do empreendimento educacional familiar, o Colégio Andrade. Neste espaço você exerceu a docência e manteve o ofício herdado de sua mãe, Dona Leonor. Nele educou crianças da cidade juntamente com sua mãe e irmãs que regulavam idade contigo. Ainda, educaram as irmãs mais novas, sobrinhas e outros parentes que não foram identificados no *corpus* documental manuseado. Foi pela sua atuação no Colégio Andrade que identifiquei as fragilidades no cenário educativo carioca e, neles, vi a potencialidade em investir na sua formação de modo a disputar espaço no concorrido

comércio educativo da Corte. Atenta as discussões e proposições políticas destinadas ao cenário educativo, buscou se munir das ferramentas e instrumentos necessários para dar conta das demandas sociais em curso.

Sua atuação profissional não se limitou à cidade do Rio. Por motivos não compreendidos não consegui entender por qual motivo suas competências profissionais não foram aproveitadas pelos dirigentes da instrução pública carioca. Quando houve a criação do primeiro jardim de infância público, nem seu nome foi citado dentre os jornais que acompanharam o imbróglio. Não sei se você se lembra do caso que envolveu um grupo de professoras diplomadas pela Escola Normal e a Prefeitura Municipal na década de 1910. Muito provavelmente você acompanhou a repercussão do caso na imprensa carioca. Contudo, se o Rio não te quis, os administradores das cidades de São Paulo e Belo Horizonte te cooptaram para que você, com sua expertise na metodologia educativa estadunidense, atuasse nas reformas da instrução pública levadas a cabo pelas duas cidades.

De tudo que foi apresentado e discutido ao longo destas páginas, pouca coisa tenho a acrescentar. Apenas, gostaria de agradecer por suas contribuições para o desenvolvimento da educação infantil e, não seria exagero afirmar, por ter se colocado como uma pioneira no ramo da formação de jardineiras no Rio de Janeiro, quiçá no Brasil. E, quem sabe, em um outro momento possamos dar continuidade a nossa conversa em outro projeto de pesquisa.

Com um saudoso abraço,  
Vinicius Monção.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

A ESCHOLA: Órgão da Associação dos Professores do Brasil. Rio de Janeiro: tipografia F. Borgonovo, período 1900. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional).

A INSTRUCÇÃO PUBLICA. Rio de Janeiro: tipografia Cinco de Março, período: 1887 (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional).

A NOTÍCIA. Rio de Janeiro: tipografia Marinoni, período 1899. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional).

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, período 1870-1920. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional– PR – SOR 00165 313394).

ALMANAK GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: tipografia própria, período: 1897 (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional)

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro: tipografia Companhia Tipográfica do Brasil, período: 1906-1910 (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional)

ADLER. Felix. *The moral instruction of children*. New York: Appleton and Company, 1895.

ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de. 4ª questão Organização dos jardins de Infância. *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

\_\_\_\_\_. Cultura de Kindergarten: Lições sobre objetos (I). *A Instrução Pública*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1887, ano V, n.º 9, p. 68-69.

\_\_\_\_\_. Cultura de Kindergarten: Lições sobre objetos (II). *A Instrução Pública*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1887, ano v, n.º 12, p 91-92.

\_\_\_\_\_. O Kindergarten ou Jardim de Infância por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1888).

AMERICAN KINDERGARTEN MAGAZINE. Nova York: tipografia Room 70 Bible House, período: junho de 1879 e março de 1887 (Microforms Rm 119 & Library Services Center- Biblioteca Pública de Nova York - ZAN-10746)

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Série Instrução Pública. Códices: 11.4.33, 12.3.34, 12.4.12, 12.4.26. (Setor de manuscritos – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n.º 27, de 12 de março de 1890. *Reforma da Escola Normal e converte em escolas modelos as*

*escolas anexas*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137755>. Acesso em: 20/2/2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ordem, 1135, s/p. 6v-7r . Carta de Maria Guilhermina ao Governador Jorge Tibiriça, 1891.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ordem, 1135, s/p. Ofício de Caetano de Campos ao Governador Jorge Tibiriça, 1891.

AULER, Guilherme. *Os bolsistas do Imperador*. Petrópolis: Tribuna de Petrópolis, 1956.

BARNARD, Henry. *Papers on Froebel's Kindergarten with suggestion on principles and methods of child culture*. Hartford: Office of Barnard's American Journal of Education. 1881.

BARRETO, Rozendo Moniz. 10ª questão sobre o “Sistema disciplinar e meios de emulação para os alunos dos jardins de infância, das escolas primárias e dos estabelecimentos de instrução secundária. *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

BLOW, Susan. Some aspects of the Kindergarten. In. BARNARD, Henry (Org.). *Papers on Froebel's Kindergarten with suggestion on principles and methods of child culture*. Hartford: Office of Barnard's American Journal of Education. 1881.

BRANDÃO, Alberto. 10ª questão sobre o “Sistema disciplinar e meios de emulação para os alunos dos jardins de infância, das escolas primárias e dos estabelecimentos de instrução secundária. *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

BRASIL. *Atas e Pareceres do Congresso da Instrução*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 6729, de 10 de novembro de 1877. *Autoriza a celebração de contracto para a navegação entre o porto do Rio de Janeiro e o de New-York com escalas*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6729-10-novembro-1877-549332-publicacaooriginal-64768-pe.html>. Acesso em: 19/12/2016.

BRASIL. Decreto n.º 1331A, de 17 de fevereiro de 1854. *Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 4/3/2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5853, de 16 de janeiro de 1873. *Aprova os Estatutos da Associação de socorros a invalidez denominada-Previdência*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5853-16-janeiro-1873-549829-publicacaooriginal-65358-pe.html>. Acesso em 4/10/2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 7247, de 19 de abril de 1879. *Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 4/10/2016.

\_\_\_\_\_. *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições complementares da Instrução Pública*. Obras completas de Rui Barbosa. Vol. X. 1883, Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

COLEÇÃO SALVADOR DE MENDONÇA. Localização: I 4,19,72 (Divisão de Manuscritos Biblioteca Nacional)

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: tipografia própria, período 1929. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional).

CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. Rio de Janeiro: tipografia própria, período 1862. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional).

DECRETO MUNICIPAL n.º 38 de 1893. *Regula o Ensino Primario no Districto Federal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1893, p. 25-36 (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. n.º 52 de 1897. *Regula o ensino municipal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1901, p. 33-50 (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. n.º 844 de 1901. *Regula o Ensino Primario no Districto Federal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1901, p. 86-105 (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

DESPACHOS (1826-1899). Estante 259, prateleira 2, n.º vol./maço 02. (Arquivo Histórico Itamaraty)

DESPACHOS (1880-1889). Estante 235, prateleira 2, n.º vol./maço 03-0. (Arquivo Histórico Itamaraty)

GARCIA, João Manoel. 5ª questão “Classificação das escolas primárias: disciplinas que devem ser ensinadas; material escolar”. *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: tipografia própria, período 1879-1880. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – PR – SPR 02764 103730).

INSPETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA. 2ª gaveta - C33 (Arquivo Grão Pará - Arquivo Histórico Museu Imperial de Petrópolis)

JORNAL NOVIDADES. Rio de Janeiro: tipografia desconhecida, período: 1887 (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional).

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: tipografia própria, período 1934. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – PRC – SPR 00009 030015).

JORNAL DO COMMERCIO Rio de Janeiro: tipografia própria, período 1870-1886. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – PR – SPR 00001).

KINDERGARTEN MESSENGER. Cambridge: Published by Elizabeth P. Peabody, 1877.

KRAUS-BOELTE, Maria. Reminiscence of Kindergarten work. In. BARNARD, Henry (Org.). *Papers on Froebel's Kindergarten with suggestion on principles and methods of child culture*. Hartford: Office of Barnard's American Journal of Education. 1881.

\_\_\_\_\_ ; KRAUS, John. THE KINDERGARTEN GUIDE, 1881

LIST OF PASSENGERS. DISTRICT OF THE CITY OF NEW YORK, PORT OF NEW YORK. M 237. Ano: 1820-1897. Rolo, 468. Disponível em: ancestry.com. Acesso em: 24/10/2016.

MACEDO, Joaquim Teixeira. *A Escola de Froebel e os Jardins da Infância (I)*. Jornal do Commercio, 19/1/1879.

MARENHOLTZ-BÜLOW, Bertha von. *Woman's educational mission: being an explanation of Friedrich Fröbel's system of Infant Gardens*. Londres: Darton & Co, 1855.

MARIA KRAUS-BOELTÉ PAPERS. 1904-1913. MMC-3336 (Divisão de Manuscritos - Congress Library [Biblioteca do Congresso Americano])

MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS - WASHINGTON, OFÍCIOS (1881-1886). Estante 233, prateleira 4, n.º vol./maço 7,8 (Arquivo Histórico Itamaraty)

MORDOMIA (...) CORRESPONDÊNCIAS PARA O IMPERADOR POR INTERMÉDIO DO MORDOMO, E, CORRESPONDÊNCIA À IMPERATRIZ. 3ª gaveta - C35. (Arquivo Grão Pará - Arquivo Histórico Museu Imperial de Petrópolis)

\_\_\_\_\_, REQUERIMENTOS AO IMPERADOR. 4ª gaveta - C33. (Arquivo Grão Pará - Arquivo Histórico Museu Imperial de Petrópolis)

NORMAL COLLEGE COMMENCENT PROGRAMS 1882 – 1887. Box 52 – folder 1. (Archives & Special Collections - Hunter College)

NORMAL COLLEGE MANUAL 1870 – 1908. Box 58. (Archives & Special Collections - Hunter College)

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: tipografia própria, período: 1890 (Hemeroteca Digital do jornal O Estado de São Paulo)

O MAGISTÉRIO. Rio de Janeiro: tipografia desconhecida, período 1909. (Biblioteca Nacional - Seção de Periódicos - LOC. 1,429,02,11).

O PAIZ. Rio de Janeiro: tipografia própria, período 1889. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional).

PEABODY, Elizabeth. Development of the Kindergarten. In. BARNARD, Henry (Org.). *Papers on Froebel's Kindergarten with suggestion on principles and methods of child culture*. Hartford: Office of Barnard's American Journal of Education. 1881.

REIS, Luiz dos. Menezes Vieira (IV). *Revista Educação e Pediatria*, n.º 6-7, nov./dez., 1913.

\_\_\_\_\_. (VI-VII). *Revista Educação e Pediatria*, n.º 8, 9 e 10, janeiro-fevereiro-março, 1914.

RELAÇÃO DE CARTAS E IMPRESSOS, MORDOMIA DA CASA IMPERIAL - ORDENS DE PAGAMENTO DE DONATIVOS A INSTITUIÇÕES E ASSOCIAÇÕES, MORDOMIA (...) - BOLSISTAS DO IMPERADOR. 1ª gaveta - C34. (Arquivo Grão Pará - Arquivo Histórico Museu Imperial de Petrópolis)

REPARTIÇÕES CONSULARES BRASILEIRAS - NOVA YORK, OFÍCIOS (1881-1894), Estante 258, prateleira 3, n.º vol./maço 10. (Arquivo Histórico Itamaraty)

RESIDENTS OF HULL-HOUSE A SOCIAL SETTLEMENT. *Hull-House Maps and Papers: A Presentation of Nationalities and Wages in a Congested District of Chicago, Together with Comments and Essays on Problems Growing Out of the Social Conditions.* New York: Thomas V. Crowell Co., 1895.

SABINO, Januário dos Santos. 5ª questão sobre a classificação das escolas primárias: disciplinas que devem ser ensinadas; material escolar. *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo.* Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SIMMONS, Edward. *Address delivered at commencement of the normal college of the New York.* New York: Hall of the board of education, 1887.

TELEGRAMAS RECEBIDOS (1875-1899); Estante 235, prateleira 2, n.º vol./maço 13-0. (Arquivo Histórico Itamaraty)

THE LITTLE GEM AMERICAN KINDERGARTEN. Nova York: tipografia 22 Beekman Street, New York, período: v. 5, n.º 8 (abril, 1879); v. 6, n.º 5 (jan. 1880); v. 6, n.º 9 (mai. 1880); v. 7, n.º 6 (fev, 1881); v. 7, n.º 10 (jun. 1881); v. 8, n.º 10 (jun. 1882); v. 9, n.º 2 (out. 1882); v. 9, n.º 4, (dez. 1882); v. 10, n.º 4 (dez. 1883) (SASB - Service Desk Rm 315- The New York Public Library [Biblioteca Pública de Nova York])

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY. Coleção "The Pageant of America" - retratos. (Coleção digital - John Kraus, Maria Kraus-Boelte - The New York Public Library). Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47d9-402f-a3d9-e040-e00a18064a99>. Acesso em 19/12/2016.

THE NEW YORK TIMES. Nova York: tipografia própria, período: 1884 (Hemeroteca Digital The New York Times)

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro: tipografia 68 Rua dos Ourives, período 1885. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional)

NEW-YORK TRIBUNE. Nova York: tipografia xxx, período: 1894 (Chronicling American. Historic American Newspapers)

VIAGEM AO EXTERIOR DE D. PEDRO II. 1ª gaveta - C33 (Arquivo Grão Pará - Arquivo Histórico Museu Imperial de Petrópolis)

WORK OF KINDERGARTNERS. An immense amount of good accomplished in Brooklyn. Talks with those interested. How Children are taught to be neat and receive other valuable training - Need of skillful trachers. *The New York Times*, 8/12/1895

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n.º 14, 1994, p. 183-203.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Verbetes*: José Veríssimo. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-verissimo/biografia>. Acesso em: 9/9/2018.

\_\_\_\_\_. *Salvador de Mendonça*. 2017. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/salvador-de-mendonca/biografia>. Acesso em 15/8/2017.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. *Verbetes*: Joaquim Cândido Soares de Meirelles (cadeira 01). Disponível em: [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=441](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=441). Acesso em: 5/9/18.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual na primeira década republicana. *Novos Estudos*. n.º 85, novembro, 2009, p. 131-148.

ALLEN, Ann Taylor. Spiritual Motherhood: german feminists and the Kindergarten movement (1848-1911). *History of education quarterly*. vol. 22, n.º 3, 1982, p. 319-339. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/367772?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/367772?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 19/12/2016.

\_\_\_\_\_. *Transatlantic Kindergarten: education and women's movements in Germany and The United States*. New York: Oxford University Press, 2017.

ALMEIDA, Jane Soares de. Missionárias norte-americanas na educação brasileira: vestígios de sua passagem nas escolas de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n.º 35 maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a12v1235.pdf>. Acesso em: 6/11/2018.

ALMEIDA, Rute Sampaio. *Vozes femininas no início do protestantismo brasileiro: escravidão, império, religião e papel feminino*. São Paulo: Ed. Hagnos, 2014.

ARCE, Alessandra. *Friedrich Fröebel: o pedagogo dos jardins de infância*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 45-54.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. *Revista Contemporânea*, n.º7. 2006. Disponível em: [http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_07/06CLARA.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf). Acesso em: 6/11/2018.

BARNETT, Lisa. "Disturber of the Peace": The Life and Work of Elizabeth B. Grannis. *Stone-Campbell Journal*, v. 16, n.º 1, 2015, p. 17-32. Disponível em: [http://www.stone-campbelljournal.com/the\\_journal/research/volume-16-issue-1/160102/](http://www.stone-campbelljournal.com/the_journal/research/volume-16-issue-1/160102/). Acesso em: 6/11/2018.

BARRAGÁN, Margarita Aguinaga; et al. PENSAR A PARTIR DO FEMINISMO: críticas e alternativas ao desenvolvimento. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 89-120.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890). In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Natal. *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. UFRN, 2002a. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3104.pdf>. Acesso em: 15/9/2016.

\_\_\_\_\_. *Pro Patria Laboremus*. Joaquim José Menezes de Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002b.

\_\_\_\_\_. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886?). XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. UFPB, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.471.pdf>. Acesso em 29/9/2016.

\_\_\_\_\_. Ideias que viajam: Menezes Vieira, peregrino da educação Brasileira. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). *Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2013, p. 25-42.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e Universidade: o ensino superior no Congresso de Instrução Pública (Rio de Janeiro, 1883-1884). *Foro de Educación*, v. 12, n.º 17, julho-dezembro, 2014, p. 23-44. Disponível em: <http://forodeeducacion.com/ojs/index.php/fde/article/view/337/263>. Acesso em: 6/11/2018.

BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n.º 10/11, p. 42-68, 1999. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2478/1888>. Acesso em: 6/11/2018.

BENITO, Agustín Escolano. El espacio escolar como escenario y como representación. *Tiempos y espacios para la escuela*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

BIOGRAPHY. *Jane Addams*. Disponível em: <https://www.biography.com/people/jane-addams-9176298>. Acesso em: 25/8/2017

BLUME, Kenneth J. *Historical dictionary of the U. S. Maritime Industry*. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.183-191.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé, et al. A história da iluminação elétrica nas residências cariocas no início do século XX registrada na moradia de Rui Barbosa.

*Revista Escritos*. n.º 7, 2013, p. 213-228. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero07/artigo08.php>. Acesso em: 14/12/2016.

BRITISH LIBRARY. *Children's Guide*. Disponível em: <http://www.bl.uk/reshelp/findhelpsubject/literature/chillit/walton/walton.html>. Acesso em: 14/2/2018

BROOKLYN HISTORICAL SOCIETY. *Guide to the Brooklyn Collegiate and Polytechnic Institute collection*. Disponível em: [http://dlib.nyu.edu/findaids/html/bhs/arms\\_1985\\_055\\_brooklyn\\_collegiate\\_polytechnic/bioghist.html](http://dlib.nyu.edu/findaids/html/bhs/arms_1985_055_brooklyn_collegiate_polytechnic/bioghist.html). Acesso em: 9/9/2018

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CANTOR, Patrícia. Elizabeth Peabody. America's Kindergarten Pioneer. *Young children*. Maio, 2013. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/42731210?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/42731210?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 6/11/2018.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Relações de gênero e usos do passado na escrita autobiográfica. SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 273-290.

CARDOSO, Tereza. Raízes históricas da escola pública no Rio de Janeiro. In: MAGALDI, ALVES, GONDRA. *Educação no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerários de uma investigação. *Educação*. v. 30, n.º 2, 2005, p. 87 - 104. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3740>. Acesso em: 6/11/2018.

CARULA, Karoline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007, 179f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. *As conferências populares da Glória e a difusão da ciência*, 2007. *Almanack brasiliense*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/viewFile/11673/13443>. Acesso 10/8/2016.

CASTANHA, André Paulo. O ato adicional de 1834 na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.º 11, 2006, p. 169-96.

\_\_\_\_\_. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. *Revista História da Educação Online*, v. 19, n.º 47, set/dez., 2015, p. 197-212. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000300197&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000300197&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6/11/2018.

CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*. n.º 10, n.º 20, jul/dez. 1996, p. 115 - 130. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928/842>. Acesso em: 6/11/2018.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia M. Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 219-239.

CHAMON, Magda Lucia. Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1939). Belo Horizonte, MG: UFMG, 1996. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

CHAMON, Carla Simone. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. A trajetória profissional de uma educadora (1864-1916). Belo Horizonte, MG: UFMG, 2005, 373f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. Paraíso das crianças: o Kindergarten nos Estados Unidos entre meados do século 19 e início do 20. *Hist. Educ. [Online]*. Porto Alegre, v. 20 n.º 48 Jan./abr., 2016 p. 15-33. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592016000100015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592016000100015&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6/11/2018.

\_\_\_\_\_; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (orgs.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo. Ed. Cortez, 2007, p. 39-64.

CHRONICLING AMERICAN. *About the New York Tribune*. Disponível em: <http://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83030214/>. Acesso em 10/1/2017.

COLLICHIO, Therezinha A. Ferreira. Dois eventos importantes para a História da Educação Brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. *Revista Faculdade de Educação*. 13, jul/dez, 1987, p. 5-14. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33387/36125>. Acesso em 20/9/2016.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro: entre a escolarização e a experiência*. São Paulo. (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. *Revista brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 16, n.º 4 (43), p. 123-154, out./dez, 2016. Disponível em:

<https://search.proquest.com/openview/592521f023d805ddc546c9ac8431edec/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2037646>. Acesso em: 6/11/2018.

CPDOC. Dicionário eletrônico da elite política republicana (1889-1930). Verbetes Francisco Antunes Maciel. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACIEL,%20Francisco%20Antunes.pdf>. Acesso em 20/6/2018.

\_\_\_\_\_. Dicionário eletrônico da elite política republicana (1889-1930). Verbetes: Manuel Bonfim. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BONFIM,%20Manuel.pdf>. Acesso em: 9/9/18.

CPDOC. Dicionário eletrônico da elite política republicana (1889-1930). Verbetes: José Joaquim de Medeiro e Albuquerque. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Jos%C3%A9%20Joaquim%20de%20Medeiros%20e.pdf>. Acesso em: 9/9/2018.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Arthur Higgins: uma história de intervenção e conhecimento na educação física brasileira. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 11., 1999, Florianópolis. Anais... Florianópolis: CBCE, 1999. p. 1323-1329.

\_\_\_\_\_. Organização e cotidiano escolar da "Gymnastica": uma história no Imperial Collegio de Pedro Segundo. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n.º Especial, p. 163-195, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10354/9628>. Acesso em: 6/11/2018.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DHELI, Kari. Women and early kindergartens in North America: uses and limitations of post-structuralism for feminist history. *Curriculum studies*, n.º 1, 1993, p. 11-33. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0965975930010102>. Acesso em: 6/11/2018.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Verbetes: Joaquim Candido de Soares Meirelles. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/meirejocaso.htm>. Acesso em: 9/9/2018.

\_\_\_\_\_. Verbetes: Instituto Hahnemaniano Fluminense. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/insthahflu.htm>. Acesso em 5/9/2018.

DUCHARME, Catherine. *Early kindergarten periodicals in the United States (1850-1930)*. College of Education California State University, 1996.

DUNLAP, Annette. *Frank: The Story of Frances Folsom Cleveland, America's Youngest First Lady*. New York: State University of New York. Press Albany, 2009.

DUNLAP, David. A Crusading Suffragist Is Restored to Church Membership. *The New York Times*, 11/3/2012. Disponível em: <https://cityroom.blogs.nytimes.com/2012/03/11/a-crusading-suffragist-is-restored-to-church-membership/?mcubz=3&login=facebook>. Acesso em 20/08/2017

DURÃES, Sarah Jane Alves. Aprendendo a ser professor(a) no século XIX: algumas influências de Pestalozzi, Froebel e Herbart. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n.º 3, set./dez, 2011, p. 465-480. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011000300002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6/11/2018.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Ellen Gates Starr*. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ellen-Gates-Starr>, acesso em 23/8/2017.

\_\_\_\_\_. *Elizabeth Palmer Peabody, american educator*. 2015. Disponível em: <https://global.britannica.com/biography/Elizabeth-Palmer-Peabody>. Acesso em: 13/12/2016.

\_\_\_\_\_. *Nicholas Murray Butler*. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Nicholas-Murray-Butler>, acesso em 23/8/2017.

\_\_\_\_\_. *Jane Addams*. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Jane-Addams>. Acesso em 23/8/2017.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e Memória: algumas reflexões. *Revista Gênero*. v. 5, n.º 1, 2004, p. 9-19. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/218/142>. Acesso em: 6/11/2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*. v. 30, n.º 1, 2004, p. 139-159. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em: 6/11/2018.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. *A Construção Do Conhecimento Pedagógico: análise comparada de revistas de educação e ensino Brasil - Portugal (1880-1930)*. Lousã: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2012.

FERREIRA, Higor Figueira. O protagonismo social de professores negros da corte na produção de experiências escolares independentes (Rio de Janeiro, século XIX). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. UFRN, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364743490\\_ARQUIVO\\_OPROTAGONISMOSOCIALDEPROFESSORESNEGROSDACORTENAPRODUCAODEEXPERIENCIASCOLARESINDEPENDENTES\\_RIODEJANEIRO,SECULOXIX](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364743490_ARQUIVO_OPROTAGONISMOSOCIALDEPROFESSORESNEGROSDACORTENAPRODUCAODEEXPERIENCIASCOLARESINDEPENDENTES_RIODEJANEIRO,SECULOXIX). Acesso em: 6/9/2018.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas de uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – de o antigo regime nos trópicos a na trama das redes. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das Redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2010.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. O *Jornal do Commercio* e a educação na primeira metade do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV, Goiás. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. UCG, 1999, s/p. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo05/Marli%20Delmonico%20de%20Araujo%20Futata%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 10/1/2017.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; CAVALCANTI, Luis Antonio Nunes. Os intelectuais e a causa educacional: Teixeira de Macedo, um tradutor da “nova pedagogia” para o Brasil no século XIX. In: IV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Goiânia. *Anais do IV Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Goiânia, 2006, s/p. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Arlette%20Medeiros%20Gasparello%20e%20Luiz%20Antonio%20Nunes%20Cavalcanti%20.pdf>. Acesso em: 6/11/2018.

GINDIN, Julián. Sobre las asociaciones docentes de comienzos del siglo XX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação*. 2010. Disponível em: <http://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/4036/Juli%C3%A1n%20Gindin.pdf?sequence=3>. Acesso em: 4/3/2018.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação - Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectual mediadores, práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Ed. Brasileira, 2016.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, Poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_ ; SUASNABAR, Juan. Revistas pedagógicas y gobierno (intenso, sutil y prolongado) del profesorado. Estados Unidos, Argentina y Brasil (1855-1881). *Historia de la Educación. Anuario SAHE*. vol. 17, n.º 1, 2016, p. 3-22. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/318338606\\_Revistas\\_pedagogicas\\_y\\_gobierno\\_intenso\\_sutil\\_y\\_prolongado\\_del\\_profesorado\\_Estados\\_Unidos\\_Argentina\\_y\\_Brasil\\_1855-1881](https://www.researchgate.net/publication/318338606_Revistas_pedagogicas_y_gobierno_intenso_sutil_y_prolongado_del_profesorado_Estados_Unidos_Argentina_y_Brasil_1855-1881). Acesso em: 6/11/2018.

\_\_\_\_\_ ; UEKANE, Marina Natsume. Em nome de uma formação científica: um estudo sobre a Escola Normal da Corte. *Revista do Centro de Educação*. Santa Maria, n.º 2, jul./dez. 2005, p. 55-70. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reeducacao/article/view/3738/2142>. Acesso em:

6/11/2018.

GOULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA - ANPEC SUL, XIII. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Anais do XIII Encontro Regional de Economia*, Porto Alegre, UFRGS, 2010, s/p. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/31.pdf>. Acesso em: 11/08/2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das Redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2010.

GÜNTHER, Karl-Heinz. Friedrich Adolph Wilhelm Diesterweg. *Prospects: the quarterly review of comparative education* (Paris, UNESCO: International Bureau of Education), vol. 23, no.1/2, 1993, p. 293–302. Disponível em: <http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/diestere.pdf>. Acesso em: 6/11/2018.

HÄHNER, June. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Estudos Feministas*, n.º 19, maio/ago, 2011, pp. 467-474. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200010/19396>. Acesso em: 6/11/2018.

HARRIS, Willian. Apresentação da The Internacional Education Series. in: ADLER, Felix. *The moral instruction of children*. New York: Appleton and Company, 1895.

HELLMANN, Risolete Maria. O Rio de Janeiro, em 1905, nas crônicas de Carmen Dolores. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 47, dezembro-2013, p. 200-217. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/42563/28014>. Acesso em: 6/11/2018.

HEWES, Dorothy. Kindergarten teacher training in United States from 1870 to 1920. MEETING OF THE INTERNATIONAL STANDING WORKING GROUP FOR THE HISTORY OF CHILDHOOD EDUCATION, V, JOENSUU. *Anais do 5th Meeting of the International Standing Working Group for the history of early childhood education*. University of Joensuu, Joensuu, Finland, 1988. Disponível em: [https://ia902700.us.archive.org/32/items/ERIC\\_ED299031/ERIC\\_ED299031.pdf](https://ia902700.us.archive.org/32/items/ERIC_ED299031/ERIC_ED299031.pdf). Acesso em: 19/12/2016.

HILSDORF, Maria Lucia. Educadoras metodistas no século XIX: uma abordagem do ponto de vista da História da Educação. *Revista de Educação do COGEIME*. n.º 20, junho, 2002. Disponível em: <https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/viewFile/576/522>. Acesso em: 6/11/2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social: revista da sociologia da USP*, v. 26, n.º 1, 2014, p. 61-73. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 6/11/2018.

HOBBSAWN, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOMEM, Wagner; LA ROSA, Bruno de. *História de canções: Vinicius de Moraes*. São Paulo: Ed. Leya, 2013.

JEHA, Silvana Cassab. Amphitheatrical Rio! Marítimos americanos na baía do Rio de Janeiro. Século XIX. *Almanak Guarulhos*, n.º 6, 2º semestre de 2013, p. 110-132. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332013000200110&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332013000200110&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6/11/2018.

JULIÁ, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.º 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39195/Dominique%20Julia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6/11/2018.

KISHIMOTO, Tiziko Morshida. *A pré-escola em São Paulo (1877-1940)*. São Paulo. Ed. Loyola. 1988.

KUHLMANN, JR, Moysés. O Jardim de Infância e a Educação de crianças pobres: Final do século XIX e início do século XX: In: MONARCHA, Carlos. (org). *Educação da Infância Brasileira: 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001.

KUHLMANN Jr. Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. *Verbete: Jornal do Commercio*. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>. Acesso em: 10/1/2017.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803/1900)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*. n.º 15, 2000, p. 129-143. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635570/3359>. Acesso em: 6/11/2018.

LEMONS, Daniel Albuquerque Cavalcanti. *O discurso da Ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial*. Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

\_\_\_\_\_. Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na corte imperial. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2011, 220f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. O manifesto dos professores públicos primários da corte imperial e a emergência do associativismo docente. *Revista Contemporânea de Educação*. vol. 8, n.º 15 jan./jul., 2013, p. 154-175. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kzCfKEYCf3kJ:https://revista.s.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1691/1540+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 6/11/2018.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 167-182.

LIBRARY OF COLUMBIA. *Nicolas Murray Butler*. Disponível em: [http://library.columbia.edu/locations/cuarchives/presidents/butler\\_nicholas.html](http://library.columbia.edu/locations/cuarchives/presidents/butler_nicholas.html). Acesso em 23/8/2017.

LIMA, Sara Talitiane Viana Machado Leandro de; MACHADO, Maria Cristina; NETTO, Mario Borges. Imprensa especializada em educação: em destaque o periódico A Instrução Pública. *Revista HISTEDBR On-line*. v. 18, n.º 2, abr./jun. 2018, p. 367-384. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652187>. Acesso em: 6/11/2018.

LIMEIRA, Aline de Moraes. O comércio da instrução: práticas educativas e publicidade no século XIX. *Linguagem, Educação e Sociedade* (UFPI), v. 13, p. 84-102, 2008. Disponível em: [http://ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/ppged/arquivos/files/Revista/Revista18.pdf](http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/Revista/Revista18.pdf). Acesso em: 6/11/2018.

\_\_\_\_\_. O Comércio da Instrução no Século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. Rio de Janeiro, RJ UERJ, 2010, 282f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LOURENÇO FILHO. Congresso e conferência de educação: rápida resenha histórica. BRASIL. *Primeiro congresso nacional de educação*. Serviço de Documentação, 1946.

LOURO, Guacira. Mulheres na Sala de Aula. PRIORE, Mary del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOPES, Raimundo Hélio. *Saldanha Marinho*. CPDOC. 2017 Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>. Acesso em: 6/11/2018.

LOPES, Sonia de Castro. (In)Sucessos da Escola Normal da Corte: dos relatos oficiais às crônicas estudantis (1880-1881). *Revista Sisifo*, n.º 11, jan/abr, 2010, p. 75-84. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/43693224\\_In\\_Sucessos\\_da\\_Escola\\_Normal\\_da\\_Corte\\_Dos\\_relatos\\_oficiais\\_as\\_cronicas\\_estudantis\\_1880-1881](https://www.researchgate.net/publication/43693224_In_Sucessos_da_Escola_Normal_da_Corte_Dos_relatos_oficiais_as_cronicas_estudantis_1880-1881). Acesso em: 6/11/2018.

LUC, Jean-Nöel. A difusão dos modelos de pré-escolarização na Europa na primeira metade do século XIX. *História da Educação*, v. 9, p. 95-111, 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/219472932/A-difusao-de-modelos-de-pre-escolarizacao-na-Europa-do-seculo-XIX-Jean-Noel-Luc>. Acesso em: 6/11/2018.

MAGALHÃES, Bernardina Botelho de. *O diário de Bernardina: da Monarquia à República pela filha de Benjamin Constant*. CASTRO, Celso; LEMOS, Renato Luís de Couto Neto e. (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro de século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *Revista de Economia Política*, vol. 32, n.º 1 (126) jan./mar. 2012, p. 142-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n1/09.pdf>. Acesso em: 6/11/2018.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethonography. *Ann. Rev. Atropologie*, 1995, p. 95-117. Disponível em: [http://anthro.vancouver.wsu.edu/media/Course\\_files/anth-490-edward-h-hagen/marcus-1995-ethnography-in-of-the-world-system\\_the-emergence-of-multi-sited-ethnography.pdf](http://anthro.vancouver.wsu.edu/media/Course_files/anth-490-edward-h-hagen/marcus-1995-ethnography-in-of-the-world-system_the-emergence-of-multi-sited-ethnography.pdf). Acesso em: 6/11/2018.

MARQUES, Jucinato de Sequeira. *Os Desvalidos: O caso do instituto Profissional Masculino (1894-1910)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. MARQUES, Jucinato de Sequeira. *Os fios e rastros da escolarização do Distrito Federal (1890-1906)*. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 245 fl. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MARTEL, Carol. Manning, Elizabeth Adelaide. In: OLSON, James; SHARDLE, Robert (Orgs). *Historical dictionary of the British empire (K-Z)*. Westport: Greenwood Press, 1996.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformação de análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, v. 21, n.º 41, 2001, p. 13-34. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200002). Acesso em: 6/11/2018.

MATOS, Alderi Souza de. *“Para Memória sua”*: A Participação da Mulher nos Primórdios do Presbiterianismo no Brasil. 1998. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/7164.html>. Acesso em 25/9/2016.

MATTOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. 2011, Curitiba, s/p. Disponível em: [http://sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&tsck=cat\\_view&gid=191&Itemid=171](http://sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&tsck=cat_view&gid=191&Itemid=171). Acesso em: 5/9/2016.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... novas considerações. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 17-43

MEMÓRIA UFF. Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: [http://www.memoria.uff.br/images/documentos/faculdade\\_de\\_direito.pdf](http://www.memoria.uff.br/images/documentos/faculdade_de_direito.pdf). Acesso em: 9/9/2018.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. FREITAS, Marco Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p. 101-140.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes. Espinhos no Jardim: conflitos e tensões na criação do jardim de infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909-1911). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2015, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Viajar para aprender. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e sua viagem à cidade de Nova York (1883-1887). In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, X, Campinas. *Anais do X Seminário Nacional do HISTEDBR: 30 anos do HISTEDBR (1989-2016). Contribuições para a história e historiografia da educação brasileira.* UNICAMP, 2016a, s/p, Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/paper/viewFile/900/221>. Acesso em: 19/12/2016.

\_\_\_\_\_. Mulheres conectadas, mulheres em rede. Possibilidade de abordagem para a construção de pesquisas em história da educação. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN, XIV, Aguascalientes, México. *Anais do XIV Encuentro Internacional de História de la Educación. Historia, narrativa y memoria de la educación: magisterio, reforma y conflictos.* UAA, 2016b. Disponível em: [https://www.academia.edu/29979072/Mulheres\\_conectadas\\_mulheres\\_em\\_rede.\\_Possibilidade\\_de\\_abordagem\\_para\\_a\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_pesquisas\\_em\\_hist%C3%B3ria\\_da\\_educa%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/29979072/Mulheres_conectadas_mulheres_em_rede._Possibilidade_de_abordagem_para_a_constru%C3%A7%C3%A3o_de_pesquisas_em_hist%C3%B3ria_da_educa%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 19/12/2016.

\_\_\_\_\_. O protagonismo de três mulheres na difusão dos jardins de infância nos Estados Unidos da América na segunda metade do século XIX. *Revista Contemporânea de Educação.* v. 12, n.º 25, 2017, p. 420-437. Disponível em: [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2pOnj\\_Z\\_UEQJ:https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/9317+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2pOnj_Z_UEQJ:https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/9317+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 6/11/2018.

MORIN, Edgar. Um ponto no holograma: a história de Vidal, meu pai. São Paulo: A Girafa, 2006.

MUELLE, Christina More. The History of Kindergarten: from Germany to the United States. In: ANNUAL COLLEGE OF EDUCATION RESEARCH CONFERENCE, IV, FLORIDA. *Anais Fourth Annual College of Education Research Conference.* Florida International University, 2005, s/p. Disponível em: <http://digitalcommons.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1086&context=sferc>. Acesso em 08/06/2014.

MÜHREL, Eric. A escola sociopedagógica como modelo de prevenção para comportamento não-conformado. *Rev. Katál.* Florianópolis v. 11, n.º 2 p. jul./dez. 2008. p. 283-296. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802008000200014>. Acesso em: 6/11/2018.

MUNHOZ, Fabiana Garcia; VIDAL, Diana Gonçalves. Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil. *Revista Mexicana de Historia de la Educación,* v. III, n.º 6, 2015, p. 125-157. Disponível em: [www.rmhe.somehide.org/index.php/revista/article/download/62/72/](http://www.rmhe.somehide.org/index.php/revista/article/download/62/72/). Acesso em: 6/11/2018.

MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS. *Arquivo Grão Pará*. Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/palacio/arquivo-historico/11-arquivo-grao-para.html>. Acesso em 11/9/2017.

NASCIMENTO, Rafaela Rocha do. *A admissão de alunos pretos e pardos no Instituto Profissional Masculino (Rio de Janeiro, 1900 - 1910): um processo possível para as experiências escolares*. Rio de Janeiro: UFRJ, 211fl. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NEW YORK SOCIETY FOR ETHICAL CULTURE. *Our Founder*. Disponível em: <http://www.nysec.org/felixadler>. Acesso em 25/8/2017.

NÓVOA, Antônio. Profissão professor. In: NÓVOA, A. (org.). *Profissão professor*. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1995.

PERERECA, Padre. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*. n.º 17, v. 1, janeiro/abril, 2009, p. 159-189. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009>. Acesso em: 6/11/2018.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n.º 2, jul./dez., 2008, p. 263-274. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0>. Acesso em: 6/11/2018.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia: UFU, 2006, p. 6167-6179. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>. Acesso em 20/9/2016.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, n, 15, 2000, p. 199-225. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635577>. Acesso em: 6/11/2018.

REFORMATION HERITAGE BOOK. *Verbete: Amy Catherine Walton*. Disponível em: <https://www.heritagebooks.org/products/whiter-than-snow-and-little-dot-walton.html>. Acesso em 14/2/2018.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Ed. Cortez & Autores Associados, 1981.

RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira; MONÇÃO, Vinicius de Moraes. As tropelias e assuadas de escolares e garotos na cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX. *Revista Educação em Questão*, v. 53, n.º 39, 2015, p. 159-185. Disponível

em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8526/6171>. Acesso em 3/9/2016

\_\_\_\_\_; SCHUELER, Alessandra. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). *Revista de História e Historiografia da Educação*. V 2, n. 4, 2018. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/55858>. Acesso em: 20/2/2018.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Ed. Instituto d. Anna Rosa, 1930.

ROOTSWEB. *Obituaries Archives*. Susan Elizabeth Blow, 2009. Disponível em: <http://archiver.rootsweb.ancestry.com/th/read/OBITUARIES/2009-06/1245304745>. Acesso em 24/10/2016.

SÁ, Carolina Mafra de; ROSA, Walquíria Miranda. A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica. III CONGRESSO BRASILEIRO DE SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean. *Provas de Liberdade*. Uma odisséia atlântica na era da emancipação. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

SANTOS, Aderaldo Pereira. E veio do império, o professor e intelectual mediador Hemetério José dos Santos. IX Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Educação e democracia – aprender ensinar para um mundo plural e igualitário. Anais... Rio de Janeiro, UERJ, 2017.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. ESTHER PEDREIRA DE MELLO: múltiplas faces de uma mulher (in)visível (1880-1923). Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: UERJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, José Veloso dos. *As contribuições de Horace Lane na Instrução Pública Paulista* (1890-1910). Marília: Universidade Estadual Paulista, 133f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

SANTOS, Silas Daniel dos. O jornal Imprensa Evangélica e as origens do protestantismo brasileiro no século XIX. Tese (Doutorado em Letras). São Paulo: UPM, 242 fl. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

SCHELBAUER, Analete Regina. *Verbete: Método de Ensino Intuitivo*. 2006a. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_metodo\\_de\\_ensino\\_intuitivo2.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo2.htm). Acesso em: 28/9/2016.

\_\_\_\_\_. ARAÚJO, José Carlos Souza. Apresentação. In: SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). *História Da Educação Pela Imprensa*. Campinas: Alínea Editora, ano 2007, p. 5-6.

\_\_\_\_\_. Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI,

Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas: Gráfica FE: HISTEDBR, 2006b. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Analete\\_R\\_Schelbauer2\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Analete_R_Schelbauer2_artigo.pdf). Acesso em 10/9/2016.

\_\_\_\_\_. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil no século 19. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. v. 2, século 19. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 132-149.

SCHUELER, Alessandra F. M. *Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)*. In.: Anais da 28ª Reunião Anual da Anped. Caxambú, 2001.

\_\_\_\_\_. *Culturas Escolares e Experiências na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)*. Niterói, RJ: UFF, 2002, 274f. Tese (doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. Representações da docência na imprensa pedagógica da Corte imperial (1870- 1889): o exemplo da instrução pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.º 3, p.379-390, set./dez.2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6/11/2018.

\_\_\_\_\_. Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica. Combates pelo ofício em uma escola *moralizada e cívica*: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte imperial (1870-1880). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, n.º 1[9], 2005. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/183>. Acesso em: 20/9/2016.

\_\_\_\_\_. Educar em família: o Colégio Amorim Carvalho na Corte Imperial (1882-1889). *Revista HISTEDBR On-line*, n.º 27, set./2007, p. 65-77. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5002/art06\\_27.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5002/art06_27.pdf). Acesso em: 20/10/2018.

\_\_\_\_\_. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). *Revista Educação Pública*, n.º 17, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjKz7LH4sLPAhWJZAKHa15DJMQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fculturaspoliticass%2Ffiles%2Fprofprimarios.doc&usq=AFQjCNHSvsB-Hn1luKXSbsn9sZj16UQQUw&sig2=8eXwxY6a05rINWWQdONrSA>. Acesso em: 3/8/2016.

\_\_\_\_\_; CHAMON, Carla Simone; VAZQUEZ, Gabriel. Ensinar História na escola primária oitocentista: o resumo da História do Brasil, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. *Revista Gênero*. v .11, n.º 1, segundo semestre/2010, p. 15-34. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/39/24>. Acesso em: 19/12/2016.

\_\_\_\_\_; LIMEIRA, Aline. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 32, p. 48-64, 2008. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art03\\_32.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art03_32.pdf). Acesso em: 6/11/2018.

\_\_\_\_\_ ; RIZZINI, Irma. Hemetério José dos Santos: professor e intelectual negro nas disputas pela educação na cidade do Rio de Janeiro. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7Letras, 2017.

\_\_\_\_\_ ; RIZZINI, Irma. A “Caçada aos Menores”: disciplina e educação das infâncias nos Relatórios de Justiça e Polícia da Corte Imperial (1840-1889). *Revista Educação e Cidadania*, v. 6, n.º 1, jan./jun, 2007, p. 71-81. Disponível em: <http://rec.revistascientificas.com.br/numeros.php?a=2007&v=6&n=1>. Acesso em: 6/11/2018.

\_\_\_\_\_ ; RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906). In: *IX Congresso Brasileiro de História da Educação*, João Pessoa: UFPB, 2017.

\_\_\_\_\_ ; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato Sequeira de. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *Revista História da Educação*, v. 19, n.º 46, maio/ago., 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/46047>. Acesso em 1/10/2016.

SHEPLEY, Carol Ferring. *Women in History: Susan Blow, founder of U.S. Kindergartens*, 2011, s/p Disponível em: <http://www.historyhappenshere.org/node/6931>. Acesso em: 21/06/2014.

SHIP BUILDING HISTORY. *The Delaware River Iron Shipbuilding & Engine Works, Chester PA*. 2016. Disponível em: <http://www.shipbuildinghistory.com/shipyards/large/merchant.htm>. Acesso em: 19/12/2016.

SHORT, Verl M. A modern history of early childhood education in the United States. SMITH, Paula W., SHORT, Verl M. (Orgs). *In time... readings in early childhood education*. New York: Mss Information Corporation, 1973, p. 10 – 19.

SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. Dissertação. 152f. (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – CEFET/RUJ, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, José Claudio Sooma. *Teatros da Modernidade: representações da cidade e escola primária no Rio de Janeiro e Buenos Aires nos anos 1920*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2009, 308f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SMITH, Joan. *Schurz, Margareth Meyer*. WILLIAMS, Leslie; FROMBERG, Dorisv (Orgs.). *Encyclopedia of early childhood education*. New York: Routledge Library Editions, 1992, p. 91-92.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, Emília Helena de. A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didáticos. In: LOBO, Tânia; *et al* (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 647-665.

SOUZA, Josefa Eliana. A Instrução Pública Brasileira nos panfletos de Tavares Bastos (1861-1873). *Revista HISTEDBR [online]*. n.º37, mar.2010, p. 220-237. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639675>. Acesso em: 6/11/2018.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.º 4, jul./dez. 2002, p. 145-166. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38726>. Acesso em: 6/11/2018.

SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil*. Rio de Janeiro (1870-1924). Niterói, 2008. 159f. dissertação - [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008\\_SILVA\\_Alexandra\\_Lima\\_da-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_SILVA_Alexandra_Lima_da-S.pdf)

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolas: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. *Educar*. Curitiba, n.º 28, 2006, p. 201-216. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf>. Acesso em: 4/3/2018.

SILVA, Ivanilson Bezerra. Discursos de Horace Lane sobre a Escola Americana de São Paulo aos pais dos alunos e à sociedade paulista (1889-1912). *Quaestio*, v. 18, n.º 3, nov. 2016, p. 689-709. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2847>. Acesso em: 6/11/2018.

SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias preto*: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação. 152f. (Mestrado em Relações Etnicorraciais). Rio de Janeiro: CEFET, 187 fl. Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015

SILVA, Marcelo Gomes da. *Imprensa docente na Primeira República: as representações dos professores na revista O Ensino (1919-1920)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

\_\_\_\_\_. *Professores em movimento: associativismo, imprensa e atuação docente no Rio de Janeiro na Primeira República (1889 - 1920)*. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Maringá. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação*. UEM, 2015.

\_\_\_\_\_. *Operários do pensamento: trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937)*. Tese (doutorado em Educação). Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2018.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *Educar, trabalhar e civilizar: Asilo de meninos desvalidos (1875-1894)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UNIRIO. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. O Aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: nem negros escravos e nem criminosos. *Revista Contemporânea de Educação*. Rio de Janeiro, v. 4, n.º 7. janeiro/julho, 2009. p. 43-60. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1D1bvW9WKVkJ:https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1573+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 6/11/2018.

TEIXEIRA, Gisele Baptista. As mulheres e a escrita de livros escolares no século XIX. *Revista Gênero*, v. 11, n.º 1, sem./2010, p. 81-96. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/61/39>. Acesso em: 15/9/2016.

\_\_\_\_\_. *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870-1919)*. Tese (Doutorado em Educação). Niterói: UFF, 350 fl. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2016

TEIXEIRA, Josele; SCHUELER, Alessandra. Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na corte imperial (1860-1889). VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Anais do VI congresso luso-brasileiro de história da educação*. Uberlândia: UFU, 2006, p. 6122-6133. Disponível em: [http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler\\_Josele%20Teixeira.pdf](http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler_Josele%20Teixeira.pdf). Acesso em: 15/9/2016.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. *Na penna da imprensa professoras e professores primários do século XIX (1852-1888): contribuições aos estudos da feminização do magistério*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2010.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Niterói, RJ: UFF, 2012, 324f. (Tese) Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense.

THE NOBEL PRIZE. *Nicholas Murray Butler - Biographical*. Disponível em: [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1931/butler-bio.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1931/butler-bio.html), acesso em 23/8/2017.

\_\_\_\_\_. Jane Addams. *Biographical*. Disponível em: [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1931/addams-bio.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1931/addams-bio.html). Acesso em 23/8/2017

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TORRES, Rosane dos Santos. *Filhos da pátria, homens do progresso: o Conselho Municipal e a instrução na capital federal (1892-1902)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo. Os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). *O Legado Educacional do Século XIX*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2006; p. 85-127.

VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917.

UEKANE, Marina Natsume. "*Como o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz*". A Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912). Tese (Doutorado em Educação). Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2016

VIANA, Bruno César Brito; LIMA, Maria Érica de Oliveira. The New York Times: notícias que fazem história. *Revista Temática*. n.º 2, fevereiro/2011. Disponível em: [http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt\\_noticias\\_historia.pdf](http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt_noticias_historia.pdf). Acesso em: 6/11/2018.

WALTER, Lous. Bertha von Marenholtz-Bülow and the Kindergarten. In. BARNARD, Henry (Org.). *Papers on Froebel's Kindergarten with suggestion on principles and methods of child culture*. Hartford: Office of Barnard's American Journal of Education. 1881.

WARDE, Miriam Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *São Paulo em Perspectiva*. vol. 14, n.º 2, 2000, p. 37-43. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-8839200000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000200006). Acesso em: 6/11/2018.

WARDE, Miriam Jorge. Periodismo educacional: Estados Unidos, do século 19 às primeiras décadas do século 20. *Revista História da Educação* [Online]. v. 20, n.º 48, jan./abr., 2016, p. 95-120. Disponível em: [http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/56585/pdf\\_118](http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/56585/pdf_118). Acesso em: 19/12/2016.

\_\_\_\_\_. ROCHA, A. C. S. M. Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n.º 70, p. 35-50, jul./ago, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/58725/35896>. Acesso em: 16/8/2018.

WEID, Elisabeth von der. As primeiras intervenções tecnológicas no espaço urbano. Rio de Janeiro - séculos XVIII - XIX. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XXII, JOÃO PESSOA. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. UFPB, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.205.pdf>. Acesso em 10/12/2016.

\_\_\_\_\_. *Chegada e expansão da Light no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras - Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

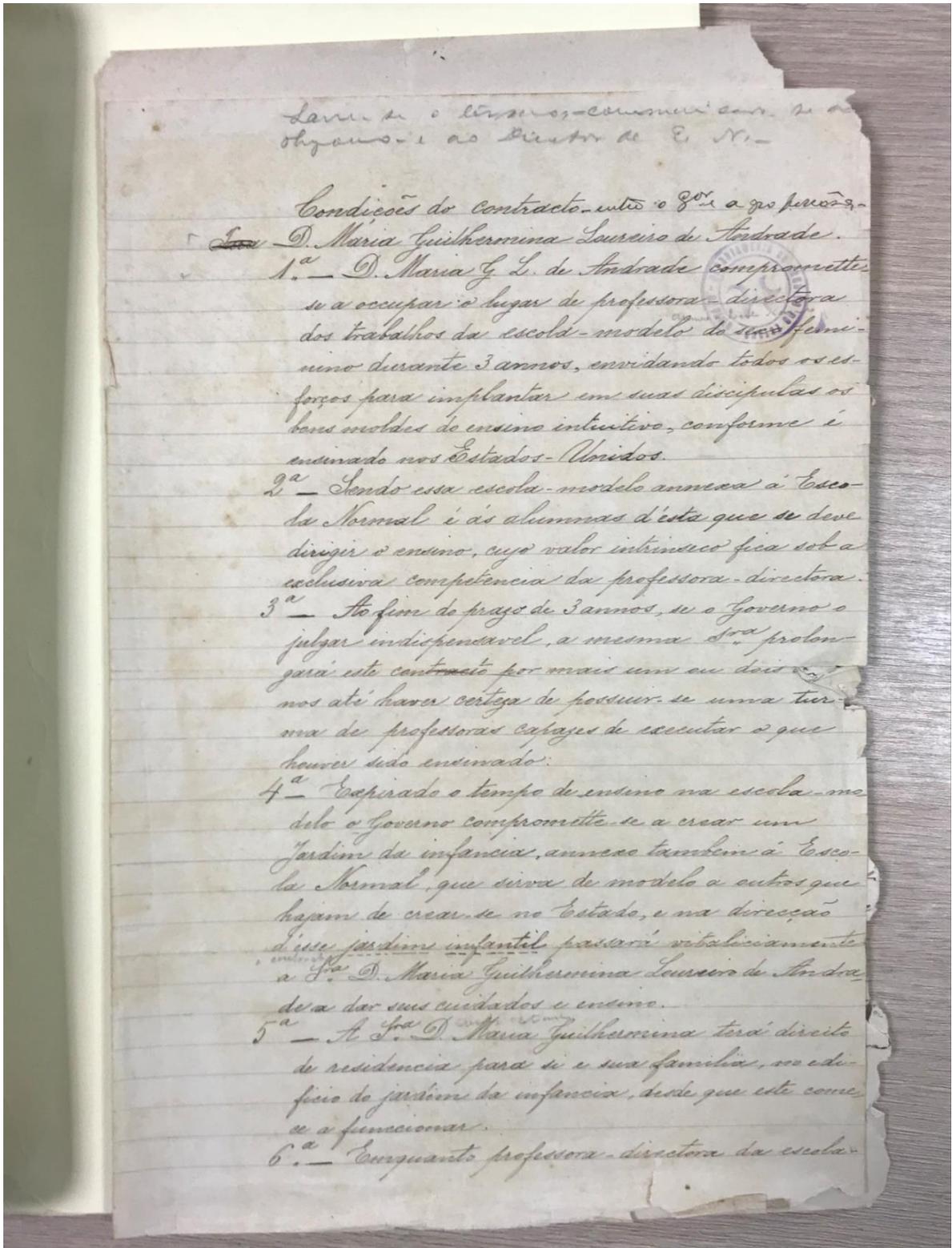
WRECK. *SS Reliance*. 2016. Disponível em: <http://www.wrecksite.eu/wreck.aspx?176291>. Acesso em: 19/12/2016.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 464-485.

YOUR DICTIONARY. *Felix Adler*. Disponível em: <http://biography.yourdictionary.com/felix-adler>>Felix Adler</a>. Acesso em 25/8/2017.

## ANEXOS

Anexo 1: Contrato entre o Governador e a professora D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (São Paulo, 1891) (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORDEM, 1135, fls. 6v-7r).



modelo parecerá esta 1.<sup>a</sup> a quantia de 2 colones mensaes como ordenado, e mais a de 3 colones tambem mensaes, como gratificação mensal, mesmo durante o tempo das férias. Desde que passar, porém, a residir no edificio do jardim infantil o ordenado ficará sendo o mesmo, mas a gratificação se reduzirá á successos mensaes.

7.<sup>o</sup> Para as demais disposições fica esta 1.<sup>a</sup> sujeita ás leis regulamentares do professorado e da Escola Normal.



**Condições do contrato entre o Governador e a professora D. Maria Guilhermina  
Loureiro de Andrade**

1ª - D. Maria G. L. de Andrade compromete-se a ocupar o lugar de professora-diretora dos trabalhos da escola-modelo do sexo feminino durante 3 anos, envidando todos os esforços para implantar em suas disciplinas os bons moldes de ensino intuitivo, conforme é ensinado nos Estados Unidos.

2ª - Sendo essa escola-modelo anexa a Escola Normal é as alunas desta que se deve dirigir o ensino, cujo valor intrínseco fica sob a exclusiva competência da professora-diretora.

3ª - Ao fim do prazo de 3 anos, se o Governo o julgar indispensável, a mesma Sra. prolongará este contrato por mais um ou dois anos, até haver certeza de possuir-se uma turma de professoras capazes de executar o que haver sido ensinado.

4ª - Expirando o tempo de ensino na escola-modelo, o Governo compromete-se a criar um Jardim da Infância, anexo também a Escola Normal, que sirva de modelo a outros que hajam de criar-se no Estado, e na direção desse jardim infantil passará vitaliciamente a Sra. D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade dar seus cuidados e ensino.

5ª - A Sra. d. Maria Guilhermina terá direito de residência para si e sua família, no edifício do jardim da infância, desde que este comece a funcionar.

6ª - Enquanto professora-diretora da escola-modelo, perceberá esta Sra. a quantia de 200\$000rs mensais como ordenado, e mais a de 300\$000rs, também mensais, como gratificação excepcional, mesmo durante o tempo de férias. Desde que passar, porém, a residir no edifício do jardim infantil, o ordenado ficará sendo o mesmo, mas a gratificação se reduzirá a 1000\$000rs mensais.

7ª - Para as demais disposições fica esta Sra. sujeita as leis regulamentárias do professorado e da Escola Normal.



## Anexo 2: Árvore familiar Loureiro de Andrade

